

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES EM TORNO AO ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Coordenadores

Mario L. Gambacorta
Alejandra Niño Amieva
Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Entrevistados

Paula Cejas • Gustavo Ciampa • José Eduardo Chaves
Marcelo José Ferlin D'Ambroso • Enrique Del Percio
Viviana Dobarro • Abel Furlan • Mario L. Gambacorta
Dario Kusinsky • Zuliana Lainez • Ana Miranda
Gustavo Naón • Alejandra Niño Amieva • Marta Novick
Alejandro Robba • Álvaro D. Ruiz • Eduardo Manuel Val

Coordenadores

Mario L. Gambacorta

Alejandra Niño Amieva

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES EM TORNO AO ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

INSTITUTO IRTM
DE DIREITO DO TRABALHO
E GESTÃO SINDICAL

Belo Horizonte

2023

Editora **RTM**[®]

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, nem sua incorporação a um sistema informático, nem sua transmissão de qualquer forma ou por qualquer meio (eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros) sem autorização prévia e por escrito dos titulares do copyright. A infração destes direitos pode constituir um delito.

G187d Gambacorta, Mario L.
 Diálogos transdisciplinares em torno ao enfoque crítico-tutelar
das relações de trabalho / Mario L. Gambacorta, Alejandra Niño
Amieva, Marcelo José Ferlin D'Ambroso. - Belo Horizonte: RTM,
2023.

231 p. - Inclui bibliografia.

1. Direito do trabalho. 2. Relações trabalhistas. 3. Entrevistas.
I. Niño Amieva, Alejandra. II. D'Ambroso, Marcelo José Ferlin.
III. Título.

CDU 331

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233.

ISBN: 978-65-5509-141-0

Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico:

Equipe RTM

Capa: Equipe RTM

Editor Responsável: Mário Gomes da Silva

Revisão: o autor

Editora RTM - Instituto RTM de Direito do Trabalho e
Gestão Sindical

Rua João Euflásio, 80 - Bairro Dom Bosco BH - MG

- Brasil - Cep 30850-050

Tel: 31-3417-1628

WhatsApp: (31) 99913-9998

E-mail : rtmeducacional@yahoo.com.br

Site: www.editorartm.com.br

Loja Virtual : www.rtmeducacional.com.br

Conselho Editorial:

Adriane Reis de Araújo

Adriano Jannuzzi Moreira

Amauri César Alves

Ana Maria Aparecida de Freitas

Andréa de Campos Vasconcellos

Antônio Álvares da Silva

Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Bruno Ferraz Hazan

Carlo Cosentino

Carlos Henrique Bezerra Leite

Cláudio Jannotti da Rocha

Cleber Lúcio de Almeida

Daniela Muradas Reis

Delaíde Alves Miranda Arantes

Elaine Noronha Nassif

Ellen Mara Ferraz Hazan

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

Fernando Maciel

Gabriela Neves Delgado

Giovani Clark

Gustavo Seferian

Hugo Cavalcanti Melo Filho

Jorge Luiz Souto Maior

José Reginaldo Inácio

Juliana Teixeira Esteves

Leonardo Tibo Barbosa Lima

Lívia Mendes Moreira Miraglia

Lorena Vasconcelos Porto

Lutiana Nacur Lorentz

Marcella Pagani

Marcelo Fernando Borsio

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Márcio Túlio Viana

Maria Aparecida Gugel

Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos

Maria Cecília Máximo Teodoro

Maria Rosaria Barbato

Nasser Ahmad Allan

Ney Maranhão

Raimundo Cezar Britto

Raimundo Simão de Mello

Renato César Cardoso

Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Romulo Nei Barbosa de Freitas Filho

Rômulo Soares Valentini

Ronaldo Lima dos Santos

Rosemary de Oliveira Pires Afonso

Rúbia Zanotelli de Alvarenga

Sandro Lunard Nicoladeli

Sayonara Grillo

Valdete Souto Severo

Vitor Salino de Moura Eça

Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida

Coordenadores

Mario L. Gambacorta

Alejandra Niño Amieva

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

DIÁLOGOS TRANSDISCIPLINARES EM TORNO AO ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

RELAÇÕES DE TRABALHO E UNIVERSIDADE

RELAÇÕES DE TRABALHO, ATIVIDADE PROFISSIONAL E GÊNERO

RELAÇÕES DE TRABALHO, GLOBALIZAÇÃO E AÇÃO ESTATAL

ENCERRAMENTO DA I JORNADA «UM ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR DAS

RELAÇÕES DE TRABALHO» (Universidad Nacional José C. Paz - Argentina)

Autores

Abel Furlan
Alejandra Niño Amieva
Alejandro Robba
Álvaro D. Ruiz
Ana Miranda
Dario Kusinsky
Eduardo Manuel Val
Enrique Del Percio
Gustavo Ciampa
Gustavo Naón
José Eduardo (Pepe) Chaves
Marcelo José Ferlin D'Ambroso
Mario L. Gambacorta
Marta Novick
Paula Cejas
Viviana Dobarro
Zuliana Lainez

Tradução
Cláudia Stella Risso
Marcelo José Ferlin D'Ambroso

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

<i>Mario L. Gambacorta</i>	11
<i>Alejandra Niño Amieva</i>	13
<i>Marcelo José Ferlin D'Ambroso</i>	15

RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho	19
<i>Mario L. Gambacorta</i>	

Epistemologia contemporânea e relações de trabalho	35
<i>Alejandra Niño Amieva</i>	

Justiça social, democracia, capitalismo e direitos humanos	46
<i>Marcelo José Ferlin D'Ambroso</i>	

Relações de trabalho no século XXI: novos paradigmas?	57
<i>Álvaro D. Ruiz</i>	

Relações de trabalho e estrutura de dominação: tendências e perspectivas	69
<i>Enrique Del Percio</i>	

RELAÇÕES DE TRABALHO E UNIVERSIDADE

O que significa hoje ensinar nas relações de trabalho?	86
<i>Marta Novick</i>	

O rol da Universidade na formação do perfil profissional	98
<i>Gustavo Naón</i>	

RELAÇÕES DE TRABALHO, ATIVIDADE PROFISSIONAL E GÊNERO

A atividade gremial d@s advogad@s trabalhistas	112
<i>Gustavo Ciampa</i>	

Impactos e ameaças sobre a atividade periodística,
trabalhadores/as e suas organizações 125

Paula Cejas e Zuliana Lainez

Reflexões sobre os direitos fundamentais das mulheres
trabalhadoras 140

Viviana Dobarro

RELAÇÕES DE TRABALHO, GLOBALIZAÇÃO E AÇÃO ESTATAL

Poder, dados e trabalho 154

José Eduardo Resende Chaves Júnior (Pepe)

Parabéns Mercosul pelos 30 anos! E a Justiça Social como vai? 163

Eduardo Manuel Val

Pandemia Covid-19 e seu impacto no mercado de trabalho e nas
relações de trabalho 177

Ana Miranda

Crescimento econômico e relações de trabalho: políticas de
desenvolvimento 191

Alejandro Robba

Modelo sindical e modelo de país 206

Abel Furlan

I JORNADA

«UM ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO»

Encerramento da *I Jornada*
(Universidad Nacional José C. Paz - Argentina) 220

Dario Kusinsky

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Mario L. Gambacorta

É, para mim, um verdadeiro motivo de orgulho e alegria a publicação destas entrevistas, realizadas no marco do ciclo *Diálogos transdisciplinares em torno ao Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* de trabalho.

No ano 2020, avancei e aprofundi em um processo de decantação, sistematização e síntese, a respeito de uma série de inquietudes, trabalhos, investigações, reflexões e atividades, o que convergiu nessa categoria de análise que denominei enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho.

No transcurso desse ano, e em 2021, com o acompanhamento e apoio de destacados colegas como Alejandra Niño Amieva, Marcelo José Ferlin D'Ambroso e Eduardo Manuel Val, realizei várias apresentações em diferentes âmbitos acadêmicos. Com elas, foi se retroalimentando o caráter e as projeções deste *Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho*, que adota uma mirada inter e transdisciplinar, busca ser dinâmico, mutante e desafiante ante a hegemonia deslaborizadora que nos aflige e impulsiona uma hegemonia alternativa — entre outras coisas — para a revalorização do trabalho dependente e tutelado com uma forte ancoragem na justiça social.

Hoje, com enorme satisfação, se concretiza esta publicação que busca compartilhar os importantes aportes realizados por destacadas e destacados especialistas em torno a várias das principais disciplinas que atravessam este enfoque.

Agradeço à *Universidad del Museo Social Argentino*, na pessoa de seu reitor, Dr. Eduardo Sisco, por seu permanente apoio à temática vinculada com o estudo dos direitos sociais e as relações de trabalho. E agradeço, também, a todo o pessoal, docente e não docente da Universidade, no que diz respeito à concretização desta publicação e das demais atividades que desenvolvo nesta alta casa de estudos.

Agradeço ao IPEATRA, na pessoa de seu presidente Marcelo José Ferlin D'Ambroso, por convidar-me a levar adiante este ciclo de entrevistas no marco de suas atividades e por acompanhar o debate em torno deste *enfoque*. Um destacado agradecimento ao professor Dr. Eduardo Manuel Val, pelo impulso dado a esta proposta teórica em importantes âmbitos acadêmicos do Brasil e que, seguramente, seguiremos aprofundando no

intercâmbio de experiências e conhecimentos em torno das relações de trabalho locais, regionais e internacionais. Um especial agradecimento à Dra. Alejandra Niño Amieva, por seu imprescindível trabalho para a concretização desta obra, sua profissionalidade no labor acadêmico e sua generosidade no momento de compartilhar seus vastos conhecimentos e pensamento crítico e demais aportes ao *Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho*.

Finalmente, agradeço a todas e todos os trabalhadores organizados que permanentemente me ensinam e enriquecem com seus aportes, refletindo as complexas realidades cotidianas que fazem nas relações de trabalho. Sejam elas e eles os destinatários primordiais deste trabalho que, desde o âmbito acadêmico, busca contribuir a uma práxis na qual a dignidade do ser humano não se veja reduzida, vulnerada ou olvidada.

Apresentação

Alejandra Niño Amieva

A presente compilação, publicada no marco do convênio entre a *Universidad del Museo Social Argentino* e IPEATRA, está integrada por 16 entrevistas realizadas com um grupo de personalidades interessadas em discutir o mundo do trabalho e das relações laborais no nosso país e na região.

Seu principal impulsor, Mario Gambacorta, propôs, já faz uns anos, uma rica expressão na qual convergem as principais problemáticas em torno ao trabalho, *i.e.*, um *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho*, o qual foi objeto de discussão, enriquecimento e precisão enquanto proposta teórico-metodológica e, conseqüentemente, ética, ao largo deste ciclo.

O generoso convite de Mario Gambacorta para colaborar na coordenação desta publicação se vincula com nossas inquietudes comuns teóricas e com o interesse em possibilitar a circulação de uma ação concreta no mardo do acordo de nossa Universidade com o IPEATRA. A leitura em conjunto dos textos aqui reunidos dá, não só um panorama do impacto da crise pandêmica no trabalho do presente e do futuro, como também de uma rede de temas e problemas do mundo do trabalho, desde as ciências sociais e mais além do Direito.

Com suas coincidências e divergências (e nisto reside justamente a riqueza desta compilação), se apresentam aqui diferentes articulações na instância de problematizar as relação de trabalho na contemporaneidade. As entrevistas foram editadas de modo que não perdessem sua identidade como tal e mantivessem as particularidades do gênero discursivo no qual foram expressadas, dando conta – na sua translação à escritura – das espontaneidades, das precisões, as afirmações como parte do processo habitual de construção do conhecimento.

Finalmente, se apresentam aqui organizadas em quatro eixos temáticos, os quais dão conta das vinculações entre as relações laborais e a produção de conhecimentos, a Universidade, a atividade profissional, as questões de gênero, como sua problematização no contexto da globalização e reconfiguração do Estado. Quisemos incluir no final a entrevista com a qual culminou a I Jornada «*um enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho*» organizadas na *Universidad Nacional José C. Paz – Argentina*, que aspira a constituir-se como espaço de debate e atualização permanente para todos os interessados não somente no mundo do trabalho, como

também na interdisciplinariedade, na transdisciplinariedade e nos aspectos teóricos que envolvem um programa com estas características.

Apresentação

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

É com muita alegria que anunciamos esta obra em cooperação com a *Universidad del Museo Social Argentino* (UMSA) no marco do convênio realizado em 2021 com Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA), esperando que seja a primeira de muitas outras, na união da academia com o Instituto, apresentando o resultado da teoria associada à prática profissional jurídica.

Com efeito, se trata de um recompilação de entrevistas realizadas ao longo do ano 2021 nas quais se abordou o *Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* no programa do professor Dr. Mario Gambacorta, especialmente convidado pelo IPEATRA para desenvolver a temática de sua autoria no canal do *YouTube* do Instituto. Para tanto, o professor convidou diversas e diversos expoentes dos mais variados âmbitos, multiplicando os conhecimentos, as perspectivas, e considerando aspectos transdisciplinares a partir de colóquios com profissionais do mundo sindical, acadêmico, filosófico, sociológico, jurídico etc. Este trabalho sistemático realizado por Mario Gambacorta permitiu sentar as bases para uma futura escola latino-americana em torno ao *Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho*, de cujo mérito esta obra constituirá, sem dúvidas, um princípio.

Nosso agradecimento à UMSA, nas pessoas de seu reitor, Exmo. Dr. Eduardo Sisco, e de sua coordenadora do Doutorado em Ciências Jurídicas, professora Dra. Alejandra Niño Amieva, por esta associação que já mostra seus frutos e é promissora de grandes êxitos acadêmico-científicos.

Um agradecimento especial ao amigo Mario Gambacorta pela realização do programa no canal do *YouTube* do IPEATRA, que se converteu em um grande sucesso.

A todas e todos, boa leitura!

Porto Alegre, outubro de 2022.

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Presidente e fundador do IPEATRA

**RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO**

Enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho

19 de outubro de 2021

Mario L. Gambacorta

Doutor em Ciências Jurídicas pela *Universidad del Salvador* - Argentina. Investigador. Docente de graduação e pós graduação na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)*, *Universidad Nacional de José C. Paz (UNPAZ)*, *Universidad de Buenos Aires (UBA)*, *Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET)*, *Universidad del Museo Social Argentino (UMSA)* e *Universidad Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ)*.

Marcelo José Ferlin D’Ambroso. Boa tarde, Mario. Com muito prazer te escutaremos hoje. Necessitamos desta mirada crítica, desta perspectiva em torno ao *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho*. Tens a palavra.

Mario L. Gambacorta. Muito obrigado, Marcelo. Vou apresentar esta ideia do *Enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* ou *relações laborais* que particularmente proponho como uma categoria de análise frente a uma *hegemonia deslaborizadora*. Ao longo deste encontro me referirei a muitas categorias, porque o *enfoque crítico-tutelar* também se orienta a estabelecê-las para analisar e focar melhor as temáticas das relações de trabalho. Por isso, esta ideia de *hegemonia deslaborizadora*, que é o cenário no qual nos encontramos. O *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho* busca evidenciar os interesses que se apresentam nesse contexto frente a outra categoria, que é precisamente um discurso desregulador em um sentido desprotetivo, que trata permanentemente de sustentar, de acompanhar essa *hegemonia deslaborizadora*. Particularmente, no cenário da pandemia temos escutado — além das profecias e ilusões de alguns setores — que o próprio sistema capitalis iria entrar em crise; pelo contrário, temos visto uma redução de direitos do trabalho durante o transcurso da mesma.

O *enfoque crítico-tutelar* também busca transmitir o conhecimento e analisar como se transmite. Por isso, dizemos que tem uma mirada, um critério, um temperamento epistemológico. Ademais, nessa lógica, também busca diferenciar e dimensionar o macro do micro. A lógica neoliberal trata de levar-nos às questões ou temáticas micro e desde elas a construir generalizações, particularmente em termos da economia. É o que gosto de assinalar como economicismo apoiado fundamentalmente no micro, apoiado

no marginal e orientado a dismantelar —a desarmar— macro variáveis, precisamente para poder sustentar essa *hegemonia deslaborizadora* que é o paradigma imperante no presente. Vemos essa *hegemonia deslaborizadora* plasmada todos os dias no que podemos assinalar também como uma *ofensiva* deslaborizadora. Frente a isso, este marco teórico que é o *enfoque crítico-tutelar* busca dar respostas desde uma leitura crítica e para isso se nutre de distintas teorias: da teoria crítica do Direito, da teoria trialista ou da teoria egológica; precisamente tudo isso para desconstruir, evidenciar, desmontar —em primeira e última instância— essa *hegemonia deslaborizadora*. Temos que fazer um trabalho de dismantelamento, de desconstrução dessa hegemonia. Para isso também se propõe uma crítica ao que se denominou monismo social: essa suposta universalidade cientificista que, em termos gerais, se nutre de categorias eurocêntricas. Precisamente quando analisamos a realidade de nossa região ou de nossos países, muitas vezes — a meu critério — se comete o erro de empreender análises com categorias que não são próprias, que não são nossas. Sempre digo que tem de conhecer e estudar tudo o que se possa, mas aplicar linearmente categorias eurocêntricas é um erro. Porque a relação entre centro e periferia, periferia e centro, implica que as realidades são distintas, e assim, frente a isso o *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho* também busca constituir-se em um enfoque antidogmático. Muitas vezes, essas categorias eurocêntricas —inclusive e às vezes até com boa vontade em alguns âmbitos — são replicadas com critérios dogmáticos: *somente porque vêm dos países centrais, tem-se de considerá-las ou teria de considerá-las*. E entendo que não é assim. E aí se abrem outros debates, por exemplo, sobre o Direito. Também sobre o Direito temos visões críticas — e particularmente na América Latina — porque o Direito pode ser (e muitas vezes é) uma ferramenta de dominação, mas também em determinados momentos históricos e, particularmente, durante governos populares o Direito tem sido utilizado como uma ferramenta para construir uma sociedade mais justa. Este *enfoque* propõe uma leitura crítica dessa consideração, desse libertarianismo que estamos vendo hoje em dia, que postula que todos os seres humanos são sujeitos livres e autônomos, sem considerar contextos, interesses, realidades históricas que precisamente são realidades políticas.

Desde o *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho*, sustentamos que há uma historicidade, e desde ela deve-se produzir conhecimento contra-hegemônico frente a essa *hegemonia deslaborizadora*. Agora, tampouco podemos nos limitar ao conhecimento contra-hegemônico; postulamos avançar mais ainda, adotando a ideia de construir não só uma contra-he-

gemonia, prioritariamente como objetivo central, mas uma hegemonia alternativa. E para isto, postulamos — e necessitamos — uma dinâmica transdisciplinar e interdisciplinar, pois estamos ante situações muito complexas. Chegados a esta instância, também entra a discussão sobre os modelos de países e o modelo de região que queremos construir. Creio que nisto, Brasil e Argentina, Argentina e Brasil, estão chamados a uma construção conjunta. São dois países, sem desmérito de outros, que podem e devem tracionar em um sentido mais tutelar, mais protetivo, para construir sociedades mais justas e equilibradas.

MJFD. Isso leva à ideia de institucionalidade, de cidadania, de subjetividades. Como se configuram as institucionalidades?

MLG. No enfoque *crítico-tutelar* das relações de trabalho não nos limitamos a entender o Direito como uma ferramenta que às vezes é aplicada em um sentido mais benéfico fundamentalmente para as e os trabalhadores. Isso é muito valioso, mas queremos ir mais além. Queremos reconfigurar, sustentar as institucionalidades protetivas, mas gerar e construir outras novas. Avançar na ideia de cidadania social. De per si, a ideia de cidadania contém o elemento civil, político e social; sem embargo, quando se invoca a ideia de cidadania — e, particularmente, desde a ideologia neoliberal— o elemento que se sublima é o componente social e isso se relaciona com como se configuram as subjetividades. Parece-me que é importante, quando analisamos a realidade social, a realidade política ou, em particular, as relações de trabalho, fazer-nos a mesma pergunta que se faz o papa Francisco na carta encíclica *Fratelli tutti*, quando, fazendo referência à parábola do bom samaritano se pergunta e nos pergunta com quem nos identificamos. Com os mais favorecidos? Com os menos favorecidos? Porque isso também vai incidir na visão que tenhamos sobre a sociedade e no nosso eventual acionar sobre ela. Em linha com o anterior, impulsamos fortemente desde o *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho* a revalorização e recuperação do trabalho dependente e tutelado; ou seja, recuperar sua centralidade, reconhecendo as heterogeneidades, mas priorizando o trabalho dependente e tutelado.

MJFD. Neste sentido, o que obstaculiza tal revalorização e recuperação?

MLG. Vou me permitir assinalar que existem muitas figuras deslaborizadoras que pretendem seduzir as e os trabalhadores; fundamentalmente, vou me referir ao empreendedorismo. Para sintetizar o sentido do empreendedorismo vou tomar o título de uma entrevista que fizeram a Boaventura de Sousa Santos na qual, com uma muito fina ironia, assinalava que o

empreendedorismo dá *glamour* à precariedade. É uma forma de apresentar-nos uma realidade na qual supostamente vão melhorar as coisas e se pode observar — venho estudando e investigando sobre a temática — que a maioria dos empreendedores (pelo menos na Argentina) estão bastante precarizados.

No nosso país, antes os chamávamos “conta-propistas”; hoje se chamam empreendedores. Segundo um estudo feito em seu momento, há 70% de trabalhadores que, em geral têm baixa formação e ingressos e somente 30% se encontra em alguma situação melhor porque tem melhor formação, mais acesso ao financiamento para suas atividades, etc. De fato, na Argentina, no governo do anterior presidente Macri, se ditou uma lei de apoio ao capital empreendedor. Neste sentido, em um trabalho que fiz no marco de um projeto de investigação na *Universidad Nacional de José C. Paz*, categorizei ao empreendedorismo — e particularmente a essa lei, que se ditou na Argentina — como um paradigma da financeirização. Basta analisá-la para advertir que essa lei complementa a Lei de Mercado de Capitais (além de outras complicações que surgiram e que estão se verificando nos últimos dias na Argentina, por formas de associação que facilitaram, entre outras coisas, a lavagem de dinheiro, mas esse não é o tema central desta conversa). Frente a todas estas situações promovo, impulso o trabalho dependente e tutelado e — como sempre aclaro — respeitando que cada um e cada uma trata de levar o sustento a sua família como pode; mas muitas vezes, figuras não laborais são idealizadas quando, na realidade são mecanismos de subsistência, de sobrevivência e nos quais a precariedade está profundamente presente. Tudo isso também fundamento desde a necessidade de uma progressividade de direitos. Os direitos sociais estão para se consolidar e seguir avançando.

MJFD. Como se avalia desde este *enfoque* a relação entre os sindicatos e o Estado?

MLG. Chegado este ponto, não podemos deixar de falar do ator sindical: é fundamental recompô-lo e fortalecê-lo. Assinalamos que existe a necessidade de uma *intervenção tutelar do Estado* que, sem vulnerar a autonomia das organizações, promova e fortaleça (entre outras coisas) as organizações sindicais. Separamos o que é a intervenção tutelar do Estado da ingerência indevida do Estado. Uma vez mais tratamos de estabelecer e constituir categorias para diferenciá-las (e particularmente esta categoria, que construí faz um tempo), porque pareceria que — sobretudo desde esta *hegemonia deslaborizadora* que se entronca com o pensamento neoli-

beral – qualquer intervenção do Estado é má, entretanto não é assim. Por isso, temos que diferenciar uma intervenção tutelar num sentido protetivo, para defender e promover direitos no terreno social, da ingerência indevida, quando o Estado ingressa em questões que não lhe correspondem, por exemplo, na vida interna das organizações sindicais.

MJFD. E no contexto atual, globalizado, como se dá essa relação?

MLG. Desde o *enfoque crítico tutelar* damos muita importância à necessidade da internalização das relações laborais; não digo que não exista; existe, mas requer ser aprofundada. Num mundo global, a ação sindical e a ação estatal não podem ser meramente locais. E falando do internacional, também desde o *enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* gostaria de assinalar uma prospectiva sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tem feito — e segue fazendo— muitos aportes valiosos, mas que entendo que não escapa dessa *hegemonia deslaborizadora*. Frequentemente se fala de trabalho decente; costumo assinalar que, pelo menos em espanhol, trabalho decente e trabalho digno são sinônimos, têm o mesmo significado. Mas quando alguém analisa a expressão em inglês *decent work*, a ideia do trabalho decente compreende a de um trabalho com estândares mínimos antes que trabalho digno. E, em quanto aos alcances do trabalho decente, também cabe refletir que, em alguns países, pode ser um ponto de chegada quando não há desenvolvimento da legislação social, mas em outros países também pode ser utilizado como uma ferramenta para avançar na deslaborização ou no recorte de direitos, propondo um piso mínimo.

Entendo que há, no seio da OIT, um tripartismo desbalanceado, já que a maioria dos países, praticamente um 75%, têm lógicas de governos neoliberais. O grupo empregador majoritariamente também subscreve as lógicas e os paradimas neoliberais e dos 187 países que conformam a OIT, em termos de organização sindical, lamentavelmente, não são mais de 20 países os que verdadeiramente contam com um movimento sindical em condições de representar, negociar e, eventualmente, entrar em conflito com um grau respeitável de efetividade. Ademais, entendemos que há, também, uma crise de produção normativa no seio da OIT, assim, para chegar na última Convenção, tiveram de transcorrer onze anos e, em geral, vemos documentos e declarações que, valorando seu conteúdo e assinalando que deveriam ser aplicados, não tem o caráter vinculante que muitas vezes se lhes pretende atribuir, especificamente, em termos práticos. Então, como são os estândares laborais? Quais são os parâmetros para estabelecer os

estândares laborais se, por exemplo, as declarações não nos levam a uma diminuição deste marco obrigacional que deveria surgir desde o Direito Internacional? Outro conceito que entendemos que está desbalanceado, desequilibrado, é o de *diálogo social* que integra o conceito de trabalho decente. Não porque não subscrevemos a ideia de diálogo social —subscrevemos e reivindicamos a ideia de diálogo social— mas no seio da OIT é um diálogo social no qual o conflito está reduzido —para não dizer limitado—. É um diálogo tendencioso. Vale recordar que em 102 anos de história da OIT nunca — repito, nunca — se reconheceu formalmente o direito de greve. E nem os pareceres do comitê de expertos em aplicação de Convenções e Recomendações, como tampouco os pareceres do Comitê de Liberdade Sindical (CLS) são um reconhecimento formal ou uma interpretação definitiva conforme o texto da própria constituição da OIT. Então o que se propõe — porque também há uma lógica neoliberal — é de dialogar desconhecendo ou negando o conflito. Por isso, muitas vezes, e particularmente na Argentina nos últimos anos, escutou-se muito a frase *sigamos dialogando*; mas era um diálogo eterno que não levava a nenhuma solução. E quando se suscitava o conflito, a resposta era a repressão. Parece-me que é útil refletir sobre isso para entender, dimensionar, colocar no contexto e advertir os interesses também no seio da OIT. Sempre assinalo que costuma haver uma fascinação pela OIT, eu mesmo quando comecei a estudar Direito e a orientar-me para o Direito do Trabalho, acreditava que todas as respostas estavam na OIT (e o digo com muito respeito), mas depois da crise do petróleo (recordemos que em 1969 a OIT recebe o Prêmio Nobel da Paz, sobretudo pelo maravilhoso trabalho que fez depois da Segunda Guerra Mundial), isto também se vê refletido dentro da OIT. Não nos esqueçamos que a *Declaração sobre as empresas multinacionais* de 1977, que logo teve um par de modificações, é uma declaração porque nesse contexto, posterior à crise do petróleo, não se logrou alcançar o consenso para uma Convenção nem se quis aceitar o critério obrigacional mais rigoroso que uma Convenção implicava. E a partir daí começamos a ver a prevalência do voluntário, por exemplo: responsabilidade social empresarial e outras questões, nas quais a voluntariedade é a regra, supondo-se que as empresas vão submeter-se voluntariamente e vão melhorar muitas problemáticas.

MJFD. Queríamos que comentasses os debates atuais em torno das novas tecnologias e as relações de trabalho.

MLG. Desde o *enfoque crítico tutelar* acreditamos que é algo que também requer uma especial desconstrução, sobretudo em muitos países da nos-

sa região. Falo fundamentalmente – quero ser respeitoso com as distintas realidades locais – da Argentina. Em primeiro lugar, quando falamos do impacto da tecnologia surgem muitas frases feitas que sistematicamente se repetem como, por exemplo, *a tecnologia chegou para ficar*. Não nos parece mal que façamos essa afirmação, mas demanda algumas perguntas: como fica ou se estabelece a tecnologia? De quê forma? Porque se vamos discutir o impacto da tecnologia somente desde o tecnológico, então para as trabalhadoras e trabalhadores implicaria perder a discussão antes de começá-la. O trabalho e o mundo do trabalho são uma construção social na qual não só esta a tecnologia, mas também há outras variáveis a considerar. E precisamente no mundo das tecnologias defendemos a necessidade de um cenário obrigacional mais rigoroso porque, como advertimos, na medida em que se vão ditando regulações em distintos países e regiões, que ao se regular as novas tecnologias começamos a descobrir realidades tão antigas como a relação de dependência (menos antigas que o que alguns propõem em termos de *hegemonia deslaborizadora*, quando tratam de nos levar de novo ao século XVIII). Então aí volta a necessidade dessa intervenção tutelar por parte do Estado, a necessidade de regular. Porque o Estado sempre regula: regula quando regula e também regula quando desregula e o paradoxo é que para desregular tem que ditar uma nova norma regulatória. Então é preciso configurar todo o necessário em termos instrumentais para proteger, impulsar e ampliar os direitos sociais. Nessa lógica trabalha esta categoria de análise que denominamos como *enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho*. E se trata também de entender – reitero – a necessidade ter em conta o macro. Para definir um modelo de relações de trabalho devemos ter claro qual é o projeto de país no qual pretendemos desenvolvê-lo. E para definir um modelo de relações laborais em um modelo de país com desenvolvimento industrial, com trabalho, com produção, com capacidade de consumo para o melhoramento do mercado interno, há ferramentas estratégicas que as próprias relações de trabalho têm. A primeira é a organização sindical. Sempre digo às e aos estudantes: se não existissem os sindicatos, não estudaríamos Direito do Trabalho porque o Direito do Trabalho é consequência das lutas das organizações sindicais, de todos esses milhares de homens e mulheres vítimas de perseguições, torturas e morte para que se reconheçam os direitos sociais, o Direito do Trabalho, a seguridade social. E a organização sindical tem, a meu juízo, sua expressão mais relevante da existência da liberdade sindical em cinco regras de aplicação: a autonomia, a democracia sindical, a tutela estatal, mas sobretudo, a negociação coletiva e acompanhada pelo direito

de greve. Destas cinco regras de aplicação da liberdade sindical, no meu entender, a mais relevante é a negociação coletiva, porque consiste em que os trabalhadores e as trabalhadoras, através de suas organizações, podem participar na discussão pela distribuição da riqueza, podem participar reconhecendo-se, em consequência, na democratização das relações laborais. E creio que há outra ferramenta também estratégica que é a inspeção do trabalho e da seguridade social. Particularmente, em encontro terminando um pós doutorado no qual aprofundi o estudo – logo depois de minha tese sobre inspeção – na relação entre inspeção do trabalho e negociação coletiva, porque creio que há uma potencialidade que todavia não está suficientemente explorada, analisada e menos ainda aplicada. Tudo isso para quê? Para fortalecer, impulsar esse trabalho dependente e tutelado no qual a relação de dependência, que às vezes se deseja deixar de lado por figuras não laborais, é verificável, pelo menos na Argentina e na maioria dos países; sobretudo nos países mais desenvolvidos nos quais quem se encontram em melhores condições são as trabalhadoras e os trabalhadores que estão em relação de dependência (sem desconhecer as problemáticas que também podem lhes afligir, enquanto que os mais precarizados, particularmente na América Latina, são os que poderíamos incluir nesse conceito, ainda pouco claro, que é o empreendedorismo. Então, e para ir concluindo, *o enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* busca estabelecer categorias, e reestabelecer, sem alterar sua substância, os princípios reitores do Direito do Trabalho. Busca reforçar essa lógica tutelar protetora das relações de trabalho; colocando foco, impulsando e buscando resgatar – sem desconhecer as heterogeneidades – essa centralidade do trabalho dependente e tutelado, para defendê-lo diante desta *hegemonia deslaborizadora*. E busca, desde uma análise crítica, dinâmica e adaptável, aportar a uma hegemonia alternativa – diante dessa *hegemonia deslaborizadora* — com uma ancoragem ideológica na justiça social, fundamentando precisamente a necessidade (e por isso coloco ênfase nas categorias) de fazer as batalhas necessárias na linguagem. Por na linguagem, como dizia García Márquez, se travam batalhas e se constroem sentidos, se busca dar maiores certezas, superar esse universalismo cientificista que é parte do poder hegemônico, promover um cenário obrigacional mais rigoroso e por isso postulamos o desenvolvimento de uma nova gramática laboralista, uma taxonomia laboral. Para isso colocamos tanta ênfase nas categorias, para que se verifique numa renovada gramática laboralista, impulsando e configurando institucionalidades, fundamentalmente, para a inclusão e a melhora da qualidade de vida e de trabalho dos mais desfavorecidos.

MJFD. Muito obrigado, Mario, é sempre um luxo te escutar e sempre tens mais aspectos para agregar a este tema. Temos perguntas das pessoas que nos assistem: como poderíamos fortalecer os sindicatos? Como funciona o modelo argentino? Porque no Brasil é diferente.

MLG. Vou tratar de sintetizar. O que denominamos modelo sindical argentino é um modelo que tem duas características centrais: uma é a concentração da representação e outra é a unicidade também para a representação. Isso se verifica fundamentalmente a partir de dois datos e de um reconhecimento normativo, que são: *a*) a promoção do sindicato por atividade; a lei prefere ao sindicato por atividade (sem desconsiderar que, na Argentina, existem também sindicatos por ofício, profissão, categoria, empresa) e *b*) outro componente que se articula com isso é o que se denomina personalidade gremial. A personalidade gremial é obtida pelo sindicato mais representativo que, pela nossa lei, é o que deve filiar ao menos 20% do universo que pretende representar; a partir disso, se consegue, terá certas faculdades exclusivas. Tem outros sindicatos que são os que chamamos com simples inscrição gremial, mas só o sindicato com personalidade gremial é o que vai poder representar interesses individuais e coletivo, negociar coletivamente, subscrever os acordos ou convenções coletivas de trabalho, entre outras faculdades. Esta estrutura sindical se projeta na estrutura da negociação coletiva. Por isso, também quando falamos do acordo coletivo mais emblemático, mais característico na Argentina é o acordo por atividade. E isso está pensado em uma lógica de distribuição e, sobretudo, foi um modelo criado no marco do processo que buscou potencializar a industrialização da Argentina depois da crise dos anos 30 e sobretudo na década dos 40. Este modelo foi impulsionado pelo peronismo; é uma criação do peronismo que buscou concentrar e gerar um impacto distributivo mais abrangente em articulação com a produção industrial, para aumentar a capacidade de consumo no mercado interno e ir avançando na etapa de substituição de importações, e projetar-se logo na substituição de exportações. Nessa lógica, a negociação coletiva na Argentina, sobretudo do setor sindical, propõe o 50 e 50 porque se entende que capital e trabalho convergem na criação de riqueza em partes iguais. Não nos esqueçamos que os trabalhadores são muito mais numerosos que os empregadores (às vezes uma só pessoa, uma direção ou alguns acionistas). Teve uma marcha muito importante no domingo e outra ontem em comemoração do 17 de outubro de 1945, data que considera como o nascimento do peronismo na Argentina; precisamente nesse mesmo ano (1945) criou-se o modelo

sindical argentino que tem estas características e que beneficia por igual a filiados e não filiados às organizações, e que busca o reconhecimento de direitos sociais, mas que também se entronca com um modelo de país. Modelo de país que se contrapõe ao modelo de produção primária que, em geral, sustentam as oligarquias argentinas; historicamente vinculado ao setor rural e hoje com alguns poucos enclaves industriais. Por isso o lema de ontem da Confederação Geral do Trabalho (CGT, central sindical que representa 95% das e dos trabalhadores na Argentina): *desenvolvimento, produção e trabalho na Argentina*. É uma característica na realidade do mundo do trabalho que, em geral, os sindicatos propõem articular com a produção, mas que se respeite esse 50% para os trabalhadores. É o cenário que se viu afetado fundamentalmente após a ditadura militar que reduziu a participação dos trabalhadores, que se recuperou na última década e que novamente se perdeu, sobretudo, após o último governo neoliberal que diminuiu novamente a participação dos trabalhadores na distribuição da renda e da riqueza.

MJFD. Vocês têm um sindicalismo mais avançado que no Brasil. Inclusive, aqui, os sindicatos estão sob o ataque do ultraneoliberalismo, quase neofascismo.

MLG. É muito interessante o que assinalas, dizias-me que havia uma pergunta também sobre como se pode fortalecer o sindicalismo. Obviamente, o sindicalismo tem que tratar de fortalecer-se por seus próprios meios, mas o rol do Estado – e isso que categorizo como intervenção tutelar do Estado – não é um dado menor. Não quero falar da legislação brasileira quando seguramente vocês a conhecem muito melhor que eu, mas estudando a reforma laboral brasileira, vemos que houve medidas, normas e regulações diretas nessa reforma laboral (que foi feita já há três anos) que diretamente foram debilitar o poder sindical. Por exemplo, a contribuição que se eliminou ou se deu caráter voluntário, que na prática foi o mesmo. Por isso, a intervenção tutelar do Estado, inclusive para promover a organização sindical, a meu juízo não é uma ingerência indevida. O princípio protetor que temos incorporado no art. 14 bis da Constituição Nacional, com dizem destacados professores como Fernández Madrid (uma referência para todos os laboristas na Argentina; Desembargador e autor de um tratado indispensável; quando ingressei na docência tive o gosto de ser parte de sua cátedra) não só se projeta nas relações individuais do trabalho, senão também às relações coletivas. Então, se queremos liberdade sindical, não temos que gerar o cenário normativo para que os sindicatos possam levar adiante sua ação? E isso se dá porque às vezes se caracteriza o modelo

sindical argentino por seu normativismo legal. Pergunto, o modelo sindical ou as relações de trabalho no Chile (tantas vezes assinalado como exemplo, porque foi a primeira grande experiência do neoliberalismo na região e no mundo) em termos de gestão do Estado e quando somente permite a negociação por empresa, não é normativismo também? O Estado sempre regula, o que muda é de acordo com os valores com que o faz. Estamos entre advogados e advogadas, principalmente, em que pese pode haver algum amigo ou amiga que não seja, e sabemos que, no mundo do Direito, a omissão, a não ação, também é uma forma de atuar. Às vezes se coloca que, em alguns países, algo não está regulado, mas quando recortaram direitos, atacaram aos sindicatos, fizeram com normas. Como a última reforma laboral no Brasil ou como o que muito antes fez Pinochet (através de seu ministro do trabalho Piñera, irmão do atual presidente), quando modificou e limitou a organização sindical por empresa, porque é sabido que, se temos organização sindical por empresa e negociação por empresa, o alcance de ambas vai ser muito menor e o desenvolvimento e fortalecimento das relações laborais também vai ser menor. Portanto, em tudo isso há estratégias. Por isso, gosto de assinalar que a negociação coletiva – e sobretudo a estrutura sindical, que é o que vemos refletido nos modelos sindicais – tem uma projeção que se corroborará ou não no que efetivamente seja a estrutura negocial, ou seja, a forma na qual se dê a negociação coletiva. Na Argentina, por exemplo, se bem temo suma lógica para negociar por atividade, na década de 90, quanto tivemos um governo neoliberal, esse modelo não podia se efetivar porque terminava limitado ou comprimido na negociação por empresa. Então sempre há uma lógica que regula, sempre há regulação. Ainda que não haja formalmente. Isto incide na negociação, quando o Estado intervén ou não intervém na solução dos conflitos e de acordo com que valores (tomo o conceito do axiológico, que está presente nas relações laborais, mas, sobretudo, por exemplo, na teoria trialista, que põe foco no normativo, normológico, sociológico e axiológico). Os valores são determinantes, apesar de que nos proponham hipóteses de laboratório, o famoso *cæteris paribus*, que tantas vezes utilizam os economistas para embasar condições ideais que não são tão ideais para construir uma determinada condição. Também há que propor a partir de um determinado valor, porque essas condições ideais são ideais para alguns, mas provavelmente não tão ideais para outros, salvo no mundo da física, que é outra questão.

MJFD. No Brasil temos de mudar a política para poder avançar na intervenção do Estado para a proteção dos sindicatos. Há outra pergunta: men-

cionaste que há aproximadamente 20 países com sindicalismo relevante, quais são? É possível identificar uma forma comum de organização neles?

MLG. Aclaro algo, quando falo de 20 países estou sendo generoso. Digo 20 e poderiam ser 15, que movimentos sindicais podemos apontar? Aonde há maior densidade sindical é nos países nórdicos, Dinamarca, Islândia, Suécia, Noruega, Finlândia; também na Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Áustria. Depois, temos outros movimentos sindicais que entraram em crise profunda. Por isso digo que com o número sou generoso, porque em geral, quando aponto isso digo: não mais de 20. O movimento sindical historicamente mais forte, talvez, nesse sentido, é o movimento sindical francês, que tem uma baixa taxa de filiação sindical (tecnicamente densidade sindical), mas tem um importante grau de resposta por parte dos trabalhadores quando declara uma medida de força. Na África e na Ásia, e o digo com todo respeito, os movimentos sindicais, em geral, são fracos. E no continente americano temos a relevância dos Estados Unidos que tem um movimento sindical historicamente importante por sua ação, mas também porque está nos Estados Unidos e isso tem uma relevância extra. Estou sintetizando, mas também há tido um debilitamento nos últimos tempos. Ainda que tenhamos visto que o próprio presidente Biden, pouco tempo depois de assumir, revalorizou o papel dos sindicatos. Em alguma destas latitudes, como Argentina ou quiçá Brasil, disseram que ele é comunista por dizer isso, pois sempre se busca a estigmatização. Também o movimento sindical canadense é importante. E o resto da América Latina tem sofrido um enfraquecimento muito grande – poderíamos dizer de décadas – o movimento sindical mexicano; e praticamente ficavam como maior força o movimento sindical brasileiro, o uruguaio e o argentino. Brasil está atravessando este ataque direto às organizações sindicais, com o que hoje também fica debilitado nesse cenário. Por isso, quando digo 20, poderia dizer 15, e se esmiuçamos, estamos ao redor de 15 países com possibilidade de levar adiante medidas. Poucos movimentos sindicais no mundo têm a capacidade de levar adiante uma medida de força como uma greve geral. O movimento sindical argentino está entre os poucos que podem fazê-lo. A última greve geral que ocorreu teve uma adesão de 97%, foi uma paralisação total do país; além de luzes e sombras, como qualquer área onde estamos nós, seres humanos. Sim, vemos um enfraquecimento geral que não é de hoje, mas sobretudo a partir da crise do petróleo, com o desmantelamento do Estado de bem-estar e logo com uma atitude hostil em diversos âmbitos; mas sobretudo a partir das políticas que visibilizou e exteriorizou Margaret Thatcher, quando ganhou as eleições em 1979 no

Reino Unido da Grã-Bretanha e; no ano seguinte, em 1980 quando Ronald Reagan ganhou as eleições nos Estados Unidos. A partir daí, se potencializa esta ofensiva neoliberal que havia tido sua primeira experiência no Chile e em outros países de nossa região, aonde o objetivo prioritário – e hoje vocês também podem advertir – seguem sendo as organizações sindicais.

MJFD. Perfeito. Obrigado. Temos outra pergunta. A Constituição Federal do Brasil de 1988 tinha o objetivo de fortalecer os sindicatos, podemos dizer que ela falhou? E se é assim, que podemos aprender com a lei argentina? Com diferença de vocês na Argentina, aqui no Brasil temos uma baixa taxa de associação de pessoas trabalhadoras e agora com essa reforma laboral, como bem aclaraste, os trabalhadores estão se afastando mais dos sindicatos. Que poderíamos pensar e fazer no Brasil? Que poderíamos aproveitar da Argentina?

MLG. Sempre aclaro, quando respondo sobre outro país, que quero ser muito respeitoso porque seguramente vocês conhecem a problemática local muito mais e melhor que eu. Vou-me permitir fazer algumas reflexões também sobre a pergunta, que é muito interessante. Não sei se a Constituição falhou ou não, não sei. Porque uma coisa é o normativo; mas também tem de ver como se instrumentaliza, como se interpreta, como se aplica a norma. E aí jogam muitas variáveis, por isso desde o *enfoque crítico tutelar das relações de trabalho* gosto de falar dos elementos interdisciplinares e transdisciplinares. Creio que não podemos nos olvidar que o Brasil teve um presidente que foi dirigente sindical; as organizações sindicais – o movimento sindical brasileiro – teve um protagonismo até pouco tempo atrás e também foram objeto de um ataque neste marco do que categorizo como *hegemonia deslaborizadora*. Quê se pode fazer? Creio que a resposta é complexa, creio que nos informar, explicar e analisar estas questões não é um tema menor; mas me vem à memória, também, o que se chama – faz tempo escrevi um artigo a respeito – a auto-reforma sindical. Ou seja, os sindicatos, hoje em dia, tem que se ocupar das questões gremiais, mas também têm que projetar ações políticas para incidir nas políticas públicas que levam adiante os governos à frente do Estado. E, ao mesmo tempo, creio que outro dos problemas é que alguns projetos políticos, quando perfilam (se perfilam, definem o modelo de país que têm), às vezes não consideram tanto ao sindicalismo como parte desse projeto. Na Argentina, e creio que é algo que está voltando a visibilizar e discutir sobre as organizações sindicais, o modelo de país, nacional, popular, para as maiorias populares, requer – e creio que isso não se interpreta, os setores neoliberais obviamente, não querem nenhuma relação com os sindicatos, se pudessem

fariam eles desaparecer da face da terra – mas atenção. O que me preocupa é que alguns que integram os denominados setores populares não dão a suficiente relevância ao rol das organizações sindicais; porque eu creio que respeitando a autonomia, como destacava antes, tem que haver uma interação entre os projetos políticos e os sindicatos, e dos sindicatos com os projetos políticos. Os sindicatos têm de ser parte porque isso, ademais, está reconhecido no mundo. Os sindicatos participam da vida política e têm direito de fazê-lo, a apoiar determinados projetos políticos, a apoiar ou sustentar determinados candidatos porque aspiram a que representem seus interesses e a que se implementem políticas em benefício das e dos trabalhadores. Para que haja uma intervenção tutelar do Estado, também deve haver uma ação sindical em direção ao Estado para retroalimentar-se; seria um círculo virtuoso, uma simbiose em busca de um equilíbrio. Porque não nos esqueçamos de algo que me vem à memória e que costuma assinalar: o campo de batalha, o lugar de disputa do poder é o Estado. Melhor dito, o governo do Estado, porque como digo sempre, nós advogados temos uma tendência em falar do Estado, então o Estado ou é bom ou é mal, e para mim o Estado pode atuar bem ou mal, depende do governo que está à frente da gestão do Estado. Sabemos que determinados governos da Argentina ou do Brasil são mais favoráveis e outros são menos favoráveis ou diretamente hostis para as trabalhadoras e os trabalhadores. Vejam o paradoxo: os movimentos neoliberais, os projetos neoliberais, para por em prática suas políticas, buscam controlar o governo do Estado; de maneira que os que criticam sempre ao Estado, se valem do Estado para levar adiante suas políticas desreguladoras em um sentido desprotetor, propondo reformas laborais como a que se deu no Brasil e como as que se quiseram fazer na Argentina. Então tem de haver, respeitando a autonomia dos atores sociais, uma articulação e uma aliança política; e para isso é importante ter claro a comunidade de interesses e o projeto político, que é o que nem sempre – pelo menos na Argentina – está de todo claro como se constrói. Parece-me que o projeto político é o que nos permite definir um modelo de relações laborais, um modelo de saúde, um modelo de educação, um modelo de desenvolvimento tecnológico e produtivo, quando temos uma ancoragem clara. O grande cenário de disputa é o Estado. Os sindicatos podem ter representantes sindicais que participem na gestão de governo ou não, o que não podem fazer é não ter políticas para a gestão no governo, para incidir da mesma forma que fazem os setores empresariais. Então me parece que tem de entender essa interação, que é o que ocorreu em muitos de nossos países em determinados momentos históricos: eu sempre nomino a Battle

y Ordóñez no Uruguai, a Getúlio Vargas no Brasil, a Perón na Argentina, a Lázaro Cárdenas no México, que construíram alianças, construíram poder – com acertos e com erros segundo o gosto de cada um – mas construíram uma aliança política para levar adiante determinados modelos de desenvolvimento e de crescimento. Às vezes o fizeram com maior ou menor ingerência porque – como sempre advirto também – a linha entre a intervenção tutelar do Estado e a ingerência devia é sempre tênue.

MJFD. Muito obrigado. Já estamos no final, foi um prazer, creio que passaríamos horas te escutando. Se queres agregar algo mais, para logo nos despedirmos...

MLG. Creio que temos de pensar, hoje em dia, em termos locais, regionais e globais. É fundamental a interação de nossos movimentos sindicais com os projetos políticos mais próximos. Vemos que o mundo está dividido em dois; para simplificar, o neoliberalismo está mostrando uma vez mais que não é democrático e seria bom que se entendesse. Estamos a caminho de um projeto que passou de um fascismo em direção ao Estado, desde o Estado e no Estado, a um fascismo que somente se vale do Estado para sustentar os interesses de umas poucas corporações grandes. Parece-me que é um tema importante e o deixo sobre a mesa; estou começando a refletir, entendendo que merece ser analisado com maior profundidade. O “outro” fascismo era de um nacionalismo exacerbado, e por isso as visões eurocêntricas não entendem que o nacionalismo – com anota Harari – na América Latina não se escreve com “z” como foi escrito na Europa; Getúlio Vargas, Perón, Lázaro Cárdenas, Battle y Ordóñez tinham um componente de nacionalismo mas não com essa lógica racista, imperialista, mas sim um nacionalismo que buscava gerar um grau de independência, autonomia e soberania, e controlar algumas questões estratégicas, mínimas para o funcionamento do Estado. Então, parece-me que há muitas reflexões para seguir levando adiante, porque hoje vamos a caminho – se me permitem a expressão – de um fascismo privatizado. Assim, agradeço nuevamente por este espaço, foi verdadeiramente um prazer compartilhar com vocês e agradeço o nível das perguntas e intervenções. Também agradeço a IPEATRA, e seguiremos trabalhando e compartilhando estes espaços acadêmicos comuns e potencializando esta relação entre Brasil e Argentina que nos beneficia e enriquece a todos e todas. Temos que seguir trabalhando muito forte, se bem o fascismo é uma expressão – mais que exacerbada – do capitalismo, está tomando uma caracterização diferente e creio que para contribuir para que esta problemática se entenda melhor, quiçá tenhamos de seguir explorando isso.

Mario L. Gambacorta

MJFD: Muito obrigado uma vez mais e até a próxima.

Epistemologia contemporânea e relação laborais

8 de setembro de 2021

Alejandra Niño Amieva

Doutora pela *Universidad de Buenos Aires*, advogada, docente de graduação e pós graduação e investigadora. Coordenadora do Doutorado em Ciências Jurídicas da *Universidad del Museo Social Argentino*.

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Estamos em um novo encontro deste ciclo de Diálogos transdisciplinares em torno ao enfoque crítico tutelar das relações de trabalho com Alejandra Niño Amieva. Bem vinda a este ciclo.

Alejandra Niño Amieva. Muito obrigado, Mario. Agradeço-te – como também ao IPEATRA – pelo convite a este ciclo. Parece-me de significativo interesse e de grande importância que sejam gerados estes espaços para discutir diferentes aspectos em torno das relações laborais. A convocação tem de ver com questões epistemológicas e, em tal sentido, queria fazer uma aproximação à epistemologia nas relações de trabalho, mas a partir de uma noção ampla (tal como é entendida pelo pensamento anglo-saxão), isto é, uma epistemologia como teoria do conhecimento e distanciada dessa concepção padrão da ciência que foi representada na primeira metade do século XX, particularmente pelo positivismo lógico e o racionalismo crítico, a que se apresentou – neste momento – como a teoria mais hegemônica e potente, sobretudo para poder dar conta de uma aproximação científica da realidade. Sabemos que, a partir dos anos sesenta do século XX, começam a se desenvolver outros interesses, outras epistemologias; aproximações que poderíamos incluir dentro das denominadas filosofias compreensivistas com autores como Peter Winch ou Hans-Georg Gadamer, a quem – a partir das propostas de Wittgenstein (no caso do primeiro) ou de Heidegger (no caso do segundo) – interessa-lhes acentuar uma concepção interpretativa, abordando ou considerando a ideia de que a compreensão não é só um método adequado para conhecer os fenômenos sociais, mas que também é constitutiva da realidade; compreende-la é, ademais, um aspecto que constitui a essa mesma realidade compreendida. Esta relação, entre o modo pelo qual os científicos sociais abordam os objetos de estudos e a forma pela qual os atores sociais se relacionam e se comunicam em sua vida cotidiana, tem consequências fundamentais para as ciências sociais. Tratar de dar a tarefa da compreensão dos fenômenos sociais um

lugar indiscutível na investigação de ditos fenômenos, que é algo que nos convoca neste momento. Em direção às décadas dos setenta e dos oitenta do século passado assistiremos a uma renovação acerca da concepção teórico-crítica das ciências sociais, especificamente através dos trabalhos de Anthony Giddens e de Jürgen Habermas e de alguns desenvolvimentos do marxismo analítico, com autores muito interessantes que retomam a Karl Marx, mas com uma crítica de grande interesse. E se orientaram, reitero, para uma concepção das ciências sociais que vai um pouco mais além das próprias concepções que têm os autores dessas culturas ou dessas sociedades que tentam abordar. Para estes autores as ciências sociais devem propor explicações daqueles aspectos da realidade social não considerados pelos próprios autores. Por isso me interessava relacionar estas reflexões com tua convocação a este ciclo interessado em discutir este *enfoque crítico tutelar* que, em termos gerais, poderíamos vincular com alguns interesses desta reflexão do âmbito da epistemologia e das ciências sociais, que tenta ser uma alternativa mais criativa, mais produtiva e mais crítica que as epistemologias mais tradicionais.

MLG. Em linha com este último, consideras factível enunciar ou verificar determinadas condições em que poderia se enunciar precisamente uma epistemologia das relações laborais ou em torno das relações laborais? Isto em função dos distintos enfoques ou de outras pautas que se possam construir.

ANA. Sim, na realidade a pergunta fundamental é: podemos falar de uma epistemologia das relações laborais num contexto no qual praticamente se fala de epistemologia de... *tudo*? Considero que em algum ponto sim, porque neste *enfoque crítico tutelar* aqui postulado há um interesse em discutir algumas noções, algumas terminologias e, ademais, em abrir o diálogo ou a discussão sobre questões relacionadas com determinados hábitos na nossa compreensão da realidade social e dos fatos. Neste sentido, este enfoque me parece um excelente modo de apresentar um desdobramento epistemológico a partir da proposição e discussão de determinadas categorias, por exemplo, da *hegemonia deslaborizadora*. Já houve várias apresentações, trabalhos publicados e uma ativa ação por parte de diferentes pessoas que vem pensando nisto, entre as quais um protagonista é justamente tu, Mario. Quando se propõe desde este *enfoque crítico tutelar* a noção de *hegemonia deslaborizadora*, a inclusão da expressão *hegemonia* me parece muito significativa: alerta-nos acerca do processo de construção de um consenso importante em torno da relativização e da progressiva diminuição do trabalho dependente tutelado. Este é um as-

pecto próprio, além de particular da nossa região. Muitas vezes pensamos com categorias alheias a nossas realidades regionais e me parece que, resistindo a certa tendência uniformizadora do que é o mundo do trabalho ou o *trabalho do futuro*, a partir da colocação em discussão desta expressão em particular, estamos admitindo duas coisas muito importantes. Por uma parte, assumindo um termo de uma teoria que, no interior de uma crítica à *filosofia da praxis*, se distancia do marxismo e identificamos com a teoria gramsciana e também com uma epistemologia crítica relacionada com a produção de signos, especificamente semiótica; reconhecemos o termo *hegemonia* como uma expressão gramsciana por excelência, entendendo como tal justamente estes processos de construção de consenso nem sempre fáceis, nem em absoluto simples e de difícil desarticulação. E, em segundo lugar, não me parece menor ao propor este alerta significativo com relação a que a *deslaboralização* é já uma hegemonia, é já uma sorte (em termos gramscianos) de estruturação – dentro do sentido comum – de determinadas valorações em torno à *deslaboralização*. Aí me parece que há um ponto de forte interesse no sentido de que se dá um diagnóstico que muitas vezes aparece velado, não aparece apresentado de um modo claro ou não aparece discutido; justamente este consenso importante em torno a esta *deslaboralização*.

MLG. Tratamos de abrir alguns detalhes também em torno à necessidade de categorias próprias, que às vezes é difícil construir. E quero agradecer publicamente porque quando comecei a trabalhar, escrever, a desenvolver este enfoque, mais de uma vez pedi a opinião de Alejandra que realmente fez aportes significativos nestas temáticas, sobretudo no desenvolvimento e precisão da noção de hegemonia alternativa. Fizeste alguma referência que às vezes recorremos a categorias eurocêntricas: não corremos o risco de projetar uma realidade que depois não podemos verificar na prática? Um pouco a ideia do *enfoque crítico tutelar* é abrir uma reflexão sobre a necessidade de construir categorias desde a periferia; já alguém falou de uma epistemologia desde o sul... E não o digo pelo *enfoque crítico tutelar*; o digo pela produção teórica desde nossos lugares: Brasil, Argentina, América do Sul para falar de nossa região ou sub região, como preferimos dizer-lo ...

ANA. Sim, e isto nos conecta com uma orientação e um interesse inter e transdisciplinar; mais de uma disciplina se preocupou justamente pela apropriação acrítica de categorias eurocêntricas e algo distantes de nossas realidades e objeto de estudo. Se bem que há uma tradição crítica importante que não temos porque desestimar, penso neste momento na teoria

decolonial que vem trabalhando fortemente com relação a uma descolonização. Falar de deslateralização, contemplar suas condições de possibilidade, a forma na qual se configuram e se ressignificam, como também as práticas consequentes que geram, não é o mesmo no âmbito latino-americano que no europeu, norte-americano ou em qualquer outra cultura. E mais ainda se pensamos na América Latina não como um todo, senão por partes em diferentes regiões, pois temos diferentes “índices” de colonização. Na teoria social contemporânea, particularmente na sociologia, na antropologia, isso foi continuamente revisado: não podemos observar nossas realidades, abordar nossos objetos de estudos, nossas textualidades, nossos signos, com categorias que nos são alheias. É tudo um grande desafio e, por suposto, há uma grande quantidade de autores latino-americanos que empreenderam fortes esforços, já desde os princípios do século XX, tratando de pensar as particularidades da nossa região. Ao mundo do trabalho, ao trabalho do futuro (como o denominas), às relações laborais, deveríamos contempla-los, analisa-los e discuti-los resistindo a essa leitura globalizadoras destes processos (que nunca são totalmente globais). De todos os modos, esta descrição de como uma cultura se configura e reproduz significativamente e de como, ademais de descrever-se, postula um modelo meta explicativo das possibilidades de produção significa – tal como propunha Gramsci – me parece ainda muito interessante e pertinente para pensar os problemas latino-americanos. Esta é a particularidade que tem a teoria gramsciana, a que, ademais, empreende uma forte crítica – que o marxismo analítico compartilha – às máculas positivistas do marxismo. É também uma teoria semi-ótica, ou seja, da produção de significados, da produção textual, da produção sígnica. Quando falamos de hegemonia estamos falando desses processos de construção de consenso sobre os que ainda temos de discutir e também de nossa responsabilidade na configuração desses consensos.

MLG. Estás muito vinculada ao ensinamento e ao ensinamento do Direito, entre outras disciplinas. Tem uma pegada positivista que se vê muito forte, por exemplo, em algumas faculdades de Direito na Argentina. Isso contribui para encerrar ou simplificar o debate para o estabelecimento de categorias no Direito e, como costume dizer, o Direito como parte das relações de trabalho. Às vezes, este positivismo mostra como o Direito estipula ou “resolve” tudo. Em termos de educação, aprendizagem, transmissão do conhecimento, como vê o rol do positivismo? Além de seus aportes em termos de dinâmica para o estudo, a transmissão ou o conhecimento de sentenças, que geraram frase, creio que pelo menos na Argentina, de con-

seqüências nefastas como que “a lei é só o que dizem os juízes”.

ANA. É muito complexo. Algo que detectei é certa resistência no âmbito das ciências jurídicas a convencer-se de uma reflexão inter ou transdisciplinar, à teoria social mais contemporânea. Se bem que nos últimos anos há uma maior abertura, é para autores dos anos 80 do século passada; que está muito bem, mas são os autores ou as teorias mais difundidas (nem sequer os mais interessantes) no sentido que tem mais crédito editorial, circulam por determinadas razões nas Universidades...

MLG. São parte da hegemonia...

ANA. Há uma sorte de resistência a uma discussão mais forte de alguma terminologia e uma tendência a encerrar-se na análise da norma ou não abordar ativamente o que tem de ver com os valores ou com os fatos, para centrar-se mais no Direito. Não posso generalizar porque seria absolutamente injusto, mas algo que podemos observar a partir da leitura dos programas na formação em Direito ou Ciências Jurídicas – exceto em algumas matérias como filosofia, teoria do Estado etc. – é uma preeminência de reflexões de juristas sobre as de filósofos, sociólogos ou pensadores de outras disciplinas. Parece-me que resulta de interesse tratar de pensar epistemologias, modos de construção de conhecimento, revisão de determinadas categorias, reapropriação de certos conceitos... justamente a leitura crítica de categorias de outros âmbitos pode nos resultar úteis e são necessárias. Uma releitura de Gramsci, por exemplo (mesmo quando já foi fortemente lido), me parece significativa, importante e a encontro neste *enfoque crítico tutelar*; particularmente a partir desta possibilidade de apresentar-se como uma hegemonia alternativa na discussão desta problemática. Mas que não aspira resumir-se à discussão científica, mas que implica ou pretende traduzir-se em práticas consequentes. Não se trata de discutir de um modo abstrato, senão de que esta discussão se canalize por âmbitos alternativos, o que permite justamente a apropriação de determinados conceitos e também uma prática a partir dessa apropriação. Sabemos que a hegemonia nunca é absoluta, sempre há contradições, sempre alguém vai estar em desacordo. Este enfoque crítico justamente manifesta o não estar de acordo, marca o diferente, a disputa, esta possibilidade de fazer uma modificação, uma mudança em alguns sentidos ou significados que circulam de modo anquilosado no sentido comum, que é justamente o espaço onde a hegemonia estrutura as valorações. Eu creio que tornar a ler Gramsci e, sobretudo, neste momento (não afirmo que se tenha deixado de ler, é realmente importante a quantidade de leituras sobre ele) mas me

parece que sua teoria dá uma base forte importante para pensar nossas realidades e propor outras terminologias e categorias.

MLG. Em termos de relações laborais trabalhamos mais sobre inclusão, busca de equilíbrios, busca de consensos, de diálogo, que também merecem uma leitura crítica, porque são termos às vezes tratados com bastante leviandade. Como vê o conceito de diálogo, de consenso e sua maior ou menor vinculação com o conflito? Às vezes isso se trata de forma articulada, mas também de forma dissociada...

ANA. Quiçá é interessante retomar experiências ou pensadores também de lugares marginais e convoca-los para pensar termos ou noções que foram configurados em condições similares às nossas – não eurocêtricas claramente. Por exemplo, um termo que mencionaste recém como o do “diálogo”, por que não convocar a teoria da dialogicidade baitiniana? Para discutir de um modo mais pertinente esta noção que se encontra fortemente habitada e que, em geral, entendemos como intercâmbio de pareceres. Se fazemos uma rápida enquête e perguntamos o que se entende por “diálogo”, a resposta será “intercâmbio de pareceres”. O diálogo nem sempre é entendido como uma discussão, tal como a concepção de Baitin, um autor também marginal, - perseguido como Gramsci, mas na Europa oriental, se bem não tão vinculado com uma prática política mais concreta como Gramsci, mas não menos interessante. “Diálogo”, um termo tão utilizado, tem na prática uma conotação muito diferente de como é concebido na teoria baitiniana, em que o diálogo é justamente a explicitação do diferente, da disputa. E nas relações laborais isso aparece: há uma concepção de que a mera convocatória ao diálogo social ou de qualquer tipo implica um reconhecimento do Direito à produção sígnica. E isso nem sempre sucede. Às vezes se debate sobre direitos, mas não se discute acerca da distribuição efetiva de tais direitos. Tem algo que em algum ponto escapa e com isso uma espécie de conformismo. Justamente são manobras da hegemonia que, para manter-se, necessita ser redundante. Tem uma grande quantidade de redundâncias que justamente não nos permitem advertir estas questões e me parece que aí há uma responsabilidade importante da teoria crítica e da crítica – como vamos entender o diálogo? O que é o importante do diálogo? Em termos baitinianos, o resultado não é o importante do diálogo; o importante é, justamente, a explicitação das diferenças. E, ademais, o diálogo – e nisso há uma coincidência com o marxismo analítico – não é dialético, não tem um fim predeterminado, não avança em direção a uma “solução”, é agonístico. Qualquer coisa pode surgir do diálogo. No diálogo é que podem se evidenciar esses sentidos que, se alguma vez estiveram na

cultura, têm a possibilidade de voltar a ativar-se. Por suposto, é toda uma questão de responsabilidade ética: como se ativam, em que condições se ativam... Claro, isto não implica dizer que o resultado não é, em absoluto, importante, mas às vezes buscamos um resultado de algo que chamamos diálogo (e isto em todos os âmbitos) e ficamos com esta sensação de que dialogamos, quando na realidade não houve uma ativação importante de determinados sentidos ou significados que se possam por na mesa para discutir e particularmente apresentar-se justamente como *diferenças*. Neste ponto também se poderia pensa-lo como hegemonia alternativa: quando se explicita uma contradição se desarmam os supostos sobre os que se edifica uma afirmação.

MLG. Que interessante isso, porque no *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho surge o conceito – como apontaste muito bem – de diálogo social e, às vezes, quando tomamos esse conceito dentro do que preconiza a Organização Internacional do Trabalho (OIT) – e em torno a outro conceito que é o do trabalho decente – vemos um diálogo que, às vezes... humildemente me permiti fazer algumas críticas sem desmerecer os aportes da OIT mas assinalando algumas debilidades pelo fato de ser um diálogo que às vezes parece desconectado do conflito e no seio da OIT com sérias dificuldades, sobretudo a partir do debate que se deu no ano 2012, quando o grupo empregador desconheceu numa Convenção, a 87, sobre liberdade sindical, que essa Convenção contempla o direito de greve, a greve como elemento emblemático do conflito. Marcamos diferenças, como dizias, dentro da concepção baitiniana, mas como resolver essas diferenças, esse antagonismo, esse caráter agonal (que pode nos levar a distintos lugares)? Ou o diálogo é somente sentarmos para falar: sigamos dialogando *in aeternum* e também pode ser uma forma de limitar o conflito e manter uma sorte de ordem conservadora.

ANA. Por isso é interessante entender a dinâmica da hegemonia, entender a cultura do capitalismo – que foi o projeto gramsciano – e a partir daí com a proposição do termo hegemonia, entender, justamente como procede a produção de sentidos, de significados e, com isso, de práticas no interior do mundo contemporâneo. Então, entende-lo é a condição de possibilidade de alguma sorte de desarticulação. Não para se converter em outra hegemonia de igual tipo, não se trata de uma mera substituição mas de uma modificação de sentidos, uma alteração, uma erosão, uma mudança significativa gerada a partir do consenso da maior quantidade de vozes possíveis, sabendo que sempre – e isso é dramático em algum ponto – alguém vai estar em desacordo. São considerações que quiçá deveríamos recordar, como

a questão da assimetria sígnica consubstancial à hegemonia: nem todos temos o mesmo direito de produo sígnica. É mais fácil lograr um maior direito de produo sígnica se reconheço a assimetria na qual me encontro como grupo social, que se parto da utopia de que sou igual ao outro com quem estou dialogando.

MLG. Também poderíamos perguntar como intervm a tica nisto.

ANA. A questo da dimenso tica... No podemos ser ingnuos de pensar que nessa hierarquizao e nessa assimetria no há uma valorao. Ento, primeiro, assumir a existência de valoraes. Por outro lado, a teoria gramsciana postula a categoria do intelectual orgnico que no tem de ver necessariamente com uma posio acadêmica mas com uma escuta atenta, com uma relao com aqueles valores que, como parte de um grupo social vou defender: aquilo no que vou crer, pelo que vou viver. Quem possa ter a suficiente sensibilidade para detectar contradies que ponham em xeque os princípios de verossimilhança da hegemonia, pelo so fato de explicita-las tem uma atitude ou compromisso tico. Se me dou conta dessa contradio e no o explicito, aí se vai a minha tica.

MLG. Às vezes fala-se do intelectual orgnico e se pensa mais no partido de quadros e creio que aí é aonde tem alguma falência que depois se replica. Recordo Enrique Dussel e sua viso da liberao e vou me permitir falar de uma concepo teolgica e, conseqüentemente, filosfica, que vai além e que se desenvolveu na Argentina e que muitos dizem que tem muita influência sobre o papa Francisco que é a teologia do povo. Todas estas construes, o problema que têm, às vezes, é que no so de baixo para cima, mas de cima para baixo, e para entender as relaes laborais em categorias autctones, me recordava disso porque o povo, temos até de cheira-lo, no so interpreta-lo teoricamente. Porque aí há uma construo que, qui, em termos locais, apontam mais para reconhecer e construir de baixo para cima e tomando-o a Francisco também, da periferia para o centro. É aí voltamos a romper com as categorias eurocêntricas, aqui creio que tem concepes profundamente ticas jogando: como vs isso? Desde o *enfoque crítico tutelar*, particularmente, penso que no se pode construir sem ter em conta os atores e aqui os grandes protagonistas so os sindicatos, os movimentos sociais, como te parece, em termos epistemolgicos, e de uma tica vinculada a uma epistemologia das relaes laborais, que se possa compreender isso?

ANA. Quando mencionei algum tipo de pensamento mais interessado na construo de categorias para nossas realidades regionais ou locais, pen-

sava em Walter Mignolo, basicamente na teoria decolonial, porque bem... está um pouco em relação com estas teorias do interesse signíco que estou invocando agora, como Gramsci ou Baitin. Mas sim, temos uma forte tradição nesse ponto que, em um momento – basicamente no último quarto do século XX – se expandem, para logo entrar em um cone de silêncio importante. Eu creio que aí, nós, justamente como pensadores, como analistas sociais, temos a responsabilidade de invocá-los novamente. Às vezes, desde o ponto de vista acadêmico... reporto-me rapidamente ao que nos sucede: a questão da qualidade universitária, as exigências em torno dos reconhecimentos etc., nos levam a utilizar a última bibliografia publicada (sucede em todas as disciplinas) e... já *ninguém cita Albert Einstein*, não obstante, ainda pode nos dizer coisas interessantes. Isto se acentuou fortemente. Ademais, tem algo muito importante que aparece no *enfoque crítico tutelar* que é a preeminência da teoria econômica na avaliação de quase todas as relações. Isto é impressionante. Inclusive quando vamos ao resultado de um diálogo, o que tem ali também é uma sorte de aproximação em termos econômicos, igual na terminologia que se utiliza no diálogo. Pensemos em qualquer documento que tenha a ver com as relações laborais e vejamos a quantidade de termos econômicos que se utilizam. Então existe como que uma concepção unificadora em relação com determinadas questões, que são as que se acentuam permanentemente.

MLG. Claro, o econômico em um sentido acríco, entendido mais como economicismo, para caracteriza-lo mais. E com uma conotação pejorativa digo isso, é como que o centro econômico deixa de lado outras variáveis. Porque a economia é valiosa, mas o economicismo é isto que assinalas (e que te agradeço que reconheças no *enfoque crítico*), uma deformação e uma terminologia que desvirtua e que toma conceitos. O empreendedorismo por exemplo, que tem uma carga profundamente anti-laboral em termos de trabalho dependente e tutelado, por vezes é usado pelos mesmos que pretendem defender o Direito do Trabalho. E assim se vão internalizando conceitos que às vezes são os grãos de areia que vão aumentando essa hegemonia deslaboralizadora.

ANA. Claro, por isso o interesse em não olvidar que a redundância é substancial à hegemonia. Eticamente, que deveríamos fazer? Estar alertas ante qualquer indício de redundância que nos filtra, porque formamos parte... A hegemonia alternativa é parte da hegemonia, mas é aquela hegemonia que pode advertir essa contradição e pode erosionar algumas de suas bases. Para desgraça de todos, quiçá, e Gramsci assume isso, é muito difícil configurar-se como hegemonia alternativa; e é muito difícil também

erosionar as bases de uma hegemonia, mas isto – também eticamente – não deveria fazer-nos desistir da possibilidade. Porque também com outros autores do interesse sógnico ou semiótico, na semiosfera, na cultura, na semiosis, na realidade, nenhum sentido se extermina absolutamente. A intenção de extermínio sógnico, para o bem ou para o mal, é dificilmente possível no marco deste pensamento ou destas teorias. Então o fato de convocá-las, de discuti-las e de saber que é um projeto de longo prazo é muito importante, porque se não entendemos esta dinâmica na configuração da hegemonia e as possibilidades de uma hegemonia alternativa, em menos de um lustro desistimos e nos dedicamos a outra coisa. Isto é dilatado e extenso, de longo prazo, ninguém diz que é fácil, é muito complexo. E se tem mudanças intempestivas, se deveria suspeitar se não são afins à hegemonia ou é uma reapropriação de alguma hegemonia alternativa como para neutralizar suas possibilidades mais vigorosas.

MLG. Como costume oferecer a nossos convidados e convidadas, deixo estes últimos minutos se queres arredondar alguma ideia ou qualquer questão que tenha sido omitida nas perguntas.

ANA. Não é nada novo o que propus aqui, de alguma forma é um pouco recorda-lo, reler alguns aspectos desta dinâmica de produção de sentidos e pensar que nós possivelmente estamos abonando a muitos deles. É certo que tem uma tendência a uma leitura micro e de curto prazo que, ademais, se impõe inclusive em nossas próprias práticas por fora do que é o mundo do trabalho ou do que fosse, que nos impede pensar no trabalho do futuro. Tentamos solucionar o *agora* e não pensamos para mais adiante, então talvez pensá-lo como um projeto... Permito-me às vezes sentir certo desânimo ante este longo prazo que requer algum tipo de erosão de uma hegemonia que tem um consenso tal como se construiu particularmente nas últimas décadas. A mim me resulta dificultoso. Mas isto não deveria desanimar ninguém. É uma sensação pessoal e subjetiva e, sem embargo, vê aqui que estamos falando e discutindo estas possibilidades de articular horizontes teóricos para pensar o trabalho tutelado e determinadas condições de trabalho para nossas regiões, para nossas realidades. Reitero, o que me parece fortemente significativo é o diagnóstico ou a afirmação de que a *deslaborização* é já uma hegemonia. Isto deveria alertar-nos a todos, ou seja, tem um consenso muito forte em torno a isto. Agora, como erosionamos isso? Como discutimos? Como começamos a explicitar as contradições que possam desgastar as bases desta tendência à *deslaborização*? Isto é um projeto muito complexo, um projeto no qual tem de trazer diferentes disciplinas, pensadores, práticas, atores sociais; é um

projeto coletivo, basicamente, e que requer também de múltiplos âmbitos de discussão.

MLG. Creio que é central o que acabas de dizer e realmente te agradeço porque aqui se está tratando de por em evidência certas questões, mas os que tem de levar isso adiante são os protagonistas e os protagonistas aqui nesta diversidade complexa que podemos sintetizar do lado dos que sempre requeiram essa tutela, fundamentalmente os atores sindicais, os atores sociais que são eles que poderão tomar isto, aproveitar o que sirva, descartar o que não sirva, porque são os protagonistas. E também para incidir nas políticas públicas, porque tudo isto requer um acionar em direção ao Estado e desde o Estado para também acompanhar determinados processos. Porque o Estado, neste concurso de hegemonias, contra-hegemonias e hegemonias alternativas, é um ator que costuma jogar a favor ou contra, em distintos graus, dos envolvidos neste complexo mundo das relações laborais. E resgatar este conceito de interdisciplinariedade que é necessário para fazer uma leitura estratégica destas situações. Então, muito obrigado novamente.

ANA. Obrigado a ti. Desculpo-me com os ouvintes brasileiros se falei muito rapidamente ou não fui precisa. Estamos limitados pelo tempo, mas tratei de sintetizar de um modo simples algumas questões e recordar outras com a expectativa de que isto siga sendo discutido. Isto me parece fundamental.

MLG. Esperemos que sim, e teus aportes sempre somam, estejamos de acordo ou em desacordo, creio que esse é o processo...

ANA. Justamente, é a partir do diferendo, do choque significativo que se pode discutir algo, produzir significativamente. E isto é algo que deveríamos compreender: explicitar a disputa, o distinto é, talvez, a condição de possibilidade de produzir significativamente algo criativo, proveitoso. Bem, muito obrigado.

MLG. Obrigado a ti. Boa noite.

Justiça social, democracia, capitalismo e direitos humanos

24 de fevereiro de 2021

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Doutor em Ciências Jurídicas. Desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 4a Região, Porto Alegre, RS, Brasil. Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA).

Mario Luis Gambacorta. Boa tarde. Bem vindos a este ciclo de *Diálogos transdisciplinares em torno ao enfoque crítico tutelar das relações de trabalho*. Quero agradecer ao Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) pela iniciativa e particularmente a seu presidente, Marcelo D'Ambroso, pelo convite para ser o entrevistador neste ciclo que busca contribuir aos debates em torno ao *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho; uma leitura crítica que busca ser contextualizada e contextualizadora ao mesmo tempo para aprofundar a análise e as problemáticas das relações laborais. As relações de trabalho são atravessadas por muitas variáveis; abarcam não só o normativo como também temáticas sociológicas, axiológicas, econômicas, entre outras. Marcelo D'Ambroso estará presente em uma dupla função: como presidente do IPEATRA e também como entrevistado. Antes de começar a entrevista, vou lhe pedir umas palavras como presidente do Instituto, felicitando-o pela iniciativa e agradecendo por me dar esta responsabilidade de ser o entrevistador neste ciclo. Marcelo, um prazer e te cedo a palavra.

Marcelo José Ferlin D'Ambroso. Boa noite, o prazer é meu, Mario, de compartilhar uma conversa de debates contigo para desenvolver o *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho. Agradeço-te a pronta aceitação para levar a cabo este ciclo de diálogos inter e transdisciplinares. As razões que levaram o IPEATRA — entidade que presido neste momento — a te convocar são várias: além da tua notável competência e pensamento crítico sobre o Direito do Trabalho, a necessidade de fazer uma aproximação entre Brasil e Argentina, uma vez que compartilhamos realidades similares neste continente tão explorado que é a América Latina.

MLG. Bem, novamente obrigado, Marcelo. A primeira pergunta que gostaria de formular, precisamente e dentro do marco da temática que hoje nos

ocupa — justiça social, democracia, capitalismo e direitos humanos — é: quais são as subjetivações do neoliberalismo e quais considera que são seus efeitos sobre as relações de trabalho?

MJFD. Em primeiro lugar, parece-me que temos de nos localizar no contexto atual do mundo e entender a realidade que vivemos. Falar de justiça social, democracia, capitalismo e direitos humanos é indispensável para contextualizar o Direito do Trabalho com a economia, política, história, a filosofia, sociologia e a geopolítica. E é precisamente o que se denomina diálogo transdisciplinar. Sabemos que o modelo de Estado predominante atualmente consolida uma forma primitiva de realização da sociedade através da força, mantendo a classe proprietária no poder e fortalecendo o valor propriedade —leia-se capital— como o mais importante. Luigi Ferrajoli, ao falar dos direitos fundamentais, aclarava que o valor propriedade foi posto indevidamente entre os direitos e garantias fundamentais. A vida, a saúde, a liberdade, o trabalho e outros direitos humanos são universais; a propriedade não é universal, é um conceito excludente porque a propriedade de um exclui, obviamente, a de outra pessoa. Hoje sabemos que o Direito do Trabalho está em crise: ou se reinventa ou corre o sério risco de desaparecer. Quatro décadas já de neoliberalismo como doutrina hegemônica, predicando o Estado mínimo para as pessoas e máximo para os bancos e corporações, predicando a administração pública em moldes privados —a doutrina do *new public management* da qual são exemplos as reformas administrativas brasileiras, especialmente do governo atual— geraram um inequívoco retrocesso da humanidade com o aprofundamento da desigualdade social aos níveis do século XVIII —como bem mostra o documentário de Pemberton e Thomas Piketty, “*O capital no século XXI*” —. As subjetivações, então, são necessárias para que as pessoas não se dêem conta desta desigualdade extrema. Participamos em um debate com Carmela Grüne do jornal *Estado de Direito* de Porto Alegre sobre a obra clássica *Dom Quixote* e as relações com a justiça. Recordando este debate, tem uma frase que Miguel Cervantes escreveu para Sancho Panza dirigida a Dom Quixote: “*Dos linajes solos hay en el mundo, como decía una agüela mía, que son el tener y el no tener*”. Nela, o autor já mostrava a profunda desigualdade social do mundo. Uma realidade de uma classe proprietária e outra de pessoas despossuídas, para as quais o verbo *ter* não existe. Hoje, na realidade, vai-se perdendo a percepção do conflito de classes pelas subjetivações das pessoas —desde as classes baixas até as médias, médias-altas—; sendo que estas últimas não compreendem que o sistema é ditado por um poder econômico muito distinto das escassas

propriedades que compõem seu patrimônio. Não estamos falando de pequenas empresas que chegam a ter algum patrimônio ou de pessoas que podem ter, talvez, cinco imóveis, cinco carros, mas sim de milhões de dólares acumulados em grandes corporações, em bancos, em banqueiros... E dou um exemplo do Brasil: o governador do Estado de São Paulo, João Doria, integra um seleto grupo de líderes empresariais; e para pertencer a este grupo é necessário ter um patrimônio de duzentos milhões de reais. Creio que aí temos, então, um parâmetro que nos dá uma percepção do que é o poder econômico e qual é o montante de acumulação de capital a partir do qual o poder econômico começa a comandar a política.

MLG. Como vê esta relação — que hoje em dia está começando a se evidenciar e a se debater — no tocante à difícil relação entre neoliberalismo e democracia? Advertem-se ataques muito mais fortes desde a lógica neoliberal ao sistema democrático, ao seu funcionamento e a algumas de suas instituições fundamentais (em termos de relações laborais e para um pleno desenvolvimento dos direitos sociais) como os sindicatos. Ataques — que muitos começam a assinalar — mostrando uma certa incompatibilidade do neoliberalismo com a democracia e em termos de direitos sociais, de Direito do Trabalho, de seguridade social, os embates que vemos contra os movimentos sindicais nos distintos países no marco do que caracterizei desde o *enfoque crítico tutelar* como uma *hegemonia deslaboralizadora*. Parece-me que podemos seguir ampliando a conceitualização.

MJFD. Gostaria de citar a Nora Merlín, psicoanalista, professora da Universidade de Buenos Aires e autora do livro *Mentir y colonizar* publicado em 2019. Ela explica que o neoliberalismo demanda uma *colonização* cíclica, gerando obediência inconsciente da maioria das pessoas. Ou seja, não se percebe uma servidão porque as pessoas se crêem livres; o avanço neoliberal, assim, é um poder que entra em todos os aspectos da cultura e coloniza a subjetividade através do biopoder dos meios de comunicação, educação e saúde mental, que constituem, segundo ela, dispositivos de controle e disciplina neoliberal. Neste tema, coincide com Byung-Chul Han quando se refere à psicopolítica, à sociedade do rendimento na qual a própria pessoa se autoexplora até o ponto extremo de chegar à síndrome de *burnout*; é produzir e produzir... e esta pessoa não se dá conta de que sofre uma colonização cíclica pelo sistema. Gustave Le Bon referiu o comportamento irracional das multidões, ou seja, o contágio de comportamentos entre as pessoas mediante uma repetição sem questionamentos. E isso se vê muito aqui no Brasil. Nesta etapa superior do neoliberalismo, a figura do trabalhador desnudo a que se referia Gilles Deleuze, que surge

do contexto da revolução industrial, da transição entre feudalismo, mercantilismo e capitalismo, o vendedor da sua própria força de trabalho para sobreviver, hoje se converte no microempresário, autônomo, empreendedor de si mesmo; uma pessoa sem consciência de classe, sem sindicato, que perde todos os direitos trabalhistas e garantias de seguridade social em nome de uma criatividade e ousadia que supostamente vão lhe permitir avançar economicamente, mas o que acontece é exatamente o oposto. E, ainda assim, quando vai mal, esta pessoa se culpa como se fosse um perdedor que não soube empreender adequadamente. Estas subjetivações não acontecem só no setor privado. E gostaria de abrir um parêntesis (em homenagem às pessoas que trabalham no serviço público brasileiro) porque está para ser aprovada uma proposta de emenda constitucional para a diminuição de seus salários, supostamente para aportar um auxílio ante a emergência pela pandemia. Tudo isso tem dois propósitos: um, é feito para que não se tribute o grande capital, que no Brasil não paga impostos — Brasil é um dos poucos países do mundo que não os cobra, não seguimos o bom exemplo da Argentina que instituiu o imposto sobre o grande capital, aqui não passa—; e para que não se discuta isso, então tem de eleger um culpável, um bode expiatório: neste caso, o serviço público do Estado e as pessoas que trabalham nele.

MLG. Perdoe a interrupção, mas é muito interessante o que assinalas; caracterizo-o como o paradoxo flexibilizador, porque se impulsam políticas desreguladoras em um sentido desprotetor que geram efeitos na sociedade. Faz pouco estava lendo um informe de um levantamento de muitos anos sobre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no qual se podia verificar que as políticas neoliberais —prefiro caracteriza-las como flexibilizadoras num sentido desregulador desprotetor— não davam esses resultados. Mas, sem embargo, e neste diálogo transdisciplinar que queremos impulsar, é muito interessante o que estás remarcando: pode-se ver neste paradoxo de políticas desreguladoras em benefício dos setores mais concentrados economicamente, mais poderosos, e logo —para solucionar as problemáticas— se recorre ao recorte de direitos de setores como o público. Isto também se relaciona com como se ataca a democracia e com outro debate que tem de ser feito, que é —me parece— o rol da burocracia estatal. Burocracia estatal que me atrevo a reivindicar porque é absolutamente necessária para o funcionamento de um Estado e para a vigência dos direitos políticos, sociais, econômicos, culturais. Perdão por esta interrupção, mas dentro da lógica da entrevista me parece de interesse remarcar aportes como os que estás assinalando.

Pediria que aprofundes um pouco mais estas complexidades que, como assinalavas, são naturalizadas e que o *enfoque crítico tutelar*, enriquecendo-se com estes aportes inter e transdisciplinares, quer por em discussão.

MJFD. Coincido totalmente. Sigo com o exemplo da subjetivação também das pessoas que trabalham no serviço público. Porque não está em debate o fato de que o Estado está economizando nos prédios públicos, cujos gastos de energia elétrica, água, internet, etc. estão sendo trasladados às pessoas com o teletrabalho. O pessoal que trabalha no serviço público se sente mal de reivindicar estes gastos —que absorvem indevidamente— porque estão subjetivadas na crença de que estão ganhando bem e devem contribuir ainda mais com seu sacrifício. Por outro lado, como os extremos de desigualdade social vão crescendo de maneira intolerável, ante a possibilidade de que possa causar uma revolta popular, entra em cena o recurso neoliberal extremo do neofascismo (está acontecendo no Brasil). Todas as insatisfações pessoais, indignações com o sistema, por trabalhos sem sentido (tanto no setor público como no privado), a geração *nem-nem* (pessoas que não trabalham nem estudam), pessoas que estudaram, mas não conseguem emprego... Todas as insatisfações são direcionadas pelos meios de comunicação aos bodes expiatórios; neste caso e precisamente aqui no Brasil, são os sindicatos, as pessoas pobres, as pessoas que pensam diferente —aquí chamadas *esquerdistas*—. Em síntese, diria que a dissolução da classe trabalhadora ao longo da história se produz pela falta de educação e de consciência de classe. Aos que têm poder econômico, obviamente, não interessa educar o povo. Por outro lado, ninguém quer ser visto como um ser inferior. Por isso o engodo do capitalismo que cria subjetividades através de técnicas psicopolíticas: o sujeito livre, o empreendedor, o autônomo. Invisibiliza-se uma assimetria de poder entre as pessoas despossuídas e também setores médios frente ao grande capital, que vai subtraindo direitos. E as classes médias e médias-altas, por sua vez, se identificam com os que têm o poder econômico por um desejo de ser igual aos que têm mais. Assim, não percebem que já não são necessárias nos tempos atuais de capitalismo financeiro globalizado e que as políticas que apoiam os governos neoliberais, na realidade, as estão exterminando. A perda do poder aquisitivo é o principal sintoma, assim como a mobilidade para baixo. Nos momentos de crise – e agora na pandemia – temos o discurso de austeridade que o filósofo italiano, Giorgio Agamben, aponta como o eterno elemento sustentador do neoliberalismo. Ou seja, as classes altas dirão: temos de apertar os cintos, cortar os gastos... e as pessoas não questionam, isso passa a ser uma verdade absoluta e inquestionável. E as-

sim vão se deteriorando os serviços públicos, precarizando as relações de trabalho, quitando direitos sociais. Portanto, o processo de subjetivação na revolução industrial e no surgimento do capitalismo se deu por uma ideologia individualista liberal, ou seja, o sujeito livre através do trabalho, com a operatividade dos dispositivos da sociedade disciplinar. Sem embargo, com a Revolução Russa, no fim da Primeira Guerra Mundial, e com as sucessivas crises dos anos vinte, o capitalismo vai se valer de um recurso desesperado para não permitir a tomada de poder de uma forma universal: o fascismo como subjetivação, capturando a insatisfação do lumpemproletariado, das pessoas não alfabetizadas, de quem não tinha emprego e passava fome, em favor do capital, reunido em torno do mito salvador da pátria (que no caso da Alemanha foi Hitler). Depois do desastre da Segunda Guerra Mundial (o nazismo, o fascismo, milhões de mortes) se pactuou entre as nações alcançar o Estado do bem-estar social. E aqui também se operou uma subjetivação que é interessante apontar: a pessoa trabalhadora é incluída na sociedade do consumo, evidenciando a operatividade dos dispositivos da sociedade de controle (que ben definiu Deleuze), como a propaganda, a indústria cultural... O que está bem claro no filme *They live* —uma das poucas exceções de produção de Hollywood com pensamento crítico (como registrou Zizek)— no qual um sujeito despossuído, caminhando pelas ruas de Los Angeles ingressa em uma igreja e encontra uma caixa com óculos; quando as coloca, começa a ver seu entorno em seu conteúdo real (por exemplo, em uma publicidade de um refrigerante lê “consuma”).

MLG. Os trabalhadores teriam que priorizar seu rol como tal e não tanto seu rol como consumidores. Isto é algo que postulamos desde o *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho, em tal sentido, como poderíamos aprofundar ese caminho para que o trabalhador construa uma subjetividade mais forte desde seu rol de trabalhador ou trabalhadora e não fique aprisionado, limitado, neste bombardeio que recebe para ver-se prioritariamente como consumidor? Como deixar de lado os efeitos que viemos assinalando também, como, por exemplo, o desinteresse pelo sindical? (que historicamente tem sido a ferramenta para a defesa de ses direitos).

MJFD. É precisamente este o tema: é necessário que a classe trabalhadora se dê conta que atualmente inclusive não está consumindo mais, não faz mais parte da sociedade de consumo, isso ficou para trás. Hoje o que se mostra nas redes sociais —as postagens no *Instagram, Facebook*— é uma forma de subjetivação para o consumo. As subjetivações vão se construindo também (ou muito mais) a partir das redes sociais neste momento.

A figura do sujeito empreendedor autônomo e que é livre para correr os riscos da atividade econômica, não tem direitos nem proteção social; tem muitas dificuldades para pagar suas contas. Aquí no Brasil falamos de uma subjetividade neofascista, que se forma e opera no espaço público explorado pelo uso antidemocrático, impulsionado por estas ferramentas tecnológicas de controle social, pelas redes sociais. Deleuze falava da perversão do desejo gregário, ou seja, aquele que organiza uma base popular, mas com um propósito plutocrático com a ajuda do capital, desenvolvendo um pertencimento de identidade privada; e isso se vê muito no Brasil. Por isso enfatizo a questão da subjetividade: as pessoas não vão entender a perda de direitos se não compreendem primeiro – e creio que isto também responde a tua pergunta— que está sendo subjetivada e obedecendo inconscientemente. Achille Mbembe mencionou a perversão da soberania através das *necropolíticas* que elegem quem vive e quem morre; e isso está muito claro agora na pandemia: quando o governo, por exemplo, se atrasa na compra e distribuição de vacinas (como acontece no Brasil), ou em prover os hospitais de oxigênio ou unidades de terapia intensiva. Naomi Klein também se referiu à perversão da alteridade através do medo do outro e Antonio Negri às figuras da alienação, às pessoas dominadas pelos meios de comunicação: se instruem pelo que vêm na televisão, nos jornais, no rádio; não lêem livros, não investigam.

MLG. Outro paradoxo: recortar direitos, recortar ingressos e fazer que as pessoas se endividem para sobreviver como mecanismo de controle social, em última instância. Deste-nos uma série de elementos, remarcando temáticas e autores que permitem seguir refletindo e trabalhando nestes diálogos transdisciplinares e vou-me permitir perguntar-te também como se pode trabalhar esta problemática, como se pode ter uma visão crítica? Desenvolveste a relação entre Direito do Trabalho e Direitos Humanos, inclusive estás fazendo aportes ao *enfoque crítico tutelar* desde essa área que vens estudando faz muito tempo queria te perguntar como vês a sustentação dos Direitos Humanos?

MJFD. Creio que é necessário entender o contexto em que se vive hoje com as novas tecnologias, com as redes sociais; compreender o que está por trás e desenvolver este pensamento crítico para, desde aí, chegar a uma teoria crítica do derecho e um *enfoque crítico e tutelar* das relações de trabalho. Tem de entender o que está passando com as pessoas, com as classes despossuídas, as classes médias; hoje o índice de endividamento das famílias no Brasil supera o 60%, não sei como é em outros países; é um número que só sobe. E temos de entender outras figuras como as pes-

soas presas na ignorância das redes sociais e só mobilizadas pelos *likes*. E aqui chegamos também a um patriarcado em sua forma mais primitiva: o varão proprietário branco, judeu-cristão – leia-se evangélico –, e também homofóbico racista, machista, xenófobo e hipócrita, porque a moral que sustenta é só para os outros e não para si. São todas técnicas de psicopolítica, a reprodução e o pertencimento, a perversão do desejo gregário e o empoderamento da ignorância. A ignorância, por cima de tudo através da posverdade (mentiras emotivas, construção de fatos alternativos, como aqui no Brasil, quando se afirma que o regime militar foi muito bom, que não houve corrupção com os militares...). Ou seja, se está subjetivando a classe trabalhadora e invisibilizando a perda de seus direitos através destes mecanismos tecnológicos. É assim como o neoliberalismo ataca a democracia e persegue aos sindicatos. Noam Chomsky fala do princípio de concentração de riqueza e poder, diz: *reduzir a democracia formando a ideologia, trabalhando a passividade e a despolitização das pessoas*. Sobre tudo as pessoas jovens, em escolas, universidades, igrejas. Aqui no Brasil as igrejas têm uma penetração muito forte na classe trabalhadora e este pensamento se verte em uma frase: *a escola sem partido* (o ensino acrítico). Outro princípio é redesenhar a economia, incrementar o papel das instituições financeiras desregulando e financeirizando a economia, deslocalizando a produção. Ou a instituição da competencia entre pessoas trabalhadoras e Estados pela diminuição de direitos para atrair indústrias, empresas. Assim, a liberdade de circulação do capital se opõe à liberdade de circulação do trabalho, o que é um paradoxo também porque o liberalismo sustentava que a livre circulação do trabalho é a base de qualquer sistema de livre comércio. Alan Greenspan, ex diretor do *Federal Reserve* dos Estados Unidos, dizia: *o sucesso da economia está baseado na insegurança das pessoas trabalhadoras*. Ou seja, a insegurança das pessoas trabalhadoras com esta precarização constante — e agora aprofundada até o extremo — é uma forma de controle desta classe. Outra forma também é o redesenho do sistema tributário para que os impostos pagos pelos mais ricos sejam reduzidos; outra modalidade é atacar a solidariedade, promover a cultura do individualismo, não preocupar-se pelos demais, aqueles que empreendem não podem ter compaixão pelos outros. O ataque contra a seguridade social, os sindicatos, a educação pública, a saúde pública (sobre tudo retirando orçamentos do serviço público). Também a manipulação de *lobbys* na definição de leis financeiras; em tempos de crise se pede aos contribuintes que paguem os custos das quebras dos bancos. Tudo isso que estamos comentando aqui, conforma um processo de diminuição de direi-

tos; não tanto na Argentina, porque tem outra realidade, neste momento creio que está superando o neoliberalismo, mas aqui no Brasil o estamos aprofundando e por isso faço o destaque. Aquí tem de mostrar às pessoas o que está acontecendo, essa é uma forma de combater este problema e estas coisas que o neoliberalismo propagou no Brasil e que está formando um neofascismo; e por isso é muito perigoso este momento. O *enfoque crítico tutelar* é útil para superar o problema do desenho realizado pelo neoliberalismo para o ataque à técnica tradicional de regulamentação do trabalho e da seguridade social. Até aqui tínhamos o conceito de normas inderrogáveis, de seguridade social e de trabalho

MLG. Sim, buscando limitar ou neutralizar o que denominamos o princípio de progressividade, esse desenvolvimento acompanhado de justiça social. O que nos estás assinalando — e não quero deixar de destacar — é que se pretende permanentemente romper uma lógica e não só frear os avanços, senão retroceder. Isto é profundamente retrógrado e reacionário. As duas caracterizações são aplicáveis à lógica do que conhecemos como neoliberalismo, sobre o que deveríamos seguir aprofundando para entendê-lo. Alguns autores dizem que o maior mérito do neoliberalismo é que a maioria da sociedade (em que pese o que vive) não tem claro o que é. Em teu duplo caráter de entrevistado e presidente de IPEATRA, te peço que encerres este primeiro programa.

MJFD. O que remarcamos em todo momento é o conhecimento e a formação de um pensamento crítico adotando tua proposta: o enfoque transdisciplinar, a conexão do Direito do Trabalho e a geopolítica, a história, a economia, a economia política, a antropologia, a sociologia, etc. O que proponho é o reconhecimento dos direitos sócio-laborais como Direitos Humanos, a aplicação ao Direito do Trabalho dos princípios que regem os Direitos Humanos, sobretudo o *pro homine* e o de progressividade; ou seja, uma releitura do princípio de proteção desde os Direitos Humanos. O reconhecimento aos direitos sócio-laborais das características dos Direitos Humanos, ou seja, a impossibilidade de renúncia, a universalidade, a integralidade, a complementariedade, a inalienabilidade, a interdependência. Outro tema que sempre defendo fortemente é a desconstrução dos direitos laborais: os Direitos Humanos e os direitos sócio-laborais não são contratualizáveis, não podem ser objeto de negociação. Nestes termos, alguém pode perguntar-se: as negociações coletivas, então, como ficam? Estão reguladas pelo princípio de progressividade, não há negociação coletiva possível desde este ponto de vista que venha diminuir ou rebaixar direitos ou a condicionar a posição social da classe trabalhadora. Uma vez

negociado não há volta atrás, o direito laboral deve ser uma marcha para frente, para conquista de novos direitos. Para isto deve servir a negociação coletiva desde um ponto de vista do *enfoque crítico tutelar*. Também o processo de busca da posse dos meios de produção por parte da classe trabalhadora, tema que abordamos em outro debate, pois o Direito do Trabalho alcança seu caráter emancipador quando permite o controle dos meios de produção pela classe trabalhadora. E há uma sinalização muito clara nas Constituições de Espanha, Portugal, Brasil e Argentina, ainda não realizadas. Temos de entender o Direito do Trabalho entendendo também a integralidade dos direitos económicos e culturais, por exemplo, o direito de acesso à cultura, à educação, à saúde à seguridade social. O direito a escolher trabalho que estão na Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que depende para ser concretizado de rendas/ingressos universais. Os países nórdicos instituíram os ingressos universais. Aqui se discute somente como emergência temporal, dizendo que não pode ser um modelo permanente, mas deveria ser porque a partir de uma renda universal uma pessoa não tem medo de passar fome. Direito a escolher o trabalho. Esse é o conceito que está na Constituição da OIT e nunca foi convertido em realidade. Sob meu ponto de vista, desde o *enfoque crítico tutelar* para superar todos esses problemas que advertimos com o aprofundamento do neoliberalismo, se deve reativar a economia, lograr que a economia trabalhe para as pessoas e não que as pessoas estejam ao serviço da economia. Ou seja, uma quebra de paradigma. Deve-se promover uma releitura do Direito do Trabalho desde os Direitos Humanos, para producir mais efetividade e valorização dos direitos sociolaborais, desde uma mirada holística, transdisciplinar, em busca da dignidade humana nas relações de trabalho, fazendo o que predicou a OIT em 2019, isto é, centralizar as relações de trabalho nas pessoas. Descontratualizar os Direitos Humanos do Trabalho é algo urgente para fazer, o contrato é uma forma jurídica inadequada para regular relações assimétricas de poder como as relações de trabalho e sua utilização assegura a prevalência do capital e a exploração da classe trabalhadora, aplicando conceitos que são próprios do Direito Civil, do Direito Comercial, para um Direito que é um Direito Humano. Assim, temos de pensar em um *enfoque crítico tutelar* para aplicar ao Direito do Trabalho. Como disse, impulsar os princípios que regem os Direitos Humanos para melhorar sua efetividade, reconhecer estas características aos direitos sociolaborais, não permitir, portanto, a diminuição de direitos por normas ilegítimas impostas por estas reformas neoliberais. Um *enfoque crítico tutelar* deve então propor o acesso aos meios de produção e

também sua futura posse por parte da classe trabalhadora, colocar a classe trabalhadora em pé de igualdade com o capital. Recordemos os ensinamentos de Luigi Ferrajoli: o trabalho é um valor superior e o valor capital não deveria estar nas Constituições. Creio que outra mirada do mundo é possível, a mudança é indispensável.

MLG. Muito obrigado, Marcelo. A intenção deste programa é seguir dialogando transdisciplinarmente, realizar aportes desde distintos âmbitos e disciplinas ao *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho. Como todo *enfoque crítico*, é dinâmico e tem de nutrir-se permanentemente de distintas realidades, caracterizações, âmbitos e entrar permanentemente em debate para seguir aperfeiçoando-se. Boa noite.

Relações trabalhistas no século XXI: novos paradigmas

14 de abril de 2021

Álvaro D. Ruiz

Advogado. Diretor do Mestrado em Negociações Coletivas do Trabalho da Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Docente da Universidad de Buenos Aires (UBA) e da Universidad Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ). Subsecretário de Relações Trabalhistas do Ministério do Trabalho da Argentina no período 2007-2015.

Mario L. Gambacorta. Boa tarde, Álvaro. Vamos dar início a esta entrevista que tem por título justamente a primeira pergunta que quero formular: nas relações laborais do século XXI, há novos paradigmas?

Álvaro D. Ruiz. Boa tarde. Gostaria, antes de tudo, de agradecer à associação que permite este espaço e a ti, em particular. Parece-me um verdadeiro achado a partir do ponto de vista do que se nomeia e como se nomeia falar desses enfoques críticos tutelares. Parece-me que é preciso avançar com critério crítico, mas também, entendendo que as relações trabalhistas das quais o direito faz parte — mas não é tudo, embora os advogados ou nós que possuímos formação em direito tenhamos a tendência de sintetizá-los na normativa trabalhista - inclui muitas outras coisas e, claro, fundamentalmente o movimento operário sem o qual não é possível pensar em um sistema de relações trabalhistas no mundo ocidental.

MLG. Eu me permito interromper-te porque o que destacas, muitas vezes dado como certo, parece que foi esquecido. Algo que queremos promover a partir do enfoque crítico tutelar é a relevância do movimento operário, na tua visão como especialista nessas questões gostaríamos que te estendes- ses um pouco mais. Por que mencionas o movimento operário? Às vezes pareceria que as relações trabalhistas estão desconectadas, sendo que há justamente uma relação histórica, social, política entre o direito do trabalho (que faz parte das relações trabalhistas, mas não se esgota nela) que é um produto histórico das lutas de milhares de homens e mulheres desde a revolução industrial e que não se trata apenas da modificação na forma de organização do trabalho e da produção, mas implica também numa ruptura e uma reconfiguração dos processos históricos, políticos e sociais. Preci-

samente no marco do desenvolvimento capitalista, além do fortalecimento da burguesia, vamos apreciar o surgimento de uma nova classe social (historicamente chamada de proletariado) e que, como consequência dos abusos a que foi histórica e sistematicamente submetida — pela desigualdade, a hipossuficiência em que se encontrava — dá lugar à organização das trabalhadoras e dos trabalhadores. E isso vai evoluir, de maior ou menor maneira, nos diferentes países e na organização sindical. Não é uma questão menor, porque muitas vezes ocorrem dissociações e acho que isso se verifica, por exemplo, quando são propostas reformas legislativas que muitas vezes não são consensuadas com as organizações sindicais.

ADR. Na ordem expositiva que havia considerado diante da proposta e do assunto desta entrevista, essa questão foi um pouco mais adiante; mas parece apropriado referir-me a ela porque tem a ver com liberdade sindical e só pode ser entendido a partir da consideração de um sujeito (que prevalece no sistema de relações trabalhistas) que é o sindicato, é o movimento operário. Este não é apenas um ator nas relações de produção, mas também um ator fundamental na política. Todos sabemos que a política em sentido amplo está presente em todo lugar onde se disputam posições de poder. O poder não é uma coisa, não podemos “coisificá-lo”, não é que alguém tenha ou não tenha poder. O poder é exercido, as relações de poder, de potência, de impotência diante das circunstâncias das mais variadas, são produzidas. Mas não é somente a política em termos genéricos ou gerais, na qual participa o movimento operário, mas também na política efetiva que tem a ver com o papel do Estado, com as funções que —a meu ver— cabem ao movimento operário dentro de um governo e até mesmo uma gestão do Estado que tem a ver com interesses nacionais e populares. Gostaria de fazer alguma referência em termos da existência ou não de novos paradigmas e talvez eu deixe mais alguns detalhes sobre o papel do movimento operário. O fundamental é entender esse fenômeno das relações de trabalho não só a partir da norma legal, não só da norma da autonomia coletiva, da norma convencional, mas também compreendê-lo de forma interdisciplinar; de alguma forma como o propões a partir deste espaço de diálogo, mas para além deste espaço nesta teoria crítica que de alguma forma fundaste e deste um nome para identificar uma forma de entrar no mundo do trabalho, de ver o mundo do trabalho e de pensá-lo basicamente, no Ocidente. Ou seja, onde se desenvolvem sistemas capitalistas e basicamente capitalismo liberais ou neoliberais, mas também com antecedentes e situações contemporâneas, onde se observam desdobramentos do capitalismo de Estado. O Capitalismo onde o Estado tem uma participação e protagonis-

mo completamente diferente e mais ainda, muitos desses capitalismo de Estado são francamente antiliberais. O antiliberalismo não tem nada a ver com privação de liberdades, com restrições, e sim justamente o contrário: colocar os direitos coletivos, os direitos sociais, acima de muitas dessas liberdades individuais invocadas. Em tempos como os que vivemos agora em todo o mundo e na região, particularmente com esta pandemia, é clara a prevalência dos direitos comunitários, dos direitos sociais, do coletivo versus o individual, versus o desejo pessoa, versus as necessidades pessoais de cada um de nós, a responsabilidade comunitária e uma resposta social devem prevalecer. Nas relações de trabalho isso é essencial. Quando se fala em responsabilidade social (no âmbito deste sistema de relações laborais) costuma relacioná-la ao setor empresarial, que fez basicamente da responsabilidade social um marketing a partir do qual demonstra ou tenta antecipar algumas questões, como forma de basicamente neutralizar a ação dos sindicatos. Essa responsabilidade social muitas vezes se traduz em códigos de conduta ou regulamentos da empresa, mas não são códigos que foram negociados, e sim são autoimpostos —teoricamente— pelo setor empresarial. A responsabilidade social no âmbito das relações laborais é partilhada; ela diz respeito tanto ao setor sindical quanto ao setor empresarial e deve se expressar no campo ou esfera da negociação coletiva, que é justamente o principal local de desenvolvimento dessa relação conflituosa entre o capital e o trabalho. Agora, para falar de novos paradigmas, na verdade teríamos que analisar outras questões. Primeiro, uma crença bastante generalizada, uma forma de pensar o mundo atual a partir de alguns elementos (das ciências sociais e em áreas mais gerais: na opinião pública, no imaginário coletivo, no cenário social) que muitas vezes também é construída, formada e informada pela imprensa ou pela mídia hegemônica, crença que surge como novas demandas para o sistema de relações de trabalho baseado em novos paradigmas. Mas isso me parece exigir uma revisão ou exame mais profundo para avaliar se realmente ocorrem essas mudanças substanciais no sistema de produção capitalista que levem ao questionamento sobre a necessidade de estabelecer novos modelos ou padrões de comportamento dentro do sistema de relações de trabalho. Adianto que não acredito na existência desses novos paradigmas. Sou crítico da existência de mudanças verdadeiramente profundas e substanciais no sistema que estejam indicando que haja novos padrões de comportamento que exijam acomodar tudo o que rege ou sistematiza as relações de trabalho. O processo de flexibilização laboral costuma estar ligado – pelo menos no discursivo – à existência de novos paradigmas, ao que o antigo

já não possa sustentar-se o foi superado. E isso ocorre em um momento em que há uma maior implantação do pensamento neoliberal, invocando inclusive a superação daquelas assimetrias clássicas que são neutralizadas pela ação dos sindicatos que reúnem os trabalhadores. E isso é parte de uma falácia, uma proposta axiomática, uma verdade assumida a partir da qual derivam silogismos aceitáveis. Não se poderia deixar de aceitar as conclusões e é o axiomático o que, em última análise, questiono. Não há, de fato, tais mudanças essenciais na incorporação de tecnologia, as inovações nas técnicas de trabalho, novos modelos ou formas de acumulação de capital, sem entrar no sistema – que hoje se alimenta mais da acumulação financeira, o dinheiro produz dinheiro, para dizer simplesmente – e parece que o fato de a riqueza estar ligada à produção de bens e serviços e sua distribuição e possível uso pela sociedade como um todo é deixado de lado. Se olharmos para a evolução do capitalismo, vemos que esses elementos aparecem em todas as suas etapas, esses fatores que compõem sua própria essência, que é a incorporação de novos mecanismos de produção, a busca por maior produtividade e também a busca por uma acumulação diferenciada, desigual e sem uma participação efetiva, proporcional e equitativa do setor de trabalho.

MLG. Acho que é um debate que nem sempre é colocado na mesa. A partir do enfoque crítico tutelar costumamos dizer que preferimos falar sobre o trabalho do futuro e não sobre o futuro do trabalho. Conhecendo e reconhecendo a sua vasta experiência teórica e prática sobre o assunto (ao longo dos anos temos notado o uso de diferentes palavras de efeito: nos anos 90 falaram-nos de flexibilidade, nos anos 2000 falaram-nos de flexigurança e depois falaram-nos de outras questões: direito do trabalho, análise econômica do direito). Então, diante desses fenômenos que não são tão novos, qual é o desafio para o movimento operário?

ADR. Antes de responder especificamente a esta pergunta, gostaria de completar um pouco da ideia anterior no sentido de que, na realidade, esses chamados novos paradigmas não avançam, não se adiantam, mas sim atrasam — e muito —; eles nos levam de volta a mais de 100 anos. Hoje temos um capitalismo tão ou mais selvagem do que aquele que deu origem ao maquinismo no final do século XVIII, início do século XIX e o XX. Fundamentalmente se pensarmos na enorme diferença que há entre quem tem mais e quem tem menos no mundo, questões que se repetem nos países, mas nos subdesenvolvidos ou emergentes (como quiser chamar) aos quais pertencemos, é muito visível. Há pouco tempo, na semana passada, saiu uma publicação de uma organização não governamental (ONG) que

se dedica a analisar essas questões. Ela apontou que em 2020 as fortunas dos (em plena pandemia) bilionários e os mais ricos de todos, que não chegam a 3.000, aumentaram em média 82%. E estou falando de fortunas como as da Amazon (na primeira posição) de 177 bilhões, um número impossível de assimilar, de segurar. Em Wisconsin (Estados Unidos), um representante democrata denunciou a respeito dessa empresa (Amazon) que muitos caminhoneiros que distribuem seus produtos tinham que usar garrafas plásticas para urinar. Então, como é lamentável que alguém possa acumular 177 bilhões de dólares - o que lhe garante dez ou mais gerações de vida confortável - e, por sua vez, permitir que parte dos trabalhadores que prestam serviços essenciais para o desenvolvimento desse negócio, de suas atividades, estejam em uma situação tão precária? Isso mostra que o capitalismo é selvagem por antonomásia. Por muito tempo acreditamos (nos fizeram acreditar ou muitos acreditaram sinceramente) que o capitalismo tinha diferentes estágios. Um deles, ao qual aspirávamos, era o bem-estar; o famoso Estado de bem-estar. No entanto, acredito que no capitalismo liberal ou neoliberal, esse estado de bem-estar - que existia de fato, mas em países desenvolvidos e em geral ligados a países que haviam sido imperialistas ou colonizadores - era como uma anomalia do sistema. Surgiu como uma necessidade de combater o comunismo que crescia e ameaçava a Europa; Cresceu com o fim da Segunda Guerra Mundial, ligada à necessidade de reconstruir o principal teatro de operações do mundo desenvolvido, que havia sido a própria Europa; ligada à necessidade de reconhecer o comportamento e o desenvolvimento que havia alcançado a recuperação da Europa contra o nazismo, o fascismo por sindicatos, ativistas de diferentes tipos e então gerou-se uma situação que durará basicamente até a crise do petróleo na década de 1970. Na década de 1980, com a decomposição da União Soviética e a queda do muro de Berlim, acabou o mundo bipolar, acabou a guerra fria e buscou-se um único pensamento como se verdadeiramente pudéssemos falar hoje — ou em qualquer momento da história da humanidade - de um pensamento único. Isso rompeu com o estado de bem-estar social; os países europeus conseguiram reter algumas dessas vantagens que o antigo estado de bem-estar lhes dava, mas dois ou três episódios específicos como o problema das hipotecas, a queda do Lehman Brothers nos Estados Unidos (2007, 2008), esta pandemia, colocaram em crise todo o sistema e este não pode garantir à sua própria população os níveis ou os padrões de qualidade de vida, de certezas, que havia antes. Além disso, esse processo não existia em outras regiões, porque o estado de bem-estar social em lugares distantes da Europa —como

na nossa região, América Latina— andava de mãos dadas com processos políticos totalmente diferentes: claramente antiliberais, nacionalistas, com um Estado presente, forte, proativo e ligado aos setores considerados mais vulneráveis e basicamente também ligados ao desenvolvimento das organizações sindicais. Esses estados de bem-estar foram vivenciados na Argentina e no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 e também estiveram presentes em outros países latino-americanos, mas vinculados a padrões ou matrizes completamente diferentes. Diferente daquele estado de bem-estar que o capitalismo buscava: proposto como um estágio que todos nós poderíamos alcançar (vivêssemos onde vivêssemos) se fizéssemos as coisas certas e seguíssemos as receitas liberais da época, neoliberais agora. A diferença não é menor, porque o liberalismo pelo menos manteve alguns de seus dogmas em termos de liberdades individuais, de garantias cidadãs; o neoliberalismo passou por cima de todas essas novas situações que vivemos. E é aí que é essencial um Estado forte, um Estado presente, um Estado com intervenção na economia, nas relações laborais. E também encontrar no movimento operário aquele agente, fator ou parceiro fundamental para desenvolver políticas ativas de recuperação da soberania, dos recursos naturais, da industrialização.

MLG. O que destacas me parece muito interessante; é interessante e desafiador e acho ousado no bom sentido. O estado de bem-estar social seria uma exceção à regra. Falaste sobre Argentina, Brasil e outros países da região, mas muitas vezes também é problemático como somos lidos, porque estavas te referindo a uma generalização do sistema que sintetizamos tecnicamente na leitura de categorias eurocêntricas, que às vezes levam a não entender a realidade da América Latina. Mencionaste os nacionalismos da América Latina; os europeus às vezes ficam confusos com isso. Na América Latina, o nacionalismo cumpria uma função diferente do que era — tecnicamente, como é conhecido em termos históricos — o problema das nacionalidades na Europa.

ADR. Uma das dependências mais fortes que não podemos quebrar - ou que só quebramos em algumas circunstâncias - é a dependência cultural e o que destacas sobre o eurocentrismo é fundamental. Por incorporar categorias que não correspondem às experiências, necessidades e movimentos que se vivem na América Latina ou na América do Sul - por circunstâncias, muitas vezes em minha atuação em cargos públicos, tive a oportunidade de interagir com colegas de outros países vizinhos ou da região e pude perceber -. O que apontaste por um lado - e eu concordo com essa visão - os nacionalismos (franquismo na Espanha, fascismo na Itália, na-

zismo na Alemanha ou o próprio Portugal) são sistemas corporativos – em alguns casos e não em outros – que têm um ponto de ruptura com o capitalismo. Mas em outros, eles não rompem com o capitalismo. De fato, quem financiava muitos desses regimes eram industriais dos Estados Unidos, que aproveitavam a possibilidade de obter trabalho escravo e depois se transferem (já antes de se transferia para outros lugares, Ásia, África) para a América Latina como um todo, onde, por exemplo, o trabalho rural é um dos espaços de maior exploração, já nem sequer capitalista em termos ao menos teóricos. O que de alguma forma existe nesses processos nacionais em países como o nosso é a rejeição do liberalismo; porque o liberalismo não dá respostas. Por si só, ele se alimenta das diferenças cada vez mais abismais entre os que têm e os que não têm. E em alguns casos, como na Argentina, houve um processo singular: conta com um setor médio quantitativamente importante gerado justamente pelas políticas de bem-estar do capitalismo de Estado, como as do peronismo. Mas, ao mesmo tempo em que essa mobilidade social ascendente favoreceu um bem-estar mais geral, foi seu calcanhar de Aquiles. Isso porque parte desses setores que se tornam setores médios, camadas médias da população, passam a olhar com desdém os que estão abaixo deles. Muitas das expressões eleitorais que vivemos na Argentina e as oscilações ciclotímicas das classes médias têm muito a ver com esta situação: querer parecer com aquele que está em cima, onde nunca chegarão e querer distanciar-se — pelo menos socialmente — daquele de baixo com quem não quer se misturar, mas acaba tendo o mesmo destino. E aí há um ponto (para vinculá-lo ao sistema de relações trabalhistas) em que a forma de organização sindical importa muito. Também adotamos categorias eurocêntricas para falar de liberdade sindical, absorvemos o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos destaca. E eu quero pelo menos fazer reservas sobre isso. A OIT faz parte do sistema das Nações Unidas e este é um sistema decididamente a favor dos países poderosos e desenvolvidos do mundo. Isso não significa que o trabalho realizado dentro desta organização não tenha valor. No entanto, ela também não pode ser transformada em farol ou desideratum do desenvolvimento, do progresso nas relações de trabalho. Além disso, se olharmos atentamente para o que está contido na declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho (1998), temos que concluir que há um atraso fenomenal. Porque se para falar de direitos fundamentais naquela época - ou seja, há vinte anos ou pouco mais - temos que nos pronunciar mais uma vez contra o trabalho escravo, o trabalho infantil, promover as liberdades sindicais mais básicas, quando não podem nem

conseguir um acordo que garanta o direito de greve (uma discussão que vem ocorrendo há pelo menos sete anos nas conferências anuais da OIT). E algo que já discutimos mais de uma vez: que há uma visão distorcida do tripartismo na OIT. Por que eu digo isso? Porque se destaca que é justamente a única organização multilateral, do sistema das Nações Unidas, mas também de outro sistema, onde há a participação de empregadores, trabalhadores por meio de suas organizações e Estados ou governos. Mas realmente não é assim; é um dois a um. Porque mais de dois terços (talvez até mais) dos governos do mundo estão mais próximos dos empregadores do que dos sindicatos. Razão pela qual, e isso pode ser visto na votação, quando se trata de decidir questões importantes ou promover o conteúdo das convenções, regulamentos ou recomendações da OIT, não há três partes iguais. Há dois a um.

MLG. Neste momento, mais do que nunca, penso, está se atravessando um tripartismo desequilibrado, que perdeu um pouco o seu eixo. Nesse sentido, não quero perder a oportunidade de te perguntar, como achas que deve ser incorporado o conceito de liberdade de associação nesta conjuntura, diante desses problemas? Como achas que o atual sistema de relações trabalhistas incorporou ou deveria incorporá-lo a essa dinâmica e sem cair em algumas armadilhas?

ADR. Vou dizê-lo como argentino, sul-americano e latino-americano, porque me parece que o que você está propondo tem muito a ver com o que estamos coincidindo. Em outras palavras, o eurocentrismo também nos traz categorias para definir o que é liberdade de associação e o que não é liberdade de associação. E aí nosso modelo de organização sindical é um exemplo que durou mais de 70 anos e também apoiou a democracia na Argentina; Em todas as rupturas institucionais (que foram muitas no século XX e, felizmente, não as temos no século XXI, mas que não podemos nos descuidar nesse sentido) o movimento operário foi um dos pilares fundamentais. E tem sido assim porque houve uma consciência de classe e também um sistema de organização sindical que lhe permite concentrar a representação e ter um poder de conflito absolutamente superlativo e diferenciado do que acontece na maioria dos países latino-americanos, onde há uma grande influência dessa visão eurocêntrica. Às vezes pensamos - e acontece conosco na docência quando trocamos com alunos de graduação e pós-graduação e também com outros profissionais - essa questão de que, se há vários sindicatos para representar o mesmo grupo, é democracia, é liberdade. E isso é uma mentira, absolutamente. Ou seja, se tomarmos o exemplo da Espanha, em um ano eles perderam a ultra atividade dos

acordos. E não é para me vangloriar do que está acontecendo com os espanhóis, e sim para apontar que há essas múltiplas representações, essa representação diferenciada das comissões internas vinculadas ao sindicato e das demais representações que são exclusivas da empresa, não garantem um melhor desempenho; sofrem de burocratizações semelhantes às nossas e carecem do poder de conflito que confere a concentração de representação que em nosso país se identifica com o chamado status sindical. Isto é, uma atribuição exclusiva do sindicato mais representativo, definido a partir de diretrizes objetivas. Eu quero pegar algo que eu aproveitei em alguma das tuas palestras e que me pareceu uma conceituação muito interessante. Fazias a diferença entre ingerência e intervenção e aqui na liberdade sindical é muito importante. A intervenção do Estado costuma ser confundida com uma ingerência que afeta a autonomia coletiva e a liberdade sindical. A ingerência é uma forma de invadir um espaço que nos é alheio; forçamos os outros a fazer coisas sem que eles, nesse espaço ou nesse âmbito, definam aquilo que lhes é próprio. A intervenção não é a mesma coisa, a intervenção do Estado não é necessariamente ingerência. Pelo contrário, temos inúmeros exemplos e não só no campo das relações laborais, mas também na economia, no abastecimento, na saúde pública em geral, na educação, onde a intervenção do Estado promove liberdades e isso não é alheio ao campo sindical. A intervenção do Estado é essencial para proporcionar maior transparência, maiores ferramentas e sem que isso implique subjugação das autonomias coletivas. Por outro lado, acredito que é uma distorção da própria Convenção 87 [C087, 1948] que a liberdade sindical dos empregadores seja considerada. Os empregadores geralmente não têm problemas em se constituir em câmaras, federações e agir como tais. E eles têm uma série de entidades legais por meio das quais podem se organizar. A liberdade sindical é basicamente o que interessa à defesa dos direitos dos trabalhadores e de suas organizações. São eles, os trabalhadores, as associações sindicais, que têm dificuldades para se desenvolver. E eles têm ainda mais agora, por mais estranho que pareça, justamente porque não há um novo paradigma; é a repetição daquela velha concepção de que quanto menos organização sindical houver, quanto menos atividade sindical houver, maiores serão as liberdades do empregador e melhor será o desempenho dos funcionários e o desenvolvimento dos negócios empresariais, que, claro, visam o lucro. como qualquer empresa. Então eu acredito que entre os desafios que enfrenta hoje o sindicalismo em geral, o movimento operário, está a busca de formas mais concentradas de representação, a ampliação das fronteiras da negociação coletiva, a renovação e inovação em matéria

de conflitos, em medidas de ação legítima. Muitas vezes as greves clássicas não podem mais acontecer, embora continuemos a ver que há quem leccione direito, ciências sociais ou sociologia e se refira à greve como uma abstenção do trabalho coletivo por abandono do local de trabalho... São muito mais eficazes e muito menos onerosas para os trabalhadores, medidas de diferentes tipos que não implicam precisamente nesta definição teórica, mas sim utilizam outras modalidades, porém é de fundamental importância a ampliação das questões de negociação coletiva. Não podemos nos reduzir a negociar salários, embora não possamos deixar de negociar salários em cada rodada de paridade; parece uma contradição, mas não é, são complementares. A negociação salarial é a única forma aceita de participação nos lucros, embora não seja estritamente assim, mas é uma forma de participação nos resultados dos negócios. Em uma sociedade capitalista, quanto mais se consome parece que vivemos melhor e, em geral, o consumo está ligado à renda e a renda dos trabalhadores está ligada aos seus salários. Todo esse silogismo: quanto mais ganho, melhor vivo, não é verdade. Porque são inúmeras as questões que podem estar envolvidas na negociação coletiva que permite uma vida melhor ou uma vida boa, uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores, questões que têm a ver com a resolução dos tempos de trabalho, as condições em que é realizado o trabalho, estabelecer certos tipos de complementos ao salário puro para garantir sua própria formação ou acesso à universidade, acesso a estudos específicos para seus filhos, para a família.

MLG. Quero destacar que Álvaro, quando atuou como Subsecretário de Relações Trabalhistas do Ministério do Trabalho da Argentina, promoveu justamente a partir da Subsecretaria de Relações Trabalhistas, um programa para o desenvolvimento de novos conteúdos em negociação coletiva com a participação de atores sociais. Houve várias oficinas das quais quatro livros foram publicados como resultado desse trabalho. Ele não vai dizer isso por humildade, mas foi o promotor disso, alinhado com que nos estava comentando, que essa ideia de distribuição não implica apenas salário.

ADR. Parece-me que também é essencial para aqueles que não saibam que, durante seis dos oito anos (se não me engano) da minha administração, foste chefe de gabinete da subsecretaria. Essa iniciativa teve muito a ver com trabalho conjunto e não é para jogar-nos flores mutuamente, e sim porque foi uma experiência muito rica para nós e que, além disso, foi entrando no imaginário sindical. Alguns desses conteúdos não eram estritamente novos, mas sim novas formas de abordá-los, novas formas

de trata-los. Acredito que esta época de pandemia também deve nos dar a oportunidade de entender que há muitas coisas que precisamos para viver e que não podemos comprar, que não é ter mais um peso no bolso que nosso salário nos dá, mas sim ter certas condições para usufruir de outros bens, materiais e imateriais, que não afetam diretamente o que se pode consumir em razão de uma melhor remuneração. E nisso, para de alguma forma encerrar esta reflexão, indico que há uma possibilidade concreta de trabalhar essas questões, especialmente na Argentina, onde tivemos, desde 2004, uma continuidade como nunca da negociação ano após ano - enfraquecida nos quatro anos de macrismo, de seu brutal neoliberalismo – mas essa continuidade também dá a possibilidade de definir questões em mais de uma rodada de negociação. E, finalmente, só para nos ligarmos ao que começamos a falar sobre se havia ou não novos paradigmas, não devemos nos confundir. Trabalhar por meio de plataformas, aplicativos, empreendedorismo, trabalhadores economicamente dependentes, porém autônomo é muita maldade; é absolutamente cínico dizer que trabalhar de bicicleta sob a chuva, com uma tração a sangue com uma carga (não sabemos de quanto nem do quê) transportada por mulheres, homens, jovens ou não tão jovens, seja uma forma moderna ou evoluída de trabalhar. Sem qualquer proteção. E levou muitos anos para que surgisse alguma jurisprudência que indicasse que essas são formas disfarçadas de emprego. Mas também quero indicar aqui que, em geral, essa jurisprudência veio de ações de órgãos públicos que reivindicam as contribuições que não foram feitas e que, em última análise, estão sendo implementados mecanismos que nos levam para trás e não para frente no desenvolvimento de relações de trabalho. Em tudo isso, para mim, a responsabilidade fundamental é do Estado e do movimento operário. O Estado como reitor das relações laborais, como impulsionador e promotor da melhoria das condições de vida e de trabalho; e o movimento operário porque essa é a sua lógica, a sua necessidade e busca de conseguir cada vez mais força contra um antagonista que se concentra (ao mesmo tempo que fragmenta). Há uma concentração econômica: quando falamos dessas grandes empresas no mundo estamos falando de grandes empresas com diversificação de operações, com terceirização de atividades, com realocações no mundo. E o que tudo isso gera é que o antagonista trabalhista se apresenta com mil faces, mas quando se trata de mostrar-se em seu marketing ou arrecadar o produto de suas atividades, elas têm somente uma face; e essa face, na verdade, é sinistra.

MLG. Realmente Álvaro é um prazer te ouvir. Álvaro é um mestre das relações trabalhistas para muitos de nós; é meu professor e eu o reconheço

– quero reconhecê-lo publicamente, desde que comecei como assistente na faculdade – portanto é realmente um prazer, um prazer te ouvir. Ainda há muito o que pensar e esse é, de certa forma, o objetivo desses diálogos transdisciplinares em torno do enfoque crítico tutelar das relações de trabalho. Como faço em todos os casos e desde já agradecendo imensamente a tua presença e tudo o que nos deste, restam alguns minutos para qualquer pergunta que queiras acrescentar.

ADR. Quero agradecer a calidez da entrevista e os elogios - que sempre nos gratificam -. Só quero ressaltar que isso é uma disputa, uma luta permanente. Os direitos dos trabalhadores foram conquistados por meio de lutas, muitas vezes extremamente sangrentas - e não me refiro a duzentos anos atrás- . A gente está vendo isso todos os dias e essa militância, que é a militância no ensino, na academia, no local de trabalho, na assessoria quando se tem essas funções, eu acho essencial para uma sociedade melhor. e uma democracia popular socialmente inclusiva, que nada tem a ver com a democracia proposta pelo liberalismo - muito menos o neoliberalismo, que abandonou definitivamente toda a sua doutrina e dogmatismo ligados aos direitos humanos e civis ou garantias cidadãs-. Portanto, espero que todos possamos construir um futuro melhor para nós mesmos, mas também para todas as gerações futuras. Obrigado da minha parte para vocês e muito obrigado para aqueles que fizeram comentários. Como sempre é um prazer participar das atividades que organiza.

MLG. Obrigado novamente.

Relações de trabalho e estrutura de dominação: tendências e perspectivas

25 de agosto de 2021

Enrique Del Percio

Doutor em Filosofia Jurídica. Reitor da Universidade de San Isidro. Professor de Sociologia Jurídica da Universidade de Buenos Aires (UBA). Pesquisador Associado (CIEA/UNTREF)

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. O título da entrevista de hoje é desafiador: *Relações Trabalhistas e Estruturas de Dominação: Tendências e Perspectivas*. Agradecendo a tua presença neste ciclo, começamos pedindo uma primeira reflexão.

Queríamos vincular o tema de hoje com as novas tecnologias, o impacto no âmbito laboral e como ele está ligado às estruturas de dominação.

Enrique Del Percio. Boa tarde. Precisamente em relação às novas tecnologias, especialmente tecnologias de informação e comunicação, dos anos 70 do século passado —se você quiser colocar uma data, 1973— com o fim da Guerra do Vietnã, a crise do petróleo, a desvinculação do dólar do padrão ouro, gerou-se uma mudança muito profunda em pelo menos dois aspectos. Desde o início da Revolução Industrial, da Revolução Francesa na Europa - que é onde emerge a estrutura do domínio moderno - há duas atividades que requererão mão-de-obra intensiva: a guerra e a indústria; a guerra, além da mão-de-obra intensiva, requererá que as pessoas vão e morram, e a indústria exigirá trabalhadores empregados ou desempregados, o exército de reserva. Para ter uma ideia disto, vamos calcular que entre 1800 e 1815, durante todo o período das guerras napoleônicas, aproximadamente um terço dos homens em idade ativa nos países que participaram nestas guerras morreu; apenas na batalha de Stalingrado (na Segunda Guerra Mundial), numa única batalha, morreram um milhão de soldados entre russos e alemães. Após a batalha de Austerlitz, quando um dos tenentes de Napoleão lhe diz: *General, todas as pessoas que morreram, como faremos...* Ele lhe responde: *algumas noites de amor de nossas mulheres na França e em mais alguns anos estará recuperado*. Em outras palavras, as mulheres que tinham muitos filhos eram necessárias para ir à guerra e

trabalhar na indústria. Isso então exigia um tipo particular de sociedade e família. Com o surgimento de novas tecnologias isso muda completamente. Os Estados Unidos não tiveram 6.000 mortes no Afeganistão, lembremos que começaram em novembro de 2001, estamos há quase 20 anos com 6.000 mortos. Não vou contar como a tecnologia substitui a mão de obra em um número infinito de atividades. Ou seja, não precisamos de famílias com 14, 15 filhos como antes, e isso gera uma série de mudanças enormes. Há três impactos fundamentais que são dados pelas novas tecnologias na mudança da estrutura social, e mais tarde veremos, portanto, também a mudança da estrutura de dominação. Primeiro, mudanças no espaço ou ambiente de trabalho; Por causa das novas tecnologias, as pessoas já não trabalham sempre no mesmo lugar, isso implica que existem laços diferentes ou que não existem laços de natureza social e política que eram os que, desde a Revolução Francesa e Industrial até o fim do século 20, ocorriam no trabalho. Pessoas que sempre trabalharam juntas, que começaram a trabalhar na mesma fábrica, que falavam de assuntos importantes e, entre outras coisas, de política. Porque quando você conhece o outro, você pode conversar sobre coisas importantes. Há também mudanças na área residencial; antes, as pessoas, uma vez instaladas em um bairro, moravam lá a vida toda e seus filhos também, conheciam as outras pessoas. Isso é bom ou ruim? Tem coisas boas, coisas ruins, que geravam algum tipo de comunidade onde, por exemplo, as pessoas murmuravam baixinho sobre os costumes sexuais de um ou de outro, era a parte frívola da questão; a parte dos benefícios era que os vínculos eram gerados, havia comunidade. E na família o que acontecia? Antes, numa família com 14 ou 15 filhos, o homem era o provedor e a mulher estava ali para reproduzir, não só para ter muitos filhos, mas também para reproduzir a força de trabalho, ou seja, alimentar, alimentar o corpo, mas também alimentar o ego. Aquele homem que trabalhava o dia todo na fábrica, maltratado pelo capataz, “xingado” pelos colegas de trabalho por alguma questão, voltava para casa com o ego no chão. Teria vontade de acordar no dia seguinte para voltar à fábrica? Lá estava a mulher dizendo: *O chefe desta casa chegou! Olá, amor! Aqui estão seus filhos, filhos: prestem atenção e escutem seu pai.* O pai sentia que em algum lugar do mundo era importante. Então aquele cara que era maltratado se dedicava a maltratar a esposa e os filhos também. Não estou falando de maus-tratos severos, e sim daquela atitude cotidiana do cara que se sentava à cabeceira da mesa, de que a opinião dele tinha que ser a que valia e que, se algum de seus filhos chegasse a pensar algo diferente, a discordar, ele tinha o luxo de mandá-lo dormir sem comer, e o

garoto ia embora. Isso mudou totalmente hoje. Pensemos em uma cena cotidiana: Catalina chega em casa às nove horas da noite, depois de trabalhar o dia todo. Para que ela trabalha o dia todo? O marido também trabalha, com o que o marido ganha (eles têm apenas um filho) eles estão muito melhor do que os seus avós. Por que ela trabalha o dia todo? A Catalina, na quarta-feira da semana passada, havia convencido o Pablito de que lhe compraria aqueles tênis de marca, tão caros, se o pezinho ainda não tinha crescido e os tênis que o Don Alberto vende aqui ao virar da esquina são os mesmos. Pablito concordou, mas quando Catalina foi procurar Pablito no aniversário da prima no sábado, viu que todos os meninos e meninas tinham aqueles tênis com cores e luzes. Pablito pergunta a sua mãe por que não os tenho? Catalina se sente culpada e trabalha mais para comprar tênis de marca para ele. Ela chega em casa e Pablito está brincando com seu Play Station, Catalina coloca no Netflix, tira algumas coisas do freezer para colocar no microondas, o pai de Pablito chega logo e muda a novela do Netflix para ver o comentário do jogo de domingo. E Catalina diz a ele: *Não foi o suficiente para você assistir ao jogo no domingo e agora você vê o comentário? e ele diz que você vai me torturar com essa coisa da Netflix?* e Pablito não tem mais aquele pai que dizia o que é certo e o que é errado. Pablito sabe que mamãe e papai discutem e brigam. No dia seguinte Catalina vai trabalhar e no trabalho temos Rodrigo e, como sabem, há sempre alguém que está à espera do momento certo e Rodrigo foi até capaz de aplaudir a série Netflix que Catalina via (que, claro, ele não dava a mínima). Catalina fica com Rodrigo e leva Pablito para morar com ela. Catalina, que antes não impunha limites a Pablito, agora vai impor menos limites porque se sente culpada; Rodrigo não vai colocar limites nele porque ele não é o pai, desde que Pablito não o incomode... Quando está com Pablito, o pai só quer que ele seja feliz; se ele fizer barulho quando comer a sopa, bem..., deixa que a mãe dele o ensine.... Isso é muito importante e indo além do jeito brincalhão que estamos descrevendo, isso nos apresenta dois tipos humanos totalmente diferentes: o de antes, aquele garoto que precisava de um pai que lhe dissesse o que é certo e o que é errado e ele achava isso, na professora, no padre, no pastor e depois também no capitão, no sargento quando fazia o serviço militar... Isso gera um tipo de sociedade muito diferente daquela que se gera quando Pablito sai de casa, e o que é que Pablito procura quando sai de casa? Sugiro que olhem—se vocês quiserem, agora mesmo— no Instagram ou Facebook e vocês vão ver que mais de um amigo ou amiga de vocês postou uma foto do sobrinho dizendo *Nahuelito da minha vida, hoje completaste oito meses, obrigado*

por vir e dar felicidade e alegria a toda a tua família... Nahuelito é filho único, porque hoje não se precisa mais de quinze filhos. Com certeza vocês já ouviram falar do famoso DINK (*Double Income no Kids*) renda dupla sem filhos, que surgiram na década de 70; hoje estamos encontrando os SINK (*Single Income no Kids*) a renda simples sem filhos. O mercado precisa cada vez mais de produtos de maior valor agregado para serem consumidos; se há muitas pessoas, você não sabe o que fazer com elas, então você mata dois coelhos com uma cajadada só, garantindo que não haja tantos filhos. Quem faz o direito previdenciário sabe dos problemas que acarretará no futuro o número de pessoas que vão se aposentar, mas o mercado não está interessado no direito previdenciário. O mercado está interessado no consumo atual e atualmente o de um casal sem filhos é muito maior —em termos de consumo com alto valor agregado— do que o de um casal com muitos filhos. Quando eu era pequeno, a televisão a cores apareceu na Argentina e meus avós ainda tinham uma televisão em preto e branco. Um dia eu pergunto: *vô, por que ainda tens a TV preto e branco?* E meu avô me diz: *funciona, por que vou trocá-la?* Era a mentalidade da família com muitos filhos, que a família não pode trocar a televisão a cada Copa do Mundo, não pode trocar o carro seguidamente, não pode sair para jantar fora, não pode ir de férias a um resort. Mas o sistema precisa disso. Então Pablito —que é filho único, sobrinho único, neto único— e está acostumado a se ver nas redes sociais, não espera que um pai lhe diga o que fazer; Pablito vai tirar uma selfie e postar nas redes sociais. Isto é, passamos de um tipo de sociedade onde o questionamento era, quem sou eu? Para o que esperas de mim? Pergunta típica do histórico ou da histórica. Antes de 1800 não se fazia esta pergunta porque se sabia que se fosse filho de camponês seria camponês, que se fosse filho de carpinteiro seria carpinteiro e se fosse filho de um conde seria conde. Com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, a pessoa tem que se perguntar: *o que mamãe e papai esperam de mim? O que esperam de mim no meu bairro? O que eu sou para você? O que você espera de mim?* Se for mulher, ter filhos. Como diria a minha avó Adelina a seu pretendente: *quem sou eu para ti?* Imagina se ele lhe dissesse a verdade: *és uma tremenda gostosa e espero sexo sem restrições...* Ela teria que dizer-lhe: *não senhor, porque só fui feita para ser mãe. Razão pela qual ele tinha que dizer: eu quero que você seja a mãe dos meus filhos, é isso que eu espero de você e, portanto, que você seja minha namorada, minha esposa.* Ou seja, passamos daquela sociedade histórica para uma sociedade narcisista. Percebo muito claramente quando vou visitar minha mãe com minha filha, minha filha é uma

geração narcisista, minha mãe uma geração histérica e nós, querido Mario, os da nossa geração, somos gerações meio narcisista, meio histérica.

MLG. Ainda estamos tentando entender o que somos.

EDP. Minha mãe, durante as eleições, costumava dizer para minha filha: *o problema é que vocês, jovens, não se perguntam como nós, quando Kennedy disse: não te perguntes o que o país pode fazer por ti, e sim o que podes fazer pela pátria.* Típica pergunta histérica. *Quem sou eu para ti, o que queres de mim?* Por outro lado, minha filha é da geração que vibrava naquela eleição ou por Cristina (Kirchner), lembrando a frase de Néstor: *quem especula não fica para a história, e sim quem arrisca;* ou com Macri repetindo a frase de Clinton: *se a política não serve para escreveres a tua própria história, é inútil.* Ou seja, a relação narcisista. Essa relação narcísica entre 2000 e 2020 começa a tomar forma como os chamados *millennials*; a pandemia e outras questões —que levaria muito tempo para expor aqui— compõem os *centennials* para os quais a rebelião é ser libertários. Este seria um esquema rápido, como que para tentar compreender o impacto das novas tecnologias, que depois gera mudanças no âmbito residencial, no âmbito do trabalho e no âmbito doméstico, fazendo com que as pessoas comecem a recluir-se para dentro de si mesmas. A pandemia exacerba esta tendência, mas ao mesmo tempo as pessoas estão interligadas - como estamos agora - então isto dá lugar ao que alguns chamam individualismo de massas: estamos todos massificados, mas ao mesmo tempo, desta forma paradoxal...

MLG. Esta interculturalidade, como diria Han; *estamos, mas não somos.* Diante de tudo isso —e para ti, que és reitor de uma universidade e estás profundamente ligado à gestão e ao ensino— como podemos pensar a educação diante dessas novas realidades? Essas novas realidades em diferentes áreas: doméstica, residencial e especificamente no mundo do trabalho, das relações trabalhistas.

EDP. Quero agradecer-te porque esta é uma questão crucial para mim. Em primeiro lugar, não vou dizer que a solução esteja na questão da educação. Não há melhor indicador do fracasso de uma sociedade do que o número de prisioneiros por habitante que esta sociedade possui. É um indicador muito claro de seu fracasso. E não há desculpa melhor do que dizer que isso é um problema de educação e não sabemos o que fazer com isso, que para que não haja tantos presos por habitante, eles têm que ser educados, etc.

MLG. Dizemos educação, mas nunca esclarecemos que tipo de educação.

EDP. Obviamente. Há um encontro fascinante em 1994 que aconteceu em um setor do grupo do fórum de Davos, o setor chamado Siecle (Century), cerca de 240 líderes políticos, empresários e outros que se reuniram em São Francisco. Um dos palestrantes foi Zbigniew Brzezinski (que era presidente do Conselho de Segurança Nacional na época de J. Carter e um dos grandes teóricos da estrutura de dominação); O Muro de Berlim havia caído recentemente. Naquela época éramos jovens, acreditei muito em todas as cúpulas, tínhamos a impressão de que depois da queda do muro de Berlim viriam os dividendos da paz. E então aconteceu precisamente em 1994, a cúpula do Cairo, a de Pequim em 1995. Trabalhei muito na cúpula de Copenhague contra a pobreza, em 1996, que foi um fracasso e por isso depois deixei tudo e me dediquei a vida acadêmica, quando vi que não entendia nada. Continuo sem entender nada, mas pelo menos tenho um pouco mais de clareza sobre as perguntas, embora sem respostas. E sim, eu tenho claro o problema da educação. O que Brzezinski vai dizer? Dependendo do mundo que está por vir, as novas tecnologias vão exigir dois tipos de pessoas: algumas pessoas altamente capacitadas em conhecimento tecnológico, que serão 20% da população; e então haverá uma população excedente que fará parte do sistema. Brzezinski alerta: precisamos que todos estejam dentro do sistema. O garoto que mora na favela e que consome paco está dentro do sistema, porque o sistema sabe o que fazer com a escória da pasta base (mistura-la com vidro moído e estourar-lhe a cabeça). Portanto, aquele garoto, por um lado, consome - e isso que ele faz, acaba com uma cadeia sequencial muito longa, em algum paraíso fiscal ou algo assim-. Está dentro do sistema. E ao mesmo tempo não estão pensando em como mudar o sistema. Compreende-se isso? Brzezinski diz que temos que encontrar uma maneira de todos estarem dentro do sistema. Uma coisa é estar dentro da comunidade, fazer parte da comunidade e ter os direitos que isso implica (o que não tem nada a ver com o que está acontecendo com esse garoto) e outra coisa é fazer parte do sistema. Por sua vez, esse garoto sai para cometer um crime, então gera que tenhamos que dar mais segurança, o que também gera uma série de outras questões. As pessoas começam a se sentir inseguras e desconfiadas umas das outras, o que também dificulta a geração de vínculos que permitam transformar o sistema, este se torna mais repressivo etc. A partir de tudo isso, ele diz que temos 20% que deve receber uma formação tecnológica muito elevada e o 80% restante que tenha uma educação que lhes permita continuar a

consumir. Obviamente, é uma variante do clássico e eterno *pão e circo* do Império Romano, mas é uma variante muito interessante. Não vou comentar aqui as diferenças, mas não é só *pão e circo*, algo mais comprovado é que eles consomem. A partir daí então como pensar a educação? Bom, se pensarmos nela em termos de educação para o trabalho, é complicado (depois vamos falar um pouco sobre como pensar o que sempre dizes: o trabalho do futuro e o futuro do trabalho). Quero esclarecer que gosto muito do Esteban Bullrich, ele parece um cara maravilhoso, de fato, temos vários vídeos juntos e outras coisas; mas o critiquei muito pelo discurso perante a União Industrial Argentina (UIA) quando disse —como Ministro da Educação— *eu sou o seu primeiro formador de recursos humanos, primeiro capacitador de recursos humanos*. Se pensarmos na educação como formação de recursos humanos, o primeiro erro que estamos cometendo é que ninguém tem ideia de que tipo de recursos humanos o mundo precisará daqui a dez anos. Quando eu era criança, um dos meninos da minha escola estudou “perfograboverificación” e foi o primeiro a comprar um carrinho e aquele garoto foi um fracasso. O que em algum momento parece ser necessário mais tarde acaba não sendo. Então o que a gente tem que fazer é focar a educação no ser humano, não pensar tanto em recursos humanos porque não faz sentido. Não sabemos o que o mercado de trabalho vai exigir e, em vez disso, se focarmos no ser humano, podemos gerar algo muito mais importante. E é para fazê-lo ver, por exemplo, a aquele garoto que acha o paco ou aquele outro garoto que quer sair do país porque não acha significando em estar aqui (não importa a que classe pertença) que seja capaz de desejar o seu próprio desejo, mesmo em uma sociedade onde o desejo é totalmente colonizado e imposto pelo sistema. Assim que aquele garoto puder dizer: eu posso decidir o que eu quero, eu posso decidir trabalhar menos porque eu não preciso daquelas férias naquele lugar, eu não preciso comprar aquelas roupas daquela marca; então posso desejar outras coisas. Posso desejar, por exemplo, passar mais tempo com minha família, com meus amigos, posso desejar ler...

MLG. O teu raciocínio me lembra a coletânea de artigos de Umberto Eco, *Da estupidez à loucura*, em termos de ensinar a escolher, a construir o próprio desejo e, em termos estritamente laborais, também a saber avaliar. Porque se não, é como se estivéssemos correndo atrás de uma cenoura tecnológica como a verificação de perfuração “perfograboverificación”; naquela época permitiu alguma coisa para aquele garoto, mas era pão para hoje, fome para amanhã, como diz o ditado. Tu me lembraste aquele título profético: *Da estupidez à loucura*, porque acho que tudo isso acaba nos

causando danos psicológicos e psiquiátricos. Eu acho que como sociedade ela produz muitas das patologias que estamos percebendo hoje, talvez na educação também possamos trabalhar para desmontar algumas dessas questões

EDP. Claro. Concordo plenamente com o que dizes. Além disso, precisamente uma das grandes diferenças entre o liberalismo e o neoliberalismo é que este último coloca a responsabilidade de tudo no indivíduo. Então tens que ser um empreendedor de ti mesmo. Em algum momento — mais precisamente em 1974 — o Chile se tornou o primeiro experimento neoliberal do mundo quando Pinochet se encontrou com Milton Friedman, graças aos Chicago Boys; depois continuará com Margaret Thatcher e nos Estados Unidos a partir de Reagan, praticamente em todo o mundo. Então, claro, cada um dizia: vou ser meu próprio empresário... Porém o problema é que quando o sistema te diz que és um empreendedor por conta própria, ele também te transfere o risco do negócio, não te dá aquela almofada que te dá quando és um empreendedor de verdade. Até pouco tempo atrás havia quinze bancos —acho que agora são dezoito— e há muitas empresas que estão falidas, que deveriam ir para o inferno e, no entanto, são grandes demais para falir e é por isso que os Estados com nossos impostos evitam que elas caiam. Então acontece que o cara que perdeu o emprego se danou; ele não tem praticamente nada que possa fazer, ele recebe um subsídio para que ele não saia e cometa um crime ou cause problemas. Eles te transferem o risco do negócio, mas, ao mesmo tempo, não te transferem todas as garantias que tens quando és um verdadeiro empresário. E isso, obviamente, traz uma série de transtornos importantes. Precisamente uma das funções da educação é te mostrar o que és *em relação*: em relação contigo mesmo, com os outros, como cosmos. Enfim em te mostrar que ninguém se realiza se não for em uma comunidade que se realiza e lembremos que não se trata apenas da comunidade com os outros seres humanos que estão por aqui. O Papa Francisco constantemente nos alerta para a ideia quando diz: somos uma comunidade com nossos irmãos, com o irmão sol, com a irmã lua, com nossos ancestrais, com nossos descendentes. É disso que se trata a fraternidade. Não como invenção, mas sim como verificação do que há de mais enraizado no ser humano. Há alguns anos Anibal Jozami me pediu para ir dar o discurso para os jovens que se formavam em diferentes profissões. Eu tinha acabado de fazer uma reunião em Belgrano, tinha calculado a hora, ia pegar o metrô e ir embora. A minha preocupação era: *o que eu lhes falo? o que eu digo a eles? Que vocês se formaram e, portanto, agora que todos vocês são graduados em coisas diferentes, a maioria de*

vocês vai ficar desempregado, porque obviamente não vão encontrar trabalho na profissão que se formaram? Não podes, porque estão com a família, querem comemorar... Não podes dizer-lhes a verdade. Nem mentir para eles... Porque agora vocês vão engrandecer o país com o que vocês estudaram aplicando esses conhecimentos... e eu sei que é mentira. A outra coisa que posso te dizer é que já que se formaram, continuem prolongando sua adolescência para que papai e mamãe possam cuidar de vocês por mais algum tempo; a universidade lhes oferece mestrados, doutorados para que pelo menos cheguem aos trinta anos, não percebendo que não têm trabalho porque não há emprego... A questão era que eu também não podia dizer isso a eles. Mas acontece que eu estava prestes a entrar no metrô e vejo que houve uma greve surpresa; saí correndo e peguei o último táxi. O taxista, me diz: *não pode ser que esses funcionários do metrô, que ganham mais do que o meu filho que se ralou estudando direito, façam greve.* E aí ele me deu a pauta perfeita. Porque obviamente a primeira coisa que pens é: se o teu filho está ralando muito estudando, não sei... mude de opção e faça alguma coisa diferente. Mas o que ele estava me dizendo era que não se importava com a felicidade do filho. O que lhe importava era que seu filho ganhasse dinheiro. Obviamente, não estou responsabilizando este homem, vá a gente saber qual foi a sua própria história. Estou expondo um problema muito sério da educação e é que se esqueceu que o significado fundamental da educação é permitir que cada um desenvolva livremente seu potencial para se realizar como pessoa. Não para ser feliz, porque neste momento das nossas vidas, todos sabemos que ser feliz é impossível, como diz o tango, *a vida é uma ferida absurda.* E isso é uma coisa muito boa, porque até que percebamos, tendemos a achar que a nossa vida é uma ferida absurda. Olhas a felicidade de todo mundo no *Instagram* e falas: essa é uma festa para a qual ninguém me convidou. Isso acontece com todos nós. Mas isso não significa que não podemos ficar felizes em fazer o que fazemos. Se a gente acha que o sentido fundamental da educação é te dar as ferramentas para ser feliz com o que fazes, se aquele garoto vai estudar direito, porque ele gosta... Se não gostar, é outro problema. Existem mil profissões. Hoje não é como quando estudávamos direito e diziam: *serás o que devas ser ou serás advogado.* Hoje existem mil possibilidades. Se aquele garoto estuda direito e gosta, é fascinante. Primeiro a relação consigo mesmo, vai ficar feliz em estar estudando isso porque é muito interessante; descobrir por que essa regra está ligada a outra, como esse juiz levantou tal coisa ou esse outro escritor. Uma vez que te formaste como advogado, estás feliz por ter podido ajudar aquela mulher que recebeu tan-

tos maus-tratos e que, graças a ti, agora está ciente de seus direitos, ou aquele outro homem que não podia ver seu filho e agora o vê. Ficarás feliz em ser advogado, ficarás feliz em garantir que esse trabalhador possa usufruir plenamente de seus direitos. E aí não vais te importar com o que ganhas, desde que ganhes o suficiente para viver bem, mas não vais ficar te comparando com outro. Porque o grande problema é que tens uma educação pensada para a utilidade e não para a felicidade. E a diferença é que a utilidade é um meio de ser feliz. Mas se eu pensar apenas em termos de utilidade, vou me relacionar comigo mesmo com base em como vou ganhar mais dinheiro ou mais fama. Por quê? Porque estarei atento a como me relacionar com os outros, dependendo se estou num nível mais alto ou mais baixo. Vou querer ganhar mais que o outro independente das horas. E com isso termino esta parte com uma história que explica muito bem: aquele bancário, marido de uma professora que quer comprar um Ford Focus e estão sempre economizando para comprá-lo e nunca conseguem. Ou um cano quebra, a sogra fica doente... Um dia o cara está se barbeando e aparece um gênio, o vê no espelho e o gênio lhe diz: vim te trazer o Ford Focus que você deseja. E ele pergunta ao gênio o que vais me pedir em troca? (os gênios sempre pedem coisas). O gênio diz: nada, inclusive mais, o dinheiro que economizaste, usa-o para sair de férias onde quiseres. Eu só peço que liguês para o teu cunhado agora mesmo, porque eu não tenho muito tempo e se não ligares para ele não poderei deixar o Ford Focus, por favor, liga para ele e diz que ele fique em casa, porque eu vou lá levar a Ferrari Testarossa que ele quer. E o homem não liga para o cunhado. Isto é, ele queria o Ford Focus? Ou o que ele queria era estar num por cima? Se o que importa para ele é ser feliz, então o que ele quer é o Ford Focus. Se o que importa para ele é a utilidade, ele nunca poderá ser feliz com o que tem, porque sempre haverá alguém que tenha mais do que ele. Acredito que a educação, justamente, deve visar isso. A questão da mobilidade descendente e o fim da mobilidade de saída é uma questão que, em toda a América Latina, tem sido muito problemática. E aí transcende a educação. Temos que ver isso a partir de outras abordagens, a partir de outros setores. Aqui eu me envolveria, entre outras coisas, com um problema muito sério, que é o problema da ciência e da tecnologia: na América Latina estamos ficando para trás e, portanto, nossa produtividade está sendo menor, por exemplo, do que encontramos na Ásia; portanto, está ficando complicando. Estamos ano após ano, aprofundando uma matriz que nos vem desde a época da colônia onde o Chile produzia cobre, a Argentina começava... na realidade é um pouco mais tarde... Exceto no caso da Argentina e dos pam-

pas úmidos que no final do século XIX, início do século XX começa com sua matriz agropecuária, o restante dos países latino-americanos não mudou drasticamente sua matriz daquela que trazia de outras épocas. O Brasil foi uma experiência interessante, mas agora está entrando em crise, esperamos que seja revertida. Aí tens um problema político muito sério.

MLG. Alinhado com o que destacaste, estamos vendo um tipo de sociedade que exclui. Um pouco sobre o que mencionaste sobre o Papa Francisco —e acrescento— essa sociedade do descarte em alguns aspectos, aprofundando mais a análise e falando sobre o direito, sobre o papel do Estado. O que acontece com o Estado e o que acontece com o direito em torno a essas problemáticas? Em torno às tecnologias e, sobretudo, às estruturas de dominação.

EDP. No ocidente temos isso que, se quiseres, vamos chamar de Estado ou se não, para não discutir com quem diz certos Estados... O exercício do poder público, a forma como o poder público era exercido. Antes do capitalismo começasse a se desenvolver, se quiseres colocar uma data em 1492, quando o ouro e a prata que os americanos lhes emprestamos aos europeus e que agora estão preocupados porque não sabem como fazer para nos devolver...

MLG. Foram empréstimos suaves, muito suaves.

EDP. Esse empréstimo suave que começamos a fazer a partir daí, se você quiser colocar uma data antes de 1492, quem exercia o poder público era o soberano e ele o exercia com uma espada na mão. Com uma espada com a qual podia matar ou tirar a propriedade, seja de quem o interrogasse de dentro, do lugar onde exercia a soberania ou tomando os territórios de um vizinho e de outros. Ou seja, a soberania residia na espada. A partir mais ou menos do início do século XVI, começa a crescer algo que aparece na outra mão y é a balança. A lei deixa de ser vista como uma espada e cada vez mais passa a ser vista como norma. Até tal ponto que agir e promulgar uma lei se tornam sinônimos. Muitas vezes nós mesmos dizemos: devemos agir. E por que isso? Porque o Estado, o soberano, começa a se legitimar não tanto pelo seu poder de acabar com a vida e tomar a propriedade, mas sim fazendo crescer a vida e a propriedade. Aquele com mais súditos e riquezas começa a ser mais poderoso e soberano. A balança ou a lei coexistem sempre como norma e a lei como espada, mas progressivamente a norma torna-se mais importante. A tal ponto de a espada estar a serviço da norma. Desde a Paz de Versalhes isso foi visto claramente, mas, especialmente depois do século XVIII, as guerras sempre têm um

objetivo claramente econômico: conquistar novos mercados, eliminar um concorrente (exceto algumas guerras específicas). Em termos gerais, a espada estará a serviço da balança. O que é que começa a acontecer a partir do final do século 20? Por uma série de razões - levaria muito tempo para se desenvolver aqui, mas paradoxalmente têm a ver com o que apontamos no início - esse indivíduo que começa a se sentir sozinho nesse individualismo de massa, começa a descobrir uma nova dimensão que é, em termos coletivos, a dimensão do cuidado. O cuidado da vida em geral, a ecologia em 1972 com a declaração de Estocolmo, Perón com a sua carta aos presidentes do mundo, nesse mesma época —entre 1972 e 1974— começa, a parecer essa ideia de cuidado ou ecologia como cuidado da vida, a espada e a norma (a balança) simbolizam de alguma forma o guerreiro e o provedor, arquetipicamente não substancialmente, não existe algo assim como uma substância masculina, uma substância feminina, mas arquetipicamente ser guerreiro e ser provedor são arquétipos patriarcais. Por isso é correto falar do Estado patriarcal; o que não é correto é pensar que só o Estado tenha que ser patriarcal. Porque também arquetipicamente a ideia de cuidado é uma ideia que está ligada ao materno. Não há razão para que o patriarcal seja associado ao masculino e o materno ao feminino. São coisas diferentes. Estou falando do fato de que arquetipicamente temos um Estado patriarcal e que começa a haver uma demanda por cuidados. Sinais nada mais: alguns anos atrás, bem no século XXI, eu estava justamente na Espanha quando o então rei Juan Carlos apareceu em uma foto caçando um elefante e foi um escândalo. Desde o século VIII A.C. pelo menos até esse fato, reis e nobres sempre caçaram; a caça era o esporte por excelência de reis e nobres, nunca havia sido desaprovada. Agora sim. Porque o cuidado da vida aparece. O livro mais baixado da Internet, até agora no século XXI, é *Laudato si* do Papa Francisco. A primeira palavra da *Laudato si* é o cuidado da casa comum, parece uma exigência de cuidado. Vocês podem me dar mais lições do que eu posso sugerir ou esboçar, mas, por exemplo, a ideia de que o trabalho doméstico tem que ser pago... No ano passado, lançamos um livro pela Editorial Poliedro —a editora da Universidad de San Isidro— chamado *O Cuidado é Político*, onde trabalhamos essas questões precisamente do ponto de vista de gênero, mas onde se nota claramente que esse mesmo indivíduo que, por um lado, se sente só no meio do mar agitado, ao mesmo tempo —também e precisamente pelas mesmas razões— começa a exigir fazer parte de uma comunidade; começa a exigir cuidados. Há uma tensão. Para onde isso vai sair correndo? Não sabemos. O que está claro é que está surgindo algo que não existia

antes, e se você quiser —deixo isso para outros advogados, não trabalhistas— uma questão na qual venho trabalhando há muito tempo também é que ao mesmo tempo que a ideia de cuidado, nos anos 70, é fortalecida (se quiser um ano preciso em 1994 e continua a ser fortalecida depois) a ideia aberrante de direitos reprodutivos; Digo ideia aberrante porque nenhum ser vivo jamais reproduz, reproduzir implica fazer uma cópia fiel de um original; uma maçã nunca é igual a outra maçã, uma laranja nunca é igual a outra laranja, cada vez que um gato tem gatinhos são todos diferentes. Muito mais um ser humano. Por que não falamos sobre direitos de procriação? Seria lógico. Ou melhor ainda, de direitos relacionados à procriação, porque, por exemplo, aborto, laqueadura, não é direito de procriar, é para não procriar. Por que estamos falando sobre isso? Será justamente porque esse indivíduo, em meio a essa crise e a esse individualismo exacerbado, sente que não tem mais a sua individualidade? Que todos nós desejamos, buscamos a mesma coisa; que, paradoxalmente, como disse Nietzsche no final do século XIX, *o último homem* —hoje acrescentaríamos e a última mulher— *será aquele ou aquela que acredita ser único(a)*. Pobres coisinhas são todas redondas, acinzentadas, chatas, como grãos de areia do mar. Cada grãozinho acredita que é diferente do outro, ingênuo. Por um lado, isso nos faz querer reproduzir e, portanto, não questionamos o uso da expressão direitos reprodutivos. Não é por acaso que a Convenção do Cairo, que consagra a expressão direitos reprodutivos, aparece ao mesmo tempo que a ovelha Dolly, o primeiro caso de clonagem e, portanto, o primeiro ser vivo verdadeiramente reproduzido. Mas um ser humano aceitar assumir-se como reprodução é uma aberração. A palavra reprodução aparece exatamente ao mesmo tempo —século XVI— que a estatística. A estatística é a ciência do Estado, ou seja, a reprodução da vida. E neste momento, justamente porque o indivíduo não aceita ser uma reprodução, ele começa a dizer que sou alguém que merece cuidar e ser cuidado. E acho que podemos pensar o trabalho do futuro e o futuro do trabalho a partir da categoria assistencial, já que as novas tecnologias vão conseguir realizar uma série de tarefas que hoje exigem mão de obra mais ou menos qualificada. Mas o cuidado não pode ser totalmente substituído, o humano é sempre insubstituível nas tarefas de cuidado. Parece-me importante pensar num Estado que deixe de ser patriarcal para continuar a ter a espada e a balança, porque é preciso que a tenha, mas não ao serviço da balança, mas ao serviço do cuidado; deixe de ser patriarcal para ser paternal. E espero que não caiamos no grande perigo de um estado matriarcal para assim, ter um estado que seja paternal e maternal como prenuncio de uma comunidade organizada,

onde não precisamos de pai ou mãe, mas sim de um Estado fraterno soror. Mas é um ideal regulador. Por enquanto, acredito que podemos fingir ter um estado paternal e maternal —e com isso encerro— e tentar alertar para o grande risco do estado matriarcal. O que quero dizer? quando tu és mãe, eu sou como uma mãe, quando trocava as fraldas da minha filha, quando eu via que ela era pequena, divina, eu queria falar pra ela, *ah, eu quero comer você!* Há uma pulsão materna, Lacan disse que *a mãe é como um crocodilo*, a pulsão materna é o crocodilo sempre pronto para fechar suas mandíbulas. Mas esse impulso se opõe ao desejo materno, tu como mãe, o que queres é que a tua filha cresça livre, feliz, que ela possa imediatamente abrir as asas para voar para onde quiser. Nesse sentido, a diferença entre o matriarcal e o maternal é que o matriarcal seria um Estado que, ao cuidar tanto de nós, acaba restringindo totalmente nossas liberdades e direitos. Contra isso surge a ideia do Estado maternal, que, junto com o paternal, tem a espada e a balança a serviço do cuidado. Este é um esboço de como pensar o Direito e o Estado.

MLG. Acho as reflexões muito interessantes e alinhadas com a nosso enfoque crítico tutelar onde sempre tentamos promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, acredito que nas diferentes etapas da tua participação neste espaço nos enriqueceste com as tuas visões. Essa é a ideia, ver as diferentes facetas, as diferentes realidades, contribuir, desconstruir. Trabalhaste muito sobre diferentes paradigmas e no estabelecimento de categorias que nos ajudam a refletir, esclarecer e continuar debatendo. Só tenho palavras de agradecimento pela tua participação e, como costumamos fazer em todos os programas, tentamos deixar alguns minutos para que cada entrevistado acrescente algo que queira completar ou que eu deixei de perguntar.

EDP. Muito brevemente, além de te agradecer muito, gostaria de fazer uma referência a várias das perguntas sobre o que está acontecendo com as criptomonedas. Não vou respondê-las, mas vou destacar uma coisa, algumas das perguntas até diziam: são uma tendência ou vieram para ficar? Essa é a minha dúvida também; de fato, com uma equipe de colegas (não estou trabalhando diretamente nisso) tenho coordenado um projeto da Conferência Episcopal Latino-Americana, Economias de Francisco, e dentro de Economias de Francisco há uma equipe que está trabalhando especificamente nisso. Há uma questão que vale a pena ter em mente sempre que se pensa no futuro, que é o problema de pensá-lo à maneira europeia ou sair da maneira europeia. O europeu pensa o futuro em termos de desenvolvimento ou dialética. O desenvolvimento (desarrollo em espanhol)

vem do rolo —antes os livros eram rolos— então é como se todo o futuro já estivesse contido e o que eu tenho que fazer é desenvolvê-lo e ver o que já está contido nele. A dialética: temos a semente —exemplo do próprio Hegel— chamemos tese; a semente tem em si o germe que determinará as condições para que essa semente se anule a si própria, antítese que gera uma síntese. Mas essa síntese está contida na tese. Ou seja, o europeu acredita que tudo está sempre contido no presente, que o futuro nada mais é do que um desdobramento do presente. Mas nós, na América Latina, sabemos muito bem que não é assim. Desde 1492 sabemos disso. A irrupção da América não estava contida na Europa, entendemos isso? e a Europa se torna o que se torna, depois de 1492, porque a batata seca irrompe. Sem batatas secas não tinham campanha de inverno, porque não havia como alimentar as tropas. Porque entra o chá, o café, o açúcar que, embora não sejam nativos da América, na América foram feitos de forma que todos pudessem consumi-los. Então as pessoas podiam tomar bebidas estimulantes que mudavam totalmente até o tipo de conversa no bar. E aparece o algodão, com o qual qualquer homem poderia ter a roupa que quisesse. Mas, sobretudo, aparece o ouro, aparece a prata. Esta foi uma mudança brutal que não estava contida. Por isso, quando nós latino-americanos fazemos filosofia da história, não fazemos filosofias desenvolvimentistas ou dialéticas — a menos que você seja um cara que não só estudou na Europa (eu também estudei na Europa), mas também ficou na Europa e não conseguiu perceber que o futuro está sempre repleto de infinitas possibilidades. Terminei com algo que me lembrei esta tarde, estava discutindo com outros colegas que estão muito preocupados com o futuro. Em meados dos anos 90, justamente quando eu estava saindo das Nações Unidas, fui ver o velho Cafiero (Antonio) e contei a ele sobre meu desconforto e Antonio me disse: Por que não vais ver Erik Calcagno e lhe dizes a mesma coisa? E eu disse o que ele vai me dizer? Era como se alguém fosse ver um guru... Calcagno ri e me diz: em 1943 pensávamos exatamente o mesmo que você está dizendo agora. Para a Argentina, Hitler vencer era a pior coisa que poderia acontecer, mas que vencesse os Estados Unidos, a Inglaterra não era uma coisa muito boa porque seria outra forma de imperialismo. A propósito, foi menos ruim que o outro, mas não foi uma coisa boa. Na Argentina não havia possibilidade de qualquer mudança. O radicalismo e o socialismo, que eram as duas forças com alguma possibilidade de mudança, estavam dentro da conspiração do governo conservador da época. Não havia possibilidade de qualquer transformação e em menos de dois anos tudo mudou. E se vemos a história (dediquei um tempo estudando a segunda

metade do século XVIII) nós de nossa geração lembraremos de Francis Fukuyama; te jogavam *O Fim da História* na sua cabeça e te diziam: *you finished at 45, the history is over*. Bem, acontece que em meados do século XVIII havia um monte de caras dizendo exatamente a mesma coisa: a história não é mais interessante, nada mais vai mudar, nada melhor do que a monarquia iluminista... E então veio, 1776, a Revolução Americana, em 1789 a Revolução Francesa e aqui depois de 1943 veio tudo o que veio. Com isso quero dizer que o futuro não está contido no presente, tudo o que vimos durante todo esse tempo nada mais é do que explicações de coisas que já aconteceram. O futuro é em grande parte feito por nós, não é puro acaso nem é pura necessidade. Há outra coisa que nós latino-americanos sabemos muito, que é a gratuidade: há coisas que não são aleatórias nem necessárias. É a gratuidade. Ou seja, há coisas que aparecem (e, portanto, a ideia de gratidão e a ideia de fazer coisas) muitas vezes apenas para algo tão inútil quanto a necessidade de ser feliz com o que se está fazendo. E não podemos estar felizes se não nos realizarmos e não nos realizamos se não for em uma comunidade que se realiza, portanto, além do problema específico das criptomoedas e outros, como sempre se trata de construir uma comunidade.

MLG. Excelente encerramento Enrique porque, além de tudo o que já destaquei em tua exposição, nos deixas aquilo que faz muita falta, uma visão esperançosa. Essa visão esperançosa não depende apenas dos outros, mas também depende de nós e da construção dessa comunidade, essa palavra que às vezes na Europa eles também não entendem. Muito obrigado, Henrique.

RELAÇÕES DE TRABALHO E UNIVERSIDADE

O que significa hoje ensinar nas relações de trabalho?

28 de abril de 2021

Marta Novick

Pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas do Centro de Inovación de los Trabajadores (CITRA, UMET-CONICET). Diretora da carreira de Relaciones del Trabajo da Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo (UMET). Professora consultora da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Mário Gambacorta. Para iniciar esta entrevista, gostaria de refletir sobre a origem do curso de Relações Trabalhistas, sua criação, sua transição de uma carreira curta para uma carreira mais extensa na Universidad de Buenos Aires (UBA) e também sobre a curso que é ministrado na Universidad Metropolitana de Educación y Trabajo (UMET).

Marta Novick. O curso de Relações Trabalhistas foi criado na UBA com a recuperação da democracia, o que não é um dado menor. Entre 1984 e 1985, anos em que foi montado, foi criada também a Facultad de Ciencias Sociales e o curso de Relaciones del Trabajo —que era um curso menor (maltratado) na Facultad de Derecho— passou a usar calças compridas (ou transformar-se em um curso de pleno direito dentro da universidade). A atmosfera foi de reencontro; muitos de nós não nos víamos desde o início da ditadura (1976), ou desde um pouco antes, quando nos expulsaram da universidade em 1975... Houve uma demanda por parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), basicamente de Arturo Bronstein e Julio Neffa, que pediram ao Centro de Estudios e Pesquisas do Trabalho (CEIL) — que havia sobrevivido porque nos mudáramos de La Plata para Buenos Aires e continuávamos pesquisando algumas questões trabalhistas e sindicais – que projetássemos a carreira de Relações Trabalhistas na UBA. E isso é interessante, porque, qual era a demanda? O que eles queriam formar naquela época? No que estavam pensando? O que era revolucionário, o que era novo, parecia ser a formação de especialistas em relações de trabalho com uma lógica tripartite, ao estilo da Organização Internacional do Trabalho (OIT): formar profissionais que pudessem atuar nas empresas, nos sindicatos e no Estado. Isso, obviamente, teve muitas tensões e debates... Qual era o perfil que esse graduado deveria ter? Tinha de ter esta lógica tripartida, mas era um perfil profissional, acadêmico,

teórico ou prático? E isso foi difícil, a discussão em si foi interessante. Pensando nessa palestra, pude encontrar antecedentes da carreira tal como estava estruturada em 1985. Havia um grupo de jovens apontando para um perfil profissional mais voltado para o Estado e/ou os sindicatos (foram os primeiros formados em Relações do Trabalho para mudar a carreira da Faculdade de Direito para a das Ciências Sociais), mas também alunos que eram gerentes de empresas—trabalhavam nos recursos humanos— e que, de alguma forma, queriam certificar seus conhecimentos. Para que tenhas uma ideia do momento, além da recuperação da democracia, Julio Testa — companheiro e colega que trabalhou muito na inserção no mercado de trabalho de graduados e estudantes de relações trabalhistas— realizou uma pesquisa sobre o que os alunos queriam ser quando eles se formassem. E uma grande porcentagem queria ser gerentes de multinacionais. Esse era o perfil. Diante disso, o que demos a eles?

MLG. A faculdade não se não perdeu alunos e o curso também não, algo bom lhes devem ter dado.

MN. Tivemos docentes como Carlos Tomada, Julio Neffa, Carlos Aníbal Rodriguez —que vinha do exílio na Espanha e tinha trabalhado nas comissões operárias— Roberto Izquierdo, alguns consultores. Havia gerentes naquela época que eram companheiros, que queriam trabalhar e havia uma ideia de democratização. O curso —tal como estava projetado— era muito longo, durava cinco anos. O primeiro ano correspondia ao ciclo básico, introdução feita por Francisco Delich, o primeiro reitor normalizador da democracia. Do total de disciplinas, havia doze ciências sociais; que incluía história, sociologia das organizações (além de algumas que já haviam recebido no ciclo básico); quatro de direito: individual, coletivo, segurança social e processual; quatro de administração e duas de metodologia e informática. Coincidências também ocorreram: havia uma informática muito boa no CEIL e era importante que os alunos soubessem como processar dados com os programas. Claro, depois a tecnologia nos arrasou. Além disso, os alunos tinham algumas dificuldades em algumas das disciplinas. Por exemplo, com a Sociologia do Trabalho —que eu ministrava— havia duas disciplinas nessa linha: Introdução e Sociologia do Trabalho, e a acusação que recebíamos na Sociologia do Trabalho era que se tinha que ler em excesso porque era uma disciplina teórica... Este problema —da dificuldade de leitura— realmente se espalhou na universidade, mas acho que, a partir da passagem do curso para o bacharelado, com todos os erros que podemos ter cometido, cresceu o curso, a profissão, o número de formados, o reconhecimento, começou a usar calças compridas (ter autonomia),

começou a ter um papel importante. Ainda hoje, passados mais de trinta anos, é um dos cursos que mais cresce na Faculdade de Ciências Sociais e cresce também pela sua produção profissional; normalmente, os graduados em Relações Trabalhistas têm uma saída no mundo do trabalho. Mas nessa época eles começaram a falar e aprender outras coisas: começaram a falar de precariedade, globalização —um tema muito forte naqueles anos— de cadeias globais de valor e também de eventos internacionais, começaram a se relacionar com grupos de pesquisadores de outras disciplinas.

MLG. Esse debate que se deu sobre o perfil (teórico, prático, etc.) como foi resolvido? Talvez comece também com um forte arcabouço teórico em busca daquilo que é prático, mas depois foi nutrido por outros elementos que reconfiguraram esse perfil mais para o acadêmico, o investigativo.

MN. Nunca conseguimos instalar com força o papel da pesquisa no curso. Aqueles de nós que faziam pesquisa eram os que vieram de fazê-lo anteriormente e da sociologia. Houve um primeiro grupo de jovens que terminou o curso, que depois se tornaram funcionários do Ministério do Trabalho e estiveram na OIT... A formação foi boa. Não sei quão boa era para esta linha “tripartida” que nos haviam pedido. Sim, era a abordagem, era entender que os problemas tinham que ser abordados de forma diferente e ouvir uma pluralidade de vozes. Foi um processo interessante. Houve muitas tentativas de mudança no curso (nas universidades, principalmente as grandes como a UBA, as mudanças são difíceis); além disso, a política universitária começou muito mais forte, as lutas pelas políticas nacionais —ou não nacionais— aumenta o peso daquilo que é político na universidade e finalmente se transformam em discussões onde o projeto acadêmico ou o perfil pouco tem a ver com isso. E acredito que isso seja ruim para a UBA em geral, não apenas para a Faculdade de Ciências Sociais. Acredito que essa questão da política pequena traz problemas e dificuldades na hora de realmente pensar que tipo de profissionais precisamos para essa sociedade.

MLG. Em consonância com isso, penso que fazes uma diferença importante. Existe uma política pequena e eu acho que existe uma política grande, que é o que estás postulando. Uma das questões que propomos no âmbito do enfoque crítico tutelar é que, para melhor compreender, contextualizar, desconstruir as relações laborais e as suas questões e interesses, etc., não nos deveríamos limitar às relações laborais no sentido clássico. Por isso o significado deste programa e de contar com a tua experiência e o teu conhecimento. Alguma dissociação do profissional com a realidade e com o

compromisso com um modelo determinado de país ocorre porque às vezes isso não é tratado —ou não pode ser tratado— na formação. Se queremos que sejam propostas reformas em diferentes áreas, bem, com que material humano vamos realizá-las? Em relação a isso, qual era o perfil exigido naquele momento? (algo que já nos antecipaste).

MN. Olhando para o programa do curso (e penso que continua sendo quase o original, embora houvesse muitas comissões de propostas para alterar) penso que tem muito pouca economia. E não acredito que um curso em Relações do Trabalho deva ter macroeconomia e econometria, mas penso que deve ter economia para compreender quais são os modelos de desenvolvimento e onde é que o trabalho se enquadra nesses modelos de desenvolvimento, bem como onde é que os direitos se encaixam nesses modelos. A UBA tem um curso de pós-graduação muito bom que nutriu muitos coortes de profissionais e pesquisadores. Depois, tive também a coordenação técnica de um mestrado na Universidade de Bolonha que foi apoiado pelo Ministério do Trabalho para muitos profissionais (em 2005, 2007) e era necessário introduzir a economia, os modelos de desenvolvimento e de globalização. Porque também, em todos os cursos, o problema é o dos determinismos. Portanto, tal como posso dizer que não há determinismo tecnológico, a tecnologia é importante, também não é verdade que a economia determine uma série de coisas por si só...

MLG. O que costumamos chamar de economicismo. Em outras áreas relacionadas às relações trabalhistas, às vezes também temos dificuldades semelhantes. No mundo do direito acontece com frequência: quando se fala nisso, diz-se: entraste em uma visão economicista... Não, a economia deve ser entendida como uma leitura crítica do direito do trabalho e, particularmente, acredito em um enfoque crítico tutelar que apoie a proteção, mas que reconheça a incidência daquilo que é econômico sem lhe dar prevalência, como muito bem destaca.

MN. Não sou advogada trabalhista, mas respeito muito muitos advogados trabalhistas (nem todos que fique claro), mas desde Umberto Romagnoli a [Antonio] Baylos, dois dos advogados trabalhistas que colocaram no debate sobre o mundo da trabalhar o que está acontecendo lá fora: tecnologia, globalização, lutas pelo multilateralismo, unilateralismo. Não há disciplina hoje que possa ser isolada... As relações de trabalho não constituem apenas uma relação entre capital e trabalho, o trabalho é um valor social e é uma produção de riqueza, portanto não está isento. Pelo contrário, uma abordagem multidisciplinar é essencial. Eu estava preparando uma palestra para

amanhã que me pediram sobre o dia do trabalho, o dia do trabalhador; e a gente pensa na época em que o Dia do Trabalho era na verdade uma festa. E hoje, o que é trabalho? O que chamamos de trabalhador ou trabalhadora? Há muitas mudanças para processar, mas o importante é gerar uma mente aberta e entender que ninguém tem a verdade absoluta.

MLG. Quero aproveitar algo que destacaste e tens trabalhado e focado em muitos dos teus trabalhos e artigos em diversas publicações, que é o tema de modelos de desenvolvimento. Porém antes disso, como vincular a incorporação e o conhecimento de modelos de desenvolvimento também a partir de um perfil? Uma diretriz, um norte, um horizonte para um curso de Relações Laborais ou Relações de Trabalho (vemos os dois nomes replicados em diferentes cursos).

MN. Na visão tripartite, quando você está em uma empresa você tem também os determinantes que fixa a economia, o mercado, a legislação de importação, exportação, regras e regulamentos, que sempre têm um fundo político. O problema não é acreditar que a economia determina tudo, mas a economia determina políticas, situações e sempre há uma margem de escolha política...

MLG. Políticas econômicas, eu acrescentaria.

MN. As políticas econômicas. Temos um problema com a pandemia, (além da saúde) porque todos os elementos do sistema de relações trabalhistas mudam: o trabalho, o horário de trabalho, a forma de trabalhar, as modalidades. E também a economia, porque a Argentina tem a pandemia, mas também uma crise econômica ou junto com uma brutal crise econômica... Algo que me obceca: em 2015 havia mais ou menos 15 milhões de população economicamente ativa (PEA). No ano passado, 2020, foram dez milhões. Então, como podemos crescer se temos um terço do PEA – nem estou falando de trabalho registrado – por fora da economia? Emprego, trabalho e economia estão intimamente ligados e se não se pensar em uma economia que leve em conta também os aspectos sociais e trabalhistas, então estamos mal, acho que esse é um ponto central.

MLG. Quando nos falaste sobre a criação do curso no contexto do regresso à democracia na Argentina, que espaços profissionais foram ocupados naquele momento? Que espaços profissionais estão sendo abertos agora? E como esses espaços são encarados? Faço parte do curso de Relações do Trabalho na UBA (leciono Direito Coletivo na área do direito) e noto uma discussão permanente sobre se formamos chefes de pessoal (ou gerentes

de pessoal como se dizia antes, então recursos humanos, fator humano). Gostaria que a área se chamasse precisamente Relações Trabalhistas. Em algumas partes do Estado já é chamado assim.

MN. Mas, por que não se chama relações trabalhistas? Porque na realidade a relação de trabalho é desvalorizada e “deslaborizada” a relação laboral.

MLG. Há um componente ideológico em não o chamar assim; muitas escolas de negócios ou faculdades ensinam que as relações trabalhistas são apenas uma pequena parte dos recursos humanos. Não sei como vês...

MN. Totalmente. Nos países europeus ainda hoje, mesmo nos Estados Unidos com toda a sua tecnologia, a maior porcentagem da população ativa é de trabalhadores assalariados registrados. É verdade que todas as outras formas apareceram e discutimos a organização, o trabalho em plataformas, etc. Mas, o que aconteceu entre nós? O trabalho assalariado registrado foi se perdendo —ou enfraquecendo— e os monotributistas ou trabalhadores independentes com proteção (ou sem proteção, porque esse grupo é muito heterogêneo) começaram a crescer; e uma figura que foi desenhada justamente para que pessoas independentes tivessem alguma proteção social é usada indiscriminadamente. Ao aumentar o número de monotributistas (muitas vezes são fraudes trabalhistas) ficou complicado para nós, ou seja, a segmentação que temos hoje no mundo do trabalho é uma segmentação não só de maior heterogeneidade, mas também de maior depreciação dos segmentos trabalhistas. Termino contando um pouco sobre a experiência da equipe... Quando se pensou no curso da UMET (eu não estava lá quando o plano de estudos foi feito, cheguei mais tarde) o que foi que se pensou? Basicamente, a UMET é uma universidade feita a partir dos sindicatos com lideranças sindicais e pensada para os filhos dos trabalhadores. E o curso de relações trabalhistas, em particular, começou há três anos. A primeira coorte foi exclusivamente de dirigentes sindicais, delegados sindicais. Agora eles são os mimados da universidade porque são os que têm mais capacidade crítica (às vezes eles acreditam que os professores são os patrões, mas, não importa). Porém, qual era o tema e qual era a preocupação central? Que eles entendam a realidade que eles estão vivendo, que nós estamos vivendo, mas para isso é fundamental começar a discutir. No primeiro ano eles já têm uma oficina de prática profissional. Então eles começam com a teoria, com os problemas e naquela primeira oficina que eles fizeram com a área de história descobriram o valor dos arquivos sindicais para rearmar, reconstruir, a história sindical do mesmo sindicato ao qual pertenciam, por exemplo, fazendo entrevistas

com antigos sindicalistas... Então se produz um contato diferente com a realidade. Ou mais tarde na oficina do segundo ano, liderada por Marita González, onde se aborda a questão das relações internacionais, como se pactua, como eram os programas de trabalho decente; mas também viram ao vivo o empresário, que representava o Estado, aquele que era dos sindicatos... É uma realidade que eles estão começando a entender, os conflitos e a necessidade de se chegar a consensos, acordos. O problema que temos nas relações trabalhistas é que coexistem velhos e novos problemas. Se você me disser que o problema é o salário, sim, há problemas salariais; o problema do emprego registrado, temos problemas de emprego registrado; o problema da proteção da segurança social, sim, também. Mas, ao mesmo tempo, temos tecnologias e trabalho de plataformas. Mas uma coisa são os estados de bem-estar social em economias fechadas e crescimento econômico. O Estado de bem-estar na Argentina tinha como característica que sindicatos e empresários pressionavam o Estado para obter recursos melhores do que os exportados em termos de recursos naturais. O que quero dizer com isto? Que começamos a entender que o mundo mudou muito. Quando me lembrava dessas primeiras coisas que conto sobre o CEIL, tínhamos um datilógrafo (ali ninguém escrevia a máquina); Pablo Iglesias, político espanhol, segundo vice-presidente e ministro dos direitos sociais (2020-2021), líder do Podemos veio à UMET há dois anos e disse: não entendo como os pesquisadores fizeram isso quando não havia computadores... E eu tive que dizer-lhe que eu vinha daquela época. Se não entendemos essas mudanças, mas não só no mundo do trabalho, no mundo social... Estou em Núñez, tu estás não sei onde e quem nos acompanha hoje está em outros lugares e podemos nos comunicar desta forma. E o sindicalismo também entendeu, durante a pandemia, que não era necessário realizar tantos seminários presenciais porque poderiam se relacionar com colegas do interior por outras vias. A digitalização nos atravessa, não só no trabalho, mas também nos sindicatos. A ideia que temos basicamente na UMET é apresentar problemas e que eles possam ser compreendidos, porque também ninguém tem solução, mas o que estou propondo não é que com essas mudanças desapareça a defesa dos direitos dos trabalhadores. Então a questão é: eles são os mesmos direitos? Uns sim, outros não, porque temos os problemas internos, os problemas salariais, os problemas de higiene e segurança, problemas de condições de trabalho que se agravaram notavelmente. Continuamos com problemas de jornada de trabalho (no sábado, 1º de maio, será comemorada a luta pelas oito horas), mas também

temos, por exemplo, o direito à informação e à preservação da informação dos trabalhadores. Quem se encarrega disso? Outro dia com esse tema de discussão de sindicatos e digitalização, um colega de sindicato disse: estamos acostumados com empresas terceirizando a liquidação de salários e vencimentos; agora a informação é um direito e acontece que quando o trabalhador solicita o recibo do salário, ele tem que dar um acordo com o qual seus dados pertencem à empresa terceirizada, nem mesmo à empresa que o contratou. Então, o que eu quero dizer é que, assim como avançamos em direitos, avancemos também na necessidade de defendê-los e de entrar nessas novas demandas e exigências da sociedade, que não são apenas os direitos trabalhistas que estão em jogo.

MLG. Quando levantas essa questão, a informação e todos esses problemas, a legislação trabalhista tem uma regulamentação que muitos acreditam ser totalmente invasiva, mas não o é...

MN. O que acontece é que isso está na lei do direito à informação, não está na lei do trabalho, mas na realidade ela incumbe a ela e abrange também os trabalhadores.

MLG. Gostaria de acrescentar algo mais, atrevo-me a sobrecarregar a questão: os interesses que fazem surgir ou não estes regulamentos, para tomar forma ou não tomar forma. Falo particularmente da necessidade de uma intervenção tutelar do Estado, que não é o mesmo que ingerência indevida do Estado. Em termos desse enfoque crítico que estamos tentando promover, poderia ir nessa linha, mas daqui para frente o importante aqui é a tua opinião. Aproveitando os teus vastos conhecimentos, como visualizas o tema da regulamentação e estes componentes?

MN. Houve uma apresentação do Argentina Futura, que é um lugar de liderança de gabinete para pensar a Argentina para o futuro e tivemos grupos diferentes, coordenei o grupo de trabalho e emprego. A questão é o Estado e o papel que o Estado deve ter. O problema é que o Estado para ter esse papel deve ter melhores capacidades do que tem. Não estou falando apenas do Estado, acontece com os sindicatos e acontece com as empresas. Quando as empresas reclamam que os problemas de produtividade são por causa dos impostos cobrados pelo Estado, elas nunca olham para dentro dos problemas de produtividade. Então, quais são as competências endógenas das empresas para responder a essas mudanças e gerar maior produtividade sem ajustes? Ideologicamente, os empresários dizem: o Estado nos corta ou nos impede de crescer... Mentira. O problema é que o Estado deve ser inteligente, que possa inovar e regular sem gerar essa questão de

regulamentos que muitas vezes não se adaptam à realidade e regulações que têm pouco espaço começam a ser feitas. Pouco espaço ou pouco lugar.

MLG. Acrescento algo de acordo com o que estás destacando, uma reflexão que muitas vezes gosto de destacar, talvez seja necessária uma maior articulação (e falando da UMET, que é uma universidade que tem origem sindical) do Estado com os sindicatos para o seu fortalecimento nestas propostas.

MN. Os sindicatos —e me considero lutando desse lado— não podem continuar pensando em rejeitar tecnologias porque elas destroem empregos. Eles têm que começar a olhar para o futuro, pensar quais são os novos postos de trabalho, que tipo de reconversão podem fazer, mas também pensar nesses novos direitos. Outro dia um colega me disse que o Código Civil é mais avançado que a Lei do Contrato de Trabalho em termos de gênero, direitos sexuais e reprodutivos... O direito trabalhista continua sendo, digamos, uma caixa fechada. Eu defendo e adoro a definição de trabalho que a Constituição de 1949 tinha, porque, se a tomarmos, é o que mais se aproxima ao trabalho decente. Mas o que ela tem? uma visão de família patriarcal: a mulher está em casa e o homem é quem sai para trabalhar. Isso mudou e isso tem que mudar. Não sei se uma lei de assistência vai realmente mudar as questões de assistência, mas é claro que tem que ser um sistema de assistência humana integral.

MLG. De fato, uma discussão está ocorrendo hoje. Participei de uma atividade sobre o tema do teletrabalho, o regulamento e o artigo seis da lei do teletrabalho que fala do cuidado e já existem muitas dúvidas sobre a falta de previsão ou por não ter reforçado algumas questões de gênero que acho que talvez tenham tentado suprir mais tarde. O que eu acredito é que em nosso país temos um elemento mais valioso do que a ideia de trabalho decente —e digo isso respeitosamente— que é a ideia de trabalho digno. No nosso país, a ideia de trabalho digno foi assimilada pela própria norma à lógica do trabalho digno. Creio que estamos a meio caminho de chegar lá.

MN. Como todos sabem, não sou advogada, mas o direito do trabalho nasceu no final do século XIX e início do século XX para regular uma relação muito assimétrica entre capital e trabalho, num modelo que tivemos até aos anos cinquenta e que desde os anos setenta - a nível internacional - de alguma forma entrou em colapso, por boas e más razões.

MLG. Sim, a crise do petróleo... Inclusive quando se começa a pesquisar a fundo o teletrabalho e a sua utilização... Porque o teletrabalho não é bom nem mau em si mesmo.

MN. Exatamente. Sou defensora da lei (do teletrabalho) porque é precisamente a primeira lei na Argentina que permite a desconexão digital. Então está limitando o tema jornada diária: primeiro é uma modalidade; e segundo, reconhece pela primeira vez ao trabalhador ou trabalhadora o direito ao tempo de cuidado, de menores ou de idosos, considera o direito ao cuidado. Numa primeira discussão que tive com um grupo de sindicalistas, eles disseram: tudo bem, mas o melhor que pode acontecer aos trabalhadores é que não haja teletrabalho. Alguém já perguntou às pessoas se o teletrabalho é melhor ou não? Eu entendo que as relações mudam, que não é o mesmo estar com colegas de trabalho todos os dias na criação de um coletivo e não se está pensando em trabalhar sozinho em casa, mas sim em fazer uma combinação. Porém, tudo mudou tanto que, como podemos acreditar que o direito do trabalho, tal como o conhecemos, pode servir hoje para regular, proteger e tutelar o que está acontecendo no mundo do trabalho?

MLG. Gostaria de acrescentar algo. Propõe-se (tendo em conta a lógica e os princípios tutelares do direito do trabalho) adaptar-se às novas modalidades, mas sem perder os valores e as proteções que são estabelecidos na própria Constituição. Penso que o que propões é um excelente debate - e nós já o discutimos e continuamos a discuti-lo sempre que falamos sobre isso. Eu pessoalmente apoio a prevalência do trabalho dependente e supervisionado. Eu gosto de reforçar essa ideia, porque as outras coisas eu acho que são estratégias; quando algum sindicalista diz não ao teletrabalho, é porque está dando uma resposta macro à resposta macro que recebe do outro lado (muitas empresas querem transformar tudo em teletrabalho). Agora, obviamente, devemos começar a refletir de forma mais apurada, mas também aqui (acho que vamos concordar) o trabalho é uma construção social e depende de certas correlações de força que, pelo menos desde a crise do petróleo, mudaram de rumo e que fazem prevalecer o que denomino uma hegemonia “deslaborizadora”. Entendo o que estás propondo e vindo de ti eu respeito profundamente, além disso, sei a partir de onde o propões. Muitas vezes quando essas propostas são feitas, é para quebrar tudo ou dizer que devemos nos adaptar. Talvez o desafio seja outro. Codirijo um projeto de pesquisa sobre heterogeneidades trabalhistas e às vezes também temos esses debates dentro da equipe, justamente porque... a gente sai tanto da lógica do trabalho dependente? Recentemente, você apontou muito bem o caso dos Estados Unidos; A Argentina hoje caiu de 75% para 72% no percentual de trabalhadores em relação de dependência. Comparativamente, estamos indo bem em relação a outros países que têm um índice de dependência de 30% e isso baseado em correlações de força.

MN. Dizia: há novas questões que não estão contempladas no direito ao trabalho como o conhecemos e eu sei que é uma questão difícil e espinhosa. Há claramente novos perfis dos alunos, sobretudo novas questões, novos desafios em termos de relações laborais. Os velhos problemas permanecem, mas novos desafios aparecem continuamente e é uma construção coletiva para respondermos juntos. A resposta não a tem um professor, nem um sindicalista sozinho, nem um empresário que acredita que quem lhe gera riqueza não são os trabalhadores, mas sim os colaboradores ou sócios. É uma construção entre todos entender o que mudou, que temos que continuar defendendo direitos e que temos que pensar em coisas novas. Deve-se inovar. Não podemos continuar reiterando porque os outros inovam constantemente. O discurso da inovação, do neoliberalismo que foi tomado, de que o Estado tem que ser inovador, tem que ser inteligente... Não, a inovação tem que ser nossa porque nós temos que defender os direitos.

MLG. E também uma reconfiguração discursiva.

MN. Totalmente, porque se continuarmos achando que aquilo era o que era bom, perdemos. Este é o tema, aquilo foi bom, é verdade, mas vamos pensar também nas greves dos anos setenta... Uma coisa que Carlos Tomada sempre dizia: achávamos que estávamos indo tão bem e olha todos os problemas que tivemos... É um tema. Não tenho a solução, quem dera tivesse a solução, seria rica, mas acho que é muito complexo, é muito desafiador e não dá para responder voltando atrás ou apenas com regulamento. Novas instituições devem ser construídas.

MLG. Perfeito, acho que é essencial: novas institucionalidades, reconfigurar subjetividades. Marta só tenho a agradecer por tudo que nos ofereces; sempre fazes contribuições fundamentais para nos ajudar a refletir, repensar posições, continuar debatendo e reforçar o que é mais importante. E destaque para finalizar o trabalho que a Marta vem realizando na carreira de Relações Trabalhistas na UMET e a articulação que vem fazendo com as organizações sindicais e o campo de pesquisa com o Centro de Innovación de los Trabajadores (CITRA).

MN. O conhecimento não é detido somente por nós e os trabalhadores têm tanto conhecimento quanto pensamos que nós acadêmicos temos.

MLG. Acho que os trabalhadores sempre têm mais vontade de dialogar do que alguns outros. Como sempre digo, o movimento sindical argentino sempre está negociando profundamente, dialogando profundamente, é um

dos poucos movimentos sindicais do mundo que quando realiza uma greve nacional tem um índice de acatamento de 97%. Acho que isso deve ser valorizado. E também quero destacar a contribuição que tu e os técnicos e técnicas de alto nível da UMET realizam em termos teóricos, intelectuais e práticos, com uma visão prática, ao movimento sindical argentino. Portanto, muito obrigado.

O papel da universidade na formação do perfil profissional

23 se junho de 2021

Gustavo Naón

Decano da Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Lomas de Zamora (UNLZ) Bacharel em Jornalismo. Mestre em Gestão da Comunicação nas Organizações e Diplomado em Comunicação Política pela Universidad Austral. Pesquisador e professor adjunto do Seminário de Tópicos Avançados da Universidad Nacional de La Matanza (UNLaM).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Agradecendo mais uma vez a tua presença, vamos começar a falar sobre o papel da universidade na formação do perfil profissional.

Gustavo Naon. Primeiramente muito obrigado pelo convite, boa tarde a todos. Acho que isso nos leva diretamente ao projeto de universidade que queremos e defendemos. Quando falamos do papel que a universidade tem, ou pelo menos se levarmos esse tema —o papel da universidade na formação do perfil dos profissionais— acho que temos que colocar o acento na formação de profissionais com comprometimento e sensibilidade social. Destacamo-lo permanentemente e percorre todo o nosso projeto educativo institucional, o projeto da Universidade Nacional de Lomas de Zamora. Estamos envolvidos com a produção do conhecimento e, claro, também com a sua transmissão. Como instituição universitária, promovemos a produção científica e acadêmica, estamos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico e também com a criatividade de nossos estudantes; não só naqueles que optam por Relações do Trabalho, mas também no restante dos cursos de graduação e pós-graduação. Mas também nos comprometemos a transmitir valores como a defesa da memória histórica, a democracia, a igualdade, o compromisso e a solidariedade, a luta pela justiça social... Valores que perpassam todos os cursos da nossa casa de estudos. Trabalhamos permanentemente para uma faculdade cada vez mais inclusiva, mas também cada vez mais extensionista, ou seja, uma faculdade que constrói pontes em direção ao resto da comunidade em que está inserida, que transcende as suas próprias fronteiras para exercer uma forte presença na bairros da área de influência da nossa instituição universitária. Somos a primeira universidade da Grande Buenos Aires, uma universidade que foi criada há 49 anos (este ano iniciamos o caminho para

o cinquentenário) e nascemos para dar aos filhos dos trabalhadores a oportunidade de acessar um projeto de ensino superior.

MLG. Precisamente de acordo com o que estavas começando a dizer (faço esta pergunta para destacar os perfis, porque nem todas as universidades na Argentina e em outras áreas são iguais) Quais são as principais características desta Faculdade de Ciências Sociais, na qual estás cumprindo um papel tão importante como Decano? Como é a composição social? Isso que destacaste e que não me parece ser uma questão menor: o trabalho de extensão universitária, quem o frequenta? Como é constituída a comunidade universitária?

GN. Parece-me que o papel que temos é inseparável do contexto e sobretudo do papel que temos que desempenhar na Grande Buenos Aires. Nossa universidade está localizada (para quem não conhece o contexto argentino) no coração da Grande Buenos Aires, onde se concentra mais de 25% da população de nosso país (para fins de referência, estamos falando de treze milhões de habitantes) e ao mesmo tempo, nesse contexto, aparecem 50% dos pobres e pouco mais de 50% dos indigentes que vivem na nossa conurbação. É uma área extremamente desigual, deficiente em termos de serviços de água potável, saúde, infraestrutura em geral. Podemos falar em postergação, mas também é uma área de esperança, crescimento, trabalho e a universidade tem um papel fundamental. A nossa atividade desenvolve-se nesse ambiente. Defendemos o acesso a esta formação universitária como ferramenta essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, para o progresso e também para a ascensão social, algo que para nós é fundamental. Hoje nossa universidade, insisto prestes a completar 49 anos, tem 50.000 graduados e graduadas de todas as suas unidades acadêmicas em suas cinco faculdades; deles, 80% é a primeira geração de profissionais em suas famílias. Essas famílias sabem o que é a universidade através de seus filhos e filhas, vão inaugurar o que é uma profissão universitária a partir de todo esse processo. Hoje temos 45.000 alunos, dos quais 10.000 estudam em nossa Faculdade de Ciências Sociais, onde Relações do Trabalho é o segundo maior curso universitário em matrícula. Se pensarmos em nosso papel como universidade, temos que enfatizar a formação de profissionais com comprometimento e sensibilidade social, nessa ascensão social das classes populares, de progresso individual e coletivo. Apostamos nesse pensamento e nessa ação situada como homenagem a Jesús Martín Barbero — que nos deixou muito recentemente — o pensamento situado, pensando naqueles que se encontram na Grande Buenos Aires na qual sentimos identidade e pertencimento e apostamos também nos heróis

e heroínas coletivas. Então pensamos em um projeto abrangente, não em formar profissionais para que eles se desvinculem imediatamente de seus contextos. Pensamos neles em um território, com todas as particularidades que tentei contar muito brevemente, embora pudéssemos ir muito fundo. Claro que a utilidade de todo o conhecimento que produzimos está diretamente relacionada com o grau de aplicabilidade que têm no nosso território. Pensamos nossos saberes, nossos conhecimentos para melhorar o nosso território.

MLG. Quão importante é isso que destacas? Na Argentina, às vezes dizemos que a universidade não deve ser uma ilha, ou seja, estar desconectada, apenas olhar para dentro ou pensar em si mesma como um espaço científico, asséptico, sem qualquer “contaminação” externa. Aqui entram em discussão políticas muito profundas em um sentido macro e acho que estás nos apresentando muito bem a elas. Sem querer cortar o teu desenvolvimento, também acho interessante a questão sobre a evolução do curso de Relações Trabalhistas, suas luzes e sombras (como há em todas as áreas em diferentes lugares). É aqui que se cruzam essas visões que estás destacando e como conheço o teu trabalho e a tua vontade de orientar a universidade nesse sentido, quisemos te aproveitar para esses diálogos transdisciplinares. Eu também queria te perguntar isso: como foi o curso? como surgiu? como continua hoje?

GN. Em relação ao curso, claro que concordo e celebro que todas os cursos, todos os conhecimentos, tenham contribuições transdisciplinares. Na minha trajetória acadêmica profissional não venho das relações trabalhistas, mas me interessa muito pelas relações sociais; especialmente sendo Decano de uma casa de estudos que forma futuros profissionais em Relações Trabalhistas. Completando esta introdução, este prelúdio que fazíamos do papel que a universidade tem, os objetivos formativos passam por toda a nossa comunidade de estudantes, dividida —como dizia— em 14 cursos de graduação e seis de pós-graduação. No caso das Relações do Trabalho, procuramos que adquiram conhecimentos teóricos gerais sobre as ciências sociais na sua formação e também conhecimentos específicos sobre direito do trabalho e segurança social (previdência social), condições de trabalho e ambiente, porque isso permitirá aos futuros e futuras profissionais interpretar, analisar e supervisionar o cumprimento da legislação e regulamentação vigentes sobre as relações trabalhistas entre trabalhadores e trabalhadoras e as organizações. Neste caso, acredito que o foco está na formação de profissionais que contribuam para o cumprimento e a garantia de melhores condições e situações de emprego. Formamos para que pos-

sam interpretar de forma crítica (por isso falei da promoção do pensamento crítico e da criatividade) diferentes cenários e também para que sejam capazes de intervir e auxiliar, orientando as organizações em tudo o que tem a ver com a legislação (temos muitos matéria de direito), na regulação das atividades trabalhistas, a partir do que é o atual arcabouço jurídico público e sindical. E nós — algo que me parece fundamental em mudanças de paradigma — temos o foco na busca de consensos e não no conflito. Ainda nesta formação, o foco é o ser humano que se relaciona no trabalho como parte do desenvolvimento de suas relações sociais. Afastamo-nos dessa visão do humano como recurso como se fosse um mero construto. Isso é um pouco da abordagem e, claro, com uma construção sólida a partir das ciências sociais, história, antropologia, psicologia, psicologia social e depois passamos para as disciplinas mais específicas. Estavas me perguntando o que aconteceu com a história do curso de Relações Trabalhistas. É um dos cursos que está mais presente na história do a nossa faculdade desde a sua criação ou quase desde a sua criação, para além de algumas intervenções de planos de estudos que tivemos. Nossa universidade — e nossa faculdade em particular — nasce em 1972 e em 1973 começa o processo de normalização quando os cursos começaram a se desenvolver. No caso de Lomas de Zamora existiam apenas três cursos: um ligado ao Bacharelato em Administração, dependente da Faculdade de Ciências Económicas; outro que deixou de ser ministrado que era Engenharia Rural; e outro que era Comunicação Social. Quando a vida universitária começa a se desenvolver, o golpe de Estado mais sangrento em nosso país eclodiu e os currículos foram intervindos, a política universitária foi paralisada, estudantes e professores foram perseguidos; infelizmente, temos colegas que desapareceram dentro de nossa comunidade acadêmica. Mais tarde, com o retorno à democracia, é reiniciado um processo de normalização, onde emergem justamente as relações trabalhistas como bacharelado a partir de um novo paradigma. Converso permanentemente com os docentes (temos 14 cursos de graduação), convivemos na sala dos professores e como decano gosto de interagir com todas e todos naquele espaço; eles também me convidam para as aulas. Um dos referenciais do curso é Miguel Briskas. Ele diz que, além das abordagens, a primeira coisa que temos que pensar é uma relação triádica, entre os trabalhadores e as trabalhadoras, as organizações, as empresas ou empregadores e, claro, o Estado como garantidor essencial dessas relações trabalhistas. O Estado (para quem não sabe) aparece como um forte garantidor dessas relações a partir de 1943, quando assume a titularidade do Departamento Nacional do Trabalho Juan Domingo Perón

e o transforma imediatamente em Secretaria do Trabalho, concedendo-lhe um grau ministerial de importância; precisamente o Estado irrompe aí para garantir essas relações que até aquele momento eram muito injustas. E acredito que esta ideia, este paradigma, atravessa um pouco o olhar do plano de estudos e dos programas do nosso curso na *Facultad de Ciencias Sociales* da *Universidad Nacional de Lomas de Zamora*.

MLG. Sempre enfatizamos a partir do enfoque crítico tutelar a relevância do papel do Estado. Que bom que trouxeste à tona esse tema e o fato de que a imparcialidade não significa neutralidade e ainda mais em termos de relações trabalhistas no direito do trabalho onde a própria Constituição determina a proteção do trabalho em suas diversas formas. Miguel Briscas é docente e também um importante dirigente sindical; hoje também cumpre funções na gestão de questões trabalhistas com uma importante responsabilidade. Quando o curso começou, entendo que havia —não sei se principalmente— uma importante presença sindical entre os alunos. Mais tarde, na década de 1990, houve uma mudança devido à influência e incidência que as políticas neoliberais tiveram em diferentes aspectos (que justamente não coincidem com o que temos destacado). Gostaria de perguntar como atravessa a realidade do contexto político (políticas nacionais, provinciais) uma faculdade como a de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Lomas de Zamora e uma carreira como Relações Trabalhistas? Como tudo isso se desenrolou?

GN. Em um curso de graduação, para colocar com alguma figura retórica, com raízes profundas ao longo do tempo ou atravessando diferentes contextos, claro que há mudanças nos planos de estudo (currículos). Acho que há muita presença sindical na sua formação, mas sobretudo, como no resto dos cursos, há muita presença de trabalhadores e trabalhadoras ou filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Inexoravelmente, isso atravessa o perfil dos profissionais de todas as carreiras e não é alheio a tudo isso, justamente, o das Relações Trabalhistas. Acredito sim nessa ruptura, em marcar a distância com o que é formação em recursos humanos, talvez numa perspectiva muito mais técnica, considerando o ser humano como um recurso, precisamente.

MLG. Sempre levantamos a necessidade de estabelecer categorias e a configuração ou reconfiguração do discurso trabalhista. A partir do enfoque tutelar crítico propomos a necessidade de uma nova taxonomia laboral e isso, dito por alguém vinculado a esta faculdade —e não apenas vincula-

do, mas que além disso é Decano — não é uma questão menor. Além disso, quando essas questões são analisadas, a incorporação de certas terminologias altera a forma como lemos a realidade. Se for um recurso, falamos cada vez menos de pessoas; antes falávamos de pessoal e falamos mais de recursos e um recurso — como dizem os economistas — acaba sendo um insumo para produzir outras coisas; então a pessoa é objetificada como um insumo no campo da economia. É muito importante, eu entendo e assino o que estás destacando.

GN. Tendo uma formação intimamente ligada à comunicação, procuro prestar muita atenção à fala e procuro nunca dissociar o texto do contexto. Se colocarmos o destaque num signifiante como é o do recurso humano em termos de insumo, desumanizamos as relações sociais. Por isso acho tão importante que esse conceito seja levado em consideração e ressignificado e que a ênfase, neste caso, seja colocada em uma relação entre seres humanos. E que o Estado apareça ao mesmo tempo como garantidor das relações entre seres humanos, cidadãos e cidadãs.

MLG. De acordo com o que temos falado, a necessidade de construir permanentemente — alguém que lida com comunicação como tu, sabe muito bem — isso que mencionavas: os significantes, as cadeias de significantes que devem ser estruturadas. Em função de tudo isso, como se pensa o desenvolvimento de um perfil profissional? Algumas orientações foste dando, mas para aprofundar um pouco mais. Como é desenvolvido o perfil profissional a partir de uma universidade pública? Já usaste uma terminologia muito forte, mas podemos reforçar porque às vezes se pensa — como oportunidade de trabalho — a de chefes de pessoal ou recursos humanos, quando essas áreas poderiam começar a ser chamadas de áreas de relações trabalhistas, que seriam mais abrangentes; até mesmo em relação ao que você também apontou e expos, que é o ator sindical. Sempre digo as e os estudantes que, se não existissem sindicatos, seria difícil estudarmos direito do trabalho ou relações trabalhistas. Então, como pensas sobre o perfil? Isso pode estar atrelado aos desafios da universidade neste século XXI, do qual passamos duas décadas bastante intensas e que ainda tem um longo caminho a percorrer.

GN. É um grande desafio. Acredito que em princípio propomos a nós mesmos — que os nossos estudantes, futuros profissionais, tenham acesso a conhecimentos sobre administração, economia, comunicação, direito que, como disse antes, tenham a capacidade de aplicar o pensamento crítico e a criatividade no enfrentamento dos mais complexos cenários que as rela-

ções trabalhistas propõem; sair dos modelos e levá-los para essas relações sempre atravessadas pela tensão, pela negociação, insisto com a ênfase final na busca do consenso. Isso permitirá que eles participem e contribuam com elementos, do ponto de vista metodológico, como estratégias de resolução de conflitos. Mas o objetivo final, quando pensamos em um futuro graduado em relações trabalhistas, é formar profissionais que contribuam para a melhoria das condições de trabalho e emprego dentro das políticas públicas e políticas sindicais.

MLG. Além disso —gosto de frisar— a necessidade dessa interação, preservando a autonomia, entre o papel do Estado e as organizações sindicais, pois com diferenças de papéis e funções, elas já vão para aquele aspecto tutelar — em consonância com o enfoque crítico tutelar — que descreves muito bem: faremos todas as tarefas que precisam ser feitas, mas entendendo que o trabalho deve ser protegido. Continuando nesta linha de análise e aproveitando o teu conhecimento e experiência e que és um conhecedor das realidades universitárias em outras áreas da Província de Buenos Aires e além dela, quais são alguns dos principais desafios para a universidade online título do nosso tema (o papel da universidade, os desafios da universidade no século XXI)? Pensamos a universidade em relação a um modelo de país? É necessário? Fazemos isso? Não fazemos? Peço um diagnóstico e uma proposta, pois sei que és um conhecedor deste assunto.

GN. Volto ao que são os três eixos da história da universidade. Muitas vezes retrocedemos para explicar um presente e vaticinar ou ousamos analisar um pouco o que pode acontecer, quais são as variáveis que encontraremos no futuro. Temos três fatos fundamentais: um foi a reforma universitária de 1918 que, em um contexto muito diferente do atual, propôs uma mudança de paradigma para a universidade e deu a possibilidade às burguesias — aos filhos das classes médias — de acessar à universidade, deixando de fora o que são as classes populares, as classes trabalhadoras; estas apenas três décadas depois poderão acessar a universidade a partir do Decreto de 1949 —durante a presidência de Juan Domingo Perón— que eliminou as taxas. Não gosto de falar de universidade gratuita, mas sim de universidade sem taxa porque há um investimento do Estado no seu futuro. Assim, entendemos a educação universitária como um investimento de todo um povo.

MLG. Não é uma despesa.

GN. Acima de tudo é um investimento, claro. Nunca podemos entender a educação pública —neste caso a educação universitária pública— como

um gasto. Isso significa melhor qualidade de médicos, advogados, relações trabalhistas, comunicadoras e comunicadores, arquitetos, engenheiras... E nesse sentido, nesse processo também aparece o que para mim é uma ruptura significativa, que é a descentralização, a proliferação de universidades em todo o nosso território. A primeira na Grande Buenos Aires foi Lomas de Zamora, que marcou uma ruptura há cinquenta anos. Hoje, felizmente, a partir de um processo iniciado em 2003, chegamos à possibilidade de que todas as províncias que compõem nosso território nacional tenham pelo menos uma Universidade pública e muitas tenham mais de uma em seu território. Parece-me fundamental quando se pensa em um projeto de país e acho que a partir disso podemos começar a projetar uma universidade associada aos interesses do setor produtivo, uma universidade comprometida com o território e com projetos coletivos, com a possibilidade dessa ascensão social com essas rupturas que são fundamentais. Dissemos que em 1918 setores da burguesia tiveram acesso à universidade; em 1949, com a retirada das taxas, as classes populares pela primeira vez poderão aceder a uma universidade. Isso significa que imediatamente, entre 1949 e 1955 (quando ocorreu o golpe de Estado que derrubou Perón), as matrículas nas universidades existentes triplicassem. E depois sabemos que houve um processo de descentralização que buscava que as grandes universidades como as de Córdoba, Buenos Aires e La Plata não fossem tão politizadas, mas há uma reapropriação da cidadania dessas novas universidades que são criadas para descentralizar e crescem novas universidades com novas marcas associadas às necessidades de seus territórios. Hoje desempenham um papel fundamental em contextos muito complexos como, no nosso caso, a Grande Buenos Aires. Antes desta palestra falamos sobre o cenário pós-pandemia, o que vamos encontrar. Acredito que a chave, insisto, é continuar a pensar-nos situados, continuar a associar cada uma das nossas instituições e nossas formações à melhoria dos nossos territórios. Continuar pensando que o conhecimento que produzimos, os profissionais que formamos, todo esse pensamento e toda essa ação, estão diretamente relacionados ao grau de aplicabilidade que esses saberes tem e em termos de possibilidades de melhoria de nossos territórios. Esse é o papel fundamental que a universidade tem: melhorar a nós mesmos em termos individuais e coletivos. Não tenho dúvidas. E insisto, temos pilares fundamentais que são as estruturas acadêmicas de pesquisa e também as áreas de extensão e articulação; não podemos pensar nas universidades como blocos isolados de seu contexto. Temos que trabalhar permanentemente para quebrar certas barreiras simbólicas que contribuem para que —ainda— as

cidadãs e os cidadãos sintam a universidade como algo distante; jovens que sintam que o projeto universitário lhes é distante, que a universidade não existe para eles e não por uma decisão, mas justamente por uma questão simbólica. E em muitos casos também com fatores específicos como os socioeconômicos, mas há um fator cultural em termos simbólicos que é fundamental e que continua funcionando para que esses jovens continuem a sentir o projeto universitário como algo distante. Também temos que continuar trabalhando nisso. Pensemos que até alguns anos atrás (estou dizendo aos meus colegas de outros países que estão nos acompanhando neste bate-papo virtual) a universidade pública argentina, a comunidade universitária, teve que sair às ruas novamente para defender precisamente a instituição universitária. No caso de nossas casas de estudo da área metropolitana, ela foi questionada ou colocada em discussão – neste caso devido às declarações da então governadora da Província de Buenos Aires, María Eugenia Vidal – o papel das Universidades da Grande Buenos Aires, na área metropolitana de Buenos Aires. Uma delas é a de Lomas de Zamora. Por que digo isso, insisto – aqui o comunicador volta a aparecer – impossível dissociar o texto do contexto; dito isso em um contexto onde, obviamente, havia um progresso em direção a uma universidade pública, e sobre uma das conquistas mais importantes que a Argentina tem, que é a da universidade ser gratuita. Dar aos filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras a oportunidade de acederem a um curso universitário, à sua escolha e que possam tornar-se, em muitos casos, nos primeiros profissionais da sua família. E parece-me que, olhando para o futuro, é um direito adquirido que temos de continuar a defender todos os dias.

MLG. Quando te escutava, ia refletindo: a partir desse enfoque crítico tutelar das relações de trabalho —e eu o coloquei no início deste encontro— falamos da transdisciplinaridade, da interdisciplinaridade, da relevância da educação... Não podemos falar das políticas trabalhistas se não tivermos uma política educacional clara ou (em outro nível) um modelo de país. Quando proponho (no campo do direito do trabalho e das relações trabalhistas) essa interação entre Estado e sindicatos, preservando a autonomia, penso em um paralelismo: a autonomia universitária não é afetada —como alguns confundem— pelo fato de que a universidade esteja integrada à sociedade, esteja vinculada e receba informações, resultados, experiências... O que precisa ser preservado em termos de autonomia é preservado, mas há algo — que viemos marcando e que me parece fundamental — que é aquela visão do individual e do coletivo para o coletivo e o individual,

integrando-se com a complexidade que tem; nem uma leitura apenas individual nem uma mera leitura coletivista. Acredito que estamos orientados para uma visão integrada das duas coisas e acho isso muito valioso. Permita-me fazer uma última pergunta que está em parte relacionada com o que nos destacaste, mas também para terminar de integrá-la um pouco mais. Qual é o objetivo almejado pela faculdade que és responsável por conduzir neste momento? Como deve ser entendido o papel do graduado em Relações do Trabalho?

GN. Insisto, há objetivos que permeiam toda a nossa oferta de graduação e pós-graduação, no que diz respeito à formação de futuros e futuras profissionais. Não tenhas dúvidas que a promoção do pensamento crítico e da criatividade estará sempre presente no trabalho que desenvolvemos em todas as áreas, não só no aspecto da sala de aula, mas também em tudo o que percorre o curso universitário em cada um dos nossos alunos. Quero destacar algo que havia mencionado no início: não se trata apenas de formação em conhecimento, mas também como instituição temos a responsabilidade de transmitir valores. Valores como igualdade de oportunidades, compromisso e solidariedade, a luta pela justiça social e sua defesa, a memória histórica, a defesa da democracia... Todos estes valores passam por nós e é nossa responsabilidade enquanto instituição, enquanto gestores de uma instituição universitária pública, transmiti-los e defendê-los também na nossa comunidade universitária, pois entendemos que são valores fundamentais para termos uma comunidade melhor, uma sociedade melhor. Esse é também o nosso papel: melhorar nossas comunidades. Isso me parece fundamental para pensar no nosso projeto e, sobretudo, definir qual é o nosso papel estratégico. Como instituições neste último período tivemos que atravessar (como o resto da sociedade) por esta pandemia que nos levou a tomar decisões e estratégias atípicas, excepcionais, mudar a forma como as aulas são dadas, as formas de nos relacionarmos, da mesma forma que as modalidades de trabalho mudaram. Tivemos que nos reinventar. Entendemos que se trata de algo forçado que ocorreu nesse contexto, justamente de caráter excepcional; certamente o retorno à presencialidade nos encontrará modificados, alterados, com outros aprendizados de outras experiências. Não quero cair no positivismo excessivo, dizer que vamos voltar melhores... Não sei, tivemos muitas perdas nesse período para poder ver em cada um desses desafios uma oportunidade. Não tenho certeza; de qualquer forma, mantenho o benefício da dúvida quanto a esse retorno. Sim, estou convencido de que voltaremos modificados. Acredito que o desafio da reconstrução está à nossa frente. E não estou falando apenas no

caso da Argentina —é o caso de todas as sociedades em geral— mas no caso da Argentina ainda temos pela frente o desafio da reconstrução, de entender uma sociedade que aposte em melhores condições de trabalho, que aposte na indústria como possibilidade de crescimento, que aposte nas universidades públicas como consultoras privilegiadas do Estado. Ainda temos trabalho pela frente para tentar ser melhores. Isso é algo que todos nós devemos uns aos outros.

MLG. Acho que a tua reflexão final conseguiu sintetizar uma perspectiva. A ideia desses diálogos transdisciplinares é realizar análises, diagnósticos, mas também perspectivas, gerar propostas, porque como mencionaste —e compartilho— a necessidade de um desenvolvimento industrial mais poderoso para a Argentina é uma necessidade que tem projeção na geração de empregos, na qualidade desses empregos, etc. Além disso, mostrando a análise crítica e a proposta de pensamento crítico que destacavas no âmbito da faculdade, o evidenciaste plenamente ao te referires ao que tem sido apontado nos últimos tempos: que tudo muda para melhor ou para o pior e na realidade não sabemos, é uma ação individual e coletiva, mas sobretudo coletiva. Gustavo, mais do que grato por esta palestra e antes de encerrar e me despedir, dou a palavra caso queira dizer mais uma coisa. Embora não possamos esgotar este tema, gostaríamos de continuar aproveitando as tuas contribuições, que são estratégicas. Eu aprecio o teu pensamento estratégico.

GN. Compartilhávamos essa menção ao papel do Estado nas relações trabalhistas; também neste percurso e nesta entrevista demos ênfase ao papel que o Estado tem como garantidor deste investimento que é a educação pública e parece-me que é fundamental analisar o papel que os Estados (nacionais, provinciais e locais) têm na esta pandemia. A resignificação que os Estados em todos os países têm justamente como garantidores de benefícios, nesta pandemia. Acredito que será algo fundamental quando se trata de focar em algum ponto de análise. A título de agradecimento, gostaria de enfatizar a importância dessas trocas. Insisto, não venho de uma base do que são as relações de trabalho, mas como todos nós que viemos das ciências sociais, também somos apaixonados pelas relações de trabalho. Agradeço por esta oportunidade de nos encontrarmos a partir desta vídeo-entrevista e que possamos chegar a diversos pontos, casas, celulares, telas de computador, etc. Muito obrigado pelo convite.

MLG. Nós que agradecemos. As relações de trabalho têm uma complexidade e uma transdisciplinaridade que queremos justamente destacar a

partir desta abordagem. Ao lidar com essas questões, às vezes temos a tendência de copiar a lógica marginalista da escola austríaca e falar sobre o caso específico (ou seja, se as coisas vão bem para mim, todos vão bem e se as coisas derem errado para mim a todos dará errado) e cair num reducionismo que não resiste à análise. Quero agradecer ao IPEATRA por este espaço, onde podemos refletir e trocar ideias e conversar com especialistas como tu, que têm experiência teórica e prática. Boa tarde e obrigado.

**RELAÇÕES DE TRABALHO,
ATIVIDADE PROFISSIONAL E GÊNERO**

A atividade sindical d@s advogad@s trabalhistas

126 de mayo de 2021

Gustavo Ciampa

Advogado. Presidente da Corriente de Abogad@s Laboristas 7 de julio.
Professor universitário. Assessor Sindical e Parlamentar.

Mario L. Gambacorta: Boa tarde. Bem-vindo Gustavo, muito obrigado por participar deste ciclo. O tema que vamos desenvolver —em consonância com o enfoque crítico tutelas das relações trabalhistas— é a atividade sindical dos advogados trabalhistas. Vou pedir que faça uma breve introdução para depois abordar as diferentes arestas e atividades profissionais.

Gustavo Ciampa: Obrigado Mario pelo convite. Obrigado também ao IPEATRA. Para mim é um prazer compartilhar esse momento de conversa e troca de ideias. Gostei muito quando propuseste falar sobre o papel sindical do advogado e do advogado trabalhista. Às vezes há confusão sobre o que é um advogado trabalhista e não é apenas alguém que estuda, conhece direito do trabalho ou auxilia desde o normativo até a sua criação. Se falarmos de um corpus e um animus do laborismo, isso pode ser parte do corpo, mas o animus é essa compreensão do direito do trabalho como um direito unidirecional, protetivo, progressivo, uma ferramenta de aperfeiçoamento e melhoria contínua nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Dois referentes do trabalhismo são Héctor Recalde e Lucio Garzón Maceda; Lúcio costumava dizer: não se pode ser advogado trabalhista sem os riscos de sê-lo.

MLG. É interessante destacar os vários riscos que afetaram os advogados trabalhistas, por exemplo aqueles que participaram da redação da lei do contrato de trabalho: riscos físicos, sobre a liberdade... Seria interessante que desses alguma referência porque está vinculado ao aprofundamento dessa natureza protetiva do direito do trabalho.

CG. Atualmente presido uma associação na Argentina que é a Corriente de Abogados y Abogadas Laboralistas 7 de Julio. Precisamente a inclusão de “7 de julho” é em comemoração ao que é chamado em nosso país La Noche de las Corbatas. Vamos contar aos companheiros e companheiras que não sabem: entre a noite de 6 e 11 de julho de 1977 na cidade de Mar del Plata, em plena ditadura cívico-militar, foram sequestrados sete advogados

trabalhistas —alguns com seu companheiro, com sua esposa - entre eles o autor da lei do contrato de trabalho do nosso país. Uma lei sancionada em 1974 e que ainda não tinha nem um ano e meio de vigência, foi o golpe cívico-militar de 24 de março de 1976. Em 23 de abril de 1976, já estava redigida a regulamentação estatal— como mencionado por um grande professor, Rodolfo Capón Filas, para não chamar de lei porque estávamos sob um governo de fato – que mutilou a lei trabalhista de Norberto Centeno. Quase a terça parte foi mutilada entre revogações e modificações; todas as modificações em detrimento dos trabalhadores, com exceção de uma: os créditos dos trabalhadores em juízo tinham que ser cobrados na justiça e o advogado não podia cobrar e entregar o dinheiro ao trabalhador. Ressalto isso, não porque a regra que eles incorporaram nesse aspecto particular e específico me pareça ruim, mas sim para visualizar que para a ditadura cívico-militar os trabalhadores tinham que ser desprotegidos das empresas, mas tinham que ser protegidos de seus próprios advogados. Entre esses sete advogados trabalhistas sequestrados estava Norberto Centeno, autor da lei do contrato de trabalho — seu corpo foi encontrado morto, mutilado e torturado — outros estão desaparecidos e apenas dois sobreviveram. O fato que eu quero trazer para reflexão nesta reunião é que aqueles que investigaram (há livros sobre o assunto) sobre o que foi chamado La Noche de las Corbatas (A Noite das Gravatas) – isso porque um dos soldados quando viu os advogados disse...”o que é isto? A noite das gravatas?” Pela vestimenta típica dos advogados até não muitos anos atrás - descobriram que o único denominador comum entre esses sete advogados era que eles eram advogados trabalhistas. Não tinham outro denominador comum. Quem tinha filiação, militância partidária, tinham em diferentes partidos políticos ou em diferentes setores da militância. E este é um dos muitos elementos que denotam que a ditadura em nosso país não foi apenas militar; era cívico-militar, como no Brasil. Porque na realidade os militares talvez não tivessem interesse em sequestrar, torturar ou sumir advogados trabalhistas pelo fato de serem advogados trabalhistas, isso respondia aos interesses das empresas “incomodadas” com o trabalho profissional desses advogados trabalhistas. Isso foi parte dessa conjunção que ocorreu entre os setores concentrados do poder econômico na Argentina e a parte militar da ditadura. Houve outros casos, o de Carlos Moreno, um advogado trabalhista desaparecido que litigava em Olavarría e tinha muitos processos contra uma grande empresa de cimento em Olavarría. Então, ser trabalhista em nosso país tem uma conotação muito forte. Por isso foi muito sentida e muito agressiva a menção feita pelo ex-presidente Mauricio Macri aos ad-

vogados trabalhistas chamando-nos de mafiosos. O ex-presidente falou da máfia dos advogados trabalhistas, chegando a dizer que o chefe dessa máfia era Héctor Recalde — na época presidente do bloco Frente da Vitória, frente que fazia parte do peronismo e claramente identificada com o governo de Cristina Fernández. Isso nos motivou a apresentar uma denúncia contra o governo de Mauricio Macri perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

MLG. Eu sei que vocês realizaram esta denúncia perante a Comissão Interamericana e o fizeram como um grupo na Corriente de Abogados y Abogadas Laboralistas 7 de Julio. O que essa Corrente faz? Como encaras a atividade sindical? Presides esta importante associação, peço que nos contes como abordar diferentes facetas desta atividade sindical que já destacaste muito bem— desde o início esteve diretamente ligada à tutela, a proteção, a progressividade do direito. Não é uma visão qualquer nem é uma visão asséptica, como dizemos do enfoque crítico tutelar; é uma visão comprometida em termos de valores pessoais, mas também de valores jurídicos, por exemplo, com 14 bis da Constituição Nacional da Argentina.

CG. La Corriente surgiu como um grupo de companheiras e companheiros em 2013, 2014; algum tempo depois decidimos estabelecer formalmente uma associação civil (em março de 2015 foi a constituição formal). Surgiu com dois denominadores, interligados. De um lado, o compromisso social do advogado e do advogado trabalhista na busca do desenvolvimento do direito social; e dentro do direito social, o direito do trabalho como instrumento de melhoria contínua das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Por outro lado, com a visão de que o direito do trabalho não é um setor, uma pasta independente da situação institucional e política de um país e na visualização de que havia —com possibilidades reais— dois modelos de país para a Argentina, em função da situação política vivida em nosso país e que permanece até hoje: ou um projeto inclusivo para a sociedade com visão de desenvolvimento nacional, continental, latino-americano; ou um projeto de país canalizado para as ideias neoliberais, para a degradação das condições de vida da população, em direção a financeirização dos setores empresariais nacionais, com uma visão de concentração de renda. Qual dos dois modelos de país fosse ter acesso ao governo do nosso país nas eleições de 2015, não ficaria indiferente à situação dos trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, como ferramenta do direito laboral. Assim, o compromisso com o direito ao trabalho, com essa visão unidirecional, protetora, se vinculava ao compromisso político de participação e dos militares para que no nosso país continuasse se desenvolvendo um modelo

político favorável ao desenvolvimento nacional, à melhoria contínua das condições de vida da população, etc. Não era possível, na nossa visão e sem prejuízo de outras, sustentar: sou o defensor do direito ao trabalho protetivo unidirecional, mas sou indiferente ao que acontece politicamente no país. Porque, sem dúvida, o que acontecesse politicamente teria um impacto —como realmente teve— no direito do trabalho e na situação dos trabalhadores e trabalhadoras. Esta foi a origem e foi assim que nos reunimos. Este é o compromisso que continuamos a ter e foi isso que nos levou à variedade de ações que desenvolvemos desde o momento da origem como grupo até depois, já com o desenvolvimento como associação civil.

MLG. Sim, porque precisamente vocês agiram, fizeram denúncias, sei que frequentemente fazem pedidos de relatórios ou apresentações também de natureza sindical. Gostaria de pedir alguma referência sobre isso também.

CG. Mencionamos anteriormente a denúncia que apresentamos com a Corriente e outras entidades — o Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, Corrente Federativa dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), diversas organizações sindicais, Associação de Advogados e Advogados Trabalhistas—perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Isso foi no segundo semestre de 2017 e motivada em três circunstâncias, três causas. Em primeiro lugar, o que durante o governo da época (o governo de Mauricio Macri, do neoliberalismo em nosso país) era o ataque ao direito do trabalho, a repressão ao protesto social, as intervenções que se faziam a partir do poder público às organizações sindicais; porque, embora no nosso país seja proibido o poder público intervir sindicalmente, recorria-se ao Ministério do Trabalho e este recorria a mecanismos fraudulentos oblíquos, simulando situações, para acabar por intervir sindicalmente, ainda que dissessem que não eram intervenções. Em segundo lugar, durante o governo neoliberal argentino houve uma perseguição muito forte aos juízes e juízas trabalhistas que proferiram sentenças que o então governo nacional entendeu serem contrárias aos seus interesses ou aos de seus aliados econômicos; houve cinco casos de pedidos de impeachment de juízes trabalhistas porque o conteúdo de suas sentenças restabeleceu os direitos dos trabalhadores atingidos por demissões arbitrárias do Estado em violação à garantia de estabilidade ou mesmo por descumprimento de acordos conjuntos celebrados em alguma atividade, como por exemplo, a atividade bancária. Os juízes que decidiam contra o que o governo nacional via como seus interesses sofriam pedidos de impeachment. E isso era muito grave não só pela perseguição direta que o governo nacional implicava a esses juízes... Destaco também que, em algum discurso, o presiden-

te da nação chegou a mencionar esses juízes pelo sobrenome, dizendo que faziam parte da máfia armada de advogados trabalhistas e juízes trabalhistas, atribuindo a eles a culpa pelo fato de os investimentos não chegarem ao país pelas decisões judiciais que fizeram. Isso foi muito grave não só pela perseguição direta que envolvia os juízes denunciados ou mencionados, mas também pelo que implicava em relação a todos os outros juízes: a mensagem era «cuidado porque o juiz que emita sentenças com as quais o governo nacional não concorde, vamos pedir-lhes o impeachment como estamos a pedir a estes cinco juízes». Talvez um dos cinco juízes — não sei — se preocupasse ou não com sua situação pessoal diante do pedido de impeachment, mas isto tinha um conteúdo que pretendia servir de exemplo em relação aos demais juízes e juízas do trabalho. E em terceiro lugar, a perseguição dos advogados trabalhistas com essa menção de que constituímos uma máfia no país. Por essas três coisas, apresentamos uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e fomos recebidos pela Comissão em outubro de 2017 (entre 24 e 26 de outubro). A Comissão Interamericana foi estabelecida em Montevidéu, recebeu os denunciantes e convocou o governo nacional para prestar esclarecimentos. E houve um elemento muito interessante, além disso, porque foi feito um questionamento... isso ocorreu na mesma semana que no nosso país houve eleições de meio termo (aquelas eleições em que o mandato presidencial não se renova, e sim se elegem deputados em todo o país e senadores em algumas províncias) e a verdade é que o governo nacional tinha se saído bastante bem. Fomos meio desanimados emocionalmente para essa audiência. Mas houve uma particularidade: mesmo antes das eleições, o governo nacional do neoliberalismo, do macrismo, o que foi chamado Cambiemos na Argentina — que foi um Cambiemos para mal, Cambiemos para pior em todos os parâmetros em que possa ser medida a economia e a evolução de uma sociedade — dizia que não haveria lei de reforma trabalhista que buscasse flexibilizar, ou seja, degradar os direitos dos trabalhadores. E depois da eleição, naquela mesma semana, o governo começou a dizer... (e isso deve ser muito caro para os amigos e amigas brasileiros e brasileiras, porque eles tiveram um processo um pouco parecido, com a diferença de que lá no Brasil, a degradação de direitos virou lei) aqui o governo nacional, logo que passou aquela eleição, anunciou que enviaria um projeto de lei que se tornaria conhecido poucos dias depois, uma reforma muito ambiciosa da degradação de direitos que atacou muitos direitos consolidados na cultura jurídico trabalhista Argentina. Com o qual passamos a incluir a proposta na audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi

interessante que o relator da Comissão no âmbito da audiência resgatou o princípio da progressividade e alertou o governo nacional para ter cuidado com a reforma que queria transformar em lei na Argentina, pois se o princípio da progressividade ou o da irregressividade, se a reforma que o governo buscava fosse regressiva, não seria encarada com bons olhos jurídicos do ponto de vista dos direitos humanos pela Comissão Interamericana. Eu acho que este é um item muito valioso. Por fim, a mobilização popular ocorrida no final daquele ano de 2017 contra o tratamento dessa reforma impediu que ela se tornasse lei.

MLG. Muito interessante. Argumentos políticos no sentido macro do termo e justificativas jurídicas estão vinculados. Às vezes, a partir de algumas áreas, se propõe declamações e estás demonstrando muito claramente uma abordagem política para a defesa dos direitos dos trabalhadores, mas que também tem respaldo jurídico; não é uma questão menor. Também gostaria de te perguntar sobre a atividade dos advogados e advogadas trabalhistas em relação às organizações sindicais.

CG. Deixa-me destacar outra coisa, porque acho que algo semelhante deve acontecer com os amigos y amigas do Brasil. Em nosso país, em 2017, houve uma reforma da lei de risco do trabalho durante o governo neoliberal. Lei que teve um espírito perverso porque não pode haver proteção para os trabalhadores se os agentes do sistema, as seguradoras de risco do trabalho, puderem ter lucro. Porque quanto menos serviços de saúde eles dão aos trabalhadores, menos serviços eles paguem, aumentam o seu lucro. É uma contradição in terminis. Isso vem da década neoliberal dos anos 90, depois teve alguma modificação que melhorou em vários aspectos e aí o governo Macri veio fazer um encerramento, porque o acesso à justiça de forma muito mais aberta foi viabilizado pela reforma que vinha sendo realizado em 2012, muito mais aberto do que estava na lei originalmente. O governo Macri fechou o acesso à justiça para trabalhadores e trabalhadores acidentados (digo isso genericamente para não entrar em detalhes) e também criou, e isso foi muito mais grave, um registro —dizemos que foi uma lista negra— de trabalhadores, trabalhadores e seus advogados que apresentassem propostas judiciais articulando pedidos de inconstitucionalidade da lei que impedia o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à justiça. Claro que não se apresentava como lista negra, mas era um cadastro que servia como lista negra: era público e qualquer empresa ou pessoa podia acessá-lo para saber se um trabalhador ou trabalhadora estava inscrito nesse cadastro, com o qual era um duplo estigma. Era e estigmatização por fazer julgamento, mas também por estar incapacitado por doença ou

acidente de trabalho. Contra esta resolução que criava este registo, com a Corriente —já que juntaram-se muitas outras entidades, ordens de advogados, ordens de advogados do interior do país, outras associações de advogados e de advogados— interpusemos uma ação judicial e impedimos o início deste registo. No ano passado, com a troca de governo, a resolução que ordenava a criação desse registo foi revogada. Era mais uma perseguição aos trabalhadores e trabalhadoras que recorressem a um mecanismo institucional —um dos mecanismos constitucionalmente autorizados— para discutir controvérsias jurídicas, fazer julgamentos, acessar a justiça. E continuando com a tua pergunta, depois do lado sindical temos atividades de capacitação jurídica. Durante a pandemia, tivemos também os benefícios da virtualidade, que ampliou o espectro daqueles que pudemos alcançar com palestras, oficinas de capacitação em questões jurídicas etc. Mas também fazemos outra coisa —e isso sim é interno— que é a nossa capacitação: cursos e palestras de formação. Tivemos cursos e palestras de formação sobre questões econômicas, trouxemos funcionários da área de economia, filosofia, política, antropologia, história, com os quais tentamos contribuir para as facetas que mencionei anteriormente: o profissional em questões de direito e direito do trabalho, mas também a formação em temas políticos, económicos, históricos...

MLG. Acho que todos concordamos com a necessidade de um enfoque interdisciplinar, transdisciplinar que coloque em contexto, que esse critério de historicidade é essencial para entender os fatos. Quando narravas o que foi feito para tentar fazer valer direitos, etc., pensava na importância do individual, do coletivo, dos problemas, dos riscos que os advogados também (infelizmente) correm em governos democraticamente eleitos, trabalhistas e a importância dessa organização coletiva, da atividade sindical para tentar deter ou pelo menos amortecer o impacto da... Como foram esses quatro anos de cortes e tentativas permanentes de continuar cortando direitos, principalmente no aspecto social. Mas quero entrar justamente na atividade sindical dos advogados, a própria e na atividade do advogado vinculado a organizações. Pedimos que nos esclareças sobre isso.

CG. Os advogados —e especificamente aqueles de nós que trabalhamos com sindicatos, assessoramos sindicatos— somos auxiliares dos protagonistas das relações trabalhistas, mas muitas vezes temos um papel relevante. Nosso papel não se limita à análise jurídica diante do conflito, mas —talvez por essa vocação para a qual escolhemos essa especialização, esse ramo do direito— estamos mais próximos dos e das líderes no campo jurídico, mas também estamos fazendo uma metamorfose em direção

a questão sindical, em direção a própria atividade sindical. Começamos no campo jurídico e estamos nos aproximando da questão sindical. Nas questões internas do setor, para dramatizar de alguma forma, na reunião interna do setor onde a gente discute o que o sindicato vai propor, o que vai discutir; ou talvez também as táticas de negociação, as táticas de conflito ou sugestões sobre a oportunidade do conflito. Da mesma forma, acredito que não devemos confundir os papéis: há uma pequena metamorfose, mas não é uma mudança total, não temos que nos tornar líderes porque não somos. Mas voltando ao que você disse antes, não somos técnicos jurídicos, assépticos que nos limitamos na assessoria sindical a transmitir o que diz o artigo da lei, mas sim temos sapatos enlameados muitas vezes nos conflitos, não é um papel apenas de escritório. Muitas vezes é estar na fila da mobilização, na porta da empresa, na porta da fábrica, no Ministério do Trabalho, na ocupação, na panela popular. É uma participação jurídico-social se quiseres, jurídico-sindical, dá uma reviravolta no papel do advogado... estamos muito acostumados — e talvez parte da formação universitária que temos como advogados, que depois vamos ampliando à profissão — ao papel de analista operacional da norma atual. E aqueles de nós que estamos envolvidos na questão sindical como advogados e como advogadas temos um papel importante — é mais claro na visualização do que aqueles que se dedicam apenas à questão individual — na criação de normas; não só na aplicação da norma vigente, mas também no processo de criação. Processo de criação em negociação coletiva, no marco da criação de novos direitos em face coletiva ou, se for caso disso, em assessoria parlamentar, na criação de novos direitos. E isso é algo que na universidade (pelo menos na minha experiência como estudante) não nos foi transmitido. Para o advogado, o direito é o que dizem as normas e o nosso papel é aplicar a norma, interpretá-la, analisar com base na norma e há pouco do processo criativo e digo criativo não do ponto de vista artístico, e sim do ponto de vista social.

MLG. Aproveito o fato de teres mencionado o ensino universitário, porque também és um professor universitário com uma longa história e experiência. Podemos falar sobre a atuação sindical dos advogados trabalhistas no ensino universitário? Como enxergas isso? É projetável?

CG. Nós, como coletivo, por várias razões — algumas delas possivelmente ligadas ao que aconteceu no nosso país com o trabalhismo — renunciámos ou havíamos renunciado (falo do coletivo) à «academia». A academia não podia ter o que mencionei antes, lama nos sapatos, porque não era academia. A academia é imaculada, a academia é asséptica (estou sendo

irônico) e a academia analisa normas. A academia não é das trincheiras e quem é das trincheiras não tem o nível de «juristas», um termo muito particular que gera alguma reação em mim pela forma como é usado no nosso país: parece que gera um degrau diferencial (vamos esclarecer aos amigos e amigas brasileiros, que no nosso país não existe título formal de jurista). O direito do trabalho foi visualizado a partir da ciência do direito como um ramo menor, como o ramo de bitola estreita; e isso também aconteceu na justiça do trabalho, que é o fórum também visualizado como bitola estreita: o menor, e isso pode ser visto até mesmo na infraestrutura da Justiça do Trabalho; é aquele com os piores edifícios, onde os investimentos ou recursos tecnológicos chegam por último. Isso também aconteceu no âmbito da academia, da universidade e acredito que há alguns anos começou a se inverter e valorizo muito os e as colegas que se dedicaram inteiramente —ou quase inteiramente— à academia como é o teu caso, Mario, porque é uma espécie de desembarque daqueles que como nós têm um compromisso social e chegam ao direito e ao direito do trabalho a partir do compromisso social e é assim que o fazemos, para que isso se reflita na universidade e na educação do direito. Não só na discussão entre pares no nível universitário entre docentes, mas também no alcance aos alunos e que a universidade não seja um reduto fechado de intelectuais distantes e alheios à realidade que vivem os nossos países e os nossos povos. Esta universidade interativa com a sociedade, não apenas de discussão acadêmica entre pseudo-iluminados, estudiosos e conhecedores, mas também uma universidade a serviço dos nossos povos. Acho que, nos últimos anos —talvez nos últimos longos anos— há cada vez mais de nós que temos esse compromisso, os profissionais “enlameados” que lecionam em diferentes universidades do nosso país e isso me parece muito saudável. Isso torna a formação dos e das profissionais militantes do direito social, o amanhã.

MLG. Essa militância é um compromisso e esse compromisso não diminui o valor do conteúdo se nós trabalharmos seriamente como acho que tu, eu e muitos colegas tentamos fazer nas esferas acadêmicas onde trabalhamos e onde também se coloca muita, média ou pouca experiência prática, que tantas vezes não é discutida. Então ficamos nas discussões ou em algo pior: ao repetir aquela matriz anglo-saxônica de análise ligada ao realismo, o direito é apenas o que os juízes dizem que é. E obviamente ninguém ignora o poder de interpretação dos magistrados, mas o direito é algo muito mais complexo e merece algumas reflexões críticas, que vão além dessa simplificação.

CG. Nisso tive uma linda experiência, pois viemos dessa formação que criticamos com a qual as transformações ocorrem a partir do pensamento, da troca de ideias com os e as colegas, vendo a atuação dos referentes e às vezes a partir dos golpes da realidade. No meu início na profissão e na assessoria sindical, certa vez estivemos em uma audiência do Ministério do Trabalho e um sindicato por demissão coletiva que havia ocorrido em uma empresa. O dirigente que fez a voz do setor sindical naquela audiência propôs a reintegração de todos os demitidos. Era um período difícil, no início dos anos 1990, com um Ministério do Trabalho muito patronal na época. E sobre a empresa eles diziam: não vamos apenas pagar as verbas rescisórias, mas também vamos pagar 50% a mais de verbas rescisórias, com as quais —e isso é uma questão que poderíamos discutir, eu tenho uma opinião formada: não há direito de demitir na Argentina sem justa causa — a empresa na época sustentou: se eu pagar, posso demitir e não estou pagando apenas o que a lei manda, mas 50% a mais. E o dirigente sindical disse: não estou aqui para discutir quanto vai ser pago aos trabalhadores, se vão receber ou não; venho para discutir a manutenção dos empregos, não quero que um único trabalhador perca o emprego. E aí eu me disse claramente, esse é o caminho que eles estão tomando, a luta pelos conflitos de interesse não é contraditória com os conflitos do direito. Não há contradição entre o interesse e o direito, pois a luta no conflito de interesses caminha em direção a geração de novos direitos. Esse foi o meu golpe com a realidade que me fez ver que em cinco anos de faculdade ninguém tinha colocado isso e é bom para nossos alunos na faculdade ver isso.

MLG. Acabamos de falar sobre as funções dos magistrados e é válido dizer, porque há muitos juízes que realmente, como destacavas, em um determinado momento eles tiveram o que é preciso para cumprir as suas funções e agir de acordo com o direito, o que não é pouco. E particularmente no âmbito do poder judiciário da República Argentina.

CG. Quero fazer uma menção que tem muito a ver com o que temos falado. Temos pessoas muito valiosas, obviamente em todos os aspectos, em nosso país. Porém, quero destacar que na Justiça do Trabalho nacional há pessoas como Viviana Dobarro —aqui presente— que bloquearam seu acesso a cargos merecidos. Viviana se posicionou em vários concursos para ser nomeada juíza e o governo anterior não a nomeava por causa de sua visão do direito do trabalho. Ela sofreu retaliações e não a nomearam por sua visão do direito trabalhista e ela não mudou a sua visão. Roberto Pompa —também presente nesta atividade— é um dos importantes camaristas do nosso país e tem grande convicção no direito do trabalho como

integrante do direito internacional dos direitos humanos. Há pessoas muito valiosas no direito de trabalho no nosso país e que trabalham com muita convicção.

MLG. Quero aproveitar os últimos minutos para fazer-te uma última pergunta sobre a faceta da atividade sindical dos advogados trabalhistas na assessoria parlamentar. É claro também qualquer outro tema, como sempre destaque, que queiras acrescentar, refletir ou que talvez passemos um pouco mais rápido, restam alguns minutos para que possas destacá-lo. Mas gostaria, se estiveres de acordo, começar por fazer uma breve referência à assessoria parlamentar, porque ao mesmo tempo estamos mostrando que a atividade dos advogados e das advogadas tem muitas projeções que por vezes nós próprios não reconhecemos.

CG. É também uma faceta que, pessoalmente, me satisfaz e ainda me satisfaz muito na profissão. Estamos falando de poderes públicos, mas é também por meio deles que se expressa a vontade popular. Eu quero ser muito cauteloso no que vou dizer em relação à pequena participação em algo que é de uma determinada entidade na transformação. Tive a oportunidade de participar —por coisas da vida, coincidências, buscas e confluências de situações— na redação, na idealização de normas que se tornaram lei e que foram, creio, importantes pelo efeito nas relações de trabalho. Fui assessor na Câmara dos Deputados da Nação, na época em algum projeto de lei nos anos 90, assessor de Naldo Brunelli, quando ele se opôs a uma das leis de flexibilização da Argentina, a lei SME; depois de Alicia Castro, quando se opôs à lei do Banelco de 2000, também de flexibilização. Foram dois trabalhos profissionais para contribuir com algumas ideias a partir do direito e dessa militância para aqueles que se opunham à lei e que não foram posições vitoriosas, essas leis foram sancionadas. Depois tive um retorno com Héctor Recalde, como presidente da Comissão de Legislação Trabalhista da época (governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández) em que os direitos trabalhistas puderam ser restaurados e também ampliados. Foi um momento de importantes conquistas para os trabalhadores. Mais tarde fui assessor de Abel Furlan. Atualmente, sou assessor de Claudia Ormachea, também deputada sindical. Isso de poder pensar e ajudar, de contribuir, a partir do nosso papel de militantes trabalhistas, para a melhoria no âmbito de aplicação tão geral que uma lei tem. A participação na negociação coletiva é satisfatória quando, pela força dos companheiros, se pode conquistar algum direito e se contribui para a elaboração, para a idealização desse direito. Mas em termos de lei, com a melhoria que ocorreu, bem... também tiveste experiência na elaboração de leis que se tornaram realidade e, na

verdade, elas mudam a vida de muitos dos nossos concidadãos e cidadãs para melhor. Deixa-me terminar uma ideia, porque me parece que falei de um ponto de vista pessoal e aqui o importante para um ou uma trabalhista na função parlamentar não é como ele se sente, a satisfação de ver refletido... mas e sim, o que podemos contribuir a partir de tudo que a gente vem falando: desde a formação universitária, desde o acadêmico, desde o conhecimento da atividade sindical, desde nossa participação na atividade sindical, do conhecimento do terreno com o trabalhador e a trabalhadora que vem te consultar e sabes o que é o que lhe está acontecendo; como poder levar tudo isso para ao âmbito parlamentar para que essas necessidades que vês a partir de outros papéis, transformá-las na satisfação dessa necessidade por meio de uma lei. É isso que eu queria destacar: não o pessoal, que é circunstancial, anedótico, mas sim isso como o papel dos advogados e das advogadas trabalhistas.

MLG. Tudo o que passaste e todas as potencialidades que é o que queremos mostrar com um *ênfase crítico tutelar* das relações trabalhistas é muito importante. Então vou deixar-te por alguns minutos e depois vou encerrar o programa.

CG. Foi a minha vez de transitar por essas questões nos anos 90, quando havia poucos trabalhistas porque os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras estavam afetados; e como os direitos estavam afetados, aqueles de nós que exerciam a profissão de advogados ou advogadas e viviam além da nossa profissão também fomos afetados. Vimos isso nos tribunais onde estávamos cada vez em número menor. E quando os direitos começaram a ser restaurados no nosso país, a partir de 2003, os direitos trabalhistas, começaram a surgir novos e novas trabalhistas. E quero dizer isso a partir do sindicato, das camadas de jovens trabalhistas, homens e mulheres, e do compromisso social com que abordam a profissão. E uma das coisas que nos caracterizou desde o início —eu acho, pelo menos é isso que queríamos como Corriente 7 de Julio— é que tenham na Corriente (os jovens advogados e advogadas trabalhistas) um âmbito não só de aprendizado, mas de pertencimento e crescimento.

MLG. Perfeito e, além disso, me permito ressaltar, atesto a muitos jovens e moças atuantes, que participam da Corrente 7 de Julio, advogados e advogadas trabalhistas. É realmente muito gratificante, estamos chegando ao fim do nosso caminho e vemos que os jovens estão entrando com muito empenho, com muita preocupação com sua formação, com muita responsabilidade. Meus cumprimentos e profundo respeito a todos aqueles que

participam da corrente dos advogados e advogadas trabalhistas com os quais também tenho proximidade e participo na medida das minhas possibilidades. Também me sinto muito bem representado por ti e por esses companheiros e companheiras na atividade sindical. Gustavo, agradeço as tuas contribuições, contextualizaste as coisas, falaste de categorias, te referiste ao papel do Estado e abriste um horizonte. Temos tocado em diversos temas que consideramos vinculados a esta modesta contribuição desta categoria de análise que chamamos de enfoque crítico tutelar das relações trabalhistas, e agradecemos muito a tua participação.

CG. Mário, quem agradece sou eu, me permite mandar um abraço a todos os companheiros e companheiras que estiveram presentes e outro grande para ti e reiterar que quem agradece sou eu. Obrigado.

MLG. Até a próxima.

Impactos e ameaças na atividade jornalística, trabalhadores/as e suas organizações

12 de maio de 2021

Paula Cejas

Diretora do Escritório Regional para América Latina e Caribe da Federação Internacional de Jornalistas (FIP – pela sigla em espanhol de Federación Internacional de Periodistas)

Zuliana Lainez

Jornalista, vice-presidenta da Federação Internacional de Jornalistas (FIP), secretária geral da Associação Nacional de Jornalistas do Peru (ANP), editora de opinião do jornal digital *Crónica Viva* e professora universitária na disciplina de Direito da Informação.

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. É verdadeiramente um prazer ter a sua presença. Tenho o prazer de conhecer a trajetória tanto da Paula quanto da Zuliana e o trabalho e esforço que elas vêm desenvolvendo junto com outros companheiros e companheiras das organizações sindicais que reúnem as e os jornalistas é realmente muito interessante. Uma das questões que sempre tentamos destacar a partir do *enfoque crítico tutelar* das relações trabalhistas é justamente a necessidade da organização sindical com seus diferentes níveis nos âmbitos locais em nossos respectivos países (com as semelhanças e diferenças que nossos modelos sindicais têm). nos níveis regional e internacional. A primeira coisa que vou lhes perguntar, respondam na ordem que preferirem, quais são as principais ameaças, os principais impactos que pairam sobre a atividade jornalística em geral e sobre os trabalhadores, homens e mulheres, e suas respectivas organizações?

Paula Cejas. Em primeiro lugar, muito obrigado por nos considerar, por nos convidar para este espaço. Qualquer espaço que nos permita visibilizar a situação dos trabalhadores da imprensa, dos meios de comunicação — principalmente os independentes— e da atividade jornalística é bem-vindo e nos parece necessário. Sob este título que pensamos juntos, destaco as principais ameaças que o jornalismo tem sofrido. Algumas se aprofundaram com a pandemia, mas em geral outras já existiam desde antes, as trazemos historicamente. Inclusive, trabalhamos nisso contigo, Mario, em uma pesquisa que fizemos no ano passado. A primeira que quero desta-

car são as questões trabalhistas; o setor de mídia ou jornalístico sempre foi um setor bastante precário, cuja situação se aprofundou com a pandemia devido ao número ou a massividade de demissões e fechamentos de mídias. Não apenas os postos de trabalho foram cortados, mas também que nos cargos que permanecem, os salários tornaram-se precários; essa multitarefa (multitasking) de jornadas intermináveis para os trabalhadores tornou-se naturalizada, o que obviamente afeta sua qualidade de vida. Destacamos principalmente os efeitos sobre as mulheres jornalistas dessas jornadas prolongadas, pois sabemos bem que além de cumprir suas tarefas dentro dos espaços de trabalho, a maioria também realiza tarefas dentro de suas casas ou tarefas de cuidado. Também, dentro dessa precarização do trabalho, houve situações durante a pandemia em que os trabalhadores foram obrigados a cobrir os eventos da mesma pandemia, sem garantias ou sem elementos de proteção individual, o que obviamente os e as expôs e tivemos grandes perdas. Zuliana poderá reforçar mais tarde, mas o Peru é um dos países onde tivemos grandes perdas.

MLG. Vou acrescentar uma coisa, Paula: quando estamos falando de elementos de proteção individual, estamos nos referindo a questões básicas como máscara, entre outras coisas, mas começando pelas máscaras.

PC. Sim, claro, máscaras, luvas, álcool gel; nem pensar em seguridade social, seguro saúde e assim por diante. Isso é, em linhas gerais, um dos principais efeitos ou impactos que essa pandemia teve, mas que também trazemos historicamente. Por outro lado, o que estávamos falando há pouco (e que está ligado a esse impacto trabalhista) que são as afetações psicoemocionais. A Federação, juntamente com a UNESCO, trabalhou em um projeto — que ainda está ativo — que visa apoiar os jornalistas que sofrem esses efeitos psicoemocionais da pandemia. As estatísticas divulgadas pela FIP com base em pesquisas mostram o estresse, os estados de depressão, a incerteza como a principal afetação — perder o emprego, não saber como sobreviver, onde obter renda para sustentar a família — o que tem prejudicado a saúde mental e emocional dos colegas. Juntamente com a UNESCO, identificamos isso como um impacto importante para focar e apoiamos este projeto. Por outro lado, temos os efeitos sobre a liberdade de expressão.

MLG. Pretendo examinar essas questões para expandir os detalhes de cada uma delas.

PC. Sim, efeitos sobre a liberdade de expressão, restrições ao acesso à informação em países como El Salvador ou Brasil. A estigmatização dos jor-

nalistas, do seu trabalho e, claro, algo historicamente identificado dentro do trabalho jornalístico e que, infelizmente, ocorreu na região — especificamente quero destacar o caso do México— que é a violência contra jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação. E nisso incluo ameaças, assédio, cyberbullying principalmente contra mulheres jornalistas, o que também se vincula, ou quero vincular, com os altos índices de impunidade em relação a esses casos.

MLG. Tu nos deste uma excelente apresentação do tema. Vou me permitir perguntar a Zuliana, na linha do que Paula nos destacava, como é a abordagem dos sindicatos que compõem a Federação de Jornalistas na América Latina e Caribe? Como as respostas estão sendo estruturadas? certamente não sem dificuldades. Obrigado mais uma vez, Zuliana, por participar do nosso programa.

Zuliana Lainez. Pelo contrário, obrigado pela generosidade de nos convidar. Paula disse bem, todos esses espaços são muito valiosos para conhecer um setor que às vezes é visto de fora apenas com a foto do que são os jornalistas ou os meios de comunicação das capitais. Temos muita dificuldade em dizer que jornalismo não é apenas essa foto; o jornalismo também é esse alto nível de precariedade que muitos colegas têm nas regiões do interior dos nossos países e talvez esse seja um dos discursos e ações que mais tentamos mover do cenário sindical. No âmbito da cidadania, acontece também que as pessoas ficam com o que veem nos grandes conglomerados midiáticos. Eu acho, Paula falou muito bem, que a precariedade não veio com o COVID-19, a precariedade estava lá e a pandemia colocou em evidência. E talvez as maiores vítimas desta pandemia — embora ninguém do setor tenha sido poupado, nem as pessoas das capitais nem as das regiões — foram na América Latina. Se vamos falar de efeitos, a América Latina é o continente com maior índice de jornalistas mortos pela COVID-19. Brasil, Peru e México, nesta gradação, estão entre os países com maior número de jornalistas falecidos. E boa parte desses colegas não estava na imprensa concentrada de nossos países, e sim eram colegas precarizados, muitos deles trabalhadores autônomos que desenvolviam o seu trabalho nas regiões. Disseste certo, Mário, às vezes eles nem têm acesso a uma máscara adequada, geralmente usam uma máscara caseira de pano, o que não representa uma primeira barreira à cobertura de fontes infecciosas em hospitais ou mercados. Estas mortes, afinal, são também consequência da própria precariedade, para além do vírus, porque se estes colegas tivessem naquele momento a possibilidade de fazer as coberturas com elementos de proteção individual adequados, talvez tivessem a possibilidade de ter mais

defesas. E me perguntas diretamente qual é a abordagem do sindicato, no âmbito internacional e no âmbito regional. Atrevo-me a dizer que talvez um dos instrumentos mais poderosos, que a FIP expos no pior momento, foi uma proposta diante da situação precária que é a Plataforma Mundial para o Jornalismo de Qualidade, que tem propostas muito pontuais direcionadas a diversos setores. Nisto, e atrevo-me a ressaltá-lo, a comunidade empresarial em geral da região — para falar da América Latina, do Caribe e não só do setor jornalístico, mas também do setor de mídia— teve viradas de discurso bastante evidentes. A primeira, a relação no que diz respeito ao papel do Estado. Todos vamos lembrar que antes da pandemia o discurso do modelo era: não queremos nem sombra do Estado aqui, queremos o Estado longe. E a primeira evidência no discurso do empresariado — e também do empresariado midiático — é que quando começam a ver os primeiros efeitos das quarentenas rígidas, dada a impossibilidade de vender jornais nas ruas, o fechamento da publicidade privada (principalmente porque não havia serviços funcionando, além dos essenciais) a primeira coisa que ele levantou foi o que o Estado iria fazer para resgatar os meios de comunicação. Aquele Estado sobre o qual o empresariado sempre disse “não queremos nem sombra. Fora daqui! O Estado não tem que intervir nessas situações”. Agora pergunta “o que vão nos dar para resgatar o setor?”. E a FIP teve uma posição bastante clara sobre isso: não nega que os Estados possam subsidiar programas de resgate para a mídia, mas tem claro - e a Plataforma que se expos em julho do ano passado diz isso com absoluta clareza — que ajudas, sim, mas com condições: se os Estados vão ajudar por meio de subsídios aos meios de comunicação, que venham com a exigência de que a primeira coisa a ser protegida seja o emprego. Não podemos apoiar fórmulas em que os Estados subsidiem os meios de comunicação ou qualquer outro tipo de empresa (vou falar do nosso setor) e que essas empresas acabem por despedir colegas ou forçá-los a baixar os salários, porque as relações trabalhistas na nossa região não vamos dizer que são relações de igualdade. Em outras palavras, as leis podem dizer que para questões de teletrabalho, trabalhadores e trabalhadoras e empresas terão que concordar, mas já sabemos em que condições tens que concordar com a empresa. MLG. Quão importante é o que destacas sobre a questão dos subsídios que é debatida globalmente e é debatida em nossos países. Parece que quando o subsídio vai para o setor empresarial pode ser admitido, mas quando vai para setores mais vulneráveis ou vulnerados —ou como você bem ressaltou, para preservar fontes de trabalho— não seria tão “adequado”. O que normalmente vemos é o que eu chamo de duplo

padrão, —podemos usar a caracterização que preferires— mas realmente acho que o debate que a FIP traz sobre esse assunto é um debate que poderíamos aprofundar. Eu não sei como estás vendo em âmbito regional a questão dos subsídios e a quem eles se destinam, porque talvez eles vão para os meios de comunicação maiores e como você bem destacavas - e eu também tive a oportunidade de estudar e conhecer um pouco sobre este problema - sabemos que dentro dos diferentes países (as províncias, as regiões) há jornalistas que estão sobrevivendo como podem. E, além disso, são vozes que, quando não se sustentam, calam-se. É outro problema: muitas vezes alternativas que estão se perdendo. Eu não sei se podes acrescentar algo a mais.

ZL. Sim, talvez para terminar este ponto, diria que nesta Plataforma há três coisas fundamentais: as ajudas, mas ajudas com condições e a primeira condição é a proteção do emprego. Mas há outros tipos de condições, por exemplo, a FIP afirma que uma empresa de mídia que está recebendo ou recebeu um subsídio não pode participar de fusões nos próximos três anos nem tomar qualquer ação que possa afetar o salário das e dos trabalhadores. Há uma série de condições, mas talvez eu me concentre na mais importante, que é manter um emprego. A segunda coisa que a FIP levanta nesta Plataforma está destinada a jornalistas freelance, jornalistas e boa parte dos jornalistas das regiões, que —e vimos isso neste tempo de pandemia na qual ainda estamos— que em vários Nossos países nem sequer têm acesso a questões de proteção social. O acesso universal à saúde, em vários de nossos países, não é uma realidade. Falo da realidade que conheço melhor, que é a do Peru: tivemos que fazer vaquinhas para enterrar colegas que morreram de COVID-19. Primeiro, eles faziam parte do grupo de risco, acho muito importante focar nisso para percebermos de qual situação e de qual condições de trabalho estamos falando: colegas com mais de 65 anos que tiveram que cobrir na linha de frente, porque trabalhador autônomo se não trabalhar não come; que tiveram que se expor por não terem acesso a um plano de previdência. Seu nível de precariedade e renda faz com que não possam contribuir para o sistema público nem para o sistema privado e de alguma forma estão condenados a trabalhar até o último dia de suas vidas, porque se não foi assim, não comem. No Peru, até o momento, temos 168 jornalistas que morreram de COVID-19, e grande parte deles são jornalistas das regiões e aqueles com mais de 65 anos que tiveram que estar na linha de frente da cobertura. A FIP destaca isso e recomenda algumas ações de maneira pontual em relação aos jornalistas que trabalham como autônomos, aos meios de comunicação que são cooperativos, aos

meios menores nas regiões que não pertencem a essas grandes plataformas ou a esses conglomerados globais de mídia em âmbito mundial. E a terceira coisa proposta pela FIP (entre várias outras coisas, mas acho que essas três são as fundamentais) é uma proposta ambiciosa, não vou negar. Conversamos com vários colegas especialistas em questões de direitos digitais e a FIP está propondo que os Estados imponham um imposto sobre as grandes plataformas: que Google, Amazon, Microsoft, Facebook, Apple paguem impostos nos países com base em sua renda e que esses impostos arrecadados em âmbito nacional sejam destinados a fundos de falência que permitem que esses jornalistas autônomos se desenvolvam —especialmente na imprensa alternativa, na imprensa regional. Essas três coisas são expostas nesta proposta de jornalismo de qualidade. Não foi fácil. Estavas falando sobre subsídios em âmbito regional. Um dos países que apostou mais diretamente no subsídio à mídia foi a Colômbia. A Federação Colombiana de Jornalistas fez uma declaração bastante crítica. O nível de ajudas na Colômbia, em números, é brutal (no valor que o governo está alocando para resgatar os meios de comunicação), mas nossa organização foi muito crítica com o mecanismo, porque infelizmente estamos voltando ao modelo pelo qual eles dão auxílios sem condições, auxílios concentrados nos grandes conglomerados dos meios de comunicação e não há auxílios aos meios de comunicação regionais e autogeridos, os mais pequenos. Os que têm ainda menos possibilidades de acesso a um crédito de uma entidade bancária, estão e continuam a ficar de fora destes governos que apostam em subsídios ao sector. Termino destacando que, da FIP, de cada um dos nossos sindicatos, do escritório regional, da FEPALC, houve um slogan que foi unificado em toda a região: os países do Caribe, América Central, América do Sul, em todos os lugares, fomos chamados de *serviço essencial*. Isso é bom, mas sempre dizemos que não queremos *ser chamados*, queremos *ser tratados*. E não *nos trataram* como um *serviço essencial* de forma alguma; apenas para nos pedir ajuda e apelar à nossa responsabilidade social na importância da informação em tempo de pandemia, mas quando pedimos, inclusive em alguns dos nossos países, prioridade na vacinação para pessoas que estão na linha da frente em países com alta taxa de mortalidade, a falta de resposta do governo esteve aí como primeira resposta. E continuamos com isso, não nos chamem de *serviço essencial*, nos tratem como um *serviço essencial* e pelo menos tente fornecer medidas que possam proteger a vida e a saúde de quem está na linha de frente da informação.

MLG. Que interessante o que estás falando, uma dupla discussão: o papel do Estado e não esquecendo que o Estado é administrado por governos de cores diferentes. O Estado juridicamente tem uma continuidade, mas os diferentes governos encarregados desse papel também optam por certas estratégias para realizar e também definem os subsídios que, muitas vezes, talvez estejam vinculados a meios que acompanham determinados processos e interesses. Nos deste uma visão muito ampla da questão relacionada ao impacto na saúde e dramaticamente nos trabalhadores mais expostos e vulneráveis. Paula havia acabado de nos mencionar a proposta que a FIP havia acompanhado com a da UNESCO e o efeito emocional também das mulheres jornalistas em particular. Sempre se destaca, no mundo do trabalho, que temos todas as desigualdades típicas da relação de trabalho e as mulheres geralmente, em sua maioria, enfrentam-se com aquelas desigualdades que toda a problemática relacionada ao gênero acarreta. Mencionava particularmente o impacto sobre as mulheres. Conta-nos um pouco mais, porque é também para mostrar esses problemas específicos que acho que devem ser incorporados; entendemos que o papel das mulheres, assim como o papel dos jovens —mas neste caso estamos particularmente interessados nas mulheres— é essencial para realizar enfoque tutelar crítico com um sentido protetor das relações de trabalho.

PC. Sim. Acho, antes de tudo, que é uma identificação não só como pessoas trabalhadoras, mas também como seres humanos e que essa pandemia (e não quero me concentrar apenas nela, o que acontece é que a pandemia tornou visível muitas situações e violações que como trabalhadores e como pessoas sofriamos) nos levou – inclusive as organizações – a focar nesse ponto. Antes da pandemia, essas questões dos efeitos, do impacto psicoeemocional nos jornalistas e nos trabalhadores dos meios de comunicação não estavam recebendo tanta atenção quanto talvez deveriam. A pandemia não só afetou por essas violações no local de trabalho; claro que quando perdemos o emprego, ficamos sem renda, quando temos uma situação de absoluta instabilidade no trabalho em um contexto em que a vida está em perigo – e não apenas a nossa, mas também a de nossos colegas, nossa família e pessoas próximas – nos mobiliza porque a carga e o estresse que gera são grandes. E se acrescentarmos a isso —e aqui vou especificamente à situação das mulheres jornalistas— que, além da instabilidade no emprego e do medo de contágio ou perda de colegas ou pessoas próximas, também somos vítimas de assédio, intimidação, ambientes de trabalho hostis para o desenvolvimento do nosso trabalho... E, além disso, voltamos para casa e temos que realizar tarefas de cuidado, não só quando as mulheres

viram mães, mas também porque têm pessoas sob seus cuidados (que podem ser pais, irmãos, companheiros, parceiros) o que significa, é claro, que há uma mobilização e uma instabilidade no emocional e no psicossocial. A principal causa mencionada pelos jornalistas que entrevistamos da Federação —mas também o fez a UNESCO e outras organizações— era o estresse. É por isso que se chama o estado de *bornout*, que é uma palavra em inglês, que significa estou esgotado, sobrecarregado, ou seja, me sinto afogado, a qualidade do meu trabalho se perde absolutamente porque não posso atender a quantidade de responsabilidades em um contexto absolutamente hostil, sendo violentada não só pela pandemia, mas às vezes, até pelos próprios colegas ou chefes, algo que acredito ser muito comum. A ansiedade, a depressão, todas essas condições, esses efeitos que as mulheres têm manifestado principalmente, porque, como eu estava dizendo, embora também existam homens que cuidam das tarefas de cuidado (e agradecemos ao feminismo por ter começado a desconstruir alguns colegas) ainda somos as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas de cuidado e a sobrecarga de trabalho. Porque há também uma questão de autoexigência ou exigência imposta pela responsabilidade com a qual carregamos. Então me parece muito importante que organizações como a UNESCO ou a FIP que apoiaram esse tipo de projeto, comecem a atender nossos colegas não só na violação do trabalho ou da liberdade de expressão, mas também como pessoas. Além de sermos trabalhadores, além de sermos consideradas essenciais, é preciso agir sobre o assunto, que nos façamos presentes, que ofereçamos nosso apoio de alguma forma porque nós também, como organizações que cuidam das garantias e direitos dos trabalhadores, devemos atender essas pessoas para garantir um jornalismo de qualidade. Buscar também melhores condições de trabalho e salários dignos, trabalho decente, devemos garantir que eles também possam ser atendidos emocional e psicologicamente. Por isso mencionei esse projeto da UNESCO e esse efeito, porque me parece importante atendê-lo e não é algo que vai acabar com a pandemia. Haverá muitas sequelas, porque muitos de nós, quando isso acabar não sabemos se vamos ter um emprego, se vamos ter toda a nossa família ao nosso lado, não sabemos se teremos passado por situações traumáticas em nossa vida pessoal. Então, acho importante que o atendimento psicoemocional dos jornalistas, dos e das profissionais da imprensa, tenha consistência e atenção daqui em diante.

MLG. Quando te escutava, lembrei-me do que foi dito com certo otimismo: que essa pandemia ia transformar tudo.

PC. Transformá-lo o transformou. Não sei se para melhor...

ZL. Por exemplo, uma das coisas que me lembrei antes da nossa conversa é que no ano passado tivemos várias reuniões com sindicatos de jornalistas da região; O escritório regional também manteve algumas conversas sobre questões de teletrabalho e lembro que uma das coisas mais recorrentes era que todo mundo estava falando sobre o novo normal. E agora na anterior me dizia: ei, que bom que já deixamos essa palavrinha de lado. Nos últimos três ou quatro meses, não ouvi as pessoas falarem sobre o novo normal novamente. Não sei se é porque já incorporamos e normalizamos essas mudanças ou porque... a ansiedade e o desespero que existia nos primeiros meses de dizer que vai acabar ou não vai acabar ou falta a vacina, a vacina está chegando... E agora estamos como num palco com o horizonte aberto. Não sei se isso é bom ou ruim, mas não ouço mais essas teorias da nova normalidade citadas.

PC. Há a incerteza; também não sabemos porque deixamos de dizer nova normalidade ou que vamos sair melhores desta situação e a verdade é que os horizontes não são tão otimistas.

MLG. Nesse sentido, gosto de falar dentro do enfoque crítico tutelar de uma hegemonia deslaborizante que entendo ser o contexto em que temos que nos mover e que nos condiciona pelos interesses poderosos que ela carrega e que tem critérios desprotetores permanentes. Quando isso foi colcado (mesmo por intelectuais e teóricos muito respeitáveis) me pareceu um tanto inocente porque o próprio sistema e todas as estruturas que ele envolve sempre adicionam voltas e mais voltas. Quando você vê a realidade de alguns jornalistas, eles estão trabalhando em condições precárias; às vezes eles são multitarefas – como eu tive a oportunidade de conversar com alguns e vocês também me explicaram muito bem – só com o celular porque eles nem têm computador. Acho que estamos vendo coisas muito piores virem à tona. Há muitas coisas boas e eu resgato e aprecio o esforço de muitas pessoas que em muitas áreas, jornalistas, pessoas do setor de saúde, estão fazendo um esforço enorme para continuar trabalhando com problemas semelhantes em alguns pontos; mas também vemos que no contexto da pandemia há ameaças que vêm de antes e novas ameaças que pairam sobre o que deu origem ao título desta atividade, tema deste encontro: impactos e ameaças. Novas ameaças —e no início também destacavam— à liberdade de imprensa, liberdade de expressão, estigmatização nas redes sociais, líderes que geram ataques abertos e diretos a jornalistas em diferentes países, discurso de ódio...São vários temas. Vamos tentar dedicar um pouco de tempo a cada um deles porque acho muito importante colocá-los em pauta, principalmente para que se possa apreciar e—dentro

de nossa esfera de divulgação— compreender a problemática que os trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações e quão importantes são as organizações para combater essa luta desigual.

ZL. A questão é que quando se fala em novas ameaças, parece que as antigas se foram, mas o grande problema do nosso setor é que novas foram adicionadas às antigas. Paula falou bem, na região, infelizmente, ainda há homicídios. Vejamos o México, parte da América Central, as detenções de jornalistas —e só para falar da região— continuam ocorrendo; agressões, ameaças que historicamente o setor sofreu, ainda estão presentes. O problema é que a essas ameaças antigas — às quais devemos acrescentar, é claro, a impunidade em casos de crimes e agressões contra nossos colegas — se soma a questão de novas ameaças que já eram discutidas antes da pandemia. Às novas agora foram adicionadas as mais recentes em torno da pandemia, porque dentro das novas já estavam os tópicos de cyberbullying, os tópicos de discurso de ódio; até uma grande parte da legislação mundial tenta combater o discurso de ódio. Mencionas a liberdade de expressão e acho que algo que nossas organizações tentam repetidamente instalar em quase todos os seus discursos sindicais e gremiais é que discurso de ódio não é liberdade de expressão. Porque, às vezes, eles querem mostrar a questão da liberdade de expressão como um guarda-chuva em que tudo está apoiado e não, discurso de ódio, discriminação, não é liberdade de expressão e isso deve ser dito com absoluta clareza pelas organizações.

MLG. Parece-me muito importante e desculpa por uma breve interrupção; diz-se que cada um tem o direito de dizer o que quiser e parece-me que há aí um problema. O discurso de ódio, a apologia aos diversos crimes, a violência, o racismo, a discriminação em todas as suas variantes estão presentes. Eu quero acrescentar isso porque estou interessado na opinião de vocês.

PC. Sim, ainda me parece importante que você tenha feito essa pausa, porque o que Zuliana disse também é muito importante para mim. Obviamente, nós, a Federação e todos os nossos colegas defendemos a liberdade de expressão, mas acho que há um limite e um discurso de ódio. Digamos que qualquer discurso que ataque setores vulneráveis, que motive a violência ou o crime, me parece que é aí que devemos colocar um limite. Isso não é mais liberdade de expressão. Isso é gerar discurso de ódio, gerar situações de violência, motivar a famosa palavra que usamos ultimamente, essa polarização que só gera mais violência. Agora vou te deixar continuar, não queria te interromper, mas também a partir dos governos quando são dadas

publicamente declarações que estigmatizam, subestimam e banalizam o trabalho dos jornalistas, gera-se esse tipo de discursos que talvez façam que haja parcelas da sociedade que não apenas desconfiam da imprensa, mas também a atacam assim que têm a oportunidade, fisicamente ou nas redes sociais.

ZL. Esta é uma questão sobre a qual devemos falar claramente e a FIP, FEPALC e nossas organizações concordam em alguns aspectos a esse respeito: é muito claro que discurso de ódio, ou discriminação, ou apologia ao delito, não podem ser protegidos pela liberdade de expressão, como disseste bem Mário. Eu poderia falar contigo por uma hora sobre o que está acontecendo com essas questões no Peru, agora no meio da eleição, talvez mais polarizada. Sim, deve ser dito claramente, a liberdade de expressão não suporta tudo, não é liberdade irrestrita. Existem limites. Os limites estão à direita do outro. E também não devemos temer (e devemos desmontá-la do bicho-papão que muitas sociedades montam) da palavra regulação. Ouvi dizer, principalmente quando abordamos essas questões com empresários da mídia, que se você colocar a palavra regulação em qualquer documento, todas as bandeiras caem, a liberdade de imprensa está sendo atacada, é um ataque... A regulação é estabelecer normas básicas de convivência social. Se não identificarmos que, por exemplo, regulação é a legislação que em nossos países contempla um cronograma de proteção à criança, que são coisas que todos concordaremos, padrões mínimos de honra e boa reputação das pessoas, se não entendermos essa regulação é acordar condições mínimas que permitam uma boa convivência social, então estamos jogando do outro lado do campo. Não devemos temer a palavra regulação. Acredito que a base de uma convivência democrática saudável decorre justamente da capacidade de concordar em ter regulamentações democráticas em relação a determinadas questões. Este é um assunto que vai longe, mas acho que, pelo menos nas linhas principais, deve ser falado e dito com absoluta clareza. Só para finalizar essa ideia, eu estava falando sobre essas novas ameaças naquele contexto, ou seja, discurso de ódio, estigmatização, que Paula explicou muito bem. E nisso também temos que nos distanciar um pouco dos símbolos ideológicos porque na América Latina podemos ver a estigmatização em um extremo, como acontece no Brasil com Bolsonaro, mas também vemos no México com López Obrador. A estigmatização é ruim, não importa de onde venha, porque no final aumenta os riscos contra a integridade física, mesmo nos próprios cenários em que nossos colegas se movem. Eu estava falando de cyberbullying ou isso que às vezes quando teorizamos chamamos de novas

ameaças: a pandemia também nos trouxe essas novas ameaças que são antigas, mas atualizadas. Por exemplo, há um discurso muito preocupante em quase todos os nossos governos da região que direciona as coberturas jornalísticas para focar exclusivamente nas fontes oficiais. Como se as fontes governamentais fossem as únicas válidas para ter informações precisas contra o acúmulo de desinformação. E pelo menos na nossa região — que é o que eu e Paula conhecemos melhor, mas é replicado em outros lugares — acho que a questão do registro de óbitos por COVID-19 é a constante mais evidente em quase toda a região. E é o jornalismo, cruzando fontes tradicionalmente jornalísticas, dados de mão, registros de funerárias, de cremações, que pode dizer ao governo que o número é três vezes maior do que está mostrando; e é isso que o jornalismo diz, não uma fonte do governo; diz a partir de nossas tradicionais fontes jornalísticas e não se pode tirar peso disso, é informação. E o problema é que o discurso dos governos no momento que estamos vivendo é que você só tem que ser governado pela informação que sai dos ministérios da saúde, da saúde ou o que dizem os porta-vozes oficiais do governo. E jornalismo não é isso, não é acabar sendo estenógrafos, estenógrafas de nossos governos, mas sim receber informação daquela fonte oficial e depois contrastar com outras fontes próprias. Outro problema é o acesso à informação durante a pandemia, que foi uma constante em todos os nossos países: o fato de usar a pandemia e as medidas de biossegurança —que, claro, são absolutamente necessárias em tal contexto— para impedir que os jornalistas intervenham em conferências de imprensa num momento em que a informação é absolutamente necessária. Já não apenas os governos nacionais; também as autoridades e dependências regionais e municipais também impedem que um jornalista possa apresentar um pedido de acesso à informação sobre a utilização de fundos públicos em plena pandemia, onde por vezes não há licitações, mas sim concessões diretas devido à pressa. E que não podes nem sequer impetrar um recurso de acesso à informação, porque eles dizem que como o pessoal do Estado está em teletrabalho, então eles não têm acesso a determinadas informações. Essas coisas que surgiram com a pandemia são perigosas, porque voltamos àqueles discursos que buscam homogeneizar o pensamento que diz: só o que os governos te disserem é verdade e todo o resto é fake news.

PC. E se disseres o contrário, de fato, como imprensa, o que estás fazendo é gerar uma sensação de pânico ou medo na sociedade e é tua responsabilidade que a crise da saúde esteja transbordando.

ZL. E, além disso, aqui no Peru, podem até acusá-lo de perturbar a tranquilidade pública, porque há um artigo do Código Penal que tentou ser usado (felizmente foi interrompido a tempo) contra alguns jornalistas que revelaram dados que o governo não queria dar. Está sendo invocado aquele artigo que vem de décadas atrás do Código Penal, dizendo que os jornalistas estão perturbando a tranquilidade pública, uma espécie de pânico financeiro, mas em chave pandemia.

PC. Sim, novamente as novas ameaças que Zuliana também dizia. Também temos muitos casos de jornalistas sendo processados por realizarem seu trabalho. Não vou mencioná-los, porque são muitos, mas no Peru vimos isso com a Paola Ugaz, um caso que acompanhamos muito porque é incrível. Mas não vou entrar neste caso.

MLG. Eu sempre gosto de pedir aos participantes desta atividade (porque podemos ter deixado de mencionar algum tópico ou talvez eu tenha omitido um tópico) que reservem alguns minutos caso queiram aprofundar uma ideia ou deixar outro tópico na agenda, o que quiserem destacar.

ZL. Pareceria injusto não mencionar tudo o que está acontecendo, mas, por exemplo - e eu ficaria mais de uma hora - falando das novas ameaças dos sindicatos e das organizações e do jornalismo, não podemos deixar de mencionar o que está acontecendo neste momento com as grandes plataformas: as questões de censura nas plataformas. É por isso que eu dizia que isso talvez vá longe: a censura nas plataformas está gerando debates poderosos entre os jornalistas e não apenas os casos mais emblemáticos: se o que aconteceu com Trump é censura ou não, se foi regulamentação ou uma seção sobre políticas de uso e frações de políticas de uso ou se o que acaba de acontecer com o tweet de Uribe, dado o que aconteceu na Colômbia, é válido ou não... A questão é —e deixarei para discussão em algum momento— que as plataformas funcionam com base em algoritmos e isso também é muito perigoso quando falamos de novas ameaças à liberdade de expressão. Alguns colegas me disseram muito recentemente que a censura não vem mais necessariamente dos governos; a censura pode agora ter sido movida para o lado privado também. Por exemplo, tivemos casos de colegas —e nos acontece todos os dias— que, se postam algo no Facebook com o Twitter com a palavra COVID-19 ou a palavra pandemia, recebem pelo menos um adesivo explicativo: se você quer saber sobre o COVID-19, clique aqui. Mas antes, às vezes, era o levantamento arbitrário de conteúdo feito por um algoritmo e aí quando você reclamava daquele conteúdo, o caso ia para o grupo de especialistas e eles acabavam devol-

vendo o repost do que havia sido carregado nas redes. O que afirmamos sobre as plataformas—porque as plataformas não estão fazendo isso— é que sejam transparentes com seus mecanismos. Em outras palavras, quais critérios eles estão usando para coletar informações? —além do fato de que o critério mais comum é o de direitos autorais: eles coletam informações tuas se usaste uma música protegida por direitos autorais em uma notícia que carregaste no Facebook ou em alguma outra plataforma—. A questão é quão transparente as plataformas estão sendo para aplicar essas políticas. Podemos entrar na discussão se o que, na época eles fizeram com Trump, agora com o tweet de Uribe, que era uma apologia aberta à violência, não era válido; se só o fazem com figuras públicas ou o fazem com qualquer cidadão. Acho que esse tema vai longe e deve ser incluído no das novas ameaças. E também gostaria de encerrar expondo a questão do impacto trabalhista que o ônus da linguagem tem, para nós foi um período complicado, com empresários que continuam chamando seus trabalhadores de colaboradores e colaboradoras. É inaceitável. Que continuam a chamar de desvinculações trabalhistas às demissões e isso também é uma constante. Neste período em que vivemos muitas demissões, os pronunciamentos oficiais das empresas falam em desvinculações trabalhistas e estamos nessa engrenagem em que a linguagem e essas figuras, mais uma vez, tornam-se uma cobertura para tremendos ataques aos direitos trabalhistas de nossos companheiros e companheiras. Certa vez discuti isso com colegas sindicalistas argentinos e eles me disseram que a partir dos sindicatos não deveríamos assumir isso de chamar teletrabalhadores aqueles que estão na modalidade de teletrabalho. São trabalhadores, trabalhadoras que têm outra modalidade. Às vezes os mesmos trabalhadores ou as mesmas organizações sindicais cometemos o erro com as denominações que acabam fazendo o jogo daqueles que querem nos levar para um cenário de distorção.

PC. Acrescentando ao que Zuliana disse e também um pouco para encerrar, é que eu acho que o maior desafio que enfrentamos como organizações sindicais é esse... não me refiro à reeducação, mas sim à visibilidade e conscientização desses problemas ela destacou. Vamos nos concentrar no que está acontecendo com as grandes plataformas. Acho que, em âmbito global, a proposta feita pela Federação de que os Estados lhes cobrem um imposto —além do que em nossa região esteja nos custando adaptar—, que também mencionou Zuliana, que é uma proposta muito boa, é muito ambiciosa, mas quero citar o caso do Brasil, que a pegou e está trabalhando duro e tentando adequá-la de acordo com sua legislação para encontrar um canal para chegar a um projeto de lei; tomara que seja alcançado. Acho

que o Peru também será um bom espaço de debate. Mas também acredito que as plataformas são um foco onde temos que continuar enfatizando e pressionando; as plataformas estão gerando muito lucro com o trabalho de jornalistas e trabalhadores da mídia que continuam sendo precarizados e sem reconhecimento ou valorização do trabalho que estão fazendo. E, por outro lado, o que Zuliana também mencionou, a conscientização sobre esses termos que escondem nossa natureza de trabalhadores e, portanto, também invisibilizam os direitos que nos correspondem, que conquistamos e que devemos continuar defendendo. Acho que algo positivo que a pandemia gerou é mostrar a importância do trabalho coletivo e do vínculo entre as organizações sindicais, e que esses espaços coletivos atravessam fronteiras, não são apenas nacionais. Geramos muitos vínculos com organizações fora de nossos países, vínculos com organizações internacionais e regionais. E temos que continuar nessa linha, porque é a unidade dos trabalhadores.

MLG. Para concluir, gostaria de agradecer a participação nestes diálogos transdisciplinares, pela quantidade de temas expostos e a forma como foram evidenciados os problemas que as organizações de trabalhadores e trabalhadoras trabalham. credito que essa censura privada é um conceito para explorar, trabalhar e também entender que muitas dessas questões colocam em crise o papel do Estado, porque se busca outro papel do Estado que não seja protetor em geral —pelo menos atrevo-me a destacar — e estamos vendo como isso coloca em risco os sistemas democráticos em todo o mundo, não é mais um problema regional. E a importância da linguagem, algo que a partir do *enfoque crítico tutelar* queremos destacar porque na linguagem se constroem sentidos e se travam batalhas, disse García Márquez. E aqui há uma batalha cultural. Eu sempre digo que o neoliberalismo tenta subtrair todo valor das palavras, porque quando tudo é igual, nada é nada, e eu guardo essa palavra também da regulamentação e do que os trabalhadores estão sofrendo e em dobro, muitas vezes, enfrentando a situação em geral, as desigualdades pelas quais atravessa o âmbito jornalístico e os impactos que tem. Quero agradecer mais uma vez, foi realmente um prazer ouvi-las e participar com vocês nesta atividade.

Reflexões sobre os direitos fundamentais das mulheres trabalhadoras

9 de junho de 2021

Viviana Dobarro

Juíza Nacional do Trabalho. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Docente de graduação e pós-graduação em várias Universidades, Institutos e entidades nacionais ou internacionais.

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. A questão que abordaremos hoje são os direitos fundamentais das mulheres trabalhadoras. Viviana, te dou as boas-vindas a este ciclo. É realmente um prazer contar contigo, com teu conhecimento geral sobre o direito e especificamente sobre gênero.

Viviana Dobarro. Obrigado pelo convite. Para mim é uma honra estar nestas atividades que já são um clássico quinzenalmente. Congratulo-me com o lançamento desses diálogos transdisciplinares, pois os considero muito interessantes e uma oportunidade de troca de experiências e linhas de pesquisa.

MLG. Os gratos somos nós por termos alguém com teu conhecimento sobre relações trabalhistas. Estamos muito felizes porque se criou um hábito, temos muitos colegas da Argentina e do Brasil que estão acompanhando o ciclo, que é uma modesta contribuição para análises, debates, para compartilhar experiências e mostrar uma abordagem diferente e que as relações trabalhistas têm inter e transdisciplinares que queremos abordar. Precisamente por isso a convocatória a especialista no assunto como tu para falar sobre os direitos fundamentais das mulheres trabalhadoras. A primeira pergunta que eu gostaria de fazer é: o que queremos dizer quando falamos de direitos fundamentais das mulheres?

VD. Estamos falando dos direitos humanos em termos de gênero. Quando se estuda os direitos humanos, desde as primeiras páginas de qualquer manual ou tratado — e até mesmo dos considerados, preâmbulos, de qualquer instrumento internacional de direitos humanos — aparece a noção de igualdade, que de alguma forma está na base de todo o direito internacional dos direitos humanos; refiro-me a esta afirmação —em todos os instrumentos— de que todas as pessoas são livres e iguais em dignidade

e direitos. Porém, a forma como se organizaram as sociedades e as pessoas se relacionaram mostra que essa noção —todas as pessoas— não foi tão abrangente em relação às mulheres; isso porque, além da declamação de direitos em termos de igualdade, a verdade é que as mulheres —no mundo inteiro— levaram décadas, séculos, para poderem exercer os direitos da mesma forma que os homens ou inclusive ter os mesmos direitos. mesmos direitos que eles. Há uma distinção a fazer aqui: uma coisa é o reconhecimento de direitos em igualdade de condições, sim, com o passar do tempo temos conquistado os mesmos direitos —por exemplo, em termos eleitorais, de exercer as responsabilidades parentais— mas ainda nos estão faltando oportunidades iguais para exercer esses direitos. Assim, além do fato de que a chave ou fundamento dos direitos humanos seja a igualdade, as mulheres chegamos um pouco tarde nessa corrida; nós estamos atrasados. Devemos focar ou enfatizar que os direitos humanos, direitos fundamentais, também pertencem às mulheres e, em particular, às mulheres trabalhadoras. Porque historicamente e em grande medida na obtenção de direitos trabalhistas houve a participação das mulheres e —muito comprometida— das mulheres trabalhadoras. Por exemplo, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, estamos lembrando um evento em que mulheres trabalhadoras morreram no marco de uma luta pelo reconhecimento de direitos, pela limitação da jornada de trabalho, pelos direitos trabalhistas mais básicos; as lutas sindicais e as lutas das mulheres estiveram ligadas na origem dos direitos trabalhistas, mas também estão ligadas hoje em todo esse processo para alcançar maiores oportunidades de exercício desses direitos.

MLG. Como os estereótipos de gênero afetam a vida das mulheres trabalhadoras? além do fato de que, como destacaste, as mulheres foi uma protagonista fundamental (nem sempre reconhecida nessas lutas); sempre parte, mas nem sempre reconhecida quando a história é escrita ou dado os espaços que merecem. Justamente em sintonia com isso, a partir do enfoque tutelar crítico tentamos mostrar que não podemos nos limitar àquilo que é normal, àquilo que é positivo, porque há outras premissas, questões axiológicas, sociológicas, econômicas, culturais que impactam. Temos o reconhecimento formal dos direitos das mulheres, mas na prática não se reflete em termos salariais, por exemplo, entre outros.

VD. De certa forma, os estereótipos de gênero são a base e o campo fértil para a discriminação e a violência em geral, e em particular com relação às mulheres. Em outras palavras, quando falamos de discriminação racial, religiosa ou política, vemos que na base dessas práticas há uma questão de

estereótipos. Em geral, estão enraizados e depois explicitados por meio de um ato ou conduta discriminatória. Quando falamos da situação das mulheres, acontece a mesma coisa; os estereótipos de gênero —isto é, esses papéis que estão tão enraizados em nossas vidas, em nossa história, na forma como nossas famílias de origem se formaram e na forma como se organizam as sociedades das quais participamos— marcaram, desde tempos ancestrais, essa divisão dos papéis femininos ligados às tarefas de cuidado e afazeres domésticos e dos homens, mais ligados à vida econômica, vida política. Ou seja, a divisão entre o âmbito público e o âmbito privado é bem marcada com um viés de gênero. Como as mulheres conseguiram se inserir em algumas áreas, tanto os estudos da realidade e sociológicos, quanto as estatísticas, nos mostram que nos inserimos, mas reproduzindo esses papéis de gênero. Por exemplo, se vemos em quais áreas as mulheres são mais incorporadas aos postos de trabalho, em quais áreas de atividade econômica somos mais numerosas ou há mais presença de mulheres, percebemos que estamos em atividades relacionadas ao cuidado: ensinar no nível inicial, ensino no nível primário, tarefas domésticas do serviço de trabalho em casas particulares, cuidados a doentes ou idosos. Todas as atividades em que de alguma forma esse estereótipo da mulher se reproduz como predestinada, mais bem dotada ou capaz de cuidar, de educar. Assim, quando tentamos entrar no local de trabalho, reproduzimos —em geral— a mesma coisa que fazíamos nos tempos em que estávamos de alguma forma confinadas à vida doméstica. E quando conseguimos agregar outras esferas, por exemplo, indústria, negócios, administração ou prática profissional, há uma tendência de nos atribuir atividades relacionadas ao cuidado. Por exemplo, em um escritório, quem prepara o café? Quem vai comprar os presentes de aniversário? Quem está encarregado de comprar a comida para o brinde de Ano Novo? Essa atribuição de tarefas, mesmo em áreas não vinculadas ao doméstico, é naturalmente atribuída às mulheres e raramente aos homens. Quem é mais cuidadosa? A mulher quem tem mais capacidade de ouvir e entender os problemas do escritório ou de alguma dependência da empresa? Parece que temos esse dom natural de ouvir, de cuidar daquilo que é doméstico, de proteger; ao contrário dos homens, que nessa distribuição de estereótipos e papéis de gênero, parecem ser mais dotados para a tomada de decisão, a discussão, o debate e para trabalhar sob pressão. Este é um primeiro impacto. Outro exemplo de como nossa entrada no âmbito laboral ou no mercado de trabalho é afetada por estereótipos de gênero é o que acontece nas entrevistas de seleção de pessoal; geralmente, as mulheres que se candidatam a um emprego ainda são

questionadas sobre sua vida pessoal, a organização de sua família ou seu projeto organizacional. Aspectos sobre os quais os homens não são questionados. Ou seja, quando uma mulher vai a uma entrevista para ter acesso a um emprego, muitas vezes perguntam se ela é casada, se tem filhos, filhas ou pretende tê-los, quem cuida deles, se tem ajuda em casa. Perguntas que raramente, ou nunca, são feitas a homens cujo foco é geralmente suas habilidades, suas atitudes, sua capacidade. Isso está relacionado a esse estereótipo de que contrata uma mulher tens que ter cuidado porque ela provavelmente terá que assumir responsabilidades familiares; e aí ela vai faltar porque ela tem a entrevista na escolinha dos filhos, porque o bebê está doente, quando ela terminar o trabalho ela vai sair depressa, porque ela tem que fazer as compras para preparar a comida... Bem, esses estereótipos de gênero significam que o tratamento, no âmbito de uma entrevista de pessoal, de seleção de pessoal, é diferente e também as possibilidades de promoção são diferentes.

MLG. Tens nos mostrado o que alguns chamam de premissas não articuladas; talvez não esteja formalmente escrito que em uma entrevista uma mulher recebe perguntas diferentes daquelas que são feitas aos homens, mas na prática isso acontece; e com certeza você tem projeções sobre o desenvolvimento de sua atividade laboral. Se uma mulher conseguir um emprego (se não sofrer nenhuma discriminação por estereótipos, pelo menos em sua contratação inicial) e continuar se aprofundando, quais são as principais dificuldades que as mulheres enfrentam quando já trabalham no mundo do trabalho? quando conseguiram ingressar? Com esse contexto e com essas variáveis negativas em relação a eles, quais são as maiores dificuldades que podemos detectar e perceber?

VD. A mais óbvia é a diferença salarial. Se voltarmos à Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção nº 100 de meados do século XX (1951) – remuneração igual para trabalho de igual valor – já inclui essa noção de diferença salarial. Mais de 70 anos se passaram e as mulheres continuam ganhando, em média, 30% menos; em alguns lugares 20%, em outros 30 ou 25%, mas as estatísticas mostram que os nossos salários são cerca de 30% inferiores aos salários em igualdade de condições por trabalho de igual valor. Ou seja, não obstante ter uma convenção da OIT sobre o assunto ou que a maioria das leis trabalhistas —na Argentina e no direito trabalhista comparado há normas semelhante incluem este princípio de igualdade de tratamento salarial entre homens e mulheres— continuamos a ganhar menos. E essa diferença salarial tem impacto no futuro previdenciário dessas mulheres porque, em geral, os ativos previdenciários (as-

sim é na Argentina) são calculados com base na escala salarial do último tempo trabalhado em atividade. Também tem impacto nas possibilidades de acesso a bens próprios, terra, tecnologia; na possibilidade de ter uma renda que permita viver de forma independente. Também condicionará as possibilidades que esta mulher possa ter de quebrar o ciclo da violência doméstica. Uma mulher que vive principalmente da renda do companheiro não tem as mesmas condições de escapar de uma situação de violência doméstica que uma mulher que é profissional, que tem renda própria, renda suficiente. Isso não significa que a violência doméstica seja um fenômeno exclusivo de famílias ou mulheres com menos recursos; digo que elas têm mais ferramentas para enfrenta-la. Mas esses rendimentos mais elevados também permitem —em grande parte do mundo ocidental— acesso a mais formação: pós-graduação, atividades de capacitação, formação profissional. E isso aumentará as suas chances de crescimento. Hoje falamos sobre a lacuna tecnológica, as estatísticas da OIT também abordaram isso, essa lacuna salarial se projeta na formação profissional, mas também no acesso à tecnologia e à formação; por exemplo, treinamento para uso e incorporação de novas tecnologias no mercado de trabalho. Essa lacuna tecnológica se torna importante hoje, em tempos de pandemia, quando grande parte da humanidade está fazendo trabalho remoto por meio da tecnologia. Não é a mesma coisa se eu tiver um equipamento mais ou menos recente do que se não o tiver, ou acesso Wi-Fi ruim... Pois bem, aproximadamente 70 anos após a 100ª convenção, essa diferença salarial persiste e marca todas as possibilidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional. Além do fato de que as estatísticas mostram que somos —e acho que pelo mesmo motivo— o maior número de vítimas de violência e assédio no mundo do trabalho. A recente convenção nº 190 da OIT marca isso; de facto, dedica seções específicas à situação da violência laboral contra a mulher, mas também à forma como a violência doméstica contra a mulher afeta o desempenho das suas funções e o seu desenvolvimento profissional. Assim, a diferença salarial, de alguma forma, é um campo fértil para muitas outras situações de discriminação, violência e negligência.

MLG. Lembro-me de uma experiência muito triste quando perguntaram a um candidato a juiz na Argentina o que era o teto de vidro. Ainda estamos tentando entender sua explicação... Além da triste história, fala-se muito do teto de vidro, do chão ensaboadado... Isso está relacionado ao salário, mas também à projeção para acessar determinados espaços, cargos ou níveis no mundo do trabalho. Em consonância com esta questão das maiores di-

ficuldades, peço — especialmente no teu papel também como magistrada, como Juíza Nacional do Trabalho — que nos expliques o que é o teto de vidro e como ele se desenrola no campo do poder judiciário.

VD. O teto de vidro é aquela barreira invisível que tem sua origem basicamente nos estereótipos de gênero, ao assumir que por sermos mulheres somos responsáveis pelas responsabilidades familiares. Essa barreira de vidro, invisível, mas que estás ali, atrapalha o crescimento profissional, o acesso aos lugares onde as decisões são tomadas. Pouco antes de vir para esta atividade, tive um encontro de mulheres — professoras — na Faculdade de Ciências Sociais (lugar que nos congrega no exercício da atividade docente) e destacávamos com espanto que numa faculdade que se dedica às ciências, onde internalizamos profundamente essas questões, a mesa eleitoral para as próximas eleições foi composta exclusivamente por homens. E quando foi preciso montar uma comissão para negociar o calendário eleitoral na reitoria, cada espaço político da faculdade enviou um representante masculino. Dissemos com espanto: os homens não registraram que qualquer uma de nós pudesse desempenhar qualquer uma dessas funções e nós também não registramos. Tempo depois observamos isso e nos perguntamos “o que acontece aqui?” Temos espaços políticos liderados por mulheres, temos carreiras nessa faculdade lideradas por mulheres, temos uma diretora, tivemos vice-diretora, mas o que acontece de repente nas áreas de discussão séria, aquelas onde o poder é exercido com seriedade, estamos invisibilizadas? Na psicologia social se fala de papéis atribuídos e assumidos, aceitamos submissamente ou nem mesmo registramos — até mais tarde — que tínhamos ali um teto de vidro e não sabíamos disso. A mesma coisa acontece no judiciário. O Supremo Tribunal de Justiça em 2010 criou o Gabinete da Mulher. Naquela época, havia duas juízas no mais alto tribunal federal da Argentina e há pouco tempo havia sido sancionada a Lei de Proteção Integral da Mulher contra todas as formas de violência - uma lei alinhada com a Convenção Interamericana para a Prevenção da Violência contra as mulheres e com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres —; uma lei que toma os postulados de ambos os instrumentos internacionais. Logo após sua sanção, que destaca especialmente a importância da remoção dos estereótipos de gênero em todas as relações interpessoais, da capacitação para sua remoção a fim de mudar a forma como nos relacionamos e interagimos, o Tribunal criou o Gabinete da Mulher. A partir de então, o que faz o Gabinete da Mulher? treinamento e compila estatísticas; entre

essas estatísticas, ele elaborou o mapa de gênero. Se ingressarem ao site da Suprema Corte de Justiça da Nação Argentina, há uma aba que te direciona para o Gabinete da Mulher e lá está o famoso mapa de gênero, que é atualizado com certa periodicidade. O que esse mapa de gênero mede? Como nós mulheres participamos do Judiciário na Argentina e podemos ver que nas bases há uma composição paritária e à medida que você vai subindo há cada vez menos presença de mulheres. Quando chegas ao escalão dos tribunais superiores – os tribunais superiores de cada província e o mais alto tribunal federal – a presença de mulheres é zero ou ínfima. Há províncias argentinas nas quais o tribunal supremo é composto por três, sete, nove pessoas (dependendo da província) e não há mulheres. Hoje no Supremo Tribunal de Justiça da Nação há quatro homens e uma mulher. O mapa de gênero mostra como à medida que você sobe na pirâmide, as possibilidades de acesso aos cargos mais altos são menores para as mulheres. Mas, além disso, o que disse no início também se repete. Geralmente, há uma maior presença de mulheres em alguns foros do que em outros. A família é o exemplo mais emblemático. No fórum familiar, no fórum de minoridade, em algumas jurisdições no fórum da violência contra a mulher, há mais mulheres do que homens. Agora, quando falamos de justiça comercial, justiça criminal econômica, justiça criminal em suas mais altas esferas, aí a presença das mulheres é menor. Essa possibilidade de acessar as posições máximas é o mesmo teto de vidro de que estamos falando. Isso se repete nas associações sindicais e se repetia no Congresso — o Poder Legislativo Nacional— até que começou essa luta pela paridade e pela lei da paridade nos cargos dos partidos políticos. Dito isso, não basta que haja mais mulheres; deve haver diversidade na composição dos mais altos órgãos judiciais, mas também deve haver uma perspectiva de gênero. O patriarcado é uma concepção, uma forma de nos organizarmos na família, socialmente, no trabalho, entre homens e mulheres. Há tantas mulheres patriarcais quanto homens; as mulheres também são patriarcais ou às vezes reproduzimos o patriarcado. Portanto, não basta que haja mais mulheres; é importante, porque a luta é por paridade, por igualdade de oportunidades, para quebrar esse teto de vidro, mas também deve haver pessoas no judiciário com perspectiva de gênero. Em geral, quando falamos da perspectiva de gênero, há uma imagem muito alusiva: lentes que, do outro lado, mostram figuras humanas todas diferentes. A perspectiva de gênero é isso, é uma ferramenta que permite ler a realidade, ler as relações, interpretá-las e julgá-las —o que é o mais grave— com um olhar em sintonia, na questão chave do gênero. Um olhar que compreenda a questão do patriarcado,

sobre as desigualdades estruturais nas quais as mulheres estão imersas, como categoria para as trabalhadoras e os trabalhadores; essa noção de categoria, de classe é uma noção que lubrificamos muito bem. As mulheres, pelo fato de serem mulheres, estão imersas nessa situação de desigualdade estrutural e submetidas a essas práticas das quais estamos falando. Se lermos o caso com esse elemento central, nessa sintonia, a resolução judicial estará em concomitância ou respeitará os compromissos assumidos pelo Estado no momento de ratificar os instrumentos internacionais dos quais falei. Porque em todos eles, a Argentina e os Estados que os ratificaram se comprometeram com a justiça com a perspectiva de gênero, a promulgação de leis com essa perspectiva e também a realização de treinamentos, práticas e uma série de políticas públicas que busquem a remoção desses estereótipos.

MLG. Como podemos fazer ou o que podemos fazer para remover esses obstáculos que impedem, dificultam, limitam —ou como queiramos dizer— o pleno exercício dos direitos fundamentais das mulheres trabalhadoras? No mundo do trabalho, as mulheres sofrem de uma dupla desigualdade: a desigualdade intrínseca da relação de trabalho que leva ao reconhecimento de que o grupo de trabalho —e, como diz nossa Constituição, o trabalho em suas diversas formas— deve gozar da proteção das leis, o princípio protetivo tão relevante e central no direito do trabalho; mas, além disso, desigualdade por ser mulher, pelo que temos dito. Diante desse duplo fardo, duplo preconceito, dupla discriminação ou sofrimento, o que podemos fazer? E quando pergunto o que podemos fazer, não me refiro apenas ao que as mulheres podem fazer. As mulheres estão obviamente fazendo muitas coisas, a atuação do movimento de mulheres é mais do que interessante e tem uma diversidade, complexidade e riqueza que merecem ser analisadas e compreendidas. Mas o que todos nós podemos fazer? porque este não é apenas um problema para as mulheres, é um problema para a sociedade como um todo.

VD. As normas, tanto as internacionais quanto a lei nacional nº 26.485 sobre a Proteção Integral da Mulher e a Convenção 190 da OIT também estão nessa sincronia, em geral. De que falam? De prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher. O que é prevenir? Tudo o que diz respeito à prevenção está ligado à formação em todas as áreas, uma formação que tem de ser transversal: passar, por exemplo, pelos conteúdos de todas as disciplinas de um curso universitário, pelos conteúdos de todos os programas de estudos em todos os níveis, desde a formação inicial, ensino fundamental e médio, graduação e pós-graduação, pois a questão de gênero

perpassa as pessoas em todas os âmbitos. Violência, discriminação podem ocorrer em todas as áreas em que as pessoas interagem. Então, capacitação em todos os sentidos. Capacitação principalmente de operadores jurídicos (magistratura, poder judicial, ministério público, poder legislativo) Para quê? Para que promulguem leis com uma perspectiva de gênero. Capacitação no poder executivo, para quê? Para ditar políticas com uma perspectiva de gênero em todos os níveis. Na Argentina temos uma lei recente, a Lei Micaela, que assume a importância da capacitação na perspectiva de gênero dos poderes do Estado. Este formato de capacitação visa fundamentalmente a sensibilização, porque se eu te der a lei e tu não fizeres o trabalho interno de lê-la numa perspectiva de gênero, de entender a complexidade das situações de violência, de discriminação e de desigualdade estrutural das mulheres, não será o suficiente. É preciso gerar sensibilidade, empatia, aguçar essas lentes especiais para que a lei seja interpretada e aplicada com uma perspectiva de gênero. Esse formato de treinamento está sendo levado aos sindicatos. Os sindicatos têm um papel central nisso, pois costumam ser interlocutores válidos e legítimos nas mesas de negociação dos acordos coletivos. As representações sindicais dentro das empresas são geralmente o primeiro ouvido que uma trabalhadora que sofre violência de gênero pode ter. Quando falas com colegas dirigentes sindicais, eles dizem que muitas vezes são os primeiros ouvintes em situações de violência doméstica. Porque a trabalhadora tem confiança, tem vínculo, proximidade com seu representante sindical e embora relate situações de trabalho, muitas vezes também relata situações domésticas. Se os dirigentes sindicais forem capacitados na perspectiva de gênero, suas respostas serão adequadas, contendo e orientando. E eles farão reclamações e buscarão uma saída dentro da empresa para desarticular essa situação de violência, discriminação, perseguição ou assédio, como prefiras chamar. Capacitação de empresas para erradicar esses estereótipos de gênero das entrevistas de pessoal, da forma como o trabalho é organizado dentro dos escritórios. O treinamento deve ser em todos os níveis; às advogadas e aos advogados para que quando litiguem, quando recebam o caso e o apresentem, também o façam com uma perspectiva de gênero. Então, por um lado, a capacitação que busca remover estereótipos. De outro, a capacitação do judiciário para que tudo isso seja aplicado no momento do julgamento, para que seja garantido o acesso das mulheres à justiça e sua efetiva proteção judicial. E não esqueçamos que quando fazemos estudos de gênero, costumamos falar de interseccionalidade. O que é interseccionalidade? Refere-se a mulheres ou qualquer grupo que esteja submetido a uma situação de desigualdade

estrutural, quando se soma o seu pertencimento a grupos vulneráveis, ou seja, se além de ser mulher, é imigrante indocumentada ou pobre... Ou se, além de ser mulher, estiver doente ou for chefe de família monoparental, acrescenta situações de desigualdade estrutural ou situações de vulnerabilidade. E isso torna os efeitos da violência, da discriminação —mas também os próprios da dependência do trabalho— se potencializem porque será uma vítima mais fácil de todo tipo de exploração. Se eu tiver a espada de Dâmocles pendurada sobre mim que se perder o emprego não poderei alimentar minha família, que depende exclusivamente da minha renda, provavelmente aceitarei situações de flexibilidade, na verdade situações de exploração. Não é por acaso que, em geral, as mulheres jovens, imigrantes e sem documentos são vítimas mais facilmente ou em maior número de situações de tráfico para fins de exploração laboral, mas também para fins de exploração sexual. Então é uma questão de ler a perspectiva de gênero também em termos de interseccionalidade, para ver até que ponto essa pessoa teve o poder de colocar um limite, de sair de uma situação de exploração, de uma situação de submissão. Portanto, as leis devem ser promulgadas, o acesso à justiça deve ser garantido. A pobreza ou o analfabetismo também afetam mais as mulheres do que os homens; a gravidez na adolescência faz com que (muitas vezes) as mulheres pobres abandonem a escola e abandonem os estudos mais cedo do que os homens. E isso selará seu acesso ao trabalho, mas também suas chances de se defender ou reclamar na justiça. Houve inúmeros casos de mulheres que foram submetidas a processos penais, por exemplo, sem conseguir entender do que estavam sendo acusadas ou o que estavam assinando porque não sabiam ler nem escrever. Assim, sendo vítimas em maior medida do desemprego, da precariedade e inclusive do analfabetismo, o acesso à justiça tem de ser garantido de forma particular, porque o serviço de justiça tem que estar em sintonia com estes problemas.

MLG. Perfeito. Queria fazer uma breve consideração: com Álvaro Ruiz —que também participou dessas atividades com quem tive o prazer de coordenar um programa de desenvolvimento de novos conteúdos— estamos convencidos de que a negociação coletiva é uma ferramenta muito útil. Como vê a questão da negociação coletiva como uma via ou caminho para atender a questão de gênero?

VD. Acredito que o papel das associações sindicais é central e a negociação coletiva é uma ferramenta inestimável para tudo isso. Quando falei em prevenção, parei no meio do caminho... a gente se emociona falando e depois perde o fio da meada... A prevenção, por exemplo, se expressa

através dos famosos manuais, decálogos de boas práticas ou protocolos de ação. Acredito que a negociação coletiva tem que tomar essas iniciativas, pois é importante que através dela se estabeleçam limites às perguntas da entrevista pessoal, mas também se estabeleça como vamos agir dentro de cada organização empresarial frente a uma situação de violência. Em geral, quando surge uma situação de violência no local de trabalho, é um problema. O que faço com a vítima? Como faço para garantir que essa situação de violência não continue a ser exposta? Quem eu transfiro desse local de trabalho? Quem eu mudo de turno? Como faço para evitar que isso aconteça novamente? Esses manuais, esses protocolos para agir sobre o assunto quando a situação já ocorreu, é um conteúdo que pode e deve ser incorporado à negociação coletiva. É a melhor maneira de negociar e determinar o que vamos fazer para evitar situações de violência no local de trabalho e o que vamos fazer quando a violência já ocorreu, para evitar que ela se agrave ou se repita. Outra questão tem a ver com a licença parental. Nós, mulheres, acreditamos que estamos quebrando o estereótipo de que somos as únicas que cuidamos do trabalho doméstico: é fundamental, mas para dividir as responsabilidades dentro da família temos que pensar em licenças – por exemplo, licença para cuidar do grupo familiar, o que a Convenção 156 da OIT chama de proteção dos trabalhadores com responsabilidades familiares – vinculada ao cuidado ou a atenção da responsabilidade de membros paritários da família, de modo que qualquer uma das duas pessoas possa usar na mesma medida dessa licença e seja uma decisão dentro de cada família, quem toma essa decisão; se o homem toma ou a mulher toma. O cuidado dos filhos doentes, as licenças por falta de frequência escolar, todo o capítulo sobre responsabilidades familiares e licença parental se os pensarmos em igualdade de condições, vamos dar um primeiro passo para que as responsabilidades familiares sejam verdadeiramente partilhadas na prática. Hoje, na legislação geral argentina, o pai tem direito (por lei geral, não por acordos ou alguns estatutos) a dois dias de licença. Eu sempre digo nos cursos: ele interna a mulher na clínica ou no hospital, ele a pega no dia seguinte, eles arrumam a papelada, ele a deixa em casa e sai correndo para o trabalho; não há tempo suficiente para mais do que para isso. De que responsabilidades familiares compartilhadas vamos falar se não pensarmos nas licenças parentais? Pois bem, a negociação coletiva é uma ferramenta fundamental para isso; licença parental, licença em situação de violência doméstica, paridade no crescimento profissional, todas essas questões podem ser incorporadas em acordos coletivos. Claro que, na medida em que houver mais mulheres na mesa de

negociação, haverá mais chances de que esses conteúdos estejam na pauta a ser negociada.

MLG. Agradecendo a tua resposta a esta pergunta e a esta reflexão, queria — para terminar — perguntar-te se ficou algum tema, alguma questão que gostarias de assinalar e que ficou pendente.

VD. Para encerrar, os séculos XIX e XX foram para as mulheres, para o movimento de mulheres, séculos de conquistas. Fomos atrás dos direitos: o direito ao voto, o direito poder parental, o direito de administrar nosso patrimônio, o direito ao trabalho, os direitos sexuais e reprodutivos. Os séculos XIX e XX foram basicamente conquistas. Acredito que o século XXI é o século da igualdade de oportunidades. Temos que lutar para que as oportunidades de exercício desses direitos sejam iguais. Esse é o desafio se quisermos construir sociedades, famílias, locais de trabalho inclusivos, democráticos e que garantam oportunidades iguais para todos e todas desenvolveremos os nossos projetos de vida, nossos projetos de carreira profissional. Para isso, temos de tornar realidade a igualdade efetiva de oportunidades. Para tornar realidade a efetiva igualdade de oportunidades, temos que garantir que os três poderes do Estado avancem em questões de perspectiva de gênero, políticas públicas, leis e serviço de justiça com perspectiva de gênero, mas também que isso passe pela sociedade civil em todas as áreas: associações sindicais, associações empresariais, universidade, família, mundo social cultural econômico da produção, associações sindicais... Todos nós pensando e nos capacitando e tentando incorporar em nosso discurso, mas também em nossas ações, a igualdade efetiva de oportunidades para construir um mundo com espaço para todos. Muito obrigado.

MLG. Perfeito. Acho impossível um melhor fechamento e síntese da apresentação e uma perspectiva de futuro que esperamos possa ser encaminhada. Muito obrigado, Viviana.

**RELAÇÕES DE TRABALHO, GLOBALIZAÇÃO
E AÇÃO ESTATAL**

Poder, dados e trabalho

11 de agosto de 2021

José Eduardo (Pepe) Chaves

Desembargador aposentado do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG). Doutor em Direitos Fundamentais Diretor de IPEA-TRA y do instituto IDEIA.

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Muito obrigado por estar neste programa, e também na tua casa que é o IPEATRA. Vamos falar de um dos muitos temas que Pepe lida muito bem, que é: energia, dados e trabalho. Queria te perguntar, antes de mais nada, qual é o papel do direito nessa relação triangular?

José Eduardo (Pepe) Chávez. Boa noite. Parabéns por sempre liderar esses diálogos transdisciplinares e este programa. É uma honra para mim estar participando desta conversa contigo. Muito obrigado a todos e ao nosso presidente, Marcelo D'Ambroso. Acho que estamos em uma economia e sociedade orientadas por dados. Vi informações muito interessantes publicadas em uma revista tecnológica do Massachusetts Institute of Technology (MIT): dos 500 maiores ativos econômicos financeiros do mundo (os que estão nas bolsas de valores norte-americanas) 84% por cento são intangíveis; ou seja, são marcas, patentes, softwares e sobretudo dados (o bem mais valioso de todos). Apenas 16% desses 500 maiores ativos do mundo são ativos tangíveis reais (propriedades, equipamentos, máquinas, fábricas, etc.). Do ponto de vista do mercado, do ponto de vista do valor de troca, apenas 16%. Isso é muito impressionante. Há vinte anos, por exemplo, apenas 5% dos 500 maiores ativos eram intangíveis e 95% da riqueza era composta por ativos tangíveis. Houve uma mudança muito forte na economia de mercado e devemos levar isso em consideração para pensar em todos os ramos do conhecimento, assim como no direito.

MLG. Em relação ao título que escolheste, que é muito contundente, estamos falando de dados, mas essa configuração do intangível, de 84% que nos trazes para o debate, está mostrando (além do fato de que agora vamos focar sobre como isso é projetado no trabalho), uma nova ou novas relações de poder, provavelmente.

JEC. Exatamente. E outra questão que também impressiona é que os dados que têm maior valor de troca nesta economia —segundo este artigo— são os dados sobre as atividades humanas. Quando falamos em proteção de dados, não pensamos em termos de dados de identificação fiscal, identidade, cartões de crédito, etc.; isto é, para uma perspectiva penal, do cibercrime. Do ponto de vista da economia e do poder, esses não são dados que têm valor. Os que têm valor são os dados das atividades humanas. Que tipo de atividades? As de consumo, atividades de deslocamento. É por isso que as plataformas têm tanto valor de mercado: quando sabes onde alguém mora, trabalha ou estuda, onde tem seus hábitos de consumo, onde pratica um culto religioso, tens dados muito importantes. Dados das atividades humanas e também das atividades ideológicas humanas: o perfil ideológico, religioso, as orientações sexuais, tudo isso é o que tem mais valor nesse mercado. Por quê? Para nos vender produtos de consumo ou para vender nossos dados a partidos políticos para projetar as suas estratégias. O antigo político falava para o público em geral, então às vezes ele agradava a alguns e não a outros. Hoje se pode falar com um público alvo. Por exemplo, a Cambridge Analytica deduziu 70 perfis políticos ideológicos. Achamos que alguém pode ser de extrema direita, de direita, de centro, de centro-esquerda e de extrema-esquerda. cinco perfis. Mas a Cambridge Analytica identificou 70 perfis políticos. Você pode falar com cada um dos 70 membros e dizer-lhes apenas o que eles querem ouvir. Então não falamos mais de um discurso público geral, mas de um discurso particular, de grupos, de perfis. É por isso que os dados ideológicos, religiosos, etc., têm valor. Os dados das atividades humanas são os que têm valor, os dados pessoais das atividades humanas.

MLG. Fizeste que recordasse um filósofo francês, Eric Sadin, que escreveu uma obra —*A silicilonização do mundo*— e estavas descrevendo o que chamaste de *a indústria da vida*, esses dados do nosso cotidiano que nos mostram como somos e a partir daí, uma série de estratégias de mercado são empreendidas para vender até ideias políticas, como se fossem produtos comerciais para fazer as pessoas felizes. Estavas falando sobre a Cambridge Analytica e sabemos que muitas das estratégias que eles usaram são estratégias de comunicação em tempos de guerra (o mesmo parlamento britânico a caracterizou quando fez esse importante relatório). E em relação a isso eu queria te perguntar: como vês a lei em geral? (posteriormente abordaremos o direito trabalhista). Eu acho que é um problema para a sociedade e principalmente no mundo das regulamentações jurídicas ou na ausência de regulamentações jurídicas... Como vês o papel do direito

nessa relação? Está funcionando? Como estamos? Como um especialista em inteligência artificial como tu vê isso?

JEC. Nas redes sociais já passamos o tempo da previsão ou dos algoritmos de previsão, da previsibilidade do comportamento humano. Agora é o momento da indução do comportamento humano, indução pelo consumo, pela inclinação política, pelas eleições, indução eleitoral. Então, qual é a dimensão do direito que parece ser mais importante neste momento? Acho que estamos em um momento muito importante em que a lei ganha um novo protagonismo nessa situação. Nos anos 2000, vinte anos atrás, o direito estava em completo descrédito porque havia um argumento muito forte: o código é o Direito, só que esse código não era o jurídico, e sim a codificação, a programação. Havia um argumento muito forte: a Internet é um fenômeno global, mas o direito efetivo, o direito que tem efetividade, é um fenômeno nacional, local que se detém nas fronteiras. A internet não para nas fronteiras. Portanto, o direito nacional local não pode regular a lei global; não tem força, eficácia, coercibilidade legal. Era o que prevalecia e havia um consenso no início do milênio. Mas agora as pessoas - principalmente empresas - estão muito assustadas, preocupadas, com o fato da proteção de dados. É porque o direito possui ferramentas que podem ser eficazes para proteção de dados e contra empresas. Então agora temos um momento de novo protagonismo jurídico; o direito é sempre movido pela realidade, mas agora está mais próximo. Uma das dimensões do direito é o direito como limite ao poder. A que tipo de poder? A todos: político, econômico, tecnológico e o poder dos dados. Agora a grande função do direito é limitar a tecnologia, o poder dos dados; quem tem dados tem poder político e poder econômico. A dimensão do direito como limite é muito forte. Falo também sempre da contra viabilidade tecnológica do direito, o direito como limite: o ser tecnológico tem que ser limitado pelo dever ser jurídico.

MLG. Legalmente, advogados e advogados estamos acostumados ao ser e o que deve ser, mas adicionaste mais do que elementos interessantes. Se não estou entendendo errado, estás falando sobre a proteção de dados pessoais e precisamente como vês a privacidade em relação à proteção de dados pessoais? Acho que essa é uma questão fundamental.

JEC. Exatamente. Acho que há algo errado na doutrina da proteção de dados, ela tem uma visão muito individualista, solipsista da proteção: como proteção privada; uma visão singular e individualista dos dados. É um aspecto importante, mas é ainda mais importante ver a proteção do ponto de vista político-econômico e não do ponto de vista individual. O aspecto

mais importante da proteção de dados não é a privacidade; é o limite do poder, é uma questão de poder, não de privacidade, individualista. É uma questão de privacidade coletiva do cidadão que não pode ser dominado eleitoralmente ou politicamente, pois quem tem poder também pode dominar a partir dos dados. Temos, por exemplo, na Constituição de Portugal como garantia constitucional que não se pode ter um número único para identificar os cidadãos (durante a experiência histórica da ditadura salazarista, houve um grande controle com este número único do cidadão) porque é mais fácil controlar um único número. A Constituição portuguesa já tinha essa preocupação. Esta é a questão da proteção de dados que, infelizmente, não é a corrente majoritária dos tratadistas, que têm uma visão muito privatista. Precisamos agora de uma visão mais publicista da proteção de dados.

MLG. Que interessante a incorporação do coletivo; o coletivo tem muito a ver com o direito do trabalho, além de uma concepção liberal clássica, toda vez que se ouve a palavra coletivo, se vêm fantasmas, mas poderíamos falar de uma privacidade coletiva? o suficiente para inserir também conceitos que talvez estejam mais próximos do direito do trabalho. Poderíamos falar em termos de proteção de dados de privacidade coletiva? Superando essa individualidade ou esse individualismo, como nos destacaste recentemente, a terminologia de privacidade coletiva parece correta para ti?

JEC. Exatamente. Penso que, à primeira vista, parece ser uma contradição. Mas a questão não é sobre privacidade; esta questão da proteção de dados nasceu do debate no tribunal constitucional alemão nos anos 80. O cidadão alemão considerou o censo alemão de 1982 muito invasivo, pois coletou muitos dados dos cidadãos e eles não concordaram em responder a alguns deles. O Tribunal Constitucional Federal Alemão, pela primeira vez na história, construiu o conceito de autodeterminação informativa. E precisamente este conceito é, do ponto de vista individual, a autodeterminação de cada indivíduo, mas também é muito mais político e público do que coletivo. Portanto, é uma proteção coletiva de individualidade, não uma proteção individualista como se a privacidade fosse um valor absoluto, o que não é de um ponto de vista político. O conceito de autodeterminação coletiva para obter determinação de informações está ligado à questão política, de modo que o poder constituído não tem ainda mais poder através do controle de dados. Hoje em dia, esta é uma realidade mais forte. Na União Europeia, tudo nasceu desta decisão do Tribunal Constitucional Alemão. Mas hoje em dia, talvez parte da doutrina esteja orientada para uma visão muito privatista, muito individualista, o que não é o objetivo. E essa não é

realmente a origem da proteção de dados. A proteção de dados é algo diferente, distinto, da privacidade. Na Argentina ou no Brasil, a privacidade é um direito fundamental já garantido na Constituição; se fosse a mesma coisa, não precisaria de mais nada porque a privacidade está garantida. É algo mais, é um direito autônomo, diferente e tem uma essência mais do que individualista. É a questão mais importante, creio eu, no debate atual.

MLG. Muito claro e obrigado por esclarecer conceitos e terminologia, que é também a ideia deste espaço; abrir estes debates e nos ajudar, pois todos nós precisamos, dada a complexidade das relações em geral - mas particularmente em relação às novas tecnologias - esclarecimentos e ancoragens tão claras quanto nos estás dando. De acordo com esta sociedade e economia orientadas aos dados que você nos apresenta, qual ou quais seriam as premissas básicas, em termos de direito do trabalho?

JEC. A relação de emprego é também uma típica relação de poder, de assimetria de poder. Toda esta lógica de proteção de dados se aplica muito bem ao direito do trabalho. Tenho um livro a ser publicado chamado *Direito do trabalho orientado a dados*. De modo geral, temos princípios semelhantes, porque o direito à proteção de dados tem o princípio da prevalência, da norma, da regra mais favorável à proteção de dados. E isto é específico do direito do trabalho: a primazia da norma mais favorável ao trabalhador; há aí uma primeira conexão. Outra questão é o empoderamento dos sindicatos. O direito à proteção também envolve a questão da formação, o direito à informação, a transparência sobre os dados processados. Há um direito de todos os cidadãos de saber como seus dados são tratados tanto pelas grandes empresas quanto pelo poder constituído (político, econômico). Assim, o sindicato pode discutir isso. Já temos uma ação na União Europeia de um sindicato inglês que discutiu esta questão de informação, de que tipo de processamento de dados ocorre dentro dos algoritmos das plataformas eletrônicas. Os sindicatos têm o direito de saber como os fluxos de dados estão sendo processados, como eles são operados, e isto os empoderará. Os sindicatos ainda não descobriram esta grande força que eles têm juridicamente. Não sei como é esta questão na Argentina, mas no Brasil, a lei brasileira, para evitar discussões sobre como solicitar coletivamente a proteção da privacidade dos dados, permite expressamente a defesa, tutela e proteção dos dados através de ações coletivas e através de sindicatos.

MLG. Isto tem sido discutido na Argentina há muito tempo, mas acho que agora estamos avançando em busca de algumas definições. Falando

de representação coletiva, acho muito interessante a ênfase na necessidade de empoderar os sindicatos que estás destacando, porque isto não acontece espontaneamente. Muitas vezes há resistência em fornecer informações. É aí que começamos a ver talvez que tipo de proteções poderíamos pensar em consonância com isto.

JEC. É interessante, porque no Brasil, por exemplo, não há nenhuma palavra para trabalho na lei de proteção de dados; também não há a palavra trabalhador. Foi pensado pelos teóricos da privatização. Mas o campo jurídico mais afetado é precisamente o direito do trabalho; e não há previsão. Na União Europeia, na regulamentação europeia, também não há muito: apenas um artigo, entre mais de noventa, dedicado às relações de trabalho. É um pouco mais regulamentado, mas acho que também não está bem feito. Embora tenhamos esta forte aplicação, a legislação brasileira é omissa. Mas temos, por exemplo, a questão da seleção de candidatos através de currículos automatizados por inteligência artificial, os dados dos candidatos a emprego, os algoritmos de seleção para empregos, que tipo de tratamento é dado a eles? Como os dados e os algoritmos são usados para aumentar a produtividade dos trabalhadores? Como é feito? Que tipo de dados biométricos? Durante o contrato e também após o contrato de trabalho. Portanto, teremos problemas de todo tipo nas relações de trabalho, mas para a legislação brasileira parece que não há direito trabalhista.

MLG. É como se o trabalhador estivesse diluído e quando se fala da União Europeia (é um problema que também ocorre lá) o trabalhador é frequentemente diluído na figura do consumidor.

JEC. Sim. Eles se confrontam, não é mesmo? O consumidor e o trabalhador muitas vezes se enfrentam nas plataformas. O consumidor quer pagar pouco e não pensa que é também um trabalhador, que há uma pessoa que tem direito a uma remuneração justa. Portanto, este tipo de relacionamento é esquizofrênico. Ele é um cidadão esquizofrênico.

MLG. Acho tudo isso interessante, no que propomos a partir do enfoque crítico tutelar, da necessidade de reconfigurar as subjetividades, porque quando falávamos de como os algoritmos são programados - tive a oportunidade de ler artigos, inclusive alguns que disponibilizas em áreas como IDEIA - que já nos mostram a natureza racista de alguns algoritmos, a discriminação também por causas ou razões de gênero. Que quando ocorre a programação, várias formas de discriminação são verificadas, como mencionaste. Vai surgindo o que eu estava te perguntando e estás me dando as diretrizes para ver que tipo de proteção precisaríamos, uma proteção que

intervenha de forma tutelar, como dizemos no enfoque tutelar crítico, para garantir uma relação mais adequada diante, por exemplo, da automação do trabalho, das plataformas. Em consonância com isto, poderias destacar alguns princípios específicos para um direito trabalhista orientado a dados ou a proteção de dados? Eu não vejo uma mudança de princípios, e sim uma reconfiguração dos mesmos princípios. Eu não sei como vê isso.

JEC. Sim, exatamente igual. É uma reconfiguração, uma adequação a esta realidade produtiva, a esta realidade econômica; apenas uma adequação. Mas eu acho que as bases permanecem. Por exemplo, temos um código de boas práticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1997, há mais de vinte anos, um código de respeito aos direitos de proteção de dados dos funcionários, que tem treze diretrizes que poderiam ser pensadas como princípios. O último diz que os direitos de privacidade do trabalhador são inalienáveis. Esta é uma visão do ponto de vista singular, mas própria do direito individual do trabalho, é uma proteção individual. Portanto, do ponto de vista individual, a proteção de dados não é dispensável. Isto muda tudo na teoria da proteção dos dados. As teorias desenvolvidas no Brasil pelos teóricos brasileiros são baseadas em uma ideia básica de permissão ou consentimento do titular dos dados. Então o conceito mais importante de proteção de dados é o consentimento, ter o consentimento do titular dos dados para fazer algum tipo de processamento de dados, mas como vamos articular isso numa relação de poder assimétrica? Como você pode permitir que o empregado dê consentimento ao empregador? É incompatível com os princípios do direito do trabalho. Para o direito do trabalho, temos que ter princípios específicos para o processamento de dados. Não se pode dizer que não se pode processar os dados dos funcionários. Não, não é isso. Porque alguns dados são obrigatórios, dados que as autoridades de supervisão administrativa impõem ao empregador para serem registrados. Mas temos que desenvolver uma teoria específica de proteção de dados para o direito do trabalho. Aqui teremos um grande paradoxo, pois no campo individual, o consentimento ou negociação de dados pessoais não é permitido, mas na vida coletiva, através dos sindicatos, eles podem ser dados. Assim, é possível pensar na negociação coletiva de dados pessoais. Isso mostra que não se trata de dados individuais, mas sim de proteção de um ponto de vista coletivo. Porque não se trata de privacidade, trata-se da gestão do poder.

MLG. O poder e a relação assimétrica e quão bem escolhido o tema (gostaria de destacar a escolha do título de Pepe para a atividade de hoje) e interessante a aplicação do princípio da irrenunciabilidade aos dados. Pepe

nos mostrou habilmente como também é possível proteger no âmbito individual sem cair no individualismo egoísta. Há um sindicato, que é uma associação de empregados que tem um comitê de informação institucional, que está precisamente ali para intercalar estes dados além do fato de que, como em qualquer área das relações de trabalho, há sempre negociações, questões que são mais fáceis e outras que são mais difíceis de serem acordadas. Mas é muito interessante como nos mostraste a interação entre os princípios do direito do trabalho, a projeção individual e também a estratégia coletiva. Gostaria de oferecer-te estes cinco minutos para que possas te estender, se quiseres destacar ou enfatizar qualquer tema.

JEC. Na sexta-feira vi uma palestra de um importante professor e advogado sindical do ABC de São Paulo, um homem muito importante, uma pessoa muito inteligente, muito preparado na defesa da classe trabalhadora, mas fiquei muito triste com uma de suas conclusões. Esta pessoa está ligada à produção das empresas automobilísticas, das grandes fábricas. Parece-me que ele faz uma avaliação que não percebe este momento e pensa que o único trabalho é o das plantas, das fábricas. Não há dúvida de que o trabalho humano não terminou com a tecnologia. Pelo contrário, por exemplo, as plataformas criaram novos tipos de empregos que exigem pessoas para trabalhar; não é um algoritmo que vai trabalhar, são as pessoas que trabalham. O problema é a precariedade que estas plataformas impõem aos trabalhadores. Este grande professor e advogado disse que o estatuto do trabalhador brasileiro não se aplica aos trabalhadores da plataforma. E ele disse: meu filho não quer ser um empregado, ele quer ser um empreendedor livre. É muito triste porque este professor, este advogado, é um homem muito importante na resistência dos trabalhadores. Acredito que ele está pensando apenas em um setor produtivo e não tem uma visão mais ampla, de milhões de trabalhadores que estão fora da lei e da proteção social. Ele não pode imaginá-lo. Acho que que o poder de marketing da liberdade é muito forte, todos nós queremos ser empreendedores livres, mas entre a realidade e a ilusão há uma distância muito longa. A mensagem que eu gostaria de deixar é que a tendência do capitalismo é que tudo aquilo que pode ser transformado em uma plataforma será uma plataforma; assim, a questão agora no direito do trabalho é a defesa dos trabalhadores “plataformizados”. No Brasil já existem algumas estatísticas: 32 milhões de trabalhadores em plataformas de todos os tipos, professores e também os funcionários públicos típicos que trabalham dentro de um escritório, mas também em uma plataforma desde as suas casas. Eles não trabalham mais em casa, e sim vivem no trabalho (a história ao contrário). Penso que

é muito importante que todos os defensores da resistência no mundo do trabalho não desistam dos trabalhadores das plataformas. Não podemos fazer este tipo de divisão na classe operária. Acho muito triste, porque além da divisão entre consumidor e trabalhador, agora vemos divisões internas na classe operária. E é muito triste.

MLG. Muito interessante esse último ponto, eu realmente concordo plenamente e é preocupante, porque às vezes as pessoas que sabemos que têm um compromisso com os trabalhadores também são afetadas por esta batalha cultural que está sendo travada. E eu gosto de salientar a partir do enfoque crítico tutelar - e o que disseste eu acho que gera um ponto de contato interessante e me gratifica, especialmente vindo de um especialista como tu - a necessidade da prevalência do trabalho tutelar dependente. Para sustentar este trabalho dependente tutelado como uma necessidade estratégica para os trabalhadores, para as organizações sindicais. Para concluir, só posso te agradecer infinitamente pela clareza com que transmitiste os teus conhecimentos e por ter realmente nos ajudado a esclarecer conceitos, que é a ideia do enfoque crítico tutelar: contribuir para as categorias. Muito obrigado e boa noite.

Parabéns Mercosul pelos teus 30 anos! E a Justiça Social como vai?

24 de marzo de 2021

Eduardo Manuel Val

Doutor em Direito. Coordenador Geral Adjunto do Programa de Doutorado e Mestrado da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Eduardo Manuel Val é argentino e está no Brasil há muitos anos. Ele nos deu um título muito sugestivo: parabéns ao Mercosul pelos seus 30 anos, mas também nos deixa em aberto uma questão sobre como está a problemática em torno da justiça social. Vamos começar com a primeira pergunta: quais consideras que seriam os principais avanços no Mercosul?

Eduardo Manuel Val. Boa noite. É um prazer estar hoje no canal IPEA-TRA. Primeiro de tudo porque é um convite dentro de uma missão importante, que é construir um espaço de debate e diálogo entre Brasil e Argentina para lidar com questões como a teoria da abordagem tutelar crítica. Vou falar nos dois idiomas, porque esta entrevista tem a ver com uma homenagem ao próprio Mercosul. Afinal, em dois dias, em 26 de março, o Mercosul completará 30 anos e estamos entrando numa idade adulta e consolidada, mas também porque acredito que falar e trabalhar nos dois idiomas é uma característica de integração e uma postura política em um mundo cada vez mais eurocêntrico no qual parece que a língua franca só pode ser o inglês. Antes de falar sobre o Mercosul, eu queria fazer um exercício de memória. Hoje é o Dia da Memória da Verdade e da Justiça na Argentina e isto tem a ver com o 45º aniversário - há muitos compatriotas argentinos presentes nos escutando - do golpe civil-militar que pôs fim ao Estado de direito constitucional na Argentina e que levou imediatamente à desestabilização social com o desaparecimento forçado de mais de 30.000 pessoas. Além disso, marca um momento histórico importante para a América Latina, não apenas para a Argentina, em termos de golpes extremamente duros que tiveram um efeito dominó, uma série de golpes civil-militares - insisto muito nisso, civil-militares, porque tem a ver com o Mercosul - que de alguma forma puseram fim a projetos democráticos

que hoje poderiam ser muito mais consolidados e estaríamos em uma situação diferente. Feito este lembrete em memória daqueles que morreram em consequência deste golpe civil-militar, também tenho que lembrar - o faço em todos os meus discursos públicos - a situação atual no Brasil. Ontem, no Brasil, se registrou mais de 3250 mortes, batendo o recorde diário e ultrapassando 300.000 mortes. Portanto, em memória dos 300.000 brasileiros que morreram durante esta pandemia da COVID-19, gostaria de dizer algumas palavras em memória dos 300.000 homens e mulheres brasileiros que faleceram. Eu faço o registro porque quando você fala sobre COVID-19 você tem que se referir às pessoas. O Mercosul Social e as políticas públicas em geral de nossos países devem ter como prioridade absoluta, não números estatísticos, mas pessoas; a ideia de pessoas de carne e osso que infelizmente já não estão mais entre nós devido a uma desgraça sanitária internacional, mas também por erros – por comissão e omissão – da gestão, principalmente aqui no Brasil, do atual governo. Dito isso, vou começar a falar de 30 anos. Claro que temos avanços e é por isso que eu propus a entrevista com um título que menciona isso. Não há muitos blocos econômicos que conseguem avançar desde 1991 até hoje e persistir em um contexto extremamente complicado. Um contexto em que o Mercosul é um bloco regional que não está localizado no centro do poder hegemônico internacional, mas na periferia. Somos um bloco regional periférico. E isso é importante do ponto de vista do desenvolvimento institucional e importante do ponto de vista desse movimento político do Mercosul. Esse avanço tem a ver com dar continuidade a uma tradição, uma linhagem, uma cultura de integração que começou de forma clara na América Latina não em 1991, mas em 1960. Com o primeiro Tratado de Montevidéu de 1960, temos a formação de uma área de livre comércio das Américas (Associação Latino-Americana de Livre Comércio, ALALC) e a primeira tentativa de usar um caminho de integração do desenvolvimento econômico e também da justiça social (ou que deveria ser um caminho de justiça social). E a que devemos isso? À escola cepalina, à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), localizada em Santiago, Chile, que realiza estudos econômicos e sociais para a América Latina; com uma presidência, a do argentino Raúl Prebisch em 1958, que elabora um relatório dos problemas crônicos da América Latina para o seu desenvolvimento econômico, mas também dos problemas sociais para integrar ou se tornar um bloco econômico regional. Em 1960 avançamos em um processo de integração, mas é evidente que desde 1991 esse processo está localizado no Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum com

quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (em ordem alfabética). Mas basicamente a partir de um núcleo formado pela Argentina e pelo Brasil porque esses dois países lideram esse espaço. E como você avançou? Foi feito tanto progresso quanto se pretendia no preâmbulo introdutório do Tratado de Assunção? Não. Em 30 anos, o objetivo de alcançar um mercado comum, que era o objetivo do Tratado de Assunção, foi realizado? Não. Alcançamos desenvolvimento econômico e justiça social? Não. Mas foram feitos progressos - especialmente em certos momentos, ciclos virtuosos em que houve avanços importantes - basicamente desde o início, de 1991 a 1995, na fase inicial; retoma-se durante os anos de 2000 a 2010, quando temos um segundo ciclo virtuoso; e proponho, a partir desses 30 anos que celebramos hoje, uma pressão política, uma importante e relevante participação social na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para que um novo ciclo virtuoso possa ser rapidamente retomado, porque é necessário. Como diz o jurista italiano Luigi Ferrajoli, devemos enfrentar utopias emergentes. Estamos em um momento de um olhar fortemente internacional em termos econômicos e em termos da crise de saúde que estamos vivenciando, é um novo paradigma e não apenas uma pandemia. Como digo nas minhas salas de aula e nas minhas palestras, parafraseando Eric Hobsbawm entramos, não em uma era de revoluções, não em uma era de extremos, mas sim em uma era de pandemias. As pandemias vão continuar. E um mundo não só de pandemias de saúde, mas também de pandemias de vários vírus sociais. Um desses grandes vírus é aquele que afeta a proteção do emprego e fundamentalmente do emprego decente, o emprego que realmente percebe o princípio da dignidade da pessoa humana.

MLG. Muito interessante a tua menção às utopias emergentes. Destacaste dificuldades em termos de justiça social, em termos de emprego... Quais são os principais obstáculos hoje para o progresso, o crescimento e o desenvolvimento do Mercosul?

EMV. Os principais obstáculos estão relacionados com os principais avanços. Em que aspectos avançamos? Primeiro, conseguimos formar uma união aduaneira imperfeita — bastante imperfeita — mas temos uma estrutura institucional básica. E essa estrutura institucional é baseada em alguns órgãos de caráter executivo, basicamente a própria comissão do Mercosul, o próprio grupo de mercado comum que se organiza através de uma série de subgrupos de trabalhos; destaco o subgrupo número 10 (SGT 10) porque trata das relações de trabalho, do emprego e da seguridade social. Fizemos progressos porque criamos um observatório do desemprego no Mercosul, criamos um Mercosul social fundamentalmente a partir de

2009-2010; como resultado da década anterior, conseguimos criar este observatório para monitorar institucionalmente o emprego. Temos também um Parlamento do Mercosul (PARLASUR), que opera em Montevideu (Uruguai). Temos um Tribunal Permanente de Revisão (TPR) que opera em Assunção, Paraguai; este tribunal significou uma luta contra o plano original que estava no chamado Protocolo de Brasília, também de 1991, que estabeleceu um sistema de arbitragem ad hoc, ou seja, uma arbitragem caso a caso, limitada a cada caso, e agora temos um importante e permanente órgão de revisão. Do ponto de vista jurídico, isto significa consolidar a jurisprudência e isto nos dá maior força em termos institucionais. Assim, progredimos institucionalmente, e eu diria mesmo que conseguimos elaborar um projeto para uma carta sócio laboral no Mercosul, uma proposta da Confederação Sindical do Cone Sul (Comitê Coordenador das Centrais Sindicais do Cone Sul CCSCS), que foi vital para tentar elaborar uma espécie de decálogo, um conjunto de direitos fundamentais para os trabalhadores e as trabalhadoras do Mercosul. Estamos inclusive fazendo progressos em questões de equidade, experimentando políticas para jovens e políticas públicas para mulheres, lidando com a questão de gênero; existem comissões especializadas nesta questão. Estamos trabalhando em questões importantes como os planos para a chamada agricultura familiar, que é fundamental em nossos países para nos afastarmos dos esquemas tradicionais; somos países que ainda trabalhamos com commodities, somos grandes produtores de matérias-primas. Fizemos progressos na criação de um protocolo específico, o Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático, que estabelece que, para aderir e permanecer no Mercosul, os Estados devem ter um regime democrático. Estes são avanços que existem e devem ser comemorados. E quais são os obstáculos? São os que estão lá desde o princípio de tudo: os Estados criam o Mercosul, mas não promovem o trabalho em prol da supranacionalidade e isso é um problema, este é o grande obstáculo. No caso da Europa, fundamentalmente a partir de uma decisão de um tribunal permanente como o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, foi criada uma jurisprudência em 1964, o famoso caso Costa contra ENEL (Ente Nazionale per l'Energia Elettrica), no qual se diz que em caso de conflito entre a lei comum dos Estados e a lei de cada um dos Estados individualmente, prevalece a lei comum. Por quê? Porque quando os Estados entram em um sistema de integração, eles transferem soberania, competências soberanas, de acordo com algo básico para qualquer Estado, que é o de garantir o bem comum de seus cidadãos. O Tratado de Assunção não foi feito por um simples exercício de camara-

dagem, amizade, etc.; foi feito por uma necessidade, em 1991, de enfrentar os grandes blocos econômicos que estavam se consolidando e crescendo, para que as novas democracias emergentes - que estavam retornando após longos períodos de ditaduras civis-militares - pudessem encontrar um espaço para coordenar esforços e recursos e encontrar uma saída para uma situação extremamente difícil. Como - após décadas de ditaduras civis-militares - reestruturar suas economias? Como abordar os direitos sociais, econômicos e culturais que foram sufocados e oprimidos pelos sistemas de repressão? Como abordar a necessidade de mecanismos de controle da inflação, aumento da riqueza, da distribuição, etc. que foram sufocados nos governos das ditaduras civis-militares?

MLG. Precisamente em relação a isso - e além do fato de que estás nos dando uma visão muito ampla e mostrando o teu conhecimento não apenas do Mercosul, mas também de outros blocos como a União Europeia - vou pedir-te que faças alguma referência aos obstáculos no campo das relações de trabalho. Um pouco em linha com nosso interesse em enriquecer um diálogo transdisciplinar em torno de um *enfoque crítico tutelar*.

EMV. Em primeiro lugar, temos um problema que tem a ver com a cultura da integração. Acredito que nossos líderes políticos e econômicos não conseguiram entender o que são sistemas de integração de grandes oportunidades; como os sistemas de integração fortalecem a democracia, contribuem para o desenvolvimento econômico e a justiça social. Os sistemas de integração fortalecem a democracia, contribuem para o desenvolvimento econômico e a justiça social. Quando falo em consolidar a democracia, quero dizer consolidar a cultura e os valores democráticos em nossa sociedade como um todo; e isto é central. Em segundo lugar, é uma oportunidade - precisamente para os países periféricos - de coordenar esforços a fim de ter maior poder de decisão ao negociar em uma sociedade global, e hoje os interesses são muito claramente de natureza regional: a Europa tem interesses regionais; os Estados Unidos, através do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), tem seus próprios interesses que basicamente posicionam os Estados Unidos e o Canadá (o México ainda está incluído de forma muito colateral). Nesta perspectiva, portanto, nossas liberdades ainda estão ligadas a um conceito de soberania nacional já ultrapassado. Um discurso de soberania que é feito com seu falso discurso de nacionalismo. E isto funciona a partir de espaços públicos ou políticos que ainda falam de forças de soberania. Soberania é poder e poder dentro de um Estado democrático governado pelo Estado de direito só é admissível se trazer resultados em termos de eficácia dos direitos sociais, eco-

nômicos e culturais para a sociedade e não quando serve aos interesses de alguns grupos. E depois o setor privado, o setor empresarial nos países do Mercosul: ainda existe a cultura protetora dos Estados. Há um discurso liberal ou neoliberal de liberdade de mercado, mas a realidade é que os grupos empresariais têm crescido. É sempre surpreendente ver a existência de governos que favorecem esses grupos, a proteção por parte dos governos. E te darei um caso específico que tem a ver com as relações de trabalho. Mencionei nossa carta sócio laboral do Mercosul; trata-se de uma proposta de carta para os trabalhadores. O Mercosul tem uma comissão específica para o trabalho, não estou falando da Comissão do Parlamento, mas especificamente do órgão criado para as questões trabalhistas, que é tripartite. Em outras palavras, o mesmo sistema da Organização Internacional do Trabalho (OIT) continua: um sistema de representação de empregadores, governos e sindicatos. Quanto aos sindicatos, eles pediram uma coisa óbvia, um decálogo de direitos para os trabalhadores; a partir desse piso mínimo para a consolidação da justiça social e a construção progressiva dos três princípios do Mercosul (equilíbrio, progressividade e gradualidade). Embora não tenha sido exigida imediatamente, ainda assim foi bloqueada. Bloqueado pelos grupos empresariais aqui no Brasil, fundamentalmente em São Paulo - sabes como São Paulo é forte dentro deste espaço - mas também por setores dominantes na Argentina, centrados em Buenos Aires, que se recusaram a consolidar a carta. E quando a resolução presidencial do Mercosul sobre direitos sociais e trabalhistas sai, ela sai pasteurizada; ela não sai mais com o sentido de criar um novo paradigma de justiça social. Há um déficit em termos de acreditação da integração por parte de um segmento privado e por parte de um segmento público. Se queremos encontrar um obstáculo transversal, outro grande problema - que implica não compreender as possibilidades de integração - é o problema da comunicação. O Mercosul é pouco estudado, pouco se fala sobre ele. Há uma reunião de ministros do trabalho do Mercosul, há toda uma série de organizações do Mercosul que trabalham em políticas específicas para grupos de jovens, mulheres, etc., e que não é divulgada. Ninguém sabe o que se passa no Mercosul; por ser intergovernamental, tem uma burocracia fechada e deveria estar aberta à sociedade como um todo. Quando falo do Mercosul em meus cursos em universidades privadas e públicas - sou professor de Direito Constitucional na Universidade Federal Fluminense - a resposta é de surpresa, as pessoas não sabem que o Mercosul é tão importante. Por exemplo, eles não sabem que existe uma diretiva específica para reconhecer a certificação da profissão de pedreiro. Sobre uma questão tão básica

como a indústria da construção, que é um importante motor de emprego em nossos países, não se sabe que existe uma certificação do Mercosul. Principalmente, em países onde temos áreas de fronteira e um mandato convencional do Tratado de Assunção pelo qual temos que melhorar as interconexões físicas, a circulação de pessoas, as condições de circulação de mercadorias a fim de reduzir os preços... Isto não é conhecido. Há uma total falta de conhecimento. Resumindo, o segundo grande obstáculo é a falta de publicidade sobre sua construção. Estudamos propostas e projetos da União Europeia e não estudamos o Mercosul. Nós não trabalhamos sobre o Mercosul. A partir do *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho que propões - e colaboro do ponto de vista internacional - considero o Mercosul uma grande oportunidade de integração, tem um duplo papel central: por um lado, estabelecer diretrizes, parâmetros para criar condições de trabalho de um ponto de vista comum nos países que o compõem e, por outro lado, para que o Estado venha a tutelar essas relações de trabalho. Hoje, no Mercosul, temos programas de treinamento para a inspeção do trabalho, por exemplo. Do Mercosul podemos colaborar muito, com base em um espaço comum de critérios e parâmetros comunitários, para a inspeção do trabalho em áreas de fronteira, em grandes centros urbanos. Uma cidade como São Paulo, por exemplo, tem hoje milhares de imigrantes, não só de países do Mercosul, mas também de estados associados. Esta é outra questão para celebrar: temos Estados associados ao Mercosul, como Chile, Peru, Bolívia, através da criação de tratados específicos. Uma cidade como São Paulo, que é o motor do emprego no Brasil, tem hoje milhares de trabalhadores ilegais que vêm para a América Latina. Como não ter um parâmetro absolutamente claro de como deve ser uma inspeção do trabalho? Como deve funcionar e como deve haver informação comum comunitária sobre a entrada e saída desses trabalhadores para conseguir melhores condições de trabalho, o que significa melhores condições sociais? Por que não ter uma melhor divulgação do sistema de seguridade social do Mercosul? Hoje parece ser uma coisa completamente desconhecida.

MLG. É importante a leitura que estás nos propiciando a partir de um *enfoque crítico tutelar* quando explicavas que muitas vezes, quando estudamos e debatemos a realidade da União Europeia (não estou dizendo que não devemos fazê-lo, porque é importante, é o bloco político e econômico mais desenvolvido que temos hoje para estudar), também é necessário ter e construir nossas próprias categorias, como tens apontado. Em um mundo onde o capital está se concentrando cada vez mais, é muito necessário dar - a partir de blocos como o Mercosul - respostas integradas aos trabalha-

dores, dos estados. Talvez seja mais difícil por parte dos empregadores. Penso que precisamos redefinir uma nova internacionalização das relações de trabalho e que hoje, além de ter desvantagens, temos também algumas vantagens comparativas, pois penso que os diferentes movimentos sindicais estão percebendo que, além da posição ideológica que cada um tem, há um grande problema como classe trabalhadora, como organização de trabalho. Não cair na velha armadilha das divisões entre os movimentos sindicalistas socialistas, comunistas, anarquistas, cristãos-socialistas, etc., que marcaram e atomizaram por culpas alheias - mas também próprias - a busca por critérios unificados. Como vê esta internacionalização? Embora tecnicamente devêssemos falar de regionalização, como dizemos no *enfoque crítico tutelar*. Estavas falando da central sindical e acho que houve progressos, mas há também sérias complicações devido a questões como a reforma trabalhista brasileira, as políticas neoliberais que estão sendo aplicadas, têm sido aplicadas e continuam a ser aplicadas em diferentes países. Como vê estas questões e estes eixos no âmbito do Mercosul? Também projetando e fazendo algum tipo de perspectiva...

EMV. Creio que deveríamos realizar e levar adiante o que de alguma forma foi projetado na conferência de Assunção, em junho de 2011, quando foi criado o plano estratégico de ação social para o Mercosul, que retoma todos os ministérios e secretarias com competência no campo das políticas sociais no Mercosul. E, para ser muito específico, o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) tinha nove eixos principais e vinte e seis diretrizes estratégicas. Vou resumi-las de alguma forma, não poderíamos trabalhar em todas elas agora. Porém se seguirmos alguns desses eixos, podemos participar de um sistema global que eu chamo de glocal, ou seja, o global não pode ser ignorado e isso é esquecido por aqueles que defendem políticas liberais ou neoliberais - como o governo Macri na Argentina ou aqui no Brasil desde o impeachment de Dilma Rousseff e os governos de Temer e o atual governo Bolsonaro - esquecem que essas políticas neoliberais não funcionam em países que ainda não se desenvolveram ou que estão em processo de desenvolvimento. Mas resumirei basicamente o ESAP, seus objetivos específicos, se alcançarmos alguns deles podemos estar satisfeitos. Estas são coisas básicas para a América Latina e para o Mercosul, fundamentalmente.

a) Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais. Isto é central. No Mercosul, temos que combater a pobreza porque ela bate à porta de cada cidadão. Temos um estatuto, um cartão de cidadania no Mercosul e o que afeta ferozmente nossos cidadãos é a fome, a pobreza

e muitas desigualdades sociais. b) Um segundo eixo é garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero. A questão de gênero, a questão racial - especialmente no Brasil - não é uma questão menor e fundamentalmente - eu a critico há anos - a grande crise não é econômica, a grande crise não é política, a grande crise não é uma crise do direito. A grande crise é uma crise axiológica, é uma crise que tem a ver com valores. c) Outro eixo seria a universalização da saúde pública. Imagine se tivéssemos saúde pública no Mercosul. Aqui no Brasil, alguns heróis liberais (ou falsos heróis porque afirmam ser discípulos da escola de Chicago, mas depois agem de forma diferente) queriam eliminar o sistema único de saúde. Se hoje temos 300.000 mortes, o que seria do Brasil se ele não tivesse um sistema único de saúde. O atual ministro, Paulo Guedes, desde o início quis privatizar o sistema único de saúde; ele se recusou a construir um sistema único de saúde em um país como o Brasil (assim como Macri fez na Argentina tentando dismantlar a estrutura hospitalar, foi dito que havia muitos hospitais na cidade de Buenos Aires e na província de Buenos Aires). Preta atenção no que teve que ser reconstruído para poder responder aos desafios da pandemia. d) Outro elemento central é universalizar a educação e erradicar o analfabetismo. Estou falando do analfabetismo funcional porque conseguimos ter, especialmente durante os grandes momentos dos governos liberais, uma queda impressionante em termos de qualidade educacional. Hoje temos um analfabetismo funcional e uma baixa qualidade de educação que compromete a possibilidade de projetar, construir e implementar políticas públicas importantes. e) Valorizar e promover a diversidade cultural. Isto é central; somos plurais. A América Latina - como disse José Vasconcelos, o brilhante educador mexicano - é uma raça cósmica, o resultado de uma mestiçagem que nos une e nos mistura a todos. É claro que temos que promover a diversidade cultural. f) Garantir a inclusão produtiva: temos que incluir amplos setores de nossa sociedade que estão totalmente excluídos do sistema produtivo, que não podem estudar ou trabalhar, que não têm espaço. Guy Standing, em sua ideia da construção da classe social do precariado, nos adverte e diz: temos duas novas classes sociais, o precariado e o pre-cariado que se tornam marginais porque não têm espaço, nenhuma posição a ser incluída na produção. g) Garantir o acesso ao trabalho decente e aos direitos humanos da seguridade social. Isto é fundamental para os trabalhadores ativos: eles devem ter condições de dignidade em seu trabalho, e aqueles que já alcançaram algum tipo de aposentadoria e estão aposentados de sua atividade devem ter seus direitos humanos restabelecidos. Hoje parece que

aqueles que se aposentam não têm mais direitos; estão esperando que eles morram para que não sejam mais um fardo, negando toda a contribuição que esta pessoa tem feito ao longo dos anos. h) Promover a sustentabilidade ambiental: hoje não podemos trabalhar a questão da saúde, a questão do trabalho e eu diria mesmo a questão da democracia sem entender que o meio ambiente deve ser preservado e trabalhado com a ideia de sustentabilidade. E isto não é responsabilidade de um governo, de um Estado; como diz também Ferrajoli, as agências internacionais devem ser formuladas para trabalhar no que é um bem comum para a humanidade. A COVID-19, entre outros vírus, também tem a ver com o meio, tem a ver com manipulações do meio ambiente, com uma total falta de respeito pelo meio ambiente, porque as pessoas que acreditam desmedidamente no desenvolvimento econômico esquecem que o meio ambiente nos responde, entre outras coisas, com estas pandemias. i) Assegurar o diálogo social é fundamental. Vocês na Argentina falam sobre a fenda; nós também a temos aqui no Brasil, uma ruptura social muito grande. Democracia significa diálogo e o diálogo tem que ser sincero. Não se pode dizer que se está em diálogo e ao mesmo tempo - como aconteceu na Argentina - acusar o Presidente da República de envenenamento ao implantar um plano nacional de vacinação, o que é um contrassenso. O diálogo social envolve a sociedade como um todo, a mídia, os grupos empresariais, os sindicatos, todos aqueles que participam da sociedade civil organizada.

MLG. Eduardo, gostaria de enfatizar o que estás destacando: a importância da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade. Frequentemente e precisamente a partir do *enfoque tutelar crítico* que observamos e marcamos, pois existe uma tendência (que faz parte da lógica do que concebemos como neoliberalismo) de focalizar no micro, mostrar o caso isolado e generalizá-lo sem fundamento. Estás falando de todas as variáveis no Mercosul, em esferas e em níveis mais baixos - e até mesmo mais altos - de complexidade e até mesmo de questões geopolíticas. E quando estas questões são discutidas desta forma, não se trata de enrolar, mas de mostrar sua complexidade e que as respostas não são mágicas, não são imediatas ou limitadas a um único ponto. Quais são as possibilidades do Mercosul no futuro? Já destacaste várias questões, mas quais são as principais possibilidades, potencialidades que vês no futuro? Como continuar com o Mercosul?

EMV. Completamos 30 anos, assopramos as velas no bolo em dois dias, e o último ponto (antes de que me fizesses esta pergunta) é estabelecer mecanismos de cooperação regional para implementar e financiar políticas

sociais. E aí está a resposta ao que estás me perguntando agora. O Mercosul é uma plataforma, é a articulação de políticas comuns. Temos que pensar - e digo isto, por exemplo, a partir da questão da COVID e vacinação - sobre as vacinas do Mercosul. É absurdo, é ignorância, é um pecado, mas também uma enorme irresponsabilidade política por parte de nossas elites, não entender que o Mercosul pode trabalhar nesta questão. Temos um Mercosul da saúde que deve coordenar políticas médicas, políticas de saúde e também políticas de compra de produtos; ter, por exemplo, uma agência comum que nos permita testar vacinas, comprar vacinas em conjunto. Estamos em uma disputa selvagem no mercado por quem recebe as vacinas.

MLG. Quão importante teria sido, se tivéssemos agido desta forma nesta pandemia.

EMV. Exatamente. Dez países concentram o maior número - 90% - das vacinas do mundo. Se tivéssemos usado o que já existe, que é um Mercosul da saúde, para realizar uma reunião de ministros da saúde e trabalhar em políticas públicas comuns, para financiar políticas sociais comuns... Temos a estrutura regulatória, senhores, temos que entender que este é um espaço de trabalho, temos que criar espaço para ele em nossos ministérios. É claro que é complicado quando, por exemplo, antes de assumir o Ministério da Economia no Brasil, quando uma jornalista lhe pergunta qual será a prioridade ou a atitude do novo governo brasileiro em relação ao Mercosul, Guedes não responde. E ela insiste e ele não responde. E ela insiste e finalmente ele diz: se você quiser me perguntar se vai ser uma prioridade, eu te digo que não. E isso é impressionante. Que ainda haja líderes que consideram que a prioridade é o Fundo Monetário Internacional, o acordo com os Estados Unidos em uma relação privilegiada (lembro-me de Menem anos atrás quando ele falou das relações carnisais com os Estados Unidos). Já sabemos como terminam as relações carnisais com os Estados Unidos e a União Europeia. Temos agora um acordo que não vai avançar ou retroceder com a União Europeia, por exemplo. Mas se não soubermos o que é o Mercosul, se nossos funcionários não entrarem, se não conseguirmos incorporar a sociedade ao Mercosul, se os trabalhadores não entenderem que existe um órgão do Mercosul, jamais avançaremos. O Mercosul é a saída. Do setor da saúde, vou dar um exemplo de como se posicionar melhor no mundo global para ter melhor acesso às vacinas, melhores condições para fabricar vacinas: a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, é o maior instituto de pesquisa nesta área da América Latina. O Instituto Butantan está criando vacinas a partir de matrizes chinesas em

São Paulo e com isso o Brasil está conseguindo chegar a 5% da vacinação de sua população. Agora imagine se uníssemos cientistas argentinos, que trabalham maravilhosamente bem na Universidade de Buenos Aires, em outros institutos, mesmo privados como o Instituto Leloir ou outros institutos de pesquisa importantes... Se essas pessoas trabalhassem juntas, em coordenação, poderíamos ter uma vacina do Mercosul. Como vamos ter que nos vacinar, não agora em 2021, vamos ter que nos vacinar todos os anos. Vai ser como a gripe. Porque te contagias e se consegues a sobreviver, em menos de um ano terás que ser vacinado novamente. E estaremos na eterna relação de dependência que sempre temos com os grandes centros internacionais? Observa o que aconteceu agora com a Argentina: ela fez um acordo com a AstraZeneca para produzir vacinas, parte na Argentina e parte no México. E os Estados Unidos, o país que mais quer trabalhar com liberdades fronteiriças e livre comércio, nega a eles a parte filtrante e não podem produzir a vacina. Então por que não trabalhar em políticas públicas comunitárias para tratar de questões que nos interessam em conjunto e unir forças? Temos recursos naturais suficientes, recursos humanos suficientes para trabalhar em políticas de independência que colocam esta periferia histórica em uma situação de, pelo menos, condições mais justas nesta luta global pela saúde, educação, moradia, condições dignas de trabalho. Isto é o que propõe a partir do *enfoque crítico tutelar*, um novo posicionamento do Estado.

MLG. Acho que é fundamental em termos nacionais, regionais e globais. Gostaria de transmitir uma das perguntas sobre a gravidade da questão ambiental e o desmantelamento da Amazônia, não é este um fator que está distanciando a União Europeia e o Mercosul da criação de um acordo de livre comércio? Se isto for viável, então, tecnicamente, teremos outras discussões.

EMV. Estamos diante de uma enorme contradição, esse tratado levou 20 anos para ser assinado e foi assinado absolutamente como uma questão de estratégia política. A administração Trump nos Estados Unidos estava enfrentando a Europa e a Europa e passou por cima de todas as restrições que tinha sobre o problema ambiental na América Latina e especialmente no Brasil, para tentar trazer o Mercosul para sua esfera de influência. A ideia de tal tratado é absolutamente contraditória - esquizofrenicamente contraditória - com os padrões de proteção ambiental existentes na Europa e com a proposta multilateral do Tratado de Paris. Ele tentou trazer o Mercosul para sua esfera de influência, mas isto não pode ser feito porque temos um ministro como Ricardo Salles no Brasil que se opõe completamente à

proteção ambiental, que está desmantelando a regulamentação brasileira (que é brilhante, excelente, o Brasil tem uma das melhores regulamentações em termos de proteção ambiental). É evidente que a questão do meio ambiente é uma barreira, um obstáculo para a negociação deste acordo. Na minha opinião, este acordo não vai fazer o Brasil mudar completamente sua perspectiva sobre o meio ambiente. Não há condições para o desenvolvimento econômico dissociadas da proteção ambiental, o que significa a preservação da saúde humana e da vida. E finalmente, os direitos econômicos, sociais e culturais não podem ser dissociados dos direitos políticos e civis. Ou temos direitos econômicos, sociais e culturais ou não temos nada. E sem eles não temos democracia, nem é possível falar de direitos políticos e civis porque eles são inseparáveis. O Mercosul pode ser uma grande plataforma para avançar, para retomar, para realmente trabalhar. O Brasil pertence à comunidade dos países de língua portuguesa; esta é outra visão que o Mercosul tem que entender: A comunidade dos países de língua portuguesa - uma comunidade muito importante entre Angola, Moçambique e outros países, além de Portugal, é claro - a comunidade dos países de língua portuguesa é muito mais que países em desenvolvimento, é muito mais que países periféricos, infelizmente Portugal está na periferia da própria Europa, mas é outro espaço que pode ter muita sinergia com o Mercosul, a fim de realizar os direitos econômicos, sociais e culturais.

MLG. Vou me permitir encerrar o programa. Eduardo, gostaria de acrescentar algo mais?

EMV. Só para te agradecer, também a IPEATRA na figura de Marcelo D'Ambroso e a todos aqueles que participaram. Estes debates, estas iniciativas são muito importantes porque elas são oportunidades para nos conhecermos, para divulgar situações como a do Mercosul. Devemos fazer um uso inteligente das organizações internacionais porque elas são instrumentos, ferramentas fundamentais para colocar a serviço de nossas sociedades. Sociedades - seja na África ou na América Latina - que estão em espaços acadêmicos intelectuais e têm um importante compromisso de produzir ideias, de produzir reuniões, de produzir diálogos que contribuam para abrir esses espaços e tornar melhores situações de políticas públicas, melhores situações para tornar efetivos os direitos políticos e civis. Mas também aqueles direitos econômicos, sociais e culturais que são sempre negligenciados. Senhoras e senhores, convido a todos a estudar o Mercosul, a trabalhar o Mercosul, a tentar unir forças para melhorar a qualidade dos estudos em uma área que é muito promissora e pode ser muito útil para nossas sociedades. Boa noite a todos e todas e obrigado.

MLG. Eduardo, muitíssimo obrigado pela clareza com que transmitiste os teus conhecimentos em espanhol e português. Foi um verdadeiro prazer te ter aqui. Hoje na Argentina comemoramos o Dia Nacional da Memória da Verdade e da Justiça, por isso aproveitei a oportunidade para compartilhar com amigos e colegas das redes sociais minha visão sobre esta situação, que tem muito a ver com o que falamos hoje. Quarenta e cinco anos após o golpe genocida que atacou a Argentina, Memória, Verdade e Justiça. Estou convencido de que hoje, mais do que nunca, precisamos nos organizar no âmbito político, sindical e social a fim de progredir cada vez mais em direção à justiça social que nossos povos merecem. Muito obrigado.

Pandemia Covid-19 e seu impacto sobre o mercado de trabalho e as relações trabalhistas

10 de março de 2021

Ana Miranda

Doutora em Ciências Sociais. Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA). Coordenadora do Programa de Estudos e Relações Laborais da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO, Argentina). Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Obrigado Ana, é um prazer te ter neste ciclo onde, a partir de um enfoque transdisciplinar e interdisciplinar, tentamos fazer uma leitura crítica das relações de trabalho. É disto que se trata e de enriquecer este enfoque tutelar crítico das relações de trabalho. Hoje falaremos sobre a pandemia de Covid-19 e seu impacto no mercado de trabalho e nas relações trabalhistas. Para entrar diretamente na entrevista, vou deixar a primeira pergunta para que possas nos dizer, do teu ponto de vista, experiência e conhecimento, quais setores dos trabalhadores achas que foram mais afetados pela pandemia, e quais são os desafios e as perspectivas que os trabalhadores enfrentam este ano?

Ana Miranda. Boa tarde, muito obrigada. Obrigada novamente à IPEA-TRA por esta colaboração que vem ocorrendo há vários anos e da qual nós da FLACSO-Argentina estamos muito orgulhosos. Como vocês sabem, temos um programa de treinamento em estudos e relações trabalhistas e aqui temos ambos os lados, aqueles de nós que estão do lado dos estudos, com nossas opiniões e as contribuições de vocês, obviamente, com sua especialidade no campo das relações trabalhistas, onde aprendemos muito dia a dia e aprendemos muito com enfoque crítico tutelar. Estou participando de uma campanha chamada Agenda para a Igualdade, na qual as mulheres participam de uma estratégia de diálogo social, e me surpreendo com a grande participação de sindicalistas mulheres. Tivemos a oportunidade, há alguns dias, de ouvir a representante dos trabalhadores domésticos. Durante a pandemia, um dos setores mais afetados na América Latina em geral é o chamado setor informal, um setor amplo que engloba situações muito diferentes. No início, nos anos 70, quando esta conceituação começou a ser utilizada, o setor informal era geralmente referido como a esfera intei-

ra do que é conhecido como autoemprego, “rebusque”, venda ambulante; mas também um grande número de atividades na esfera da sobrevivência, onde não há margem. Portanto, temos o comércio de rua, certos serviços básicos, o emprego domiciliar ou o emprego doméstico, o setor de cuidados básicos (estou me referindo, por exemplo, ao cuidado de pessoas em âmbito privado, um setor que, no contexto da pandemia, sofreu enormemente, assim como todas as atividades informais). A colega representante do sindicato dos serviços domésticos nos disse que 300.000 empregos haviam sido perdidos na Argentina. Mas sabemos que também aqui - e isto inclui todo o setor informal - temos perda de empregos, informalização da relação de trabalho. Isto significa que a relação de trabalho muitas vezes mudou para o que em nosso país é chamado de trabalho clandestino ou não registrado, trabalho que não é mais coberto pela previdência social e, ao mesmo tempo, houve também uma perda de salários. Consideramos estes três fatores como características salientes da atividade econômica mais baixa em geral. Se soubermos que o isolamento sanitário (ouvi dizer que o Brasil está passando por uma nova fase de grave isolamento em São Paulo) tem muitas consequências para a economia de rua, para a economia do dia-a-dia, e que é particularmente neste setor que vemos a perda de empregos, a informalização das relações e a perda do poder aquisitivo, da renda e dos salários. Por outro lado, também sabemos que dentro do setor formal tem havido muita segmentação de ocupações; alguns estão passando por muitas dificuldades, por exemplo, na Argentina o setor de turismo e entretenimento - atores e atrizes, produtores culturais, músicos - não pudemos ser capazes de colocar esta indústria novamente em movimento e neste caso estamos enfrentando uma perda muito severa de ocupações. Também o fechamento de estabelecimentos com, obviamente, a perda sucessiva dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e uma nova esfera, que é a do trabalho domiciliar, que agora se estende muito fortemente aos setores que antes trabalhavam em escritórios ou locais de trabalho. Sabemos que isso traz muitas dificuldades, novas situações que criam muitas dificuldades. Como poderíamos distinguir rapidamente entre trabalho informal e formal? Muitas vezes o trabalho informal era feito em casa e o trabalho formal era feito no local de trabalho. O que acontece no setor informal, no trabalho feito em casa? Por exemplo, o setor têxtil: a senhora ou o senhor que costura em casa... costura a qualquer hora, tem um dia de trabalho sem limite, em outras palavras, um longo dia de trabalho que custa para cortar. Também pode ser visto - se analisou muito - em programadores, tradutores e tradutoras, em trabalhos que foram feitos em casa por muito tempo.

Assim, por um lado, temos a perda do lugar de referência e do que o trabalho formal tinha, do local de trabalho, precisamente a possibilidade de agregação, a possibilidade de exercício de um movimento coletivo. Agora temos isolamento, longas horas de trabalho e, ao mesmo tempo, uma situação onde o emprego virtual e remunerado, mais ou menos com um valor atualizado, parece se tornar um privilégio de certos setores sociais diante da crise econômica generalizada que estamos enfrentando.

MLG. O diagnóstico que fazes é muito interessante. O que achas que está sendo revelado com relação ao que destaqueste, trabalho não registrado, precariedade em geral, situações de subemprego? Que outras questões achas que está nos mostrando? Como o projetarias e de onde acreditas que seria mais interessante abordá-lo?

AM. Acredito que a pandemia - e esta é uma opinião bastante generalizada, não é uma experiência pessoal, há um certo consenso em destacar isso - acelerou certos processos que já estávamos analisando, que estavam sendo discutidos em órgãos de diálogo social. Por exemplo, podemos pensar que o processo de digitalização e as alternativas de teletrabalho foram fenômenos que de alguma forma emergiram do mercado de trabalho, sabemos que fizeram parte da atividade central da Organização Internacional do Trabalho (OIT) durante os últimos anos, que também foi muito impulsionada pelos sindicatos e pelo setor trabalhista que quiseram dar sua opinião. Os sindicatos todos estes anos tentaram - nós tentamos - entrar em uma negociação; não que a mudança tecnológica fosse apenas imposta. Nesta negociação, ouvimos, em diferentes momentos, conversas muito interessantes sobre reconversão tecnológica e digitalização. Mas o que estamos enfrentando de repente é uma situação de aceleração muito acentuada. Pensemos, por exemplo, no setor de ensino: o que o setor de ensino aprendeu e o que o setor de ensino converteu em 2020 é sem precedentes na história da humanidade. Nós professores nos tornamos editores de vídeo, programadores de plataformas, passamos a ensinar de um dia para o outro através de mídias virtuais, experimentamos diferentes tipos de didáticas. Tivemos muita inovação, muitos pensamentos sobre isso, mas a verdade é que sempre nos mantivemos dentro do campo da pós-graduação, nunca ousamos pensar que, de repente, isso poderia atravessar todos os níveis educacionais. Embora soubéssemos que havia avanços, que havia acompanhamento, que se falava da sala de aula invertida, de outras formas de didática, mas nunca aconteceu que de um dia para o outro atravessasse todo o sistema educacional. Embora soubéssemos que havia progresso, que havia acompanhamento, que se falava da sala de aula invertida, de ou-

tras formas de ensino, nunca aconteceu que de um dia para o outro ela atravessasse todo o sistema educacional. E a realidade é que, com diferentes velocidades e situações, toda essa reconversão ocorreu em menos de um ano. Ao mesmo tempo, há também muitos outros desafios, por exemplo, sabemos que a maioria dos e das docentes trabalharam exaustos, muitas vezes com muita pouca conectividade e hardware disponível. Sabemos que ao mesmo tempo eles foram ou fomos muito sobrecarregados com tarefas de cuidado e que continuamos a sê-lo até hoje. Estávamos falando, por exemplo, da perda de empregos no setor informal em casas particulares e cuidados básicos (não cuidados profissionais, como enfermagem ou outras preparações relacionadas à saúde ou específicas). Mas sabemos que existe um setor de cuidados básicos que é muito necessário, especialmente para pessoas dependentes, crianças, idosos e idosos....

MLG. Desculpa Ana, é muito importante o que estás destacando e especialmente quando trabalhamos a partir do *enfoque crítico tutelar* das relações trabalhistas, a ideia é abrir algumas dessas questões. Apresentaste um excelente diagnóstico, e até falaste sobre o setor de ensino ao qual pertencemos. Há alguns dias atrás eu estava lendo um artigo de uma pesquisadora da CONICET no qual ela argumentava que em termos de saúde e em relação à pandemia ainda não vimos todos os efeitos nocivos da doença; em algum momento esperamos controlá-la, em algum momento ela deve ser canalizada, mas então veremos os efeitos posteriores e como ela nos afetou. Faço um paralelo porque, levando em conta o que estavas dizendo, também temos que ver toda essa adaptação muito forte devido à necessidade, à colaboração, aos diferentes fatores em diferentes áreas como o setor docente e outras áreas de trabalho; mas também estamos começando a ver os efeitos nocivos e todas as coisas que estão faltando. Lembro que no ano passado, quando realizamos o ciclo de análise e debate na FLAC-SO, uma colega de Portugal naturalmente comentou que lhe tinham dado o computador. Não conheço nenhum caso na Argentina de alguém que tenha recebido um computador para trabalhar, exceto por algumas linhas de crédito para a compra de equipamentos ou outros problemas. Penso que a virtualidade provou ser muito útil, mas também que existem outras questões - pelo menos do meu ponto de vista - que não estão resolvidas e que a presença também é necessária como seres gregários que nós, seres humanos, somos. Não sei como vês isto, também para aprofundar ainda mais este *enfoque crítico tutelar* e o impacto da pandemia nas relações de trabalho.

AM. Um dos pontos que a pandemia trouxe para debate é a questão dos cuidados em geral. Poderíamos pensar sobre estas questões do ponto de vista da fé; o reconhecimento do valor econômico do cuidado - como as economistas feministas apontariam - também foi colocado no setor de emprego porque na América Latina, na ausência de sistemas de cuidado geral, há emprego privado neste nível. No outro dia, na reunião da Agenda para a Igualdade, surgiu a questão de que nós, famílias, muitas vezes não nos reconhecemos como empregadoras, que é muito difícil provocar uma mudança cultural para que nós, famílias, possamos reconhecer que estamos cumprindo um papel social como empregadores, que não só gostamos da pessoa que trabalha em casa e que essa pessoa não ajuda, mas sim trabalha em nossa casa....

MLG. Muitas vezes o suposto afeto é uma tentativa de encobrir ou disfarçar situações de fraude ou abuso.

AM. Deve-se ressaltar que em tempos recentes vimos diferentes formas de carinho, nem todas boas, mas ao mesmo tempo é também uma questão cultural. Penso que é muito difícil para as famílias pensar neste sentido, mas à medida que os direitos feministas avançarem e houver uma proposta governamental no setor de cuidados, esta mesma força de trabalho (poderíamos pensar nisso) será transformada no sentido de adquirir novas e diferentes habilidades, na medida em que possa ser integrada no emprego formalizado e institucionalizado e não tão privada ou em lares particulares como temos organizado aqui na América Latina. Muito se ganhou, mas acho que isto está acontecendo: com a emergência sanitária vem esta ideia de fechamento social e também os problemas econômicos que fazem as famílias, especialmente os grandes setores da classe média que são os empregadores, que podem pagar este emprego privado, ficar mais em casa e ao mesmo tempo ter menos recursos econômicos para contratar. E, ao mesmo tempo - é realmente muito claro - o fato de que o setor de cuidados e seu funcionamento, para o cumprimento dos horários de trabalho -sobre todas as formas de trabalho que enfrentamos aqui na América Latina- continuam a ser muito extensas.

MLG. Acho que nos convida a refletir sobre algo que levantamos na ocasião: a necessidade de uma política, de regulamentação, se não estou te entendendo mal. Neste sentido, acho que é muito importante enfatizar isto, porque mesmo na época, quando foi feita uma perspectiva sobre o papel da OIT, esta questão permaneceu aberta em certos setores e pode avançar

em um sentido tutelar, no sentido de melhorar as tarefas de cuidado. Mas também há sempre o risco de cair em preconceitos, em questões sexistas, em compensações e dizer que o futuro do trabalho (como diz a OIT, eu prefiro sempre falar sobre o trabalho do futuro) passa por aí. Acredito que algumas das atividades de trabalho do futuro exigirão nossa atenção e nossa regulamentação, ou melhor, a regulamentação do Estado, para ver como se desenvolve e se aperfeiçoa; que não se limite apenas ao trabalho em casas particulares, mas que se aprofunde. Teremos que discutir como. Porque depois há questões de estrutura que podem ser levantadas, mas também é necessário não limitar o debate. E isto sem prejuízo de todas as valiosas contribuições que fizeste. Parece-me que os horizontes devem se abrir mais, particularmente a partir do enfoque tutelar crítico gostamos de salientar que precisamos de um processo de desenvolvimento, de industrialização no sentido moderno, para que também permita situações de desenvolvimento e excedentes que possibilitem o aperfeiçoamento das tarefas de cuidado. Como estavas dizendo, talvez a questão do emprego privado no sentido estrito da palavra ou *latu sensu* devesse ser deixada de lado. Não sei qual é a tua opinião sobre isto, estaríamos interessados em ouvir as tuas mais do que valiosas contribuições sobre isso.

AM. A questão do desenvolvimento na América Latina é uma questão muito central na teoria econômica, na teoria social em geral. As tensões que nos levam a pensar em processos como os da antiga escola da CEPAL, de heterogeneidade estrutural, de setores que apresentam níveis de produtividade muito diferentes, também nos levam a pensar em fraturas; fraturas que vocês também verão mais tarde no mundo das relações de trabalho, que são muito diferentes (coberturas muito diferentes, acessos muito diferentes). Uma das questões trazidas pela pandemia é também a do processo de digitalização, que tem a ver com a criação de empregos privados e o lugar da América Latina no comércio internacional. Sabemos que há alguns anos as economias, especialmente as do Cone Sul e da América Latina em geral, têm tido um sistema de produção muito primarizado, com a maior parte das divisas vindo da produção primária. É exatamente aqui que reside o desafio. Certamente, qualquer especialista ou economista especializado pode testemunhar ou fazer uma análise mais precisa. Mas há a questão da industrialização desses bens primários e da busca de nichos de desenvolvimento, clusters, que podem nos proporcionar empregos de qualidade. Este é um desafio regional, um desafio que acredito ser mais saudável na medida em que as instituições do MERCOSUL funcionam, mas me parece que é um dos pontos centrais da pós-pandemia: como vol-

tar ao crescimento do emprego genuíno e também com um certo grau de proteção social.

MLG. Percebi isso e respondeste mais do que bem, destacaste aspectos centrais. Muitas vezes a discussão não ocorre precisamente em termos transdisciplinares, mas em fatos isolados. O problema é levantado como se fosse apenas economia de cuidados ou apenas teletrabalho, e deste ponto de vista precisamos mostrar uma abordagem holística e transdisciplinar; a leitura não deve ser circunscrita a este critério mais marginalista que nos é oferecido a partir de outras abordagens. Como vêes o impacto da pandemia nas relações de trabalho? Onde percebes as maiores transformações ou os maiores impactos (já destacaste alguns deles) e eu gostaria de saber se você acha que isso continuará durante o transcurso de 2021, ou seja, como achas que se projeta?

AM. Em princípio, um primeiro diagnóstico, pelo menos da minha equipe, é que um dos resultados da pandemia é um aumento da segmentação do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, um aumento da segmentação social na América Latina. Mas quando falamos de segmentação social, estamos falando também de segmentação territorial, porque esta situação de isolamento e muitas vezes de teletrabalho tem levado a menos relações sociais em termos diferentes. Pensemos no pessoal docente, uma grande parte do corpo docente, os professores e professoras, estão começando a voltar para a sala de aula, quando vamos a uma fábrica ou a um trabalho, encontramos um grupo de profissionais: com o senhor ou a senhora na recepção, o chefe, etc. Por exemplo, na Argentina falamos muito do setor masculino do futebol, não do setor feminino... Há um nível de relacionamento que hoje se perdeu muito e foi segmentado em termos territoriais muito fortes. E, ao mesmo tempo, temos o diagnóstico de que este é também um fenômeno muito marcado do mercado de trabalho: uma segmentação que, ao mesmo tempo, gera brechas de renda muito intensas, o que certamente veremos em um aumento muito acentuado da desigualdade nestes anos na América Latina. Sei que o relatório de perspectiva social da CEPAL para a América Latina saiu hoje mesmo, ainda não tive a oportunidade de lê-lo, mas o aumento da desigualdade e da segmentação social seja provavelmente uma das questões mais salientes.

MLG. Penso que houve muita prudência por parte de alguns movimentos sindicais, por causa da pandemia, a fim de evitar o contágio, e em muitos casos os mecanismos de reclamação também diminuíram. Estou falando da região, particularmente de alguns lugares que, por diferentes

razões, devido à prudência ou ao enfraquecimento do ator sindical, nos leva a refletir. Sempre valorizamos a atividade sindical, que hoje parece estar sendo discutida e redescoberta em outras partes do mundo. Todos ficaram surpresos quando o Presidente dos Estados Unidos propôs muito prudentemente - porque as relações de trabalho nos Estados Unidos também têm certas dificuldades - que os trabalhadores deveriam ser proibidos de exercer seu direito de sindicalização, não deveriam, devem, porque a liberdade de associação é um direito humano fundamental. Mas esse é um dos aspectos de um dos atores das relações trabalhistas. Eu acho (não sei qual é a tua opinião) que, dado o que muitas pessoas disseram sobre a pandemia desencadeando muitas transformações em um sentido protetor, parece que na verdade está favorecendo o aprofundamento das desigualdades e segmentações que mencionaste. E aí nos falta outro elemento, outro ator relevante - que também discutimos muito na abordagem tutelar crítica - que é o papel do Estado. Gostaria de te perguntar, Ana, que ferramentas achas que o Estado tem para tentar ao menos amortecer ou reverter essas consequências durante o ano 2021?

AM. Acho que o Estado argentino fez muito. Tivemos conversas com o ministro, com o secretário de emprego. O Estado argentino tem feito muito para tentar proteger o emprego. Implementou uma série de medidas de proteção para o setor de trabalho, bem como - tentando ao mesmo tempo - dar continuidade às empresas: todo o programa de ajuda para salários, subsídios, empréstimos. Em 2020, o Estado argentino foi muito ativo na tentativa de manter o emprego como uma relação social e também como base, ao mesmo tempo, da identidade, a garantia na relação da sociedade como um todo. Neste sentido, houve novamente uma re-centralização do emprego com a mudança de governo. Temos muitos desafios em relação a como voltar ao caminho do crescimento econômico. Uma das coisas que acabaste de dizer: sem crescimento econômico não há criação de empregos. Portanto, em uma primeira fase temos que voltar ao crescimento, se quisermos expandir os direitos, temos que voltar ao crescimento. Caso contrário, ainda estaremos apenas em modo defensivo. Penso que 2021 vai ser difícil neste sentido, porque as economias estão apenas decolando e sabemos que o processo de vacinação ainda não é eficaz na maioria dos países do mundo. Embora haja uma grande porcentagem da população vacinada, os sistemas de saúde ainda estão respondendo (muitos deles) em plena capacidade e sabemos que ainda temos pelo menos mais seis meses de desafios em termos de começar a fazer o maquinário funcionar, para fazer funcionar plenamente a economia. Não pode haver outro método além

de um defensivo com uma queda de 10 pontos no PIB. Estamos realmente passando por uma grande crise.

Eduardo Manuel Val. Vou falar em português, pois este é um evento binacional e noto que há muitas pessoas do Brasil presentes. É importante aqui, Ana, destacar o número total de mortes no Brasil. Hoje temos mais de 270.000 pessoas e estamos batendo um recorde. Todos os dias batemos um recorde. Mas hoje já morreram 2286 pessoas. E é importante seguir isto porque é uma questão de memória cotidiana, de pessoas sacrificadas por omissão e por comissão de um Estado - como o Estado brasileiro - que não oferece um mínimo de garantias do direito fundamental à vida. Além dessa memória, de cada uma dessas pessoas que estão morrendo e que se multiplicam em termos de dor e sofrimento, eu gostaria de mencionar o Mercosul. O Mercosul deveria, a meu ver, ser outra ferramenta para poder, por exemplo, melhorar as taxas de crescimento. Foi claramente afirmado, e concordo: se não crescemos, não temos como ampliar os direitos. Bem, por que não utilizar uma iniciativa de integração como o Mercosul em um momento de emergência absoluta? Neste sentido, estou preocupado porque o Brasil, por exemplo - o Rio de Janeiro em particular - deveria unir forças e coordenar políticas públicas na área da saúde para todo o Mercosul. Temos um governo que está abertamente em negação sobre isto. Nenhuma iniciativa de saúde comum do Mercosul surge da situação em que nos encontramos hoje. Na área do trabalho, temos um excelente projeto de carta sócio laboral para o Mercosul. Mas está em um impasse porque os setores empresariais (basicamente em São Paulo no Brasil) se opõem ao reconhecimento em um texto - que em princípio não tinha nenhum vínculo formal - dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, pergunto, será que com esta situação que parece estar acontecendo na América Latina - os casos do governo de Alberto Fernández na Argentina, outros casos de governos na América Latina que estão voltando, como o de Evo Morales, a possibilidade de outros governos com maior consciência social - devemos alimentar a esperança de que o Mercosul seja um enfoque de desenvolvimento que permita que os direitos, fundamentalmente os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras da América Latina, sejam ampliados?

AM. Sim, eu acho que sim. Sabemos que na América Latina a chance de crescimento está na parceria. Um dos slogans aqui na Argentina é “ninguém se salva sozinho”. Penso que isto também pode ser válido para a América Latina como um todo. E gostaria também de acrescentar outra das situações em que seria realmente interessante progredir e que tem mui-

to a ver com as relações de trabalho e a atividade sindical: aquela que tem a ver com as condições de trabalho e o ambiente de trabalho. Uma das questões que surgiram após a pandemia foi que aqueles setores com alta produtividade (na América Latina temos setores com muito boa produtividade, onde as pessoas trabalham muito bem; na indústria automotiva, em termos gerais, elas trabalham bem), não há contágios. Ouvi, por exemplo, os gerentes de fábricas automotivas dizerem: não há contágio aqui. Por que não há contágio? Porque eles têm procedimentos que lhes são enviados pela sede e podem garantir que o trabalho seja realizado sem riscos. Sabemos que estes são certos setores hipermodernos e o desafio, em todo caso, é que também deve ser um direito de todos os trabalhadores y trabalhadoras: condições e meio ambiente saudáveis tanto nas fábricas quanto, como dizia Mario, no que diz respeito ao teletrabalho.

MLG. Há um elemento que me parece central, que sempre caracterizo e categorizo como uma ferramenta estratégica, e que é a inspeção do trabalho. Em algumas jurisdições (na província de Buenos Aires, uma resolução do Ministério do Trabalho - nº 135 - estabeleceu o caráter obrigatório dos protocolos de saúde), o que está de acordo com o que destacas; e não apenas o estabelecimento, mas também a continuidade da atividade de inspeção. A Argentina é diferente do Brasil em termos de inspeção, pois a inspeção previdenciária é federal e a inspeção do trabalho é local. O Brasil tem uma inspeção centralizada, embora às vezes atue de forma descentralizada, tem uma inspeção federalmente coordenada (digo isto para fins ilustrativos). Mas não é replicada em todos os lugares da Argentina. E isto é algo que também destacamos do enfoque crítico tutelar, como muito bem expuseste: condições no ambiente de trabalho, não discriminação da norma, supervisão... Tudo vai junto. Porque às vezes - e também dizemos isto - é importante não permanecer no aspecto positivista de dizer que temos o padrão e que ele está resolvido. Não, isso não está resolvido. Posteriormente, a regra deve ser aplicada através de tarefas pedagógicas e educacionais, mas também através de sanções quando não for respeitada. Em muitos casos foi suficiente que a autoridade administrativa em algumas partes da Argentina emitisse um aviso para que a situação fosse resolvida; especialmente em áreas que não têm o grau de desenvolvimento da organização de gestão de pessoal que os grandes fabricantes de automóveis têm em nosso país. Caso contrário, a empresa poderia ser ordenada a suspender o trabalho até que esteja de acordo com as normas. E estamos vendo, e isto é muito interessante em termos de direito do trabalho, que em muitos casos o empregador reclama dos custos, mas quando ele vê que

a atividade está sendo retomada, funciona bem, ele começa a se preocupar mais em preservar os custos. Especialmente, como destacaste, em lugares onde há maior valor agregado. Paradoxalmente e infelizmente, em lugares onde há menor valor agregado, geralmente há menos interesse porque a mão-de-obra é mais facilmente substituída ou as coisas são infelizmente administradas de uma maneira diferente. Mas parece-me que cumprir as condições - e acho que vamos concordar - é também uma forma de distribuir riqueza; porque distribuir riqueza e melhorar a qualidade também gera custos. Para o trabalhador - e não estou dizendo isso em detrimento dos salários, os salários são extremamente importantes - há outras questões que também são necessárias; para que aquilo que ele ganha hoje não acabe sendo o que dentro de alguns anos o impossibilitará continuar trabalhando. Acredito ser muito importante e gostaria de salientar que concordo com o que falas sobre as condições do ambiente de trabalho e deixo em aberto o que Eduardo também mencionou, minhas dúvidas sobre a verdadeira vontade de diálogo. Sempre digo que o diálogo social, do qual a OIT tanto fala e que eu tanto valorizo, não pode ignorar a existência de conflitos. Isto não significa entrar em conflito, mas entender que existe um conflito e que às vezes o diálogo é usado para dilatar as questões e não para resolvê-las. E que, como estávamos falando antes, inclusive na pandemia, talvez não surjam situações de conflito devido à prudência dos próprios trabalhadores, sem prejuízo da prudência de muitos empregadores, mas que às vezes a imprudência é vista mais naqueles que organizam a atividade. Parece-me que fornecemos alguns elementos para seguir trabalhando.

AM. Desculpe, eu queria acrescentar algo. Acho que o que estamos discutindo sobre as condições de trabalho e o ambiente de trabalho, particularmente na Argentina e no Brasil, afeta o setor público. Acredito que este debate sobre as condições do ambiente de trabalho e as condições nas quais os diferentes setores sociais trabalham, os diferentes segmentos do mercado de trabalho, também faz sentido na atividade sindical.

MLG. Perfeito. Acho que a leitura que fazes é impecável porque exatamente o que queremos promover a partir deste *enfoque tutelar crítico* é ir além das leituras lineares. O que acabaste de nos dizer e com o que concordamos é: primeiro, aproveitar a experiência das organizações sindicais, que são as que reúnem os trabalhadores, que conhecem muitas realidades, sem prejuízo de outros atores. Mas também a leitura, a não simplificação de dizer que *não querem voltar ao trabalho*, é uma leitura muito “berreta” simplista (muito simples, não sei se Eduardo pode dizer se tem alguma tradução para o português), muito precária, e precisamente o que queremos

daqui humildemente - e por isso te agradeço à Ana e ao Eduardo também - discutir todas as contribuições que podem ser feitas para aprofundar os debates, enriquecê-los, acrescentar variáveis e reconstruir um discurso que leve em conta estes problemas. Gostaríamos que nos disseses em que estás trabalhando agora. No contexto do programa de mestrado da FLACSO ou em tuas áreas de pesquisa, em que estás te focando? Sei que está ligado a algumas das questões de que estávamos falando hoje.

AM. Minha linha de trabalho mais forte tem a ver com a inserção laboral de pessoas em idades jovens, as juventudes como dizem hoje em dia. Sabemos que um dos resultados da pandemia é que o emprego dos jovens está em seu nível mais baixo em muitos anos. Eu não vi, nem na crise de 2001 na Argentina nem na crise de 1998 no Brasil, níveis tão baixos de emprego juvenil e ao mesmo tempo tão precários. Em particular, estou terminando um projeto chamado *Coletiva Jovem* que tem sua contraparte no Brasil, na Fundação de Pesquisa de São Paulo, Brasil (FAPESP), graças ao apoio do Canada's International Development Research (IDRC). Desenvolvemos este projeto Coletiva Jovem na periferia de São Paulo e na periferia da Grande Buenos Aires, tentando encontrar recomendações de políticas públicas para incorporar ao mercado de trabalho aqueles setores da juventude que se encontram em situações de maior vulnerabilidade. E neste sentido, descobrimos que certos tipos de iniciativas comunitárias tinham mais chances de alcançar a eficácia do que políticas que são apenas políticas para indivíduos ou para sustentar subjetividades individuais. Há algum tempo, temos apoiado a atividade da Federación Familia Grande Hogar de Cristo, uma atividade muito importante na Argentina e também na periferia de São Paulo.

MLG. Precisamente ia destacar isso, a configuração ou reconfiguração das subjetividades, porque o alto número de desempregados ou a falta de emprego, a falta de inserção de mão-de-obra dos jovens, configura, reconfigura e eu diria - ousado dizer - desconfigura muitas questões; muitos dos problemas sociais que estamos enfrentando não são inocentes, por isso também queremos trabalhar e certamente o engajaremos porque não se trata de uma questão menor: Os problemas dos e das jovens, das juventudes, a fim de progredir com uma abordagem crítica deste setor, sobre o qual muitas vezes falamos do futuro, mas não prestamos atenção ao presente daqueles que talvez não possam o futuro, infelizmente, e quem dera não fosse assim.

AM. Sim, há coisas muito interessantes. Outro dia, Lais Abramo, que é uma colega de quem gosto muito, estava me dizendo que em questões de juventude, a educação tem que andar junto com o trabalho. Há uma questão muito particular nesta fase da vida em que sabemos que tudo o que investimos em educação e o combinamos com o trabalho tem resultados a muito longo prazo. Meus trabalhos estão sempre um pouco desse lado e, ao mesmo tempo, sobre como gerar essas trajetórias saudáveis a longo prazo. Sabemos que o campo do emprego juvenil é um campo muito precário não apenas na América Latina, sabemos que este é também o caso na Europa. Temos um livro, por exemplo, de um colega inglês chamado *The Precariat* (O precariado), de...

EMV. Guy Standing. Eu o introduzi em todos os meus trabalhos recentes. Curiosamente, também estamos trabalhando aqui.

AM. Sim. Ele obteve muito prestígio com esta publicação. É muito interessante. Sabemos que, inclusive na Europa, quando ele se refere a esta classe jovem como uma classe precária, ele a chama de um processo de mobilidade social descendente; como se os filhos e as filhas não pudessem ter o mesmo lugar ocupacional que seus pais ou mães e ganhar uma renda. Sabemos que na América Latina esta situação é variada, que não é apenas um segmento etário, mas sim que também é muito afetado pela lógica da desigualdade social. Sabemos que alguns jovens conseguem, de qualquer forma, ter uma trajetória ascendente e alguns permanecem muito segmentados, como aquele em que estamos trabalhando agora, muito vulnerável, em bairros que estão muito segregados da lógica urbana. Aí estamos tentando colaborar onde podemos e também produzir conhecimento com as organizações, o que é sempre muito interessante e mais interessante do que estar na escrivania.

EMV. Ana, no trabalho que estás fazendo na periferia de São Paulo, estás trabalhando com técnicas de interseccionalidade? Os problemas da juventude na interseção, por exemplo, a juventudes femininas, a juventudes mulher negra... A questão da interseção racial e da interseção de gênero no Brasil é fundamental. Historicamente, sempre foi um problema e, em meio à pandemia, sabemos que o desemprego aumentou significativamente neste segmento.

AM. Sim, tivemos, junto com este projeto, a possibilidade de estarmos em São Paulo numa época em que Angela Davis e Patricia Hill Collins, duas das principais pensadoras desta corrente, estavam lá. A verdade é que

achei o impacto muito forte, marcando também a ideia de raça como algo que talvez na Argentina esteja mais diluído, sim está presente, mas não com a mesma força no sentido de interseção.

MLG. Ana, é um prazer te ouvir, eu realmente te agradeço e agradecemos por tuas contribuições. Muito obrigado, Eduardo, que participou desta atividade colaborando com algumas intervenções ou perguntas a quem vamos entrevistar na próxima reunião - quarta-feira, 24 de março - em uma data muito especial para a Argentina. Eduardo também tem colaborado ativamente no desenvolvimento das relações internacionais. Sou especialmente grato a Ana, obrigado Eduardo.

Crescimento econômico e relações trabalhistas: políticas de desenvolvimento

22 de setembro de 2021

Alejandro Roba

Economista. Coordenador do Programa de Coyuntura Económica. Vice-reitor da Universidade Nacional de Moreno (UNM).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde, Alejandro. Bem-vindo. É um verdadeiro prazer contar contigo. Falaremos de temas muito interessantes, como o crescimento econômico e as relações de trabalho, as políticas de desenvolvimento e essas relações que às vezes são harmoniosas e às vezes são antagônicas.

Alejandro Robba. Muito obrigado. Saudações a todos vocês. E aqui estou à sua disposição para desenvolver algo do que pude experimentar como funcionário público como economista e agora como vice-reitor de uma universidade pública, o que também é um desafio importante, pois fazemos parte de um grupo de colegas de um grupo de universidades no conurbano (área da Grande Buenos Aires, uma área muito populosa) criadas em 2010. A Universidad Nacional de More - não é uma universidade que tem apenas 10 anos, começamos a ter nossos primeiros graduados há três ou quatro anos e vamos chegar a mil graduados até o final do ano. A maioria deles é a primeira geração de graduados universitários em suas famílias, e um fato significativo é que entre 60 e 65% dos pais e mães desses jovens homens e mulheres não tinham concluído o ensino médio. Portanto, estas novas universidades, que chamamos territoriais, estão aproximando a educação de lugares na Argentina que, embora muito próximos à Capital Federal, são de difícil acesso. Muitos não entendem o problema que talvez para ir, por exemplo, de Moreno até a Universidade de Buenos Aires - aproximadamente 30 km – estes jovens tenham que pegar um ou dois ônibus, depois pegar o trem, pegar outro ônibus da capital para a universidade, depois voltar... A maioria destes estudantes que estão estudando hoje na Universidad Nacional de Moreno (ou em outras universidades), se eles não tivessem esta universidade, eles não estariam cursando um curso universitário.

MLG. O que destaca é central não só em termos de impacto educacional,

mas também cultural em sentido macro em termos de inserção e desenvolvimento no território. És professor, trabalhaste e estiveste ligado ao curso de graduação - além do fato de que hoje seres responsável por ser vice-reitor da Universidade Nacional de Moreno. Quando falamos em economia, há sempre - e particularmente em algumas áreas - um debate sobre economistas ortodoxos, economistas heterodoxos. Por que falamos sobre isso? Por que são classificados como tal? O que isso implica?

AR. É um pouco maniqueísta diferenciar entre ortodoxas e heterodoxas porque, entre estas duas definições, existem outras correntes e diferenças. Basicamente, existe uma economia principal que, como toda economia principal, em um determinado momento se torna senso comum. Esta corrente dominante, que chamamos de ortodoxa, nem sempre foi a mesma. É uma ortodoxia que começou em meados da década de 1970 e que podemos chamar de neoliberal. Basicamente, penso que todos nos entenderemos, mas até o final dos anos 60 a “ortodoxia”, a principal corrente, era o que hoje consideramos heterodoxia; isto é, aquelas correntes mais próximas do keynesianismo, da ideia do Estado bem-estar, de que a economia cresce do lado da demanda, de um Estado que não olha para o outro lado, mas que intervém sempre na economia para nivelar o campo de jogo do lado dos trabalhadores. Naquela época e até a crise do petróleo de 1973, 1974, a principal corrente - a antiga “ortodoxia” - era esta corrente mais mercado-internista onde o Estado intervinha não só em termos de justiça, segurança, educação, mas também em termos de relações de produção e procurando promover a industrialização e o mercado interno. A partir dos anos 70, a ortodoxia é o que chamamos agora de neoliberalismo ou o consenso de Washington. Sempre digo que se essas correntes de pensamento - além do bom senso - tivessem resolvido os problemas das grandes maiorias, não apenas nos países periféricos, mas também nos países centrais, talvez hoje estaríamos todos alinhados com essas ideias econômicas. Em vez disso, o que tem acontecido desde os anos 70 em nosso país (como nos países centrais) é que houve uma maior diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; e no interior dos nossos países, e também dentro dos países centrais, maior des-igualdade e maior desigualdade também nos países centrais. Então, como muitos de nós, penso eu, não estamos satisfeitos com a situação econômica da grande maioria da população nos últimos 20 ou 30 anos, começamos a nos perguntar: estas ideias que não resolvem os problemas, por mais ortodoxas ou de bom senso que sejam, para que servem? Acreditamos que elas são de pouca utilidade. As escolas de pensamento mais heterodoxas que podemos chamar estruturalistas, keynesianas,

neo-desenvolvimentistas, eu diria que na Argentina elas se desenvolveram significativamente desde os governos dos ex-presidentes Néstor Kirchner e Cristina Fernández, porque se desenvolveram não apenas em termos teóricos, mas também em termos práticos. Deste ponto de vista, creio que a questão da ortodoxia ou heterodoxia para nós tem basicamente a ver com o fato de que as ideias que ouvimos regularmente hoje na televisão, dos economistas midiáticos, nos principais jornais nacionais - e também dos *opinólogos* políticos e jornalistas - são ideias que não têm sido eficazes para resolver os problemas de desigualdade e pobreza que nossos países têm experimentado. Além das crises cíclicas que países como a Argentina tiveram, o que também dificulta a obtenção de uma economia saudável e estável. Em países onde estas ideias foram aplicadas ao pé da letra, como Colômbia, Chile e Peru, elas podem ter crescido e sido mais estáveis, mas em termos de distribuição de renda elas deixam muito a desejar.

MLG. Muito interessante. Tomei a liberdade – dentro do marco do *enfoque crítico tutelar* – de sugerir a existência de uma *hegemonia deslaborizadora* que está muito vinculada a ortodoxia que nos explicavas. Como economista, professor, funcionário público responsável e agora vice-reitor da Universidade Nacional de Moreno, gostaria de te perguntar sobre o curso de Economia, quais são as características que o diferenciam de outros cursos da Universidade Nacional de Moreno? Ou características que gostarias de nos ilustrar nesta lógica e também nestes marcos teóricos?

AR. Sempre dizemos a nossos alunos que lhes pedimos que façam um sacrifício ou duplo esforço, porque ensinamos ou transmitimos assuntos do lado das correntes mais liberais ou ortodoxas, mas eles também têm que fazer esse esforço para incluir os pensadores ou as ideias mais heterodoxas. O que quero dizer? Na maioria das universidades, as ideias mais keynesianas ou aquelas que dão maior preponderância à demanda como motor do crescimento (em outras palavras, o que faz a economia crescer é a demanda efetiva, que então impulsiona maiores vendas e faz as empresas investirem, e não as políticas de redução de custos ou de redução de impostos muito altos ou como disciplinas opcionais; ou nos últimos minutos de cada disciplina. E eles apenas dizem: bem, eu tenho um amigo heterodoxo, ou tenho um pouco de heterodoxia, para dizer que somos amplos. Propusemos e temos a necessidade - não sei se temos a virtude - de ser um curso onde nossos alunos tenham a possibilidade de conhecer as ideias mais ortodoxas, onde a principal corrente de pensamento é transmitida, mas depois são feitas críticas e é dada a mesma importância às duas correntes. Não ir pelo outro caminho. Temos professores com uma forma de

pensar mais liberal, professores com uma forma de pensar marxista, outros com uma forma de pensar mais keynesiana. E temos, como característica, um núcleo central mais próximo das ideias de um economista como Piero Sraffa, que tomou os clássicos da economia - como David Ricardo, Adam Smith ou o próprio Karl Marx - mas os revisou, os atualizou e encontrou uma nova forma de explicar as relações sociais. Porque a metodologia que fez o neoliberalismo ou marginalismo na economia é desprender-se de toda a disputa política pelo excedente, ou seja, sobre a distribuição de renda; desde o início do século passado, começou um trabalho sistemático nas universidades inglesas e norte-americanas para se livrar deste pensamento clássico e reduzir todas as análises a um produtor individual, um consumidor individual, para falar sobre as preferências dos consumidores, sobre a curva de oferta e demanda, sobre o estabelecimento de preços com base na escassez: quando há mais trabalho o salário é menor, quando há uma maior quantidade de produtos os preços têm que descer... Algo que desarticulou tudo o que foi economia política clássica. O que Sraffa fez foi pegar de novo o problema central da economia - que é a produção e distribuição do excedente econômico - e dar-lhe toda uma matriz de pensamento baseada nos custos de produção, onde eu diria que o mais inovador é separar os preços das quantidades. Em economia ortodoxa, os preços e quantidades são determinados conjuntamente em um gráfico com curvas de oferta e demanda. O que dizemos desta heterodoxia é que, por exemplo, o salário é um preço político que é determinado por muitas razões que não têm basicamente a ver com a oferta e a demanda, mas com, por exemplo, as relações de poder, a cultura. Todas estas ideias estavam nos economistas clássicos: Smith, Ricardo, Marx. Depois, a partir desta *magia neoclássica*, a ideia de uma economia asséptica foi sendo transmitida, modelos econômicos onde a matemática joga, não ordenando ideias, mas talvez colocando um manto de ciência exata sobre a economia e não de ciência social. Isto é para encobrir o fato de que os problemas da economia estão ligados ao equilíbrio de poder entre capitalistas e trabalhadores, às relações de produção e à disputa sobre o superávit econômico que tem tanto a ver com emprego, desemprego, quanto com a existência ou não de inflação. Preços e salários são dois lados da mesma moeda, quando um sobe, o outro cai. Não há outra possibilidade e isso tem mais a ver com relações de poder e forças distributivas do que com curvas de oferta e demanda em um gráfico cartesiano. É isto que tentamos explicar ou tentar racionalizar com modelos econômicos e muitas vezes com ferramentas matemáticas, que ajudam a olhar ou resolver estes problemas e lhes dão racionalidade, para não esconder as verdadeiras dimensões da economia política.

MLG. Como isto é interessante porque também estás mostrando uma análise crítica da realidade, estás mostrando variáveis. Eu ousei - é quase audacioso, já que és economista - a destacar a visão marginalista, explicações simplificadas. Estavas falando sobre os preços, o impacto e como os atores sociais desempenham um papel neste contexto. Diz-se muitas vezes que é necessário distribuir, pode ser distribuído se houver produção, pode ser produzido ou a distribuição acompanha os processos de produção. Há muitas variáveis em jogo aqui e certamente poderás ilustrar esta complexa relação na Argentina, mas também na região, onde há diferenças, mas também problemas comuns, tais como a relação entre distribuição e produção.

AR. Há um debate hoje, na Argentina, que está relacionado a questões ambientais. E penso que é também uma discussão que está ocorrendo em outros países de nossa região. Mas ela tem sua origem - como muitas discussões - em situações completamente diferentes e que ocorrem nos países centrais, e é a seguinte: muitos economistas que também estão próximos de ideias heterodoxas de distribuição - mesmo dentro do governo nacional na Argentina de hoje - pensam que o problema de nosso país não é a falta de crescimento e criação de riqueza, mas a má distribuição da renda. Portanto, uma das soluções é: distribuir o que existe, mas não continuar a crescer. É frequentemente chamada de teoria do decrescimento, pois considera que o que o crescimento econômico faz fundamentalmente é atacar o meio ambiente; e como ataca o meio ambiente, a melhor coisa a fazer é ficar como estamos, mas distribuir melhor. Há vários problemas aí: se me falas que analisamos isto da perspectiva de um país central, eu ousou argumentar. Porém, em países com uma taxa de pobreza de 40%, como é o caso da Argentina, o que estarias distribuindo hoje seria a pobreza. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Argentina é aproximadamente 6 ou 7 vezes menor do que o dos países centrais. Vamos supor que hoje temos um bolo como o PIB na Argentina e com políticas distributivas começamos - se pudéssemos - *o grande Robin Hood* “tirando dos ricos para dar aos pobres”. Primeiro, vais ter poucas ferramentas para fazê-lo; e segundo, vais ter sérios problemas políticos. Um exemplo que eu acho que todos nós entenderemos: quando eles queriam impor um imposto sobre a riqueza (que realmente tinha pouco impacto sobre grandes fortunas, era pagável, não era confiscatório, etc.), não só muito poucas pessoas o pagavam, mas - exceto a coalizão governamental - as outras forças políticas estavam contra ele. Mesmo em uma pandemia. Se isso não pode ser alcançado, então me pergunto que distribuição poderia ser alcançada ou que política fiscal mais agressiva do que este imposto patrimonial seria viável em um país que não

está crescendo (de fato, está diminuindo); seria impossível devido a uma questão de poder distributivo. E o mesmo do outro lado: quanto tempo a sociedade poderia suportar se houvesse níveis mais altos de pobreza? Ou haveria uma revolução social ou - por outro lado - um golpe de mercado por parte dos setores que estão impulsionando com esta distribuição progressiva. Portanto, para que isso não aconteça - ou para dar um pontapé na discussão desse gargalo para frente - temos que crescer, não encolher. E, é claro, melhorar a distribuição da renda de modo que este crescimento, este bolo em crescimento, vá mais para os trabalhadores do que para o capital. E isto é um pouco assim, adiantando-se às questões do meio ambiente para o desenvolvimento econômico, a desculpa das teorias do decrescimento tem a ver com o fato de que basicamente continuar a crescer implicaria maiores problemas para a população em termos de aquecimento global. Agora há outra discussão que gostaria de introduzir: em termos de aquecimento global, a responsabilidade dos países subdesenvolvidos não é a mesma que a dos países desenvolvidos. Também não sou um romântico como muitos ambientalistas que dizem que os países centrais têm que pagar de alguma forma, diminuindo e nos dando aos países subdesenvolvidos algum tipo de bônus ou algum tipo de possibilidade para que possamos crescer sem atacar o meio ambiente. Isto não vai acontecer por causa de uma questão que levantei no início. Existem relações de poder que significam que os países desenvolvidos, que são os que mais invadem com suas práticas e seu uso de energia fóssil, estejam atacando o meio ambiente. Não encontro, em nenhum país subdesenvolvido, a possibilidade de que podamos avançar e melhorar as questões sociais se não crescermos. Esta é a discussão e na Argentina ela é basicamente levantada por setores frequentemente patrocinados por ONGs ou Greenpeace, que buscam ou encorajam o medo na sociedade, por exemplo, com questões como estas criações de porcos que existem em todo o mundo ou as questões que o lítio não poderia ser extraído na Argentina porque também teria um impacto negativo. Houve também uma discussão sobre a produção de salmão na Terra do Fogo (que foi proibida) ou sobre o que está acontecendo no planalto patagônico onde existem setores que não querem que as populações entre o mar e as montanhas tenham acesso à produção mineira, o que seria uma salvação em termos econômicos para eles, para a Argentina, e também porque poderíamos deixar de importar muitos produtos minerais. Sem estes produtos minerais, é claro, é impossível alcançar a inclusão social. Porque do que estamos sempre falando, em termos de inclusão, é de aumentar não os programas sociais, mas o trabalho decente, que é o núcleo de todas as políticas que

consideramos necessárias para a inclusão social. E vou te dar um exemplo muito claro desta contradição. Aqueles que são a favor da energia eólica, a favor dos carros elétricos, devem saber que essas baterias precisam de muito mais cobre e lítio do que as que temos hoje. Portanto, se não formos para mais mineração, mais lítio, cobre e prata, etc., não seremos capazes de produzir carros que seriam mais sustentáveis. E também não temos os dólares para importar esses produtos. Portanto, o que temos que fazer é complementar as cadeias de valor da Argentina em termos de produtos primários, em mais e melhor mineração; e fazê-lo como fazem nos países centrais e em países como Canadá e Austrália, onde há empresas que são as mesmas que poderiam estar investindo aqui. Ou formar joint ventures com empresas argentinas que possam operar em nosso país, extrair esses recursos naturais, produzir aqui baterias de lítio, o que pudermos com o desenvolvimento tecnológico, crescer e substituir as importações que estamos fazendo hoje e que apertam nosso balanço de pagamentos; e faz com que a Argentina tenha estas crises cíclicas quando os dólares se esgotam e os governos - como o anterior do ex-presidente Macri - querem resolver, endividando-se, tanto com o setor privado como com o Fundo Monetário Internacional. E isto não é uma consigna, tem acontecido e hoje temos este desastre do endividamento impagável da Argentina por aqueles que promovem as ideias econômicas neoliberais.

MLG. Falaste sobre cadeias de valor, sobre o valor agregado pelas relações de trabalho. Sabemos que quanto maior o valor agregado, maiores as possibilidades de melhoria salarial. Gostaria de perguntar sobre este exemplo que deste de fabricação de bateria: podemos pensar na possibilidade de não apenas extrair o mineral necessário, mas também produzir essa bateria, e como poderíamos obter ou gerar os recursos para fazer isso?

AR. Primeiro, para escalar a cadeia de valor, é preciso começar com o produto primário. Existe a possibilidade de que o capital nacional ou - no caso da Argentina - de empresas que já o fazem em outros países possam fazer parcerias com empresas argentinas e com a boa regulamentação estatal... A única possibilidade de isto permanecer no país não é que as empresas percam dinheiro (porque elas não virão investir na Argentina), mas sim com a união do capital argentino e um Estado com um contrato regulatório que garanta, por exemplo, que as empresas tenham que adaptar suas máquinas aos mesmos processos de produção que utilizam em outros países, e cumprir com os mesmos padrões ambientais. Isto se aplica à extração de minerais. Porém, depois, com políticas industriais, é possível garantir que,

ao invés de vender o produto, a matéria-prima possa permanecer no país. E há muitas políticas: impostos retidos na fonte, subsídios ou reembolsos diferenciados, dependendo do que estás exportando, e até mesmo políticas industriais que têm a ver com a melhoria de seus produtos ou da produção local e a agregação de valor local. Existem desenvolvimentos na Argentina que vêm ocorrendo há muitos anos, como a energia nuclear. Empresas como o INVAP, os desenvolvimentos de técnicos e físicos que saem do Instituto Balseiro, por exemplo. Hoje a Argentina, através de uma ajuda do governo nacional da empresa Pescarmona, está produzindo componentes para energia eólica a nível interno. Portanto, é possível, se houver decisão política, se houver capacidade humana e um Estado que regulamentemente, ter uma economia sustentável que crie empregos decentes. É por isso que estamos voltando à economia heterodoxa, ninguém está pensando em empresas perdendo dinheiro, mas sim em dar incentivos para que o investimento das empresas seja rentável, mas com o Estado; tornando esse investimento viável, mas garantindo que a maior parte ou grande parte da rentabilidade e da produção local permaneça na Argentina. Porque quanto maior a possibilidade de substituição de importações e de exportações com maior valor agregado, afastamos a possibilidade de crises recorrentes. As crises na Argentina, ao contrário do que diz o manual - da corrente do pensamento neoliberal - não estão relacionadas a problemas de déficit fiscal; isto é, que o Estado gasta mais do que arrecada. O problema sempre foi o setor externo. Quando a Argentina fica sobre endividada e deixa de pagar - ou há a possibilidade de deixar de pagar - e este financiamento é cortado, geralmente há uma corrida contra o peso, uma desvalorização. Esta desvalorização, a primeira coisa que faz é baixar os salários reais, porque os preços muitas vezes sobem em relação ao dólar, mesmo que não sejam produtos importados, e deixa a impossibilidade de continuar crescendo e distribuindo renda. Portanto, o afastamento da restrição externa é o ponto principal para que não haja crise na Argentina. E para isso, precisamos exportar mais e substituir as importações. É por isso que é essencial desenvolver outros centros de produção para exportação. E digo isto de outro ponto de vista: por que é muito bom para a Argentina desenvolver estes polos de exportação? Por exemplo, para que não fiquemos presos ao setor agroexportador. Se tivesses setores industriais nas províncias, setores de mineração importantes com capital nacional, setores de produção primária com maior valor agregado, terias não só a possibilidade de descentralizar o emprego das grandes cidades e enraizá-lo no interior e nas províncias, mas também terias uma compensação em termos políticos para que o Estado não fosse mantido cativo apenas por cinco ou seis empresas exportadoras

de grãos quando se tratasse de trazer dólares para depositá-los no Banco Central. Portanto, é um negócio vantajoso para todos, afastar a restrição externa, crescer, exportar mais, substituir as importações e também para diversificar os atores produtivos - que serão grandes porque não há pequenas empresas de mineração; não há Pymes de mineração. E as que existem - por exemplo, no Peru - são verdadeiramente terríveis em termos de meio ambiente e quase de trabalho escravo, auto trabalho escravo. Não estou fazendo uma alegoria das empresas de mineração; estou dizendo que os fatores produtivos e exportadores da Argentina devem ser diversificados por razões políticas, a fim de diversificar aqueles setores que trazem dólares para o país e que muitas vezes podem até mesmo fazer uma corrida contra o peso e - como vimos na Argentina também - atacar os governos nacional populares.

MG. Eu estava pensando como isto é importante para as relações de trabalho - como disseste - ter trabalho decente, trabalho digno, trabalho de qualidade. Falaste sobre os motores do gasto, do problema da restrição externa, que é um problema central para a Argentina, a estrutura produtiva desequilibrada que temos... qual é o papel dos gastos públicos no teu ponto de vista?

AR. Exatamente. O gasto público, seja em salários públicos, subsídios ou pensões - que é a maior parte do gasto público, mais o investimento público - tem uma função que para nós não é apenas tirar um país da crise, mas também uma função (que deve estar sempre presente) de estimular o crescimento econômico. Se analisarem os motores do crescimento na Argentina e compararem o impulso fiscal nesses períodos, perceberás que ele é um espelho. E não quero dar o exemplo dos anos dos governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández, onde podes ver fantasticamente que quando os gastos cresceram, a economia cresceu; ou quando havia um ajuste - devido à desvalorização, a renda da população havia caído - a economia caía, mas sim me refiro a um ano-chave do governo anterior. O governo do ex-presidente Mauricio Macri teve um ano de forte ajuste econômico em 2016, com a grande desvalorização de Alfonso Prat Gay que provocou a queda da economia (foi aí quando começamos com esta ideia do *segundo semestre*, que não chegava nunca). Para as eleições de 2017, o governo neoliberal do ex-presidente [Macri] realizou um *choque* de investimentos públicos e gastos públicos. Foi a primeira vez, por exemplo, que os beneficiários do abono universal por filho puderam ter acesso a créditos que eram um presente completo; mais de um milhão e meio desses empréstimos foram concedidos a taxas que depois, como eram taxas de mercado, eram

impossíveis de pagar e o governo do Presidente Alberto Fernández teve que refinar em 2019-2020. Mas, voltando a 2017, não só os salários superaram a inflação (que seria o choque da demanda do lado privado), mas também os gastos públicos cresceram acima dos preços; isso fez com que aquele ano fosse o único em que houve crescimento durante o governo Macri. E se formos à pandemia, após o desastre de abril de 2020, quando a economia caiu mais de 20%, a intervenção do pacote fiscal da COVID que o governo fez - e que foi importante em relação à produção - significou que a economia argentina caísse muito menos que no mês de abril. Em outras palavras, o ponto fundamental da crise foi em abril e, depois disso, ela estava sempre crescendo. Tanto que tivemos um crescimento econômico nos últimos meses do ano passado. Quando o governo retirou o pacote COVID - a partir de novembro do ano passado - e com a mobilidade e a abertura de lojas - e as pessoas podendo sair - o efeito sobre a renda de alguns daqueles setores que haviam sido atingidos pela pandemia - como o turismo - melhorou, mas a economia começou a crescer a taxas cada vez mais baixas. Por quê? Porque o governo confiou na ideia de Keynes de que quando há uma crise tens que intervir e quando a economia começa a crescer tens que retirar esse impulso. A partir de abril, quando a segunda onda chegou e o impulso fiscal foi retirado, a economia não cresceu nem no setor público nem no setor privado. Por quê? É muito fácil: podias andar pela rua, sair de casa, ir a um quiosque para fazer compras porque as coisas do famoso ASPO (Aislamiento Social Preventivo Obligatorio) ao DISPO (Distanciamiento Social, Preventivo y Obligatorio), em outras palavras, tinhas um maior grau de abertura em termos de mobilidade. Mas se não tens dinheiro para ir às compras, não vais às compras (mesmo que possas andar ou sair). As empresas eram capazes de produzir, mas não havia ninguém para quem vender; como deixaram de vender, deixaram de produzir. Isso era o que estava acontecendo. É por isso que o governo reverteu a situação em junho, começando novamente com bônus, com a possibilidade de reabrir as negociações salariais para que a economia pudesse crescer novamente. E a economia começou a crescer novamente. A discussão que estava à espreita na época - e que se tornou explícita na semana passada - na coalizão governamental, tinha a ver com esta discussão. Alguns setores diziam que o pacote COVID devia ser retirado e o governo retirou o pacote COVID, confiando de que os gastos privados compensariam a falta de gastos públicos ou o menor gasto público. Podemos discutir se foi por isso que o governo perdeu as eleições ou não, mas se retirares isso, se analisares os gastos públicos versus o crescimento, terás o que estou dizendo: retiraste o pacote COVID e a economia começou a crescer menos, o setor privado não foi a

força motriz porque os salários também não cresceram acima da inflação. Portanto, se a renda cai, o emprego também não dispara porque vínhamos de uma taxa de desemprego muito alta. Portanto, a Argentina não deveria ter retirado o impulso fiscal porque, quando o faz, a economia cai. Aqui temos outra discussão: também não é possível exagerar com estes gastos, com este crescimento, porque a economia argentina, como disseste, esta estrutura produtiva desequilibrada, toda vez que cresce muito precisa importar insumos, bens de capital. E se ficares sem esses dólares, terás a sensação de que o dólar está atrasado e vais provocar expectativas de desvalorização. Assim, hoje a discussão que está sendo encerrada no governo é: temos que avançar para maiores gastos e melhorar a renda das pessoas para melhorar o crescimento econômico; antecipar esse crescimento que não veio do mercado, mas não exagerar porque poderia ter um impacto negativo em termos de expectativas de desvalorização e que poderia ser muito pior do que esse crescimento lento, e isto se for gerada uma corrida contra o peso e o Banco Central não tiver as reservas necessárias para detê-la. Isto seria desastroso porque interromperia a recuperação que poderia ser impulsionada se, no último trimestre, os salários superassem a inflação.

MG. Uma explicação muito clara, mas eu só queria te fazer uma pergunta que muitas vezes surge quando falamos sobre isso: por que existe inflação?

AR. Eu sempre gosto de falar com evidências empíricas e se vocês se lembram em 2019 havia um déficit zero na Argentina; o governo Macri havia assumido um compromisso com o Fundo Monetário Internacional de não emitir - é por isso que nos endividamos em dobro - mas nem um único peso foi emitido durante 2019. O ajuste nos gastos públicos foi enorme. A economia teve um déficit quase zero e, no entanto, a inflação em 2019 foi de 60%, dobrou a inflação - que era alta - do último ano do governo de Cristina Fernández de Kirchner. Então, qual é a explicação? Foram os gastos públicos que aumentaram a inflação? Como diz o manual *neoliberal*, parece que não. O que aconteceu durante o período Macri, quando não houve emissão, mas a inflação dobrou a do período anterior, foi que o que disparou foram os custos; e os custos na Argentina são basicamente as tarifas e o dólar. Também pode haver inflação importada, como aconteceu nos últimos meses do ano passado, quando os produtos argentinos aumentaram seus preços e, como exportamos o que comemos, se não houver uma política de retenções mais elevadas, por exemplo, para separar os preços internos dos externos, o que aconteceu é que a inflação de alimentos na Argentina este ano foi muito maior do que em junho de 2020, por exemplo, quando os gastos públicos aumentaram exponencialmente. Portanto, a

única conexão que encontro entre emissão monetária ou mais dinheiro na rua e inflação é que se houver um excedente de pesos, ele pode ser usado para comprar dólares e não que esses pesos serão usados alegremente para comprar mais mercadorias (excesso de demanda) e isso fará com que os empresários aumentem os preços; porque os preços aumentam, em geral, se os custos dos empresários aumentarem. E digo em geral porque estamos falando de inflação, que é o aumento generalizado dos preços; trata-se de um problema macroeconômico. Pode haver aumentos especulativos específicos (tais como géis e máscaras de álcool no início da pandemia). Portanto, o canal monetário que vemos entre dinheiro e inflação não tem nada a ver com o excesso de demanda (que as pessoas comprem porque têm dinheiro), mas sim com o fato de que, se há aplicações em pesos que dão um retorno maior do que o dólar e estás esperando o dólar subir, vais comprar dólares. E se todos saírem para comprar dólares e uma desvalorização do peso é provocada, provocará inflação, porque então os preços aumentam e a primeira coisa a cair em uma desvalorização é o salário. Então o que fez o governo Macri? Ancorou os salários como um dos custos que não cresciam, mas aumentou o dólar e as tarifas. No início da conversa, dissemos que salários e preços são dois lados da mesma moeda. Quando ainda não pode se fixar vamos aumentar o outro, então a ideologia dos governos neoliberais é a seguinte: para que a economia cresça, a rentabilidade das empresas deve aumentar. Para fazer isso, é preciso baixar os salários e então o investimento será feito. Bem, não deu certo. Portanto, a rentabilidade do empresarial - qualquer empresário te confirmará - não se trata de melhorar a tua taxa de lucro, mas sim de vender mais. É aí que nos situamos quando falamos de motores de crescimento. Para que a economia cresça tem que haver dinheiro no bolso das pessoas, tem que haver uma crescente demanda efetiva para que os empreendedores, uma vez que vejam que isto está aqui para ficar, comecem a investir. Ninguém vai investir porque tem, por exemplo, um crédito barato; a menos que possa fazer um negócio financeiro (pegar esse crédito e colocá-lo em uma aplicação financeira). Qualquer pessoa sabe que se tens um negócio e não vendes, não importa o quanto abaxe seus salários, quantas pessoas demitas ou quanto abaxe teus impostos, não vais ganhar dinheiro, porque quando pensas em produzir, primeiro tens que ver se a tua demanda está crescendo. E aí eu acho que existe a inconsistência em termos teóricos, mas muito consistente em termos ideológicos, de como vender esta ideia de que se os salários e impostos forem reduzidos, a rentabilidade do negócio aumentará, os empresários investirão mais e contratarão mais trabalhadores. Bem, isso não

acontece na realidade; não acontecia agora, não acontecia com Macri e não acontecia no tempo de Menem, quando eles reduziam muito os custos de mão-de-obra e ainda assim o desemprego aumentava como nunca antes. Por que isso aconteceu? Precisamente porque não havia renda para os trabalhadores comprarem a nova produção que seria produzida devido aos salários mais baixos. Portanto, o que é bom negócio para um empresário, que está pagando salários mais baixos, é mau negócio para a macroeconomia, porque esse mesmo empresário, que ficaria feliz em pagar salários mais baixos, não percebe que se a mesma coisa acontecer com outros trabalhadores, eles não comprarão dele o que costumavam comprar.

MG. Perfeito, muito claro, há até mesmo alguns comentários que apontam precisamente que a conversa é muito boa, muito clara, especialmente para aqueles que não têm uma formação econômica, porque não estás apenas explicando o aspecto econômico, mas estás também mostrando a relação com o aspecto trabalhista e onde há de fato uma relação e onde não há relação para estes argumentos. Ainda temos alguns minutos e gostaria de agradecer novamente pela tua presença, tua clareza dos conceitos, o que realmente nos deixa muito felizes e fortalece o que temos trabalhado a partir do *enfoque crítico tutelar*, pois uma visão a partir da economia realmente enriquece o olhar das relações de trabalho. Sempre me lembro que lá pelos anos 90, quando estava discutindo com um querido colega que disse que não precisamos olhar para a economia, que assim vamos nos tornar economistas, no entanto, para as relações de trabalho também temos que entender a economia e a economia nem sempre é inimiga do trabalho, mas tem que estar ligada ao projeto de um país, a um modelo de crescimento e desenvolvimento com justiça social, como se proporia. Sem continuar mais, eu gostaria, Alejandro, como sempre fazemos, de deixar-te os últimos minutos para qualquer tópico que gostarias de complementar, de deixar-te para os conceitos finais antes da saudação e da despedida.

AR. Gostaria de te contar que a matéria da qual sou responsável se chama Crescimento, Desenvolvimento e Planejamento. E eu gostaria de começar pelo final, pelo planejamento, que é um assunto que nunca tocamos ou para o qual não temos tempo, na verdade o damos no final do curso e nunca tínhamos tempo de falar sobre planejamento; começamos a trabalhar os modelos de crescimento, de uma escola de pensamento, de outra, depois do desenvolvimento - que é como uma história econômica das ideias do pensamento do desenvolvimento econômico - e a partir do ano passado o que conseguimos fazer foi começar com planejamento. Por quê? Porque

eu acho importante ressaltar que planejamento é uma palavra ruim para o pensamento econômico dominante, mas não para as empresas. As grandes empresas planejam, os Estados europeus planejam. E não estamos falando do velho planejamento centralizado soviético ou dos planos quinquenais (por exemplo, do primeiro peronismo), mas hoje temos a impossibilidade desses consensos, do novo contrato social, do qual o vice-presidente da nação falou há alguns anos. Infelizmente, estamos deixando isso para o fim porque a situação atual, o debate da situação atual, está estabelecendo a agenda para nós. Precisamos desses instrumentos de consenso para chegarmos a um acordo entre os argentinos em três ou quatro pontos. Quais seriam os dois ou três pontos deste novo contrato social ou político entre partidos políticos e atores sociais? Há dois problemas que vejo hoje: a falta de quadros técnicos no Estado e a falta de representatividade das partes e associações empresariais; eu diria que os mais representativos são os sindicatos, como era o caso nos anos 70. Eu menciono como foi construído o plano Gelbard de 1974: ele não começou com uma ideia economicista, mas com quadros técnicos da antiga Comissão Nacional de Desenvolvimento que Frondizi e Illia tinham criado nos anos 60. Estes quadros técnico-políticos permaneceram no estado nacional; muitos eram liberais, como Dagnino Pastore ou Roque Carranza, que era um radical, e foram engrosando a inteligência técnico-política do estado. A partir de um trabalho realizado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1972, iniciou-se essa ideia de consenso — lembremos que o peronismo estava banido — que coroou o que se chamou o tempo dos povos, documento que a CGT fez após acordado com a CGE, a IUA, a Sociedade Rural, etc. A partir disso, foi gerado o plano Gelbard, que foi um importante consenso que foi abruptamente cortado pelo plano do ministro Celestino Rodrigo, chamado Rodrigazo e depois com a sangrenta ditadura militar. Embora não estejamos em condições de recriá-lo hoje, devido à questão do pessoal técnico do Estado e à falta de representação em muitos dos partidos políticos, organizações empresariais ou setores da sociedade civil, deveríamos fazer um esforço para ter dois ou três pontos, não olhando para o passado, mas sim para o futuro. Se concordarmos que o problema da pobreza, por exemplo, é uma questão de consenso entre todos nós, mesmo que tenhamos diferenças sobre como resolvê-lo, poderíamos começar a trabalhar nesse sentido. Se pensamos que a saída para a Argentina é recriar um país industrial, poderia ser um ponto de acordo para começar a trabalhar com todos os setores. Outro ponto poderia ser o investimento nacional em ciên-

cia e tecnologia. Sem este consenso, sem dois ou três pontos-chaves para o futuro, será difícil resolver o que estamos discutindo hoje em termos desta brecha ou diferença que existe na Argentina desde 1810 ou antes. Hoje me parece fundamental procurar dois ou três pontos para ancorar uma discussão interna. Se o governo nacional tivesse tido uma boa eleição, poderia ser um bom lugar para chamar a oposição, não para discutir os processos judiciais dos ex-presidentes, mas para trabalhar na ideia de dois ou três pontos-chaves: colocar o tema da pobreza na agenda, o tema dos problemas territoriais da Argentina ou da concentração territorial, a ideia de retornar a um país industrial, a um país onde a ferrovia é o modelo de transporte mais importante, e trabalhar nestes pontos com a oposição, como foi feito nos anos 70. Embora me pareça que estas condições não existam, mas se não começarmos por aí - e estou bastante otimista que podemos recriá-la com esta ideia de uma confluência de dois ou três pontos - parece-me que não vamos resolver todos os outros problemas. Hoje, a questão da pobreza, e particularmente a das crianças, é uma questão urgente. E aqui volto para a universidade: não podemos ter bons universitários se eles não tiverem uma boa educação secundária, boa saúde e uma dieta saudável e completa. Talvez a partir daí possamos começar a trabalhar nesta ideia de consenso, acho que é isso que está faltando. Quando se atinge este limite, esta profundidade da crise onde não resolvemos os problemas nem pela direita nem pela esquerda, podemos trabalhar nestes consensos básicos para um programa de unidade nacional.

MG. Concordo plenamente, Alejandro. Penso que temos uma crise de quadros no Estado; é um problema que está deixando de ser tático e está se tornando estratégico. As boas intenções, se existem, não são suficientes. A partir do *enfoque crítico tutelar* das relações de trabalho, reivindicamos algo que destaque e reconhece em termos dos atores sociais e particularmente do ator sindical. Gostaria de dizer em termos pessoais que muitas vezes não é considerado e não lhe é dada a importância que merece a partir de diferentes esferas. Penso que no momento a CGT está destacando, ou começando a destacar, algumas coisas, provavelmente a o mais organizado ou um dos âmbitos mais ou menos organizado e com alguma projeção estratégica que ainda permanece como reserva na Argentina, sem prejuízo de outras coisas, mas também levando em conta as crises de representação e representatividade que nos destaque. Gostaria de te parabenizar agradecer. Obrigado e boa tarde.

Modelo sindical e modelo de país

3 de noviembre de 2021

Abel Furlan

Deputado Nacional (MC). Secretário Geral da Unión Obrera Metalúrgica República Argentina (UOMRA, seção Campana).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde. Começamos pelo tema de hoje, a relação entre o modelo sindical e o modelo do país ou o modelo da nação. Mas antes de tudo, aproveitando o teu conhecimento e vasta experiência em questões sindicais e parlamentares, como caracterizarias os principais aspectos do modelo sindical argentino?

Abel Furlan. Boa tarde. O modelo sindical argentino foi criado - por Juan Domingo Perón - simultaneamente com um processo político e um projeto para um país que tinha os trabalhadores no centro do cenário e em um papel de liderança extremamente importante. Perón disse que o movimento operário era a espinha dorsal do peronismo. Muito tem sido dito sobre o movimento sindical argentino e ele nasceu claramente ao lado de um modelo de desenvolvimento, um modelo de indústria, um modelo de disputa pela redistribuição da riqueza; um modelo que claramente lançou bases sólidas muito importantes para as organizações sindicais que hoje estão vivas e representadas em nossa amada Argentina. Mas também lançou bases muito sólidas ao criar leis muito importantes em defesa dos direitos dos trabalhadores. O modelo argentino está sempre em discussão. Para aqueles de nós que vêm do movimento sindical operário - e também para aqueles de nós que vêm do peronismo - não há discussão. O movimento operário, o modelo sindical argentino é um modelo invejável no resto do mundo. Tive a oportunidade de viajar e compartilhar reuniões com camaradas em outras partes do mundo e muitas vezes eles se surpreenderam quando lhes contei sobre o alcance, os benefícios e o papel do movimento operário na vida social e política da Argentina. Este modelo sindical desempenhou um papel de liderança em seu início, como disse antes, lançando bases sólidas na indústria, no desenvolvimento, e também conseguiu - por que não dizê-lo - o pleno emprego. Então, quando o modelo é questionado... Logicamente, quando a globalização e a ala direita do poder real apareceram, este modelo começou a ser questionado como um impedimento ao desenvolvimento. Mas temos uma história muito rica em nosso país; o movimento sindical

argentino acompanhou o desenvolvimento, fortaleceu o processo de industrialização e não foi um impedimento para alcançar objetivos muito importantes, criar empregos, sustentar os direitos dos trabalhadores e permitir que os companheiros se sintam representados por esse movimento sindical. Portanto, hoje, mais do que nunca, está sob ataque porque o movimento sindical é responsável por salvar e proteger muitas leis (que protegem os trabalhadores). É evidente que o setor industrial, principalmente as multinacionais, não gostam desta proteção para com os trabalhadores; se dependesse deles, eles compartilhariam um modelo sindical semelhante ao do Chile. E eles não têm medo de dizer isso, de dizê-lo. Muitas vezes eles o propõem como exemplo. Nós não pensamos assim; pensamos que o modelo sindical argentino, repito, não tem impedimento para o desenvolvimento, para fazer da indústria o eixo de crescimento de nosso país e muito menos para desproteger os trabalhadores, como é frequentemente afirmado. Sou um dos que estão convencidos de que o modelo argentino é um exemplo na América Latina e no mundo. Podemos compará-lo com qualquer outro. E reitero, o mais importante é que ela tem uma história e que a história tem a ver com o fato de nunca ter sido um impedimento a nada. Claro que, há negócios inacabados. O movimento operário deveria estar mais consciente do desenvolvimento de um modelo para o país, e não deveria ter ignorado a situação ou os processos políticos pelos quais a Argentina passou (como tivemos que ignorar, independentemente dos governos). Muitas vezes não desempenhamos o papel principal que deveríamos ter desempenhado na defesa dos interesses de nossa nação. E por causa dos erros que cometemos, que tiveram a ver com uma vontade política de não desempenhar esse papel de liderança, pagamos um preço muito alto - muitas vezes com o neoliberalismo - por não desempenhar esse papel ativo e de liderança na vida política de nossa amada Argentina.

MLG. Acho que o movimento sindical não impede qualquer esquema de desenvolvimento, mas sim promove um certo esquema ligado à industrialização. Para além destes problemas, como destavaste - especialmente com grandes empresas, multinacionais, transnacionais - sofre ataques talvez porque existe outro modelo do país que foca na produção primária, em políticas extrativas, na abertura financeira. Em todo este cenário, o movimento sindical incomoda porque talvez esteja mais próximo de outro projeto de nação. Destacaste que o modelo sindical é parte de um projeto de desenvolvimento de país que tenta promover a redistribuição; eu gosto de ressaltar que o modelo sindical argentino é uma ferramenta estratégica que é projetada na negociação coletiva. Como o vê e como poderias nos

explicar o impacto da negociação coletiva para distribuir ou redistribuir riqueza?

AF. O modelo sindical em nosso país tem aspectos muito importantes; tem a ver não apenas com o que estás dizendo, mas também com ter uma participação muito ativa na exigência de que as empresas reinvestam seus lucros. Isso está ligado ao modelo de país que anda junto com o modelo sindical. Sempre concebemos - porque foi isso que o General Perón nos ensinou - que sem indústria não havia nação e que, para haver indústria, objetivos muito importantes tinham que ser alcançados e que a rentabilidade dessas indústrias não só tinha que alcançar a melhor distribuição dessa riqueza, mas também tinha que ser reinvestida para crescer, para se desenvolver. E esse papel foi desempenhado pelo sindicato, pelos líderes. Quando as coisas correram mal para nós, foi porque em algum momento os líderes estavam confusos ou não tinham uma ideia clara do projeto nação. O movimento operário, o movimento sindical, tem uma ideia clara do modelo de país que deve defender; quando digo defender, quero dizer desempenhar um papel de liderança, exigir dos modelos atuais a necessidade de fortalecer a indústria e não ser cúmplice ou não olhar para o outro lado quando surgem processos políticos de desindustrialização ou políticas que querem destruir esse processo industrial; e que na época, repito, tinha cem por cento de empregabilidade, não havia desemprego. Tive uma experiência muito forte; em 2000-2001 tive que viajar para a Itália - trabalho para uma empresa multinacional, Tenaris Siderca - para visitar sua fábrica em Bérgamo e conheci meus colegas do sindicato na Itália. Naquela época, o euro ainda não havia entrado em vigor, faltando cerca de vinte dias para que entrasse em vigor na Europa. Ficamos impressionados com o modelo industrial que o norte da Itália tinha e o tomamos como exemplo, pois sabia ser relevante e desempenhar um papel de liderança no continente europeu. Com a entrada do euro, todo o processo de industrialização foi deslocalizado para países asiáticos e a Itália ficou praticamente deserta da indústria. E o mesmo processo ocorreu em outros lugares e em outras latitudes, como, por exemplo, em nossa amada Argentina. Naquela época, não se entendia - como nos disseram os líderes sindicais da época - como os trabalhadores haviam votado em Berlusconi. Esse processo recém começava. Presta atenção em todos os danos que causou depois, estou falando de 2001. A Argentina não passou por um processo diferente; o neoliberalismo é consistente neste sentido: em todas as partes do mundo opera com as mesmas receitas, tem os mesmos objetivos de tentar tornar a indústria mais precária e realizá-la para lugares onde tem mais vantagens. E cla-

ramente a Argentina é um país onde há menos vantagens porque existe um modelo sindical que exige das empresas - e tem sido capaz de exigir delas com maior veemência - investimento nos lucros, no desenvolvimento da indústria, na sustentabilidade e, é claro, na distribuição de renda de forma equitativa. O que o General Perón chamou de fifty-fifty. Isto levou à ideia de que o modelo argentino impedia os investimentos, impedia o desenvolvimento e claramente (vou continuar a dizer o que já disse) não há impedimento. O modelo sindical nunca foi um impedimento. Sim, acredito que o movimento trabalhista não estava lúcido em apoiar um modelo de país que tinha a ver com o aprofundamento de um processo industrial de desenvolvimento e autonomia econômica. Quando não fomos claros quanto a esse objetivo, claramente nos perdemos e a ala direita se aproveitou disso para tentar aprontar das suas e nos prejudicar nesse sentido. Mas o modelo sindical argentino também discute e apoia todos os aspectos das discussões sindicais, não apenas os salários, mas também as condições de trabalho dos trabalhadores; neste sentido, é também um exemplo, pois cobre todas as necessidades dos trabalhadores. O movimento operário se envolveu até mesmo no desenvolvimento de moradias para trabalhadores, participamos na criação de bairros para trabalhadores. Todo este processo tem a ver com um modelo sindical e com a sustentação de um modelo de país, de inclusão, e acredito que é isso que nos falta na Argentina no momento. A unidade do movimento operário tem que ser mostrada não apenas quando uma lista é formada na Confederação Geral do Trabalho, mas também em quais conceitos e planos do modelo do país devemos ter. O movimento operário deveria ter exigido que nosso país não estivesse endividado há quatro anos, quando estava feroz e engenhosamente endividado. Hoje estamos sofrendo as consequências dessa situação. Quando o movimento trabalhista assume este compromisso, cumpre este papel de defender um modelo de um país, está também defendendo seus trabalhadores. Porque os primeiros a pagar o preço quando há um processo de desindustrialização, de diminuição econômica, são os próprios trabalhadores, as próprias pessoas. Portanto, neste sentido, devemos estar sempre claros que este modelo sindical é mantido vivo, em vigor, ativo quando é acompanhado por um processo político, por um projeto para o país. Um líder muito inteligente de nossa amada organização, Lorenzo Mariano Miguel, nunca se cansa de repetir que não há solução sindical sem uma solução política; a solução é sempre política. É por isso que o modelo sindical argentino também tem um papel de liderança e participação na política de nosso país. Entendemos claramente que as soluções são sempre políticas, eu sempre repito que não

importa o quão fortes tenhamos organizações, não importa quantos líderes lúcidos tenhamos, se o esforço que uma organização faz junto com seus trabalhadores não for acompanhado por um processo político que compartilhe os objetivos, muitas vezes permanecemos na tentativa e perdemos a batalha. Quando este acompanhamento do processo político é alcançado, objetivos muito importantes são claramente atingidos e o trabalhador acaba desempenhando um papel de liderança na vida política do país.

MLG. Muito interessante e estiveste fundamentalmente destacando esta relação e esta ação política que os sindicatos têm que realizar diante do governo do Estado. Porque temos os atores sociais e o Estado intervindo de forma tutelar - ou cometendo interferência indevida, como costume categorizar a partir do *enfoque crítico tutelar*. Neste complexo processo político onde os sindicatos são chamados a ser protagonistas, como vê o papel do empresariado? Pelo menos na Argentina; se quiseres projetá-lo para a região ou para o âmbito internacional, não há problema algum. A vontade de realizar o diálogo social é frequentemente mencionada, mas quando se trata disso, qual é a atitude dos empregadores em relação ao modelo, em relação aos trabalhadores? Destacaste algo em termos dos cortes de direitos que muitas vezes querem fazer, e parece que não há perspectiva - além do fato de que isto leva à discussão sobre se existe ou não uma burguesia nacional na Argentina, como tem sido debatido e se ainda está sendo debatido. Como vê esta relação com os empresários?

AF. Na Argentina havia uma burguesia nacional quando havia pleno emprego, quando havia uma indústria que dava frutos e que, de alguma forma, estava voltada para o desenvolvimento do país. Então, quando o mundo se globalizou, as multinacionais claramente começaram a predominar; as multinacionais muitas vezes acabaram absorvendo aquela burguesia e hoje são elas que dão o tom e inventam estas estranhas receitas para o que deve ou não ser feito. Em qualquer caso, em minha organização - a Unión Obrera Metalúrgica - estamos em boa sintonia com o setor empresarial, especialmente com as PME (pequenas e médias empresas). Em muitos casos, concordamos com a necessidade de compartilhar um modelo para o país. Entendemos que sem empresas não há trabalhadores e sem trabalhadores não há organização sindical e a partir daí - e das disputas que muitas vezes tivemos de ambos os lados, disputas que nos deixaram muitos ensinamentos - temos muitas questões em comum com o setor empresarial; então lutamos para resolver o salário dos nossos companheiros, as condições de trabalho. Mas eu acho que há questões importantes aqui. Quando o modelo sindical, o movimento operário, o sindicato, sugere às PME que

elas têm que reinvestir nos lucros, elas estão dando uma contribuição significativa; o fato de estarem constantemente validando novas tecnologias, incorporando tecnologia que gera competitividade neste mundo feroz, acaba claramente gerando um círculo virtuoso. E isto tem sido compreendido pelos empresários. Depois, bem... é muito difícil compartilhar com as multinacionais, muitas vezes são CEOs que têm certas diretrizes na discussão, vêm com um objetivo e com a intenção de levar tudo consigo e não há possibilidade de buscar consenso e compreensão. Muitas vezes acaba em uma disputa acirrada sobre o assunto.

MLG. Gostaria de destacar algo (e concordo): acho que esta diferenciação entre grandes empresas e PMEs é fundamental, porque quando se propõe um modelo para um país (o que explicaste perfeitamente), com quem é mais fácil articular – que além disso são os principais empregadores - são as PMEs. Às vezes as empresas transnacionais são obrigadas a gerar remessas de lucros ao exterior (e falamos em termos do que é legal porque, depois, todos nós sabemos de certas manobras que estão surgindo com os Panamá *paper* ou com os Pandora *paper*). Queria enfatizar o que estás destacando porque me parece que no debate sobre um modelo para o país e de articulação entre os atores sociais é muito interessante. Há também questões de preço que os trabalhadores sofrem diariamente em seu consumo diário e que as vezes padecem pequenos empresários quando tem que comprar insumos. Além do fato de as PME terem mais informalidade do que as grandes empresas, que têm outras estratégias...

AF. Sim, claramente, são estratégias globais que respondem a outros interesses e não aos de um país. Não estou falando apenas da Argentina. Mas nós nos livramos deste medo de que se falarmos bem de um empresário, seremos rotulados como comprados... Claramente na Argentina há empresários sérios que pensam no desenvolvimento do país e estão comprometidos com o desenvolvimento de sua empresa também, acompanhados pelo crescimento da sociedade. E nós aprendemos isso, repito, nos livramos desse temor, desse medo. Por que não reconhecer que há empresários que têm a ideia de desenvolvimento nacional enraizada neles? Temos muitas, muitas PMEs, mais de 25.000, onde a relação com os trabalhadores é quase familiar. O proprietário da empresa sabe e conhece em detalhes qual é a intimidade da vida diária daquele trabalhador. E quando esse trabalhador está mal ou a empresa está mal ambos sofrem com essa situação. Nós - como organização sindical - temos tentado em muitas crises ser o articulador entre o Estado e a empresa para tentar encontrar soluções para problemas que, se não tivéssemos intervindo, não teriam encontrado uma

solução. E muitas vezes a solução não é resolver um problema para o empregador, mas sustentar a empregabilidade, que é a dignidade mais sagrada do trabalhador. Claro que, como resultado disso, talvez o empregador consiga superar uma situação de crise, mas esta situação que lhes falo é muito difícil de ter com uma multinacional, porque ela tem outros objetivos, outros planos, e se dedica a centralizar sua riqueza para depois fugir do país, para apagar esta riqueza que é o esforço de um país inteiro, de um enorme número de trabalhadores. É por isso que é importante que o modelo sindical esteja em sintonia com um projeto para o país: exigir que estas empresas, não que elas não possam ter lucros, mas que uma parte significativa da rentabilidade tenha que ser reinvestida em sua própria empresa; desta forma, elas garantirão a continuidade do trabalho, a empregabilidade e, é claro, serão protegidas de crises porque terão um melhor desenvolvimento. Logicamente, diante de uma crise, a multinacional muitas vezes se desloca para outro lugar: deixa os trabalhadores na rua, não se importa com o custo social de nenhum governo no poder - porque tudo isso é pago e tem um custo político - e em três, quatro ou cinco meses, acaba mudando seu próprio negócio, talvez para outra parte do mundo, porque entende que a situação política não é favorável o suficiente para que continue a sustentá-lo. O trabalhador, a liderança sindical, o movimento operário, o projeto político devem levar em conta estas situações para que estes cenários não aconteçam. Por exemplo, como eu estava dizendo, o movimento operário tem que incorporar a questão de não permitir que os Estados se endividem assim, porque as consequências são aterrorizantes para a sociedade como um todo. E claro, também hoje, a questão de gênero; penso que é imperativo incorporar a questão de gênero em nosso modelo sindical. Acho que isto fortalecerá e dará ainda mais conteúdo ao modelo sindical.

MLG. Como não temos falado muito sobre o funcionamento e algumas das práticas dessas grandes empresas e a complexidade das relações de trabalho em nível internacional, gostaria de saber como a Industriall, um dos sindicatos globais, ou Global Union, opera. A partir do *enfoque crítico tutelar*, estamos tentando promover a necessidade de discutir as relações trabalhistas a nível internacional. Em particular, como é tratado com as empresas com as quais estás vinculado como secretário da seção Zárate-Campana da UOM e mais além, porque houve até mesmo ações industriais coordenadas em âmbito internacional, em face de certas atitudes. Penso que existe uma replicação do modelo sindical argentino, e parece que esta lógica, replicada em âmbito internacional, também pode fornecer algumas respostas.

AF. Sim, claramente, a partir da globalização, este cenário nos fez, como sindicato, aprender a necessidade de nos reunirmos e conversarmos com nossos colegas de outras latitudes, de outros países. Eu pertenço ao grupo Te-chint, que está instalado em um negócio global, como todos sabem, em várias partes do mundo. Eles são coerentes na forma como aplicam sua política de subjugação e promoção dos direitos dos trabalhadores em muitas partes do mundo: eles sempre te vinham com a história que se uma determinada condição de trabalho estava sendo realizada em determinado lugar, por que não poderia ser feita na Argentina? Isso nos colocou em contato com colegas líderes de outros países, e a Industriall desempenhou um papel fundamental nisto porque nos proporcionou esta oportunidade. Reunimo-nos uma vez por ano, o grupo Tenaris, o grupo Siderar, para discutir o comportamento da empresa na Argentina, mas também em outros lugares; como ela está avançando nos direitos em lugares onde não há legislação em defesa dos trabalhadores e como ela acaba - dependendo de cenários desfavoráveis - realocando sua própria produção. Muitas vezes se sente que as multinacionais te vendem uma crise que elas mesmas fomentaram; elas tentam realocar sua produção porque entendem que têm maior rentabilidade em outro lugar ou que é mais benéfica do que a que têm hoje de forma circunstancial. É claro, que como não podem fazê-lo nos países centrais - por exemplo, nos Estados Unidos - eles têm que lidar com isso porque têm que ter uma empresa aberta e ser protegidos contra o dumping e outras questões. Mas a relação que construímos com sindicatos, com sindicatos irmãos em outros países, é muito interessante, pois nos permite ter informações sobre o comportamento de nossas próprias empresas em outros lugares. E em muitas ocasiões percebes que eles são coerentes e implacáveis quando se trata de apoiar um objetivo comum; eles não se importam se tiverem que fechar uma fábrica com 3.000 trabalhadores porque em outra parte do mundo será mais lucrativo. Não há sensibilidade nas multinacionais em relação às nações e muito menos em relação aos povos, em relação aos trabalhadores. Nesse sentido, repito, vivi uma experiência muito importante. Tenho companheiros que estão se formando com a Industriall e os enviamos todos os anos para conhecer esta realidade, para conhecer as fábricas. Quando vais a certos lugares, vês que as condições de trabalho das fábricas são muito mais precárias do que as que temos em nosso país. É claro que isto também tem a ver com o fato de que, na Argentina, existem exigências e legislações que não permitem que as multinacionais façam qualquer coisa e, é claro, existem também sindicatos com vasta experiência que sabem como - e têm a obrigação de - defender

as condições de trabalho dos trabalhadores. Portanto, nesse sentido, muitas vezes é muito difícil importar modelos de produção de outros países que subjagam os trabalhadores, porque eles se encontram com informações ou com líderes que são informados de que essas questões devem ser enfrentadas para não serem subjagadas pelas multinacionais. Mas é evidente que a Industrialall foi uma ferramenta muito importante para a indústria e para nós.

MLG. É que grande desafio para o movimento sindical em um cenário onde há tanta falta de regulamentação de proteção em âmbito global. Eu estava pensando - fazendo uma leitura crítica, mas num sentido proposicional e sem deixar de valorizar muitas realizações da OIT - quantas dificuldades, quantas limitações e quanta desigualdade aflige e se manifesta também no cenário do tripartismo dentro da OIT; isso exigiria um cenário mais rigoroso, mais forte e obrigatório - como dizemos a partir *do enfoque crítico tutelar*. De fato, temos uma declaração sobre empresas multinacionais porque não conseguimos chegar a uma convenção, como existe para outras questões. Estamos entrando na última parte e, como sempre fazemos, vou te fazer mais uma pergunta para te deixar alguns minutos caso queiras arredondar e completar alguma coisa. Vou resumir duas questões em uma: Que ameaças concretas e que consequências - se isso afetasse o modelo sindical - poderia haver em termos de relações de trabalho e modelos de país para a Argentina? E gostaria de relacionar isto (em função do tempo que nos resta) com a forma como vês, no momento, o papel do movimento trabalhista e a situação sindical na Argentina.

AF. A ameaça é latente, não só agora, mas há muito tempo. O neoliberalismo, os setores no poder, as multinacionais têm em suas pastas e em suas agendas - eu diria quase que quase como uma urgência - a necessidade de modificar a legislação trabalhista na Argentina e, naturalmente, na medida do possível, desenterrar o movimento sindical. Temos nos tornado muito conscientes disso nos últimos tempos.

MLG. É verdade, está sendo visto muito mais fortemente.

AF. Claramente. Hoje eles estão até usando a política para tentar fazer sua mensagem não apenas a da União Industrial Argentina, mas também a de seus candidatos políticos que falam - por exemplo - da proibição da indenização por demissão como um para que a Argentina possa ter um cenário de maior investimento e criação de empregos. E a verdade é que isto é uma mentira. Isso não é verdade. Nada disso aconteceu em qualquer parte do mundo. São vantagens que são propostas com a desculpa ou o argumen-

to de ter a possibilidade de investir mais, mas com o único propósito de aumentar sua rentabilidade, seus lucros, e depois levá-los para outro país, como já mencionamos. Estou muito preocupado com o fato de que a política e as organizações sindicais têm frequentemente resolvido esta questão de disputar a não quebra do modelo sindical argentino e a manutenção das leis. O que vejo hoje, com grande preocupação, é que o poder real - não apenas na Argentina, mas no mundo - é cada vez mais dominante sobre os governos. E isso é muito perigoso. Como as mensagens da mídia têm uma influência muito forte no pensamento das pessoas, elas formam opiniões e muitas vezes as pessoas não percebem - porque há um grau de desconhecimento, não quero usar a palavra ignorância - qual é o objetivo por trás de algumas mensagens. Mensagens tais como: se a Argentina modificar sua legislação trabalhista, se proibir o modelo sindical, se evitar ter delegados nas fábricas - eles não gostariam de ter um delegado em nenhuma fábrica - mais emprego e melhores salários estariam garantidos. E isso, repito, não é verdade. É uma mentira. Acredito que esta é uma completa subjugação dos trabalhadores às multinacionais. Penso que aqui temos que repensar como vamos assumir um papel muito mais importante, não apenas na unidade dos trabalhadores e na CGT, mas também na política. A política tem que ser muito mais clara na defesa das estruturas de desenvolvimento e da legislação dos trabalhadores. Porém os líderes também têm que estar à altura das circunstâncias tentando entender - acho que já o disse antes - que a unidade por si só não é suficiente em uma lista. Aqui temos que concordar sobre um projeto para um país, sobre um modelo para um país, além dos governos (porque o peronismo tem sido usado e em nome do peronismo muitos ultrajes intoleráveis foram cometidos). É por isso que eu digo que além do governo, a CGT não tem que fazer política partidária; a CGT tem que defender um projeto para o país e tem que defender os trabalhadores. Nós, líderes sindicais, precisamos estar envolvidos na política e fazer política partidária. Isso nos fortalecerá porque certamente estaremos fortalecendo um processo para alcançar um modelo para o país; mas claramente a CGT tem que ter um plano, um modelo para o país. Por exemplo, deveria ser discutido e debatido que, de agora em diante, com as consequências que sofremos recentemente - mas também em situações anteriores - a dívida nos expõe e nos submete às piores das situações. O movimento operário deveria tomar consciência de que o neoliberalismo é implacável quando se trata de um discurso mentiroso, alegando que a liberdade de preços, a liberdade da economia (como estamos ouvindo hoje em dia) vai ser a que vai resolver a situação da inflação. Claramente, a inflação não é produzida

pelos trabalhadores; nem é produzida pelo próprio Estado. Sim, os setores do poder e com o objetivo de obter maior rentabilidade e desestabilizar os governos, pois utilizam os processos inflacionários e as crises que eles mesmos criam para colocar os governos da vez em crise. Acredito que o movimento operário deve começar a raciocinar, mas também a discutir como podemos criar novas ferramentas para enfrentar estas situações. E repito, não é apenas uma questão partidária, é uma questão de subsistência e de defesa dos trabalhadores que afirmamos representar. Creio que esta é a responsabilidade das organizações sindicais nos dias de hoje. Estamos muito próximos de realizar novamente uma reunião plenária para eleger uma liderança. Neste sentido, sou crítico do movimento dos operários, de sua superestrutura, e ousou dizê-lo aqui porque também o digo em minha própria organização: os líderes da superestrutura deixaram muito a desejar, não estiveram à altura da tarefa, fazendo o necessário para defender os interesses dos trabalhadores, mas fundamentalmente os interesses da nossa pátria. O movimento operário é o único espaço que tem as ferramentas e o poder de fazer frente aos poderosos, ao poder real, para que o que está acontecendo hoje novamente na Argentina não volte a ocorrer. E essa é a responsabilidade. Acho que este é o caminho que temos que seguir e não devemos ter medo de discussões, não devemos ter medo de questionamentos porque isso nos fará crescer. E penso que é muito importante que o debate se realize para dar origem a novas ideias, novas ferramentas que consolidem um modelo de país, mas também para consolidar de forma definitiva o modelo sindical que temos na Argentina que, é claro, sempre há espaços, sempre há espaço para melhorias.

MLG. Muito claro, Abel. Creio que fornecestes toda uma série de elementos para refletir e acredito - como o destacaste corretamente - que o movimento dos trabalhadores tem esse potencial a tem. Concordo, acredito e espero que esteja caminhando nessa direção, porque o que acontece com o movimento sindical terá repercussões para a sociedade como um todo. Da mesma forma que a sociedade como um todo (embora às vezes algumas pessoas não a valorizem tanto) precisa do movimento sindical porque é uma ferramenta fundamental na construção de um modelo para o país. Como sempre faço com todos os entrevistados, vou te ceder a palavra para qualquer outra questão ou tema específico que possas ter omitido e que gostarias de destacar.

AF. Eu gostaria simplesmente de transmitir um desejo que tenho como trabalhador, como líder sindical, que é o de que as organizações sindicais sejam democratizadas e deem espaço às novas gerações. Que os jovens

que são talvez muito mais fortes do que aqueles de nós que já percorreram um longo caminho, tomem o bastão. Talvez eles não tenham a experiência que nós temos, mas acho que temos que ajudá-los e guia-los. Temos que dar e dar espaço para que as novas gerações possam emergir. A Argentina, no período 2003-2015, gerou inúmeros, milhares de empregos e esses empregos foram preenchidos por jovens que hoje querem participar e ser membros ativos de organizações sindicais e políticas. Acredito que temos que dar-lhes o lugar. Se conseguirmos democratizar nossas organizações e conseguir esta mudança geracional, talvez possamos encontrar um espaço de debate, de discussão, que nos permita ter uma representação diferente, uma representação mais hegemônica e, é claro, acordar um modelo para um país que - em um mundo globalizado - não será mais suficiente se for apenas um modelo para a Argentina. Acho que temos que pensar na grande pátria, pensar em nossos irmãos brasileiros, nossos irmãos uruguaios, nossos irmãos latino-americanos, e ter um modelo de desenvolvimento para nossos povos que coincida com o que pensamos. Porque, repito, o poder econômico está se tornando cada vez mais forte, está desempenhando um papel cada vez mais importante na vida política e não será suficiente que cheguemos a um acordo somente na Argentina. Vamos precisar de muito mais força, mais robustez com outros países irmãos. E se a América Latina alcançar este importante consenso e entender que nos processos ninguém é salvo sozinho, mas que ou todos nós nos salvamos ou seremos todos decapitados um a um, tenho esperança de que isto aconteça novamente. E acredito que existem companheiros valiosos, não apenas na Argentina, mas em toda a América Latina, que têm este pensamento e que são capazes de fomentar esta discussão e este encontro para tentar resolver este problema. O neoliberalismo, o verdadeiro poder, está subjuguando muitos países neste mundo e há muitos de nós que estão sofrendo. No dia em que percebermos, se muitos de nós nos unirmos e decidirmos ir para o mesmo lado e declararmos que a desigualdade é uma injustiça e é praticamente um assassinato que o poder real está cometendo sobre o povo, então certamente seremos capazes de corrigir esta questão que tanto nos prejudica. Porque a verdade é que isso nos machuca. Hoje, na Argentina, e lhes digo isto com muita dor, um trabalhador que tem um emprego tem um salário médio de 54.000 ou 55.000 pesos. A cesta básica de alimentos é superior a 70.000 pesos. Não é suficiente; imagine aqueles que não têm um emprego. E essa é nossa responsabilidade, é a responsabilidade dos líderes sindicais, mas também da política. Temos que perceber que chegou o momento de fazer algo, não podemos continuar mantendo esta realidade.

Abel Furlan

MLG. Perfeito. Muito obrigado, Abel, por tua participação e por compartilhar conosco os teus conhecimentos e experiências.

I JORNADA
«UM ENFOQUE CRÍTICO-TUTELAR
DAS RELAÇÕES DE TRABALHO»

Entrevista com Darío Kusinsky no encerramento da I Jornada

(Universidad Nacional José C. Paz)

13 de outubro de 2021

Darío Kusinsky

Advogado. Reitor da Universidade Nacional de José C. Paz (UNPAZ).

Mario L. Gambacorta. Boa tarde, bem-vindos. No âmbito da série de *Diálogos Transdisciplinares sobre o enfoque crítico tutelar*, um programa que desenvolvemos durante o ano a partir do IPEATRA, encerramos hoje a I Jornada “*Um enfoque crítico tutelar das relações de trabalho*”, organizada pela Universidade Nacional José C. Paz. Walter Viegas, diretor do curso de Direito, esteve presente e somos especialmente gratos pela presença do reitor desta universidade, Darío Kusinsky. Nesta jornada, trabalhamos sobre reconfigurações institucionais, intervenção estatal tutelar e ferramentas estratégicas para as relações de trabalho e também abordamos a questão da internacionalização das relações de trabalho em um mundo global e globalizado. Para começar este encontro, gostaria de agradecer especialmente às autoridades da Universidade Nacional José C. Paz por seu apoio, à área de imprensa e comunicação e ao corpo docente da área de direito trabalhista e previdenciário. Vou pedir a Marcelo D’Ambroso, presidente do IPEATRA, juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre e um notável advogado trabalhista com uma vasta experiência - ele também participou brilhantemente de um dos painéis da conferência - como anfitrião, para dizer algumas palavras sobre este ciclo de *Diálogos Transdisciplinares* e sobre a jornada de hoje, e depois iniciar a entrevista com o reitor de nossa amada universidade. Marcelo, podes começar.

Marcelo D’Ambroso. Boa tarde. Minhas mais calorosas saudações ao nosso querido reitor da Universidade Nacional José C. Paz, Darío Kusinsky, e minhas mais calorosas saudações também ao Professor Walker Viegas. Estamos neste ciclo há mais de um ano e é um prazer testemunhar esta cooperação da Universidade José C. Paz, especialmente por ter dedicado um dia inteiro ao *enfoque crítico tutelar* nas relações de trabalho. Thomas Piketty em *Capital e Ideologia* argumenta que. “A desigualdade não é econômica e tecnológica, é ideológica e política, porque depende da concepção e do arranjo que sociedade faz entorno da sua organização e de

como ela aplica as regras”. Hoje temos muitas normas internacionais de reconhecimento dos direitos humanos e do trabalho, mas elas não melhoraram as condições concretas da classe trabalhadora. Vimos - e foi um tópico de discussão na mesa anterior - que as políticas neoliberais foram concebidas para atacar o direito do trabalho tradicional conhecido. Por esta razão, acho importante a abordagem de Mario Gambacorta sobre o enfoque tutelar crítico para tentar superar dogmas ou doxas deste direito trabalhista - especialmente com as reformas neoliberais sofridas em vários países - e entregar um novo conteúdo tutelar, revitalizado para proteger e libertar a classe trabalhadora do poder econômico. Um poder econômico internacional que assume o poder político, que gera leis que protegem o capital, que também gera mais concentração de riqueza e poder, não só fragiliza e enfraquece as condições de trabalho da classe despossuída, mas também impede sua emancipação social. Daí, portanto, a necessidade deste debate acadêmico, para estudar novas formas de proteção e emancipação social da classe despossuída. E acredito que esta é uma boa maneira de partir desta visão crítica que não está satisfeita com uma realidade de exclusão social de um sistema jurídico que deixa uma grande maioria desprotegida e em miséria social.

MLG. Muito obrigado, Marcelo, por tuas considerações. Estavas citando precisamente palavras que estão no lema de nossa universidade, tais como inclusão e igualdade. Vou dar a palavra ao reitor, agradecendo-lhe antecipadamente sua generosidade e abertura para que pudéssemos realizar esta jornada com o objetivo de construir uma estrutura teórica que, felizmente, coincida com nossas convicções. Acreditamos que a teoria - acima de tudo, baseada no princípio pró-tetorial do artigo 14 bis de nossa Constituição Nacional - reforça nossas crenças. Mais uma vez, gostaria de agradecer formalmente a toda a equipe da área de direito trabalhista e previdenciário, ao curso de graduação e à universidade por seu apoio e acompanhamento para tornar esta conferência uma realidade.

Dario Kusinsky. Boa tarde a todos e a todas. Permitam-me cumprimentar o Marcelo D’Ambroso e agradecer-lhe por sua presença e suas palavras. Gostaria também de agradecer a Mario Gambacorta, Walter Viegas - o diretor do curso - e a todos os trabalhadores e trabalhadoras docentes e não docentes que tornaram possível este evento. Como tenho dito ultimamente, não devemos esquecer que nossos trabalhadores estão realizando todas essas tarefas que mantêm a universidade viva no contexto de uma pandemia que colocou muitos desafios à nossa dinâmica social - e, claro, trabalhistas; somente com um grande esforço e compromisso foi possível

manter as funções essenciais da universidade e realizar atividades como estas. Portanto, os agradecimentos vão para eles e para elas, sobretudo para as mulheres que de alguma forma duplicaram esta ideia do trabalho com suas próprias tarefas mais complexas e cuidadosas. Sim, eu concordo plenamente com as palavras do Marcelo. Acho que este é o desafio: trabalhar - e as universidades têm muito a fazer ali - para construir estes espaços de análise, discussão crítica e debate interdisciplinar ou transdisciplinar nos quais possamos interpretar esta realidade que nos desafia e construir cenários regulatórios, projetos, discussões, novas agendas ou transformações que possam acompanhar nossos povos e que possam mantê-los, como disse Mario, dentro do que nosso artigo 14 bis da Constituição Nacional tão claramente estabelece. Portanto, é um prazer, é uma satisfação para mim participar de uma jornada que contou com a presença de palestrantes tão importantes, Marcelo e seu papel lá no Brasil com um público tão importante, e sobretudo por causa do caráter internacional que é também um de nossos eixos de trabalho: a internacionalização da universidade. Pensando nisso não só aqui em José C. Paz, onde estou tendo esta conversa, mas também em nossa região, mas também com um impacto em âmbito nacional e, naturalmente, em âmbito internacional latino-americano, com uma visão clara a partir do Sul e com uma forte posição política, ideológica e latino-americana. Portanto, muito obrigado.

GLM. A partir do *enfoque tutelar crítico*, prestamos muita atenção à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Quando falamos de relações de trabalho, além de abordar questões tradicionais, talvez de natureza mais focal - sindicatos, organizações de empregadores, conflitos, etc. - uma das variáveis que nos interessa está ligada à educação, à forma como o conhecimento é gerado e transmitido. É por isso que dizemos que o *enfoque crítico tutelar* está diretamente relacionado à epistemologia. A partir da tua experiência como reitor, qual é o papel das universidades e sua relação com o mundo do trabalho?

DK. Creio realmente que a dimensão deste vínculo é muito ampla e nas universidades, sobretudo, onde a função essencial não é somente o ensino, mas também a pesquisa, a transferência, a ligação, a extensão... Funções que as universidades têm - pelo menos aqui na Argentina no âmbito da lei de ensino superior - que completam nossa identidade universitária e nos colocam em lugares que desafiam permanentemente o papel das universidades, pensando no lugar que ocupamos para poder trabalhar esta relação com o mundo em termos concretos. E a partir daí, claro, ensinar com um olhar crítico, com professores envolvidos em questões profissionais. Como

vocês sabem, o papel docente em nossas universidades também envolve pesquisa e extensão, e isso gera uma retroalimentação para a função da docência a partir dos resultados das pesquisas. Dizemos extensão, dizemos trabalho de abordagem territorial, atendendo alguns dos problemas também sociais de nossa comunidade. Uma equipe de professores envolvidos em atividades de pesquisa e extensão produz uma melhor experiência em sala de aula e ensino que está ancorado na realidade cotidiana. Não apenas na teoria dos livros - ou na teoria das leis, neste caso - mas também no desafio de questionar permanentemente a realidade com base em nossa própria experiência de ensino. E, claro, a partir da própria experiência de nossos alunos. A Universidade Nacional José C. Paz está localizada na conurbação de Buenos Aires, a cerca de 40 km da Cidade Autônoma de Buenos Aires, em um contexto socioeconômico vulnerável. Nossas e nossos estudantes são os primeiros universitários de suas famílias, aproximadamente 90% deles são estudantes universitários de primeira geração; em outras palavras, a presença da Universidade Nacional de José C. Paz lhes garante o exercício de seu direito ao ensino superior (embora existam algumas universidades na região, chegar até eles é difícil devido às distâncias e aos meios de transporte). Estes estudantes também têm uma característica particular: eles vêm de um setor social que, talvez nas palavras de Marcelo, pertence à maioria desprotegida. Elas, eles e suas famílias, como resultado de sua experiência educacional, são treinados e são capazes de obter mais ferramentas para enfrentar seu futuro profissional. A educação oferecida na universidade, é claro, gera ferramentas de trabalho, e isso pode ser visto nas trajetórias das e dos estudantes... Porque há a discussão ligada ao diploma, o número de graduadas e graduados... Acreditamos que a aproximação à universidade e a experiência que ocorre dentro da trajetória educacional, mesmo quando um diploma universitário não foi alcançado, gera ferramentas profissionais e de trabalho que nossos estudantes não possuíam quando entraram. Há um processo acompanhado por um esquema profuso de estágios para gerar oportunidades de trabalho e experiência de trabalho enquanto eles estudam. Mas além destas características particulares, temos também uma proposta de formação que de alguma forma é afetada por esta problemática. Um curso de graduação é o mesmo que outro em uma universidade na conurbação de Buenos Aires? Quais cursos de graduação têm uma presença mais estratégica?

MG. É exatamente sobre isso que eu queria perguntar: como está configurada a oferta acadêmica, como a oferta acadêmica apresentada por uma universidade está de acordo com o que estás sugerindo? Porque também

acredito ser uma questão estratégica: o que é ensinado e por que o que é ensinado é ensinado, além de como é ensinado (que é outro debate).

DK. Antes de mais nada, queria te dizer algo que considero importante, e que tem a ver com pesquisa. A universidade tem três institutos de pesquisa nos quais nossas e nossos docentes de pesquisa participam e onde é realizado um grande número de projetos de pesquisa, muitos deles com seu próprio financiamento. A universidade destina recursos de seu orçamento anual para financiar esses projetos de forma sustentada, o que produziu uma série de resultados que tendem a analisar os fenômenos no mundo do trabalho com um olhar crítico. Temos uma editora universitária - EDUNPAZ - que publica todas as obras produzidas no âmbito da pesquisa; é uma editora que publica livros, todos disponíveis na Internet e que podem ser baixados gratuitamente. E isto é também uma definição em relação ao acesso ao material biográfico e aos resultados, às produções das pesquisas realizadas em nossa universidade, pois o livre acesso ao conhecimento é um fator importante. Na Argentina, universidades como a nossa, as universidades públicas, são gratuitas. Isso também gera condições de acesso para um trabalhador, uma trabalhadora, porque o que está sendo feito é ampliar o acesso aos meios de conhecimento, o acesso aos livros, aos resultados das pesquisas que estão analisando os problemas em si. Portanto, acredito que o papel da pesquisa em geral nas universidades argentinas, mas nas universidades da conurbação que lidam com o problema de uma perspectiva local ou regional, é fornecer ferramentas ou gerar condições para o desenvolvimento local, não apenas em termos de mão-de-obra, mas também em termos das condições materiais do entorno. Acho que este também é um ponto importante. E o que perguntaste sobre a oferta acadêmica: a universidade tem 30 propostas formativas. Gostaria de dizer, para aqueles que não nos conhecem e estão nos observando do Brasil, que esta é uma universidade cuja lei de criação data de 2009 - é bastante jovem - e que está em funcionamento desde 2012. Neste curto período de existência já matriculou mais de trinta mil alunos. Para te dar uma ideia do tamanho e do volume de sua comunidade universitária, ela tem mais de mil professores, mais de trezentos não docentes... Em outras palavras, trata-se de uma grande comunidade universitária. E a oferta educacional para uma nova universidade também está em constante construção. Não é uma oferta formativa consolidada, pelo contrário, é uma proposta de ofertas que está sendo pensada e repensada. Há algumas semanas, a universidade obteve a aprovação da Comissão Nacional de Avaliação e Credenciamento Universitário (CO-NEAU), o órgão que na Argentina autoriza o ensino de certos cursos de

graduação, para oferecer um diploma em medicina. Isto permitirá que muitas pessoas nesta área - principalmente na Província de Buenos Aires e nos subúrbios de Buenos Aires - tenham acesso a uma carreira cuja oferta está geralmente disponível em universidades públicas a mais de 40 quilômetros de distância. É uma carreira que requer muito tempo para estudar a fim de treinar profissionais que possam atender ou alimentar a forte demanda por médicos nesta região. O fato de poderem se formar em José C. Paz, de poderem ser a primeira geração de estudantes universitários em suas famílias, em um contexto social talvez mais complexo do que nas grandes cidades, também marcará um tipo de profissional com uma visão das questões sociais, de sua complexidade, com uma trajetória, uma biografia, que também definirá seu desempenho profissional. Dizemos sempre para simplificar: um estudante, uma estudante que veio de um bairro de José C. Paz, quando retorna ao seu bairro para exercer sua profissão, certamente o fará de um lugar diferente, com uma empatia diferente, com um ponto de vista muito mais pessoal. Carreiras de saúde são graduações muito importantes a fim de cobrir demandas de trabalho muito marcadas. Temos também um bacharelado em enfermagem, um curso muito volumoso em número de alunos. Quando pensamos em novas propostas de cursos, pensamos também no trabalho do futuro. Com a pandemia, há atualmente um debate em todo o sistema universitário; discutimos isso no Conselho Nacional Interuniversitário, um ponto de encontro dos reitores das universidades públicas do país, onde discutimos o que iria acontecer com as universidades. De cara a esta gran penetración de la virtualidad durante más de un año y medio en los procesos de enseñanza y aprendizaje que se ha producido en nuestras casas, en nuestra vida cotidiana, nos preguntamos cómo las universidades vamos a tomar esas experiencias para reconfigurar la propia universidad. Y también con ciertos reparos, porque la virtualidad viene en formatos que tal vez son comerciales. Diante dessa grande penetração da virtualidade há mais de um ano e meio nos processos de ensino e aprendizagem que vem ocorrendo em nossas casas, em nosso cotidiano, nos perguntamos como nós universidades vamos levar essas experiências para reconfigurar a universidade em si. E também com algumas ressalvas, porque a virtualidade vem em formatos que talvez sejam comerciais. Por exemplo, um tema interessante é pensar na natureza não-tuitória do ensino superior na Argentina quando, para acessar um sistema de educação à distância, é preciso pagar pelo dispositivo para se conectar a ele, o serviço de conectividade... E como, de alguma forma, as universidades têm a responsabilidade de continuar garantindo a natureza não-tuitio-

nária do ensino superior. Eu estava dando o exemplo das próprias universidades porque também marca o que está acontecendo com o trabalho do futuro. Hoje os jovens estudam ou aprendem através da Internet no YouTube ou em outras plataformas, adquirem habilidades profissionais e muitas vezes podem ser contratados por empresas do setor privado somente credenciando o treinamento que possuem em espaços informais ou virtuais. E assim não há certificação e isto facilita a insegurança no trabalho. As universidades têm um desafio muito grande em termos da oferta acadêmica e da forma como a certificação de competências ou habilidades profissionais é garantida para o mercado de trabalho. E também acho que a oferta tem que estar intimamente relacionada com a agenda, com problemas locais. As universidades devem ter sensibilidade, uma grande abertura para os problemas locais, regionais e também nacionais em relação ao trabalho, pois não se trata apenas de trabalho. O trabalho vem quando há condições macroeconômicas para que haja trabalho, para que haja produção, para que haja empresas. Portanto, não se trata apenas de atender - para colocar desta forma - à produção de profissionais, mas também da geração de melhores condições para que haja mais trabalho, para que haja mais produção, para que haja negócios, para que haja, em suma, um ambiente produtivo em nossas regiões. E as universidades têm ali um papel muito importante para fornecer conhecimento, dar ferramentas, fortalecer. Ultimamente temos trabalhado muito nisso; também na articulação com os órgãos governamentais nacionais e da Província de Buenos Aires para gerar maiores ferramentas para abordar os setores produtivos e alcançar melhorias de condições, para que possam melhorar seu desempenho e para que isso também gere maior demanda de trabalho. Assim, cursos, projetados de acordo com as exigências, as áreas de vacância. Por exemplo, na medicina existe uma grande vacância regional (a falta de medicina pública na universidade pública). Penso em alguns exemplos que temos na universidade, tais como comércio eletrônico, governo eletrônico, informática aplicada à saúde ou informática aplicada a processos industriais. Técnicas, ou seja, graduações mais curtas que também permitem gerar e produzir habilidades em um tempo mais curto para se preparar para a entrada no mercado de trabalho. Também quero te contar algo interessante. Eu estava falando de pesquisa e como ela nutre a formação. E aqui na universidade temos um caso interessante para compartilhar com vocês: o distrito de José C. Paz tem trabalhado muito para melhorar o acesso aos cuidados de saúde. O município construiu hospitais, oito hospitais nesta área; também na região, como resultado de um projeto de pesquisa universitária e

uma pesquisa de abordagem territorial, foi detectada uma lacuna em relação à manutenção dos equipamentos hospitalares. Essa problemática (detectada através de uma série de entrevistas, reuniões e pesquisas territoriais) mostrou o resultado de uma falta de treinamento nesta área. Isto levou a universidade a desenvolver um projeto de formação profissional para a manutenção de equipamentos hospitalares. No próximo ano, ofereceremos um curso de treinamento na universidade que estará diretamente relacionado a uma necessidade local, que também procura produzir um curso de formação curto, cumulativo com outros cursos de formação, para que uma vez que o aluno o termine, ele possa continuar trabalhando e estudando; e, é claro, ter graduados ou graduadas que possam suprir ou resolver as demandas do sistema de saúde local ou regional quando as licenças ou serviços de manutenção pós-venda de equipamentos hospitalares expirarem. Isso torna possível gerar empregos locais. Acho que universidades acordadas, universidades atentas, sensíveis a seus problemas locais, podem gerar ofertas mais pertinentes ao desenvolvimento local. Este é um desafio que as universidades não podemos ignorar.

MLG. Gostaria de te fazer uma pergunta complexa: como vê a relação entre a universidade e o modelo do país ou o modelo de nação? Como essa interação pode ocorrer? Sempre dizemos que para ter um modelo de relações de trabalho é preciso ter um modelo de país porque as relações de trabalho não são as mesmas em um país com produção primária limitada como em um que visa o desenvolvimento tecnológico industrial, etc. Como vê essa relação, essa interação, entre a universidade e o modelo de país e vice-versa?

DK. Bem, a primeira coisa que eu te diria, para tentar começar a configurar uma possível resposta, é que as universidades públicas na Argentina somos o Estado. E isso me parece ser um conceito importante. As universidades argentinas, nacionais e públicas, - também as provinciais e públicas – somos autônomas; uma autonomia que tem a ver com um alto nível de descentralização na gestão administrativa e acadêmica, naturalmente, com proteção constitucional. Mas nós somos o Estado. Neste caso, a Universidad Nacional José C. Paz é o Estado nacional. Parece-me que a configuração do modelo de país tem muito a ver com o tratamento e o papel que o Estado dá a esses espaços que são as universidades nacionais. E quando digo que isso lhes dá, estou me referindo especificamente ao financiamento, a uma visão não preconceituoso. Na Argentina, entre 2015 e 2019 tivemos um governo que não só achava que era um problema ter universidades em todos os lugares, mas também tinha uma política clara

de desfinanciamento do sistema universitário e a possibilidade de acesso ao direito ao ensino superior. Estou pensando em frases - em minha opinião muito infelizes - como *para que universidades se os pobres não vão à universidade...* Acho que estas definições são, como Marcelo disse no início, a expressão destes poderes que às vezes não aparecem tão claramente e também da dificuldade representada - para estes poderes - pela existência de universidades públicas que geram estas condições, estas habilidades profissionais, estas visões críticas na população. A possibilidade de acesso à educação significa que podem ocorrer ali discussões que de outra forma não ocorreriam. Está ocorrendo uma discussão em nosso país sobre o judiciário - nesta conversa tem muita relevância - e o papel das universidades argentinas em trazer esta discussão sobre o judiciário à sociedade e fazer um enorme esforço para levá-lo às nossas comunidades. O Judiciário, um dos poderes do Estado (estou cansado de dizê-lo, vou dizê-lo aqui e vou dizê-lo tantas vezes quanto puder) está completamente excluído do escrutínio social. É somente quando uma decisão judicial é de extrema importância ou de importância séria que a sociedade se mobiliza. Estamos o tempo todo analisando e pensando em nossos presidentes, em nosso congresso (em nosso poder executivo, no poder legislativo) e não há um olhar na sociedade sobre o papel do judiciário. Bem, as universidades têm um papel central a desempenhar aqui. À tarde, com Walter [Viegas], participamos de uma palestra no âmbito do debate sobre um anteprojeto de um código de procedimentos de família na Província de Buenos Aires com especialistas, peritos, que também foi realizada no âmbito de nossa universidade para pensar - com estudantes, com pesquisadores - sobre o que acontece com leis que são de outros tempos (mesmo de épocas muito complexas do nosso país). Leis que não acompanham o desenvolvimento, por exemplo, ou a incorporação de incontáveis tratados internacionais em nossas constituições, e que dificultam a aplicação efetiva desses direitos. Temos reconhecimento internacional de nossos direitos humanos, mas depois eles não são aplicados. Temos que ver o que acontece com as leis processuais, o que acontece com as sentenças judiciais... Porque, o que acontece em nosso país? Os problemas são discutidos quando estão na mídia; quando, no âmbito de um processo judicial, é discutido um problema dos outros poderes, estamos todos atentos. Agora, o que acontece quando, por exemplo, um caso de adoção tem que ser resolvido, ou um caso de deficiência, ou uma disputa trabalhista? Um modelo de país democrático com direitos, especialmente direitos sociais, direitos econômicos, direitos culturais, direitos humanos em geral, sem universidades públicas na Ar-

gentina, é impensável. Eu realmente não consigo imaginar. Acredito que temos um papel substancial na formação da democracia em nosso país e da democracia como ponto de partida para o acesso a bens, direitos e recursos em geral. Além disso, as universidades podemos colaborar ativamente - é nossa responsabilidade - com esse desenvolvimento e com este modelo de país; inclusive quando os governos nacionais têm estes pensamentos preconceituosos sobre as universidades. Esta autonomia nos permite sustentar uma certa aspiração de realizar discussões e ter observatórios para analisar o que está acontecendo com o tratamento de certas questões. Parece-me que, neste sentido, o papel das universidades é central, pois é nelas que se encontra o pensamento crítico, a produção de saberes, a produção do conhecimento, o olhar sobre o futuro das instituições, etc. Acredito que a relação entre a universidade e o modelo do país é essencial. Aqui na Argentina, ouvimos recentemente - estamos em meio ao processo eleitoral - vozes dizendo: o fim da indenização, por demissão, por exemplo... bem, o debate sobre este assunto, sem as universidades, eu acho que seria muito complexo.

MLG. O que estás destacando é central. Mencionei-o em vários lugares; para mim, havia dois objetivos estratégicos para este outro modelo de país. Um deles foi o ataque direto ao modelo sindical, devido a todas as projeções que ele tem, suas implicações para a manutenção das normativas trabalhistas, sua projeção na negociação coletiva; para neutralizar esse elemento de contrapeso, esse ator social que é o ator sindical, diante de certas políticas. E a outra era precisamente as novas universidades, as chamadas universidades da conurbação, porque na minha opinião eram a outra ferramenta estratégica - coincidindo com o que estavas dizendo - onde todo este processo de pensamento, análise, debate e propostas ocorreu. Como sempre fazemos neste ciclo, deixaremos alguns minutos para o caso de queiras fazer quaisquer considerações ou reflexões extras que não tenhamos abordado.

DK. Eu pegaria algo do que acabaste de dizer sobre sindicatos e modelos de país. Vou contar- algo que aprendi no contexto da minha experiência como reitor. Faço parte da comissão nacional de negociação entre o setor empregador universitário e os outros dois estratos de trabalhadores docentes e não docentes; faço parte da comissão nacional de negociação composta por vários reitores do Conselho Universitário Nacional, da Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação Nacional e dos principais representantes das federações de sindicatos da Argentina nas universidades nacionais, tanto do pessoal docente quanto do não do-

cente. Quero compartilhar algo que me parece transcendental em relação ao modelo de que estavas falando, que ataca o papel ou a instituição dos sindicatos. Quero lhes dizer que no sistema universitário argentino não teríamos conseguido manter o acesso ao ensino superior se não fosse o enorme compromisso e trabalho de todos os sindicatos envolvidos no desenvolvimento da vida universitária neste país. Estive nas mesas conversando com os líderes sindicais, e foram eles e elas que constantemente enfatizaram a importância da manutenção. As universidades não poderiam existir se não fosse por seus trabalhadores. Os sindicatos entenderam isso desde o primeiro dia, quando estávamos todos em casa preocupados, com medo, incertos sobre o que iria acontecer. Foram elas e eles que disseram: temos que continuar, estamos aqui, vamos sentar nas mesas, vamos negociar as condições de trabalho, vamos negociar a forma como enfrentamos talvez uma das maiores crises do mundo nos últimos 100 ou 150 anos, em termos epidemiológicos. E foram eles e elas que estiveram lá todos os dias mantendo a atividade. O Estado nacional também reconheceu este valor e este papel. Esta é a única maneira de construir um país, somente com esta perspectiva, com uma perspectiva construtiva, com uma perspectiva baseada no reconhecimento deste trabalho. E digo isto de um lugar mais testemunhal, ideológico, é claro, mas certamente testemunhal por ter estado nessas comissões neste momento. Sou reitor, comecei em dezembro de 2019 e depois de um mês e meio ou dois, já tínhamos a pandemia. Portanto, diante de tal desafio e tendo que garantir o direito à educação para milhões de pessoas (temos mais de dois milhões de estudantes na Argentina) não teria sido possível se não fosse o papel e o compromisso dos sindicatos de manter esse direito. Não basta declará-lo em textos constitucionais, com tratados internacionais de direitos humanos; não basta, é preciso colocá-lo em prática e os sindicatos são fundamentais. Com esta pequena reflexão sobre o outro ponto que mencionavas, porque acredito ter dado conta do papel das novas universidades no outro ponto que mencionaste, gostaria de dizer que valorizo profundamente este evento hoje, que acredito ter que ser um ponto de partida; temos uma responsabilidade compartilhada entre as universidades do Brasil e da Argentina para continuar construindo este cenário e para continuar apoiando umas às outras além dos governos. Esta jornada deve ser o ponto de partida para um número infinito de jornadas que nos reunirão e nos permitirão continuar a refletir criticamente sobre estas questões. No meu caso, não é apenas uma expressão de desejo, mas uma responsabilidade. Marcelo, gostaria de te transmitir nosso compromisso para gerar novas oportunidades como estas e ter oportunidades de

trabalhar para pensar em outras que possam continuar a abordar os problemas e responsabilidades que nós universidades temos com nossos estudantes, nossos professores, nossos pesquisadores e nossas comunidades. Muito obrigado por este espaço e espero que seja o início ou a continuidade de um grande trabalho que nos encontre para continuar pensando e analisando estas questões e nos envolvendo ativamente nestas agendas.

MLG. Bem, muito obrigado, Darío, e acho que é muito importante que um reitor aponte o que disseste sobre as organizações sindicais. Não é a primeira vez que o te ouço dizer isso, posso atestar, e acho que é muito importante compreender a cultura das relações de trabalho. E também tomo e destaco o ponto que levantaste em termos de internacionalização e de continuação do trabalho. Hoje houve vários colegas do Brasil que participaram de forma destacada desta jornada. Esperemos que isto sirva para continuar desenvolvendo um caminho de intercâmbio e enriquecimento que, com Marcelo D'Ambroso, com Eduardo Manuel Val, temos promovido em nossos dois amados países, precisamente este *enfoque tutelar crítico*. É uma grande alegria poder contar com o reitor desta universidade, que eu sempre destaco, é o ambiente acadêmico onde eu me sinto mais feliz e onde eu mais sinto prazer de estar. E digo isso publicamente, também em outras áreas, mas gostaria de enfatizar que a UNPAZ é uma das alegrias da minha vida, ela dá sentido ao meu exercício da docência. Muito obrigado e boa noite.

O presente livro é uma recompilação de entrevistas nas quais se abordou o enfoque crítico-tutelar das relações de trabalho no programa do professor Dr. Mario Gambacorta, especialmente convidado pelo IPEATRA para desenvolver a temática de sua autoria no canal televisivo do Instituto. Diversas e diversos expoentes dos mais variados âmbitos (sindical, acadêmico, filosófico, sociológico, jurídico etc.) enriquecem a obra com suas abordagens transdisciplinares nos eixos de proteção ao trabalho eleitos para desenvolvimento: relações de trabalho e produção de conhecimento; relações de trabalho e universidade; relações de trabalho, atividade profissional e gênero; relações de trabalho, globalização e ação estatal. Sem dúvida, uma obra que sentará as bases para uma futura escola latino-americana em torno ao enfoque crítico tutelar das relações de trabalho.



978-65-5509-141-0